



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA

MATHEUS AUGUSTO DE SANTANA MARQUES

**“UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”:
o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus**

Salvador
2023

MATHEUS AUGUSTO DE SANTANA MARQUES

**“UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”:
o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura.

Área de concentração: Teorias e Críticas da Literatura e da Cultura

Linha de pesquisa: Documentos da Memória Cultural

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lígia Leite e Aguiar

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Santana Marques, Matheus Augusto
"Um Brasil para os Brasileiros": o
projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus /
Matheus Augusto de Santana Marques. -- Salvador, 2023.
178 f.

Orientador: Ana Lígia Leite e Aguiar.
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura e
Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
2023.

1. Literatura Brasileira. 2. Intelectualidade
negra. 3. Carolina Maria de Jesus. I. Leite e Aguiar,
Ana Lígia. II. Título.

MATHEUS AUGUSTO DE SANTANA MARQUES
UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS: O PROJETO INTELECTUAL DE
CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Literatura e Cultura.

Área de concentração: Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura

Data de aprovação: 01 de novembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ana Lúcia Leite e Aguiar, UFBA
Orientadora

Dra. RAFFAELLA ANDREA FERNANDEZ, USP
Examinadora Externa à Instituição

Dra. FERNANDA RODRIGUES DE MIRANDA, UFBA
Examinadora Externa ao Programa

Dra. RACHEL ESTEVES LIMA, UFBA
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um texto tão longamente gestado, interrompido pela pandemia do coronavírus, agradeço ao Divino Mestre, que me guiou firmemente por tão estranhos caminhos: meu trabalho é também parte da busca pela sua face.

Agradeço à Carolina Maria de Jesus, presença tão constante nesses últimos anos, uma professora formadora, pensadora instigante, uma mestra. Suas palavras me ensinaram a melhor entender o meu país e o seu povo. Espero continuar me dedicando a outras dimensões dos seus textos.

Agradeço a Humberto Calmon pelo amor, paciência e compreensão durante todos os dias de escritura: meu primeiro leitor, com quem compartilhei as alegrias e exasperações de se trabalhar com Carolina. Agradeço a Babi por ter sido minha companheira em longos dias e noites de leitura, reflexão e escrita. Agradeço aos meus pais e às minhas irmãs, aos meus avós, aos meus amigos e amigas por serem o sal da minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dra. Ana Lígia Leite e Aguiar, pela leitura atenta, paciência hercúlea e fundamentais contribuições. Agradeço às professoras Raffaella Fernandez, Fernanda Miranda e Rachel Esteves Lima pela leitura e participação na banca examinadora de defesa. Na menção desses nomes, gostaria de recordar todas as professoras e professores do Instituto de Letras da UFBA que me direcionaram e encorajaram nesta travessia.

Por fim, agradeço imensamente aos meus alunos e alunas (todos!): a companhia e a paciência, a participação e o debate tornam este texto vivo e minha atuação profissional significativa e profícua: muito obrigado!

- dizem que a senhora e profeta?
Eu percibia a confusão de profeta com poeta
É nestas ocasiões que eu arrependo-me de ter
divulgado a minha capacidade.

Quarto de despejo
Carolina Maria de Jesus

Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele
possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos
meus sentimentos ao espírito geral e no seu interesse,
com a linguagem acessível a ele. É este o meu
propósito, o meu único propósito.

Recordações do Escrivão Isaías Caminha
Lima Barreto

É que eu sou poetisa e o poeta quer que as coisas
fabulosas pertença ao seu país. O poeta é super
patriótico!

Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco
Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra brasileira que expressou seu projeto intelectual principalmente pela literatura, o que justifica sua relevância para a literatura nacional. O que o texto delimita como projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus é o discurso esteticamente engendrado de uma pensadora brasileira. Tecendo uma escrita literária multiforme e atravessada pelas experimentações poéticas de origem popular e erudita, a pensadora constitui um estilo marcado pela dicção lírica e moralizante, estruturada em defesa de uma classe subalternizada, ao mesmo tempo que organiza uma concepção de mundo e de Brasil. A dispersão da sua obra e a intermitência de sua recepção interferem, ainda hoje, no reconhecimento de um sistema robusto de ideias sobre a maneira como o Brasil deveria ser organizado, elegendo o trabalho, a terra e a educação como trilha para adentrar seu pensamento poético. A construção do projeto intelectual da escritora, as formas literárias que esse projeto assume, suas temáticas principais e as contribuições da pensadora, como figura pública, no debate cultural brasileiro, revelam o projeto de país de uma intelectual escrevente dedicada a compreender e contribuir com a realidade brasileira.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Intelectualidade negra; Carolina Maria de Jesus

ABSTRACT

Carolina Maria de Jesus was a black Brazilian writer who expressed her intellectual project mainly through literature, which justifies her relevance to national literature. What the text delimits as Carolina Maria de Jesus's intellectual project is the aesthetically engendered discourse of a Brazilian thinker. Weaving a multiform literary writing and crossed by poetic experiments of popular and erudite origin, the thinker constitutes a style marked by lyrical and moralizing diction, structured in defense of a subaltern class, at the same time that she organizes a conception of the world and of Brazil. The dispersion of his work and the intermittency of its reception interfere, even today, with the recognition of a robust system of ideas about the way Brazil should be organized, choosing work, land and education as a path to enter his poetic thought. The construction of the writer's intellectual project, the literary forms that this project assumes, its main themes and the contributions of the thinker, as a public figure, in the Brazilian cultural debate, reveal the project for the country of an intellectual writer dedicated to understanding and contributing to the Brazilian reality.

Keywords: Brazilian Literature; Black intellectuality; Carolina Maria de Jesus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: “QUANDO INFILTREI NA LITERATURA”	8
1. “AS PORTAS DAS ACADEMIAS DO BRASIL AINDA ESTÃO FECHADAS PARA CAROLINA MARIA DE JESUS.”	21
1.1 O CÂNONE LITERÁRIO COMO EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE	25
1.2 A LITERATURA DOS NEGROS BRASILEIROS: UM EXERCÍCIO DE PERSPECTIVA.	43
1.3 A ESCRITA DE MULHERES NEGRAS	53
2. A POETA É A INTELLECTUAL	64
2.1 O PROJETO LITERÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS	66
2.2 “A POETISA NEGRA”	83
2.3 AS TRADIÇÕES POÉTICAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS	87
2.4 DIGRESSÃO PELO CONCEITO DE “INTELLECTUAL”	92
2.5 A INTELLECTUAL ESCRIVENTE	102
3. “UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”	110
3.1 INTÉRPRETE DO BRASIL	110
3.2 O LETRAMENTO POLÍTICO DA INTÉRPRETE DO BRASIL.....	114
3.4 O COLONO E O FAZENDEIRO	130
3.5 “GETÚLIO VARGAS” OU OS POLÍTICOS	140
3.6 OS NEGROS	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	171

INTRODUÇÃO: “QUANDO INFILTREI NA LITERATURA”

“Quando infiltrei na literatura
 Sonhava so com a ventura
 Minhalma estava chêia de hianto
 Eu não previa o pranto”

Carolina Maria de Jesus¹

Este texto se constrói no interesse pelo percurso intelectual de Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977), uma mulher negra que foi poeta, contista, memorialista, diarista, romancista, compositora e dramaturga, transitou entre variados gêneros literários e múltiplas formas de arte, escriturando um discurso que questiona as estruturas da vida brasileira do século XX. Os temas abordados nesta dissertação nascem de uma leitura global da vastíssima obra de Carolina de Jesus, a partir da qual constatamos a construção de um projeto intelectual, firmado em específicas categorias de autodefinição e legitimação. Utilizando-se da malha textual como seu campo de atuação, Carolina de Jesus nos permite acompanhar, por meio dos livros, sua biobibliografia crítica, através da qual embasa as temáticas abordadas em seu projeto intelectual, suas propostas artístico-teóricas, e, quando teve oportunidade como figura pública, sua atuação em defesa daquilo que considerava sua “missão”: ser uma poeta em defesa do povo brasileiro: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (JESUS, 2017, p. 37).

A trajetória literária da autora mineira, revisitada no poema que serve de epígrafe, apresenta-se hoje como um símbolo, também pela espantosa atualidade de seu pensamento. A luta por reconhecimento travada pela intelectual hoje lhe garante o espaço de representatividade qualificada do povo negro. Esse processo de reconhecimento geral da figura de Carolina Maria de Jesus nos permite compreendê-la como uma importante intérprete do Brasil: entre prantos e venturas, encantos e decepções, Carolina de Jesus apresentou profundas percepções sobre o espírito de sua época, reconheceu os meandros estruturais da fome e criticou o sistema político que sustenta o racismo brasileiro. Excluída pela lógica do colonialismo, apresenta a metáfora da infiltração - gotejante persistência em meio a trânsitos, casas e páginas: “Falavam que eu tenho sôrte. Eu disse-lhes que eu tenho audacia. Eu tenho dóis anos de grupo. Mas eu sei

¹ JESUS, 2019, p. 100.

escrever igual ao doutor eu procuro competir com o doutor” (MENEZES e BARRETO, 2023, p. 338).

Em 2022, ano do bicentenário da Independência Nacional, o jornal *Folha de São Paulo* publicou um levantamento dos “200 livros importantes para entender o Brasil”². Indicada em primeiro lugar, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), é a principal obra de Carolina Maria de Jesus. Diário-testemunho, a narrativa constitui, a partir da vivência da pobreza, da fome e do racismo, um retrato dos espaços ocupados pela mulher negra, pobre, artista e intelectual. Sessenta anos se passaram desde a sua publicação, e o texto parece mais atual do que nunca, tornando-se um incontornável clássico da literatura brasileira: a referencialidade da obra em apresentar a vulnerabilidade social que estrutura a história brasileira por meio de uma poética estetizante da dor, da fome e da precariedade (SOUZA, 2018) possibilitou o reconhecimento de uma intelectual dedicada a pensar a sociedade brasileira por meio do trabalho literário.

O percurso literário de Carolina Maria de Jesus é instigante ponto de reflexão para o pensamento cultural contemporâneo porque o caráter múltiplo que definiu a correnteza de sua trajetória é a realização estética das experiências de uma pensadora em permanente trânsito: apesar das datas contraditórias e imprecisas, a escritora nasceu oficialmente em 14 de março de 1914, mineira da cidade de Sacramento, de família muito pobre. Em *Diário de Bitita*, livro póstumo, narra a breve experiência escolar, o que lhe garantiu as primeiras letras. Reconhece também em seus familiares e vizinhos os modelos ancestrais de seu letramento, discernindo os meandros da história do Brasil através da vivência dos negros pobres: seu avô, o Sócrates Africano, estabelece um modelo de pensamento que guiará o percurso intelectual de Carolina de Jesus. Sua experiência como trabalhadora rural, a conseqüente violência de classe experimentada pela sua família, a relação próxima com a natureza e as descobertas literárias feitas nessa época serão pontos de referência para seu projeto ideal de Brasil, ponto que julgamos estrutural para a percepção de seu edifício intelectual. Além disso, a voz que se ergue das experiências é de mulher: desde a infância, a experiência interseccional de gênero forçou a escritora a reconhecer e a desafiar os limites lançados sobre a voz feminina e negra no Brasil, inclusive desafiando as representações possíveis às mulheres brasileiras com uma formulação inusual: “*Se eu fora homem, eu queria a lavoura*” (JESUS, 2021b, p. 81, grifo nosso), ou “*Se*

² **Conheça 200 importantes livros para entender o Brasil - Ilustríssima - Folha de S.Paulo.** Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/04/200-livros-importantes-para-entender-o-brasil/>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

eu fora homem eu queria enfrentar a vida com denodo” (JESUS, 2021b, p. 182) são alguns exemplos dessa tensão diante dos papéis de gênero.

De Sacramento a São Paulo, passando por inúmeras cidades, Carolina de Jesus foi lavradora, vendedora de cervejas, faxineira, auxiliar de enfermagem, artista de circo. Sua experiência de vida foi modulada pela desigualdade social que caracteriza a vida do povo negro brasileiro: apesar de grande dedicação e crença na “força produtiva do trabalho” (FARIAS, 2017, p. 71) sofreu profundas desilusões e injustiças pela exploração de sua mão de obra. A contínua peregrinação pelo interior de Minas Gerais não era apenas em busca de emprego, porque a escritora também procurou tratamento para uma enfermidade nas pernas. Suas travessias foram difíceis, motivadas por episódios de violência e uma incessante busca esperançosa por espaço.

O périplo da escritora é marcado por humilhações. Mulher de espírito inquieto e insatisfeito, atravessou sucessivos empregos, sendo babá e empregada doméstica. Intelectuais negras, como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, refletiram sobre o lugar da mulher negra nas relações sociais e econômicas do Brasil, acentuando que “a mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão-de-obra, na maioria das vezes não qualificada” (NASCIMENTO, 2007, p. 128), caracterizando o sistema de discriminação concreto edificado pelo racismo. Muitas vezes Carolina de Jesus escreveu sobre a experiência das trabalhadoras, como no poema “A empregada”, onde sintetiza suas críticas às opressões impostas às empregadas domésticas. A escritora “nunca se adaptou às regras do trabalho doméstico, considerado por ela semicolonial, e logo abriu mão de tal ocupação, pois era ‘muito independente para passar a vida limpando as bagunças alheias’” (MIRANDA, 2020, p. 8). São as experiências vividas individual e coletivamente que sustentam sua defesa da classe operária: “Os bons eu enalteço, os maus eu critico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria” (JESUS, 2016, p. 55).

Foi como empregada doméstica que deixou definitivamente Minas Gerais, chegando de trem a São Paulo, em 1937. A diáspora particular de Carolina de Jesus ecoa a diáspora africana no fenômeno do êxodo rural, esvaziamento do campo em detrimento da cidade industrializada. Em situações extremas de pobreza e exclusão, os trabalhadores rurais buscaram melhores condições em São Paulo, como registrado em *Casa de Alvenaria*:

São Paulo é uma cidade importante. Deve-se falar algo desta cidade. São Paulo era o estado enaltecido do país. As pessoas que sofriam no mundo, pensava em São Paulo suspirando:

— Oh! Se eu pudesse ir pra lá!
São Paulo era o pônto de salvação. (JESUS, 2021b, p. 189)

Não foi uma travessia fácil, no entanto: “foi adversa a minha vida na capital na Canaã do Brasil. Para não morrer tive que exercer os afazeres mais humilhante que é catar papel” (JESUS, 2020, p. 157). Em São Paulo, atravessou sucessivas atividades, morou em pensões, cortiços, “dormiu sob pórticos dos grandes prédios” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 28) e sob viadutos. O trabalho solitário de catar papel é desgastante física e psicologicamente, tendo a escritora erguido sua resistência por meio da capacidade criativa da imaginação: “Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando” (JESUS, 2017, p. 36).

A árdua atividade como catadora de papel e lata, num contexto muito anterior a qualquer organização de cooperativas que pudesse garantir direitos aos trabalhadores em suas perambulações com o saco de papel nas costas, inseriu Carolina de Jesus na vivência migrante da miséria do capitalismo selvagem, expressão do passado escravocrata brasileiro. Nessas andanças pelas ruas de São Paulo, compreendeu ainda mais o drama dos exilados pelo sistema, o que fortaleceu sua decisão (ou necessidade) de escrever para denunciar as contradições da vida brasileira, tema que depois carregará como bandeira em sua missão de intelectual: “Saí e fui catar papel. Ouvia as mulheres lamentando com lágrimas nos olhos que não mais aguenta o custo de vida” (JESUS, 2016, p. 94).

No conto “Favela”, publicado no livro *Onde estas felicidade?* (2014), Carolina de Jesus constrói a narrativa do sujeito marginalizado pela colonialidade brasileira quando da sua chegada a metrópole paulista: era época de desemprego, inchaço urbano e crise de habitações. Assim, foi arrastada pelo poder público a viver na favela, construindo ela mesma o seu barraco, grávida do primeiro dos seus três filhos sobreviventes. A favela, como escreve Fernanda R. Miranda, “foi projetada pelo estado para ‘abrigar’ aqueles que o progresso moderno preferia manter a distância” (MIRANDA, 2020, p. 18). Carolina, estabelecida na Favela do Canindé, experimentou ainda mais a crueldade da desigualdade e as diversas dimensões da violência: fome, doenças, insegurança, preconceito, medo. A incessante falta de recursos estabelece uma vida no limite da sanidade: “Eu estava tão triste! Com vontade de suicidar. Hoje em dia quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser considerado herói” (JESUS, 2017, p. 103).

Além do custo de vida, repudia a favela como um lugar saudável para formar crianças: descreve uma realidade marcada por bebedeiras, brigas e abuso infantil. Será constante sua aflição em criar as crianças naquele ambiente, sem amparo familiar ou rede de apoio: “as favelas não formam carater. A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto

de despejo” (JESUS, 2017, p. 98). Seus registros denunciam a história da mulher negra brasileira, relegada a ocupações precárias e a negação do afeto, vivenciando, por isso, “uma situação de solidão estrutural” (CARNEIRO, 2019, p. 159). Desde o primeiro parágrafo de *Quarto de despejo*, os filhos aparecem como companheiros de agruras, e são objeto de reflexão lírica, fazendo da infância uma das principais preocupações da intelectual em seu projeto de país.

Diante do exposto, pensar o conceito de uma *intelectualidade caroliniana* põe em tensão diversos discursos, característica intrínseca do lugar contemporâneo da literatura. O texto literário é possibilidade de construção da história, da memória e da consolidação de variadas identidades através das novas representações. Carolina Maria de Jesus, tornando-se símbolo da literatura marginal e periférica, entendida hoje como uma espécie de Patrona da literatura, deve também ser lida a partir da sua contribuição intelectual: se pensarmos como condição indispensável da intelectualidade a formulação de teorias, a sua obra escrita é uma teoria ampla e vasta, em diálogo com o mundo, pronta para ser explorada.

Antes de sua vida se transformar a partir do lançamento do seu primeiro livro, Carolina de Jesus já havia figurado na página dos jornais de São Paulo. A escritora demonstrou cedo a consciência da importância da mídia impressa para a divulgação dos seus textos: “Procurou redações de jornais, revistas e editoras, a fim de tentar publicar seus escritos, especialmente poemas” (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 31). Em 25 de fevereiro de 1940, o jornalista Vili Aureli, do jornal *Folha da Manhã*, publica a primeira reportagem sobre a escritora: “Carolina Maria, poetiza preta”. Explicam os curadores da exposição do IMS: “Seguindo a mesma estratégia, conseguiu publicações em 1942, 1950 e 1952, entre editoriais irônicos e elogiosos. Data dessa época a publicação do poema ‘Getúlio Vargas’, em *O Defensor*, periódico paulista favorável à eleição de Vargas à presidência” (MENEZES e BARRETO, 2023, p. 76).

“Eu sou de imprensa” (JESUS, 2021b, p. 72), se definiria depois Carolina Maria de Jesus: sua atuação literária e intelectual se disseminou por meio de um incessante trabalho de contato com as redações. Sentia-se completamente à vontade com os jornalistas, e considerava-se parte da categoria, como registra quando de uma viagem a Santos: “Chegou o outro jogador negro. Ele é famôso. Mas eu não guardo nome de jogador na mente. Guardo so os nomes dos jornalistas e os editores e os jornaes. Porque gosto de imprensa” (JESUS, 2021b, p. 313). Carolina de Jesus percorreu as páginas dos jornais e das revistas, apareceu em inúmeros programas de televisão, soube aproveitar a ribalta da fama repentina para divulgar suas ideias e para engajar suas polêmicas. A imprensa abre seus canais para a literatura de denúncia tecida pela escritora. Conceição Evaristo afirma que a obra de Carolina de Jesus “coadunava com os

anseios, com o espírito de um jornalismo de denúncia que vigorava nos anos 1950 – 1960” (EVARISTO, 2020, p. 361), ferindo o otimismo desenvolvimentista dos Anos Dourados. Seu retrato da favela rompe a idealização romântica das canções populares, desaturiza o morro dos sambas, substituindo no imaginário brasileiro o lirismo de uma favela inexistente:

Quando chegamos na favela o motorista ficou horrorizado! O seu olhar percorria de um local ao outro – Exclamou: – Credo! Que lugar! Então é isto que é favela! É a primeira vez que vejo favela. Eu pensava que favela era um lugar bonito por causa daquele samba: Favela, oi, favela. Favela que trago no meu coração... Mas haverá alguém que traz um lugar desse no coração? Enquanto o motorista fitava a favela eu pensava: com certeza o compositor do samba tinha uma mulher boa na favela. [...] O motorista condeu-se vendo o aspecto infausto que a favela representa. É que eles estão habituados a ver a bela viola que é a cidade. Não conhecem os pães bolorentos do país – as favelas. (JESUS, 1961 apud MIRANDA, 2018, p. 24)

Apesar disso, a relação entre a escritora e a imprensa não foi totalmente pacífica: são as páginas dos jornais e revistas que lançam Carolina de Jesus “no universo de circulação de discursos, mediada pela valoração ‘escritora favelada’ (MIRANDA, 2020, p. 246), modulando sua imagem no esvaziamento do elemento estético de sua obra, em função de uma sobrevalorização do aspecto documental do texto. Sua figura foi também modulada em expectativas mercadológicas, sempre adentrando o território do exótico. A complexidade da relação entre a imprensa e Carolina Maria de Jesus revela-se na fundamental ligação entre a escritora e o jornalista Audálio Dantas, personagem essencial para compreensão de Carolina de Jesus como fenômeno editorial. A partir de um encontro, na favela do Canindé, em 1958, Audálio Dantas publicou três reportagens sobre Carolina de Jesus na *Folha da Noite* (1958) e em *O Cruzeiro* (1959, 1960), apresentando ao público trechos do diário da “escritora favelada”, revelando uma figura exótica que será recebida com expressiva notoriedade. Na apresentação de 1960 de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, Dantas, o editor do diário-reportagem, afirma que Carolina de Jesus achou a chave para revelação da miséria verdadeira do Brasil: “grito de protesto. Documento grande de angústia. Saiu do lixo, como sua autora, para revelar pedaço de vida brasileira (DANTAS, 1960, p. 11).

Sucesso imediato e traduzido em treze línguas, *Quarto de despejo* foi recepcionado como “verdadeiro documento humano” (FARIAS, 2017, p. 221) pela imprensa da época, chegando a vender mais de dez mil cópias três dias após o lançamento e noventa mil em seis meses (OLIVEIRA, 2012, p. 9), movimentando críticas e reflexões a partir de seu testemunho real e cruel da rotina dos pobres lançados ao “quarto de despejo” da cidade. A repetição dos dramas cotidianos dá o compasso de uma vivência territorializada espacialmente às margens físicas e simbólicas. Sustentada pelas experiências de formação como mulher negra pobre,

Carolina de Jesus elege como pontos de interpretação do Brasil o problema do custo de vida, da fome e da miséria (MEIHY, 1996). Nas páginas do seu diário, Carolina de Jesus questiona a lógica do descarte da sociedade brasileira, o *Quarto de despejo da cidade*, imagem âncora do lirismo realista da escritora:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2017, p. 33)

Abri a janela e vi as mulheres que passam rápidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituídos por outros. E os políticos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2017, p. 34)

A transformação na vida da escritora é geralmente caracterizada como um *boom* por ter sido tão vertiginosa. É o início de um período de ascensão social que foi atribulado, inconstante e muitas vezes violento, tornando-se relevante símbolo do epistemicídio. As instâncias múltiplas do discurso de Carolina Maria de Jesus foram apresentadas ao público brasileiro em um cenário de exótico fenômeno cultural. Carolina de Jesus percebe o incomum de sua peregrinação, e afirma a intencionalidade do seu projeto: “Faz dois anos que deixei de ser lixeira para ser escritora. Eu me considero exótica. Tem pessoas que saem das Universidades pra ser escritora. E eu sai da favela. Sai do lixo. Sai do quarto de despejo. E o meu nome corre o mundo. Com as traduções do meu livro” (JESUS, 1996, p. 201). Ao se desvincular de uma noção acadêmica de intelectualidade, Carolina de Jesus, uma pensadora negra, afirma o percurso descentrado de sua produção, motivo pelo qual hoje é lida como uma intelectual orgânica, ou mais especificamente, como apresentaremos ao longo do texto, uma intelectual escreviente.

Seu segundo livro, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961) teve tiragem inicial de 10 mil exemplares, vendendo sete mil cópias, números editoriais impressionantes até para os dias de hoje, mas insuficientes para manter o interesse dos editores da época, que procuravam a vendagem de fenômeno: fora dessa estrutura comercial, a literatura de Carolina Maria de Jesus não interessava. Nessa época, instalou-se na “casa de alvenaria” de Osasco e Santana, passando depois seus últimos anos no sítio em Parelheiros. Por sua atuação como intelectual, fez viagens para Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, além das visitas a Argentina e ao Uruguai para falar sobre seu trabalho como escritora, sua vida na favela e as soluções que propunha aos dramas sociais e políticos. Perdendo espaço no mercado

editorial, ainda em vida publicou *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1965), pagos com as próprias economias.

Após o estrondoso sucesso inicial, Carolina Maria de Jesus foi sofrendo, progressivamente, um apagamento de sua literatura no Brasil, embora tenha mantido esparsa presença ao também publicar textos e trechos na imprensa, através de entrevistas feitas ao longo de sua carreira. Nesses momentos, a modulação de sua imagem é realizada pelos meios de comunicação, transformando sua imagem em exotismo.

O isolamento que marca a última quadra da vida da escritora nos leva a entender o epistemicídio como exercício do racismo estrutural que organiza o imaginário brasileiro. Apesar de ter ficado famosa, a escritora passou por um processo de esquecimento editorial que não foi contestado pelo público leitor da época. Criou-se um estereótipo de “escritora que enlouqueceu” para desqualificar o específico lugar de análise do comportamento social que detinha Carolina, intelectual dedicada a registrar esteticamente a história do povo negro brasileiro.

A produção artística caroliniana está estabelecida naquilo que Evelina Hoisel nomeou de “limiar”, porque “é a linha que determinará – ou prescreverá uma parada, um momento de suspensão no qual é necessário se deter, mas também possibilita a ultrapassagem, a travessia, a transgressão” (HOISEL, 2019, p. 20). As mobilizações representadas pela obra de Carolina Maria de Jesus interpelam o sistema literário brasileiro, expressão da branquitude e da colonialidade. Na contemporaneidade, o espaço da produção de literatura é constituído pelo entrecruzamento dos discursos. É preciso um momento de suspensão para constatar como Carolina de Jesus ocupou o espaço de agente construtor do conhecimento. Reclamando o espaço de privilégio da atividade reflexiva³, a escritora faz do seu texto literário espaço da história, da memória e da consolidação de sua identidade, o que é uma transgressão pelo seu “entre-lugar”.

Em seus textos, éditos e inéditos, Carolina de Jesus apresenta considerações sobre a sua visão de Brasil – que nasce da experiência de vida de uma mulher negra –, e as estruturas de sua realidade desigual: o racismo e o classismo organizam as ponderações sobre a desigualdade, a miséria, a fome, o preconceito. Afirma Fernandez (2019, p. 8): “sua obra pode ser vista como expressão significativa da re-apresentação de uma realidade, expressa por meio do ‘povo que faltava’ (DELEUZE & GUATTARI, 1977)”. O sujeito emerge a partir da história e busca assumir seu lugar de fala, ocupando-se da emergência de suas memórias e discursos. Reclamando para si elevação espiritual que orienta sua conduta moral e modula sua língua-

³ Virgínia Woolf falou de “um teto todo seu”.

literatura, busca decodificar a vivência do povo brasileiro e, assim, seu projeto de país é tecido por uma *educação pela fome*:

O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças. (JESUS, 2017, p. 27)

Manifestando-se em favor dos outros, essa pensadora se coloca como representante daqueles que não podem expressar sua voz, tornando-se, por isso, uma intelectual-símbolo do pensamento brasileiro. Motivada pelo sofrimento e pelos sonhos, seus e dos seus, é uma escritora que frequentemente se insurge contra o modelo de governança vivido pelos brasileiros, e suas ácidas, ferozes e irônicas leituras dos comportamentos políticos parecem desenhar o cenário brasileiro atual: o custo de vida, a situação de subalternização da mulher negra, a solidão da maternidade da mulher negra, a "fome, preconceito, inviabilidade de transformações políticas sem grandes reformas (MEIHY, 1996, p. 286).

Como eixo fundamental na compreensão do projeto literário de Carolina Maria de Jesus, seus diários permanecem o corpus mais instigante, por fornecer um amplo panorama da trajetória da escritora preta que tem sua vida abruptamente transformada, transformando-se numa figura pública alçada aos debates mais relevantes de sua época. São nas páginas de reflexão de um gênero difícil para a escritora, como veremos nos próximos capítulos, e que revela seu senso de missão, os temas e ideias fundamentais de seu projeto intelectual, a delimitação de suas atribuições e sua prática como intelectual. *Quarto de despejo, Casa de Alvenaria e Meu estranho diário* atravessam toda a leitura como alicerces.

Para além dos diários, é essencial, no discernimento do perfil intelectual da escritora, entender a formação de um paideuma que organiza seu letramento e guia sua formação intelectual, itinerário recordado em *Diário de Bitita*, texto que, apesar das limitações editoriais, nos auxilia a reconhecer categorias específicas criadas pela própria escritora na medida em que apresenta seus modelos de atuação da atividade intelectual. Nesse sentido, recorreremos também ao conto “O Sócrates Africano” (2018), destacando ainda o “Prólogo 2” (2018), texto memorialístico sobre suas aptidões poéticas, além de trechos dos diários e de *Provérbios*.

Essa intérprete nacional nomeia suas memórias a partir do principal prisma de sua produção: “*Um Brasil para os Brasileiros*” é o título original da obra que nos chegou como

Diário de Bitita, o que transmite a dimensão histórica da tarefa de Carolina Maria de Jesus e permite que a escritora seja lida como uma intelectual orgânica. É o enfoque central de sua obra: a particular visão de Brasil de uma escritora negra ensaja a tarefa pedagógica de orientação do seu povo e o vínculo com o seu tempo. “Prólogo 1”, pensado como prefácio para um livro de provérbios, é um registro que sintetiza o projeto de Brasil de Carolina de Jesus, esquema expandido em outras categorias constatadas na tipologia crítica exibida em *Quarto de despejo* e *Casa de Alvenaria*: a terra e a lavoura como imagens do Brasil projetado, o povo, o trabalho, o sistema político, o custo de vida, a pobreza e a fome como manifestações da desigualdade entre as classes, a educação pela fome como modelo de governança justa.

As estratégias de apresentação-infiltração de seus pensamentos e ideais são intimamente ligadas às tradições orais afro-brasileira: seus poemas, sambas e provérbios retomam algumas dessas temáticas. Por exemplo: “O Colono e o Fazendeiro”, “Noivas de Maio” e “Negros” foram declamados pela artista em variados programas de rádio, televisão, entrevistas, debates e compromissos políticos. Assim como seus provérbios são concebidos em preocupação constante com a formação moral dos leitores-cidadãos, a declamação dos poemas é a atuação pública da intelectual negra, engajada em sua missão pedagógica.

Diante disso, em consonância com a fortuna crítica, que busca entender a magnitude da obra da escritora para além da sua obra mais conhecida, a leitura de Carolina Maria de Jesus como uma intelectual brasileira se impõe, na contemporaneidade, como necessária para apreender as complexidades do sistema cultural brasileiro. Em poesias, diários, memórias, romances, provérbios, Carolina de Jesus apresenta ideias-chaves que formam um vasto projeto de interpretação do Brasil, expressas em percepção críticas sobre o passado histórico nacional, lamentos trágicos sobre sua contemporaneidade de precariedade, sem nunca deixar de idealizar (e propor) utopias sobre o futuro do país: ao narrar a fome como professora de governantes, Carolina de Jesus reconfigura “as formas de representação do sujeito subalternizado” (SOUZA, 2018, p. 120), assumindo-se como sujeito capaz de reorientar a realidade por pensar nas dificuldades dos mais atingidos pelas contradições brasileiras.

Infiltra, deste modo, suas opiniões a conta-gotas em áreas de reflexão que inscrevem seu nome na história do pensamento cultural do país e nos permite reclamar o *reconhecimento* de seu lugar como intelectual brasileira. No entanto, é preciso ficar manifesto que os variados trabalhos que vêm sendo construídos nesse sentido não devem ser lidos como o outorgamento de um lugar de intelectual, por parte da academia, à escritora, já que seu espaço e seu lugar devem ser reconhecidos e lidos pela realidade de sua voz, que ecoou através das décadas, apesar do importante apagamento de sua memória.

Pensar Carolina de Jesus como uma intelectual negra é reconhecer a complexa rede de discursos que constitui a *intelligentsia* negra e brasileira no século XX. Carolina de Jesus não pode ser reconhecida apenas como escritora criativa, já que o cerne de sua obra é reflexão crítica diante do mundo. Não é cabível reduzir sua obra, como disse Audálio Dantas, personagem relevante na história de Carolina de Jesus, a ser tão somente uma “voz, intérprete das angústias faveladas”, que caiu na ilusão de “ser um gênio literário, uma espécie de fenômeno”, uma coisa da moda que foi “exaustivamente consumida” (FARIAS, 2017, p. 348).

Ao cartografar o projeto intelectual de uma pensadora brasileira que marcou século XX e já se consolida como um dos símbolos mais relevantes das transformações culturais do Brasil do século XXI, é preciso não perder de vista que Carolina de Jesus não está eximida de contradições: observamos a visão de mundo e de sociedade articulada por uma mulher negra que está em contínua negociação com os valores de seu tempo, avançando e retrocedendo em sua margem de água, sempre tensionando os limites das opressões pela estratégia da infiltração. Sua trajetória intelectual não é, resalte-se, página de hagiografia: ao acompanharmos o percurso intelectual de Carolina Maria de Jesus através dos seus diários, temos vivo contato com seus registros de contradição. No prefácio de *Casa de Alvenaria* (2021), introdução escrita por Vera Eunice de Jesus e Conceição Evaristo, afirma-se:

Em Carolina há ainda contradições, severidade e julgamentos preconceituosos contra as pessoas que não pautam a vida e os afetos segundo padrões heteronormativos. Em relação à condição das mulheres também existem algumas posições ambíguas. Argumentava em favor da liberdade feminina – afirmando não ter se casado para poder ser livre, independente – e apresentava coragem suficiente para demonstrar seus afetos, desejos e interesses diante dos homens que lhe agradavam, entretanto valorizava um comportamento bastante conservador para as mulheres casadas. Acreditava que as esposas deviam honrar seus maridos, mas opinava a respeito dos homens que sufocavam as mulheres em suas qualidades. (JESUS, 2021, p. 18)

Suas visões conservadoras nascem das agruras enfrentadas no cotidiano de interdições e cobranças hiperbolizadas pelo racismo brasileiro. O discurso conservador é contraditório com suas posições íntimas, e sustentou relações políticas aparentemente curiosas, como com Adhemar de Barros e Jânio Quadros, apesar de sempre ter suas convicções calcadas em percepções da realidade vivida como mulher subalternizada. Desse modo, afirma Sousa (2012), “o conservadorismo de Carolina pode ser compreendido pela sua valorização desmesurada do trabalho, da sobriedade (daí o seu horror ao álcool e à decadência por ele provocada), da organização social e da educação. Na realidade, trata-se de uma visão herdada da ideologia do Estado Novo” (p. 71).

Assim, as ambiguidades, os interstícios do discurso infiltram a estrutura do seu pensamento, possibilitando ao leitor brasileiro encontrar uma notável intelectual negra, com uma obra rica em signos próprios das errâncias carolinianas: “Talvez, Carolina, só agora sua errância a conduza a um lugar que é todo seu: a inscrição de seu nome, de sua obra, na literatura brasileira” (JESUS, 2021, p. 18). Pela literatura de enunciação das margens, realiza-se uma intérprete do Brasil.

Diante do exposto, o primeiro capítulo se concentra em reconhecer o contexto literário que levou os “círculos literários” a restringir o alcance da obra de Carolina de Jesus ao exótico ou documental. Tomando como referencial teórico as reflexões de Grada Kilomba e de autores do pensamento decolonial, a primeira seção do texto investiga os monumentos culturais e literários legitimados pelo cânone, uma das mais expressivas estruturas do colonialismo. Em diálogo com Eduardo de Assis Duarte, Silviano Santiago, Sílvio Almeida e Ana Cristiana Chiara, as reflexões sobre as obras canônicas da literatura brasileira conduzem a interrogação que impulsiona este texto, essencial também para a recepção contemporânea do projeto literário de Carolina Maria de Jesus: deslocada das categorias historiográficas, como apresentá-la aos estudantes do presente e do futuro, para que sua obra possa ser lida em sua dimensão de discurso constitutivo do imaginário brasileiro?

Por conta disso, a segunda seção propõe um exercício de perspectiva na leitura da literatura negra e/ou afro-brasileira, principalmente no momento de reorientação de práticas pedagógicas na Educação brasileira. Interessados em localizar o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus, compreendemos a literatura de Carolina de Jesus como arcabouço teórico para uma nova história nacional, repleta de futuro. Para minuciosa compreensão, dialogamos com Domício Proença Filho, Eduardo de Assis Duarte, Lélia Gonzalez, Cuti e Conceição Evaristo, a fim de melhor conceituar e caracterizar a literatura dos negros brasileiros, lugar de memória e de fundação da própria cultura nacional.

Por fim, encerramos o primeiro capítulo tecendo considerações sobre a escrita das mulheres negras, a partir das contribuições teóricas de Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene e Lívia Natália Souza, dentre outras pensadoras. A multiforme figura da “Mãe Negra”, título atribuído à Carolina Maria de Jesus em 1960, mobiliza considerações sobre como as temáticas carolinianas urdem, a partir do ponto de vista das mulheres negras, inaudito e fundador, projetos de futuro sonhados na voz dos excluídos pelo discurso colonial.

Superadas, portanto, as necessárias contextualizações conceituais que nos guiarão na leitura da obra de Carolina de Jesus, o segundo capítulo continua a cartografia do projeto intelectual da escritora, reconhecendo a literatura como principal forma de expressão. Sua

dicção artística, é preciso destacar, é resultado de uma longa formação baseada principalmente na poesia: compreender a intelectual só é possível através da vasta compreensão da formação e da missão da poeta. É uma escritora múltipla, mas principalmente poeta. O projeto intelectual da pensadora que emerge da sua escrita se apresenta por meio de uma coesa da visão de mundo, e de uma linguagem heterogênea e multiforme que integra uma original dimensão estética.

Nesse sentido, é necessário destacar a presença constante de algumas das mais relevantes pesquisadoras da obra de Carolina Maria de Jesus na contemporaneidade na delimitação do projeto literário da escritora: Amanda Crispim Ferreira, Raffaella Fernandez, Fernanda Miranda, Verônica de Souza Santos, além de reconhecermos as contribuições de Elzira Divina Perpétua e Germana Henriques Pereira de Sousa. As leituras que essas pensadoras fazem das temáticas, estilo e linguagem caroliniana estão presentes também nas segunda e terceira seções, onde investigamos o paideuma poética que sustenta o discurso da intelectual mineira. Encerramos o segundo capítulo com uma digressão pelo conceito de intelectual, caracterizando Carolina Maria de Jesus principalmente como uma intelectual escrevente.

Finalmente, o terceiro e último capítulo busca sintetizar a mensagem principal deste texto: Carolina Maria de Jesus é uma intérprete do Brasil, e precisa continuamente ser lida como tal. Merece maior consideração a leitura da escritora como uma intelectual brasileira que apresentou um robusto projeto de país, centrado principalmente na luta contra o racismo, a necessidade de educação, trabalho e terra como caminho de um desenvolvimento próspero e democrático. Para melhor compreensão de suas temáticas, iniciamos esta última parte contextualizando o letramento político que orientou sua prática intelectual e literária. Três poemas foram selecionados para exemplificar as principais linhas do pensamento da intelectual negra: “Colono e o Fazendeiro”, “Getúlio Vargas” e “Os Negros”. O seu projeto intelectual concretiza como um projeto de país, refletindo criticamente sobre as estruturas que sustentam as injustiças da vida nacional, assumindo a voz do “povo que faltava” para a construção do Brasil: as mulheres, os negros, os favelados, os operários, os servidores públicos, a classe média, os estudantes, as crianças.

1. “AS PORTAS DAS ACADEMIAS DO BRASIL AINDA ESTÃO FECHADAS PARA CAROLINA MARIA DE JESUS.”

“Eu sou igual a água, se faz um dique impedindo o seu curso, ela vai evoluindo-se e transpõe”

*(Carolina Maria de Jesus)*⁴

Carolina Maria de Jesus é um símbolo expressivo da cultura brasileira contemporânea. Sua figura pública interferiu no debate sociocultural do Brasil na década de 1960, e hoje seus textos tornam-se arcabouços teóricos da leitura cotidiana de uma nova história para o país, urdida nas salas de aula do ensino básico ao universitário, além de se estabelecer como referência epistemológica de movimentos de mulheres negras, homenageada por cursinhos populares, intitulado concursos literários, tornando-se uma referência necessária na percepção da memória nacional. Carolina de Jesus viveu experiências de fome e precariedade, fazendo da escrita resistência às tentativas de subalternização do discurso colonial da branquitude. É, pois, uma das escritoras mais relevantes do século XX, contribuindo com ineditismo para a formação da identidade negra brasileira e de uma ideia política de país.

Uma mulher negra que atravessou o cenário brasileiro como um fenômeno: fizeram da sua imagem e da sua obra mercadoria, processo que ela sempre enfrentou com sua indelével presença, também reclamando para si as qualidades da água, trilhando sinuosidades como estratégia de ação. Por vezes com a força de águas tempestuosas, por vezes a conta-gotas, seus textos traçam uma cartografia da sociedade brasileira por meio da experiência de uma pessoa que, na lida com a pobreza e exclusão durante toda sua vida, formulou meditações filosóficas sobre o caráter trágico da existência, tecendo explicações para os fatos, pessoas e ideias que observava. As páginas de sua obra afirmam a alteridade que desorienta as práticas tradicionais de legitimação do conhecimento de instituições como as universidades e academias, espaços historicamente representativos do discurso canonizado da colonialidade. Não é o sistema acadêmico que legitima a literatura da pensadora, portanto, e isso poderia ser aplicado a qualquer literatura. Carolina de Jesus frequentou apenas um ano e meio de grupo escolar. Seu letramento múltiplo, autodidata, foi construído em suas andanças e pesquisas, em vívido contato com as experiências de invisibilização.

Nessa perspectiva, a educação crítica que lê Carolina de Jesus como uma intelectual brasileira reconhece a relevância de uma obra engajada na defesa dos pobres, inédita em seu

⁴ JESUS, 2021a, p. 119.

espaço de enunciação, comprometida na formulação prática de um projeto de país. Para compreendermos o perfil intelectual dessa escritora negra brasileira, a ancestralidade a qual se filia, suas estratégias de ação e as temáticas estruturantes do seu pensamento, além de identificarmos o espaço que hoje ocupa no sistema literário-cultural do país, precisamos trilhar uma cartografia densa, marcada pela migração de espaço, por transposições e infiltrações de ideias, perseguindo cursos sempre em transposição. Não é possível compreender a amplitude do símbolo que é Carolina Maria de Jesus sem levar em conta seu texto, sua palavra, sua literatura.

A notícia que Carolina virou estátua em Parelheiros⁵ acompanha um momento em que a fortuna crítica parece caminhar para uma outra fase da recepção de sua obra, indo para além de *Quarto de despejo*. Quando uma figura literária vira estátua, o que observamos é um procedimento de canonização formulado por uma cultura clássica que se estabelece como dominante, enunciadora do discurso hegemônico: as cidades do Brasil homenageiam dessa maneira ostensiva e reverente muitas personagens históricas. Em uma breve cartografia interessada, inicialmente penso na grande inspiração condoreira de Carolina Maria de Jesus, Castro Alves, eternizado em sua praça, em Salvador, símbolo de tantas canções. Lembro da estátua de Jorge Amado, autor mundialmente reconhecido, superado em vendas pela escritora negra durante o ano de 1960 e 1961, acompanhado de Zélia Gattai, fotógrafa que eternizou o vestido carnavalesco de Carolina de Jesus, instalados no Rio Vermelho, bairro onde moraram.

Recordo dos óculos de Carlos Drummond de Andrade, tantas vezes roubado em seu assento à beira-mar, ação da realidade brasileira sobre o símbolo cultural, e nas estátuas carioca e pernambucana de Manuel Bandeira, escritor que defendeu a linguagem caroliniana, na contramão de tantos críticos da época. Clarice Lispector, contemporânea de Carolina, também é homenageada no Rio de Janeiro, sendo mais uma personagem na paisagem urbana, assim como Machado de Assis, sentado em apoteose de deus clássico na Academia Brasileira de

⁵ A estátua foi inaugurada em julho de 2022. Segundo reportagens (*Estátua de escritora Carolina Maria de Jesus é inaugurada em SP*, 2022), o local da escultura foi alterado após campanha de moradores exigindo um espaço de destaque no centro de Parelheiros. A ideia original da prefeitura de São Paulo era instalar a estátua, de autoria da artista plástica Néia Ferreira Martins, em um parque linear em Parelheiros, local vazio e distante, onde o símbolo não cumpriria sua função de memória visível. A estátua foi instalada em fevereiro de 2022, ficando cercada por tapumes até a remoção definitiva, cinco meses depois, para a Praça Júlio César de Campos. É uma interessante alegoria que representa o esforço capitaneado pelos leitores de Carolina de Jesus em busca do seu reconhecimento como símbolo nacional, e as estratégias de apagamento que ainda hoje persistem de maneiras sutis.

Letras, parecendo recordar a frase de Joaquim Nabuco: “[...] eu pelo menos só vi nele o grego” (NABUCO apud DUARTE, 2020, p. 265).

Penso também naqueles monumentos que são erguidos pela dissonância que representam, porque é por ser um símbolo de contestação que Carolina Maria de Jesus torna-se escultura tantos anos depois de sua morte. As estátuas de Lima Barreto, erguidas no Rio de Janeiro em 1935 e 2011, consagram a existência daquele que viveu experiências consequentes do racismo brasileiro, assim como Cruz e Sousa e Carolina, e que escreveu em *Cemitério dos vivos*, obra antecipadora de *Quarto de despejo*: “Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.”⁶, desencanto que tantas vezes veremos no romântico gênero caroliniano da lamentação, que é, ao mesmo tempo, uma espécie de reivindicação diante das agruras da vida, colocando-se como participante de uma corrente trágica dos grandes nomes da cultura, todos recordados em pedra ou bronze:

Eu ando tão dessiludida que não lamento nada que me ocorre. Eu já disse que não ha possibilidade ser-se feliz. Nem Cristo que era puro encontrou felicidade na vida. A historia revela os desditos dos que passaram por este mundo. Euclides da Cunha, Maria Antonietta, Santos Dumont, Getulio Vargas e outros. A Dona Rosa diz que eu sou forte que sei impôr contra as adversidades. (JESUS, 2021a, p. 86)

Destaco ainda, nesse inventário dos símbolos da memória literária visíveis nas ruas das cidades brasileiras, as esculturas de Maria Firmina dos Reis, no Maranhão, a primeira mulher – mulher negra – a publicar um romance no Brasil, mais uma escritora negra essencial para a constituição da memória do povo brasileiro, resgatada do esquecimento apenas recentemente e cujo estudo da imagética, realizado pelo pesquisador Rafael Balseiro Zin⁷, descreve um processo de embranquecimento (o que também aconteceu com Machado de Assis) e representações distorcidas que devem ser lidas como práticas de manutenção do discurso dominante da branquitude.

Os monumentos literários erigidos pelo poder público acompanham momentos de consagração. As esculturas que ilustram a cidade são instrumentos políticos de construção de memória, e fazem parte de um jogo de lembranças e de esquecimentos. Entre estátuas que caem e estátuas que são erguidas, sejam símbolos de reafirmação de tradições estéticas ou de reorientação e questionamento, o mundo continua se afirmando instável, recordando sempre o texto literário como possibilidade de construção da história, da memória e da consolidação de variadas identidades, seus discursos e outras representações possíveis. Verificamos aqui uma

⁶ BARRETO, Lima. *Diário do Hospício e o cemitério dos vivos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁷ ZIN, R. B. A dissonante representação imagética de Maria Firmina dos Reis: da simples denúncia às formas encontradas para se desfazer os equívocos. *Revista de Estudos Linguísticos e Literários (UFBA)*, 2018.

reorientação daquilo que a colonialidade funde nas estruturas culturais: é nesse contexto que se estabelecem lutas desiguais e violentas “entre os saberes hegemônicos e não hegemônicos” (GOMES, 2009, p. 420).

Chegamos, portanto, a um ponto de inflexão que nos leva a um *exercício de perspectiva*: apesar do anúncio de que seria erguida uma estátua de Carolina de Jesus, sua voz não é a representação do poder hegemônico, sendo símbolo de questionamento, rasura e de tensão, um contínuo provérbio elucidativo, uma outra interpretação do Brasil. Dessa maneira, compreendemos a sua obra como momento fundador, não de uma outra vertente do cânone literário – um filão marginal, que corre por fora do padrão –, mas da ampliação – reorientação – do que é o sistema literário brasileiro.

As estátuas também são meios midiáticos de perpetuação da ideia de cânone, assim como as produções universitárias ou editoriais, legitimadas como expressão de um pensamento oficial, divulgador de uma lógica e de uma ordem.

Nesse ponto de investigação, para alcançarmos alguma maneira de delimitação acadêmica do projeto intelectual de Carolina de Jesus, é preciso compreender em que espaço cultural a obra da escritora é lida hoje, diante dos jogos de poder que sustentam as noções de cultura e literatura, no conjunto dinâmico das produções brasileiras. A escritora construiu a maior parte de sua obra artística trabalhando com as palavras, escrevendo por sua dicção poética uma permanente revolução no campo da linguagem literária por meio de memórias, romances, contos, provérbios, peças de teatro, composições musicais, poemas. Foi pela discursividade literária que Carolina Maria de Jesus expressou seu projeto intelectual, interessado em observar a realidade brasileira, como se pode notar na seguinte análise que faz do governo de Jânio Quadros:

— O que acha do Janio Quadros?

Eu disse: que o Janio, quando quer ser elêito bajula o povo depôis de elêito metamorfosêia-se.

Um senhor disse:

— O Janio não precisa bajular o povo porque, ele, ja está no posto maximo. E o povo, no posto mínimo.

Respondi revoltada com a ignorancia do interlocutôr que não perçebe a desorganisação no país.

A reforma cambial é o comprovante, que vem impêdir o pobre comêr.

Mas era as incientes que acreditam que o governo vae melhorar a condição de vida da massa humana. Quem vae melhorar a vida do homem, é o propio homem. Iducando-se, sendo bom uns aos outros. E abolindo os defêitos nocivos que são prejudiciaes.

Com uma formação moral perfêita, havemos de ser — felizes. (JESUS, 2021b, p. 355)

No trecho, verificamos os principais aspectos do projeto de país formulado pela intelectual em sua obra literária: sua dicção moral, fruto de seus letramentos poéticos, políticos e

ancestrais, revolta-se com as ineficiências governamentais em promover uma verdadeira democracia aos cidadãos pobres. A intelectual compreende a educação do povo como caminho de superação das desorganizações do país, tomando como atitude individual a transformação da consciência coletiva. O objetivo de uma formação moral perfeita é a felicidade geral e a superação dos defeitos – como os políticos metamorfos.

Para uma apropriada consideração sobre a contribuição intelectual de Carolina Maria de Jesus para a cultura brasileira, é necessário – ainda que brevemente, por ser uma discussão recorrente e muito explorada – resgatarmos a noção de cânone literário, traçando concisas considerações sobre a sua lógica de criação e legitimação.

1. 1 O cânone literário como expressão da colonialidade

Em *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus registra um episódio significativo para compreensão da dinâmica entre as instituições de poder e a voz dos grupos subalternizados pela violência da ordem colonial.

Descemos no Largo do Arouche e o repórter começou fotografarme. Levou-me no prédio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e puz o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta. (...) O porteiro pegou o meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermédio que eu ganho o pão de cada dia. O repórter surgiu e disse que foi ele quem me mandou eu sentar no degrau. O porteiro disse que não tinha permissão para deixar que quem quer que fosse sentar-se na porta do prédio. (JESUS, 2017, p. 153)

No auge da campanha de divulgação do livro-fenômeno, a escritora posa para a imprensa, espaço do qual sempre se sentiu pertencente. A relação entre Carolina Maria de Jesus e a imprensa tem uma destacada e importante significação na sua trajetória profissional, como fica provado pela histórico de aparições de Carolina de Jesus nos jornais brasileiros.⁸ No trecho, a fotografia registra a imagem pública de Carolina Maria de Jesus: sentada à porta, ou seja, do lado de fora da instituição, ocupando as margens, a autora, nessa época ainda moradora da favela do Canindé, carrega em suas mãos o símbolo daquilo que a teórica e poeta Lívia Natália chamou de “poética da fome e escrita da precariedade” (2017): o saco de papel, precário instrumento, era o ganha-pão de Carolina de Jesus. O porteiro, aqui personagem imediato da

⁸ Um evento de definitiva consagração da escritora foi a exposição “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros” apresentada no IMS São Paulo de setembro de 2021 a abril de 2022. No catálogo que a documenta estão registradas as primeiras reportagens sobre a escritora em 1940, 1942, 1950 e 1962, antes da explosão de 1960, com a publicação de *Quarto de Despejo*. Os organizadores da exposição escrevem: “A imprensa cumpriu um papel importante, mas ambivalente na trajetória de Carolina.” (MENEZES; BARRETO, p. 73, 2023), dimensão será mais explorada ao longo deste trabalho.

normatização do cânone, toma em suas mãos a metáfora do seu trabalho e sustento, ao mesmo tempo que “impede” o acesso da escritora negra ao lócus de autoridade e poder do conhecimento: quem quer que fosse a pessoa, só se entra nas instituições continuadoras do domínio através dos rituais excludentes da lógica colonial.

Fotografar Carolina Maria de Jesus, naquele importante ano de 1960, do lado de fora da Academia Paulista de Letras, com o seu saco de papel, coaduna com a exotização da imagem da escritora pretendida pelo repórter, que “manda” a autora posar para as matérias. É uma imagem que corrobora a ideia da “escritora improvável”, como tanto a intitularam: fora da norma-cânone, enunciando suas leituras a partir de um espaço de precariedade, é resultado de um encontro fortuito e aleatório com o repórter Audálio Dantas. Há alguma verdade na imagem, ainda que a insistência dessa modulação da figura vire uma estereotipização ao longo das décadas, por reduzir toda a complexidade da mensagem de Carolina de Jesus à repetição da miséria e do testemunho fidedigno da pobreza, além de apagar, pela insistência da narrativa do elemento exótico apadrinhado pelo jornalista salvador, toda a estratégia de infiltração da escritora. A fotografia diante da Academia, contudo, é também, uma denúncia, porque escancara, a partir de um discurso crítico, a alienação das instituições diante da força criativa daqueles que são postos à margem. A repetição desses símbolos no ao redor da imageria da escritora – o saco de lixo, os cabelos nem sempre à mostra, a favela como pano de fundo –, por sua vez, contribuirão para a operação, no presente, de se ler a autora pelo avesso de tal simbologia, e o novo discurso crítico sobre Carolina buscará colocar suas imagens “em crise”.

Em *Casa de Alvenaria*, seu segundo livro, lançado originalmente com as supressões editoriais de Audálio Dantas em 1960, tendo sido reeditado em 2021 e publicado em dois volumes, a escritora sintetiza a maneira como a literatura afro-brasileira é recebida pelos círculos literários brasileiros:

Chegou a Dona Helena Figueiredo. Convidou-me para sair que ela ia fotografar-me para uma reportagem. Alugamos um táxi ela fotografou-me na porta da Academia Brasileira de Letras, a porta estava fechada, ela disse:
— As portas das Academias do Brasil ainda estão fechadas para Carolina Maria de Jesus. (JESUS, 2021a, p. 131).

Grada Kilomba, em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2020), aponta que o espaço acadêmico se apresenta como um lugar neutro, reconhecendo-se como universal, mas deve ser lido como um lugar de expressão dos discursos oficiais, selecionando aqueles que cumprem os requisitos e deslegitimando a criatividade resistente dos sujeitos

marginalizados. Carolina de Jesus registra, através da sua personagem-repórter, “uma hierarquia violenta que determina quem pode falar” (KILOMBA, 2020, p. 34).

A colonização das esferas do saber só legitima uma erudição que reproduza as estruturas do pensamento dominante, e é por isso que Carolina de Jesus, apesar de ter sido um fenômeno comercial nunca visto na história da literatura brasileira, não foi entendida pelos acadêmicos da época como um nome relevante dos círculos literários, mas simplesmente como uma testemunha da realidade da época, a quem foi dada uma temporária permissão de participar das seletas rodas. As análises e os mitos do universal, da objetividade e da neutralidade engendrados por Grada Kilomba são necessários instrumentos teóricos para a leitura dessa cena-símbolo: na porta da Academia, fora do espaço de poder legitimado pela lógica da branquitude, Carolina é um discurso marginal pois se nomeia, “criando um novo discurso com uma nova linguagem.” (KILOMBA, 2020, p. 38). As temáticas e a estética de Carolina de Jesus não foram entendidas como importantes o suficiente para adentrarem o abstrato castelo do cânone, e a frase “as portas das Academias do Brasil ainda estão fechadas para Carolina Maria de Jesus” ainda guarda infeliz atualidade: quando, em 2018, Conceição Evaristo subiu as escadarias da Academia Brasileira de Letras para oficializar sua anticandidatura, recusando-se a cumprir os bajulatórios rituais impostos pela tradição canônica, as portas da instituição se fecharam, escancarando a óbvia ausência de representatividade de mulheres negras no abstrato conceito de “cânone”.

Segundo postulam diversos autores⁹, a noção de cânone se estabelece a partir da prática religiosa europeia. O termo (literalmente “vara de medir”, derivado do grego) vincula-se ao sentido de “norma” e “lei”: os textos oficiais que compõem o edifício bíblico são pontificados por autoridades constituídas para esse fim, em detrimento daqueles excluídos como apócrifos. São, portanto, textos autorizados por algum motivo ideológico, porquanto todo ato de leitura e escrita carrega em si a intenção do produtor e/ou organizador. Quando a instituição cristã-católica procura incensar uma figura específica como exemplo de conduta e moral, chama-se a esse processo de inclusão do nome à uma lista sancionada pelo poder oficial de *canonização*. São práticas do discurso hegemônico que se ampliam às artes: “com o passar do tempo, a palavra adquiriu o sentido específico de textos autorizados, exatos, modelares”, afirma a professora Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 61) em *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*.

Na tradição europeia, que se enxerga como canônica e primeira, o sentido restrito do termo se torna uma ideia comum no contexto cultural quando apresenta uma seleção de autores e obras

⁹ PERRONE-MOISÉS, 1998; REIS, 1992.

entendidos como essenciais para compreensão de uma época e seus paradigmas, além de se tornar a própria “vara de medir” que guiará as percepções artísticas do futuro. Segundo Perrone-Moisés, Dante Alighieri, no século XIV, chama de “bela *scuola*” e de “habitantes do *nobile castello*” os autores clássicos, eleitos como modelo de produção estética em uma época que valoriza a imitação. É uma imagem que permanece na expressão “torre de marfim”, comumente utilizada para descrever o encastelamento de intelectuais, acadêmicos e escritores consagrados na cartografia de um sistema cultural. Esse exílio, tantas vezes performado, e que por vezes é alienação, auratiza os eleitos de uma tradição que se considera universal (nesse sentido, a ideia de “*alta cultura*” é bastante reveladora), não apenas pela filiação à percepção greco-latina de clássico, mas por serem, como enunciou Kant, “exemplos de uma regra universal impossível de enunciar” (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 63).

Aquilo que é impossível de enunciar está entregue ao campo da impressão subjetiva dos autores de compêndios e manuais, apesar dos critérios falsamente objetivos: a *escolha* – seleção e inclusão – depende do *valor* do texto. A regra que é designada como parâmetro de valor estético “desinteressado”, constituindo-se uma disciplina entre o século XVIII e XIX, é marca da lógica da colonialidade/modernidade na tessitura cultural do Ocidente. Os eleitos para a consagração canônica são envoltos, como afirma Roberto Reis, “por uma redoma de a-historicidade” (p. 3, 1992), como se fossem estabelecidos por matéria de fé ou de conhecimento restrito aos iniciados. A origem religiosa do termo mantém alguma necessidade de fé ao constituir os critérios estéticos (*o valor*) que determinam a seleção das obras resgatadas do (ou fadadas ao) esquecimento histórico: desejou-se o Bem e o Belo, símbolos do código moral e estético que resumem os valores literários consagrados pelos críticos e pelas Academias (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 11). Mesmo após as reorientações de paradigmas interiores do discurso eurocentrado e as buscas dos escritores dos séculos XIX e XX pela íntima razão da escrita, os valores institucionais hegemônicos, apesar de importantes convulsões, permanecem como sustentação da estrutura crítica tradicional: a historiografia literária ainda pressupõe a existência de uma literariedade e arte pura (esteticismo), um resquício parnasiano de forma finamente elaborada com monumental capacidade de expressar.

É preciso, entretanto, questionar o que Eduardo de Assis Duarte chama de “ideologia do purismo estético” (2010, p. 75), cuja sustentação no idealismo kantiano estabelece a falsa ideia de “arte verdadeira”, ou seja, valores estéticos definidos por momentos históricos (a saber: os séculos de colonização europeia). Essa interrogação propulsiona esse texto, porque grande parte da desqualificação que a obra de Carolina Maria de Jesus inegavelmente sofreu está baseada nessa ideia essencialista de arte, de origem europeia, mas que permanece nas instituições de

ensino, e, portanto, nos textos acadêmicos e no imaginário cotidiano. A ideia de ausência histórica na definição de arte, para esse “conservadorismo estético”, como define o teórico, está necessariamente atrelada às reflexões acadêmicas sobre a literatura negra e/ou afro-brasileira, assim como se levantará o mesmo pensamento sobre política e cultura quando se lê a recepção crítica, por exemplo, sobre a literatura feminina e feminista, literatura LGBTQIAPN+, literatura indígena ou PcD.

Creio ser de Harold Bloom o texto que melhor representa, na contemporaneidade, a defesa da memória de um discurso hegemônico (cada vez mais questionado, é preciso que se ressalte). Em *O Cânone Ocidental*, o teórico apresenta o princípio de seleção (e exclusão) dos textos que formatam esse “patrimônio da humanidade”, pretendo espaço “universal” de experiências: “só entra no cânone pela força poética, que se constitui basicamente de um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante” (BLOOM, 2013, p. 14). Tais qualidades, segundo o crítico literário estadunidense, seriam valoráveis em nomes como Shakespeare, Goethe, Jane Austen, Marcel Proust, Virgínia Woolf, com uma menção hesitante a Machado de Assis. Nessa mesma toada, ao analisar a produção de críticos como Pound e Eliot, Perrone-Moisés lista e confronta os exemplos de literatura “universal” selecionados e organizados pelos críticos numa lógica percebida como única, sucessória, definitiva. São nomes que Bloom considera “a verdadeira arte da memória, a autêntica fundação do pensamento cultural”.

Perseguindo esta linha de raciocínio, tomemos como parâmetro a formação do cânone cultural brasileiro, também como maneira de explicar como a seleção e exclusão de textos por instituições de poder servem à manutenção de tradições dos colonialismos, movimento também observado, no presente texto, a partir das vivências de um professor de literatura do Ensino Médio brasileiro. O repositório cultural que a tradição nomeou como cânone literário instituído se oficializa, como cartografa Luís Augusto Fischer (2014), em “três nacionalismos”: o romântico, que incorpora por revisão indianista o período colonial; o republicano, que engloba os classicistas-parnasianos, os realistas de diversos matizes e os “pensadores ideólogos” do início do século XX, e o modernista, campo ainda em disputa, embora já se completem cem anos de seu percurso.

Desde a formação cultural oficial e impositiva do Brasil Colônia, a perspectiva clássica e neoclássica se apresentou formatada pelo “*nihil obstat*” cristão católico. O século XVIII será lido a posteriori pelos teóricos como o início da formação de um sistema literário. Resgatando o pensamento de Flora Süssekind, Roberto Reis aponta a íntima relação entre os letrados da terra e os grandes latifundiários, ocupando o lugar de representantes intelectuais dos interesses

dos proprietários de terra. No momento colonial, esses papéis muitas vezes se articularam (como verificamos nos autores árcades), que se reuniam em “Academias”, instituições de prestígio, “sagrado” território do saber, privilégio de pouquíssimos. A profunda conexão entre saber, posse e poder que verificamos nos primeiros momentos da literatura nacional já anunciam uma prática importada da metrópole. Os doutores, que se querem imortais, inventam um sistema literário, que “pouco a pouco engendra uma norma estética e regras de controle”, rebaixando e recalando “aquelas manifestações literárias que infringem o sistema em gestação” (REIS, 1992, p. 7).

A produção literária brasileira é encarada como símbolo importante na construção do país, de fato, na primeira metade do século XIX, pela ação nacionalista – em muitos casos, ufanista – de intelectuais brasileiros, hierarquizados pela crítica historiográfica em três gerações. A busca pela identidade, pela *cor local*, demarca a brasilidade em momento de formação de uma nacionalidade que é consagrada pelas Academias e instituições de ensino, sendo o Romantismo um momento profundamente peculiar na formação do letramento de Carolina Maria de Jesus, influenciando seu projeto estético por uma subscrição das temáticas e, especificamente, dos procedimentos condoreiros. “A construção do nacional” dos poetas e romancistas românticos inauguram uma maneira de exaltação do país que Carolina de Jesus se enxergará partícipe, apesar de nunca renunciar ao seu fundamental tom proverbial de correção e admoestação. As obras românticas do primeiro Oitocentos foram “dignificadas pela transmissão escolar” (FISCHER, 2014, p. 575), e como veremos adiante, a própria formação das primeiras letras de Carolina de Jesus, nas décadas iniciais do século XX, foi marcada pelo impacto estético de obras canônicas do século anterior.

O panorama é alargado a partir das gerações de oposição crítica das décadas de 1870 e 1880 (FISCHER, 2014, p. 575), sendo o maior exemplo de abertura das temáticas literárias, e do questionamento do “instinto de nacionalidade”, a obra monumental de Machado de Assis. O escritor foi um indivíduo que, diante da incontornável afirmação de sua qualidade intelectual, foi embranquecido pela crítica da época e posterior, que lhes negaram a percepção de autor afro-brasileiro¹⁰. É também durante as chamadas estéticas de oposição do final do século XIX, principalmente os Realismos, que a crítica se dedica a consagrar “lugar cativo” a escritores românticos anteriores, como José de Alencar, Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu. Já os primeiros anos do século XX, no panorama de canonização historiográfica, são marcados pelo retorno da dicção neoclássica, em obras parnasos-simbolistas e regionalistas de autores como

¹⁰ A temática é aprofundada por Eduardo de Assis Duarte em *Machado de Assis afrodescendente* (2020), publicado pela editora Malê.

Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, que também são privilegiados pelas homenagens das Academias de Letras e das Universidades, além de se perpetuarem no imaginário em manuais didáticos que organizaram o ensino, nesse momento ainda majoritariamente particular, religioso e direcionado às elites, panorama que é descortinado por Carolina de Jesus em *Diário de Bitita*.

É importante analisar o papel das Academias de Letras na perpetuação de uma memória autorizada, porque são instituições, ainda hoje, simbolicamente importantes o suficiente para, em meio aos seus rituais e eleições injustas, pautarem rotineiramente a imprensa e o debate público, acabando por desaguar nas salas de aula e nas redes sociais. É o tipo de instituição profundamente relevante para que o discurso hegemônico seja entendido como expressão de verdade. Explicita Le Goff em *História e Memória*:

[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

A Academia Brasileira de Letras, cuja estrutura derivou, em cópia, da Academia Francesa, foi fundada no ocaso do século XIX, serviu de molde e inspiração para as Academias regionais, e em suas fileiras muitas vezes encontramos não apenas intelectuais universitários, mas políticos e representantes de discursos hegemônicos detentores de obras de tímido relevo nacional. São instituições que retratam as sutilezas estéticas das hierarquias epistêmicas estabelecidas pela ideologia da branquitude. É óbvio que não consideramos as Academias de Letras como únicas responsáveis pelo processo de epistemicídio que sofreu, por exemplo, a literatura não-branca, mas a recusa a Lima Barreto, Conceição Evaristo e, mais recentemente, a Daniel Munduruku, nomes que ilustram nosso argumento como exemplos contundentes da colonização epistêmica que caracteriza o cenário acadêmico ocidental.

É importante compreender o cenário da educação escolar durante o século XX: devido ao conservadorismo das escolas (importante lembrar que *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, foi queimado em praça pública de Salvador em 1937, e da prisão de Graciliano Ramos na mesma época, acusado de ser comunista), autores contemporâneos eram preteridos perante nomes consagrados do paradigma romântico-parnasiano. É na década de 1960, período em que Carolina de Jesus esteve em maior evidência, que acontece a ampliação do que hoje chamamos de Ensino Médio, por conta da industrialização urbana e do êxodo rural. Conjuntamente, é a época da explosão dos meios de comunicação de massa, como a televisão, que transforma definitivamente o cenário cultural, da maneira que o rádio já fazia.

As gerações modernistas, que definiram a literatura brasileira oficial por todo o século XX, também forjaram criticamente o “paradigma de ensino” que servirá de modelo aos manuais teóricos de formação escolar que são vigentes até os dias de hoje. Entre 1940 e 1970, diversos intelectuais dedicam-se à organização da produção literária brasileira em movimentos. Alceu Amoroso Lima¹¹, conhecido como Tristão de Ataíde, elevou em seus textos a linguagem empolada de escritores conservadores, como Rui Barbosa¹², um ícone da infância de Carolina Maria de Jesus. O novo cânone da década de 1970 é gestado por dois principais paradigmas: Afrânio Coutinho¹³, representante da UFRJ e do *New Criticism* no Brasil, defendia a absolutização do texto numa perspectiva anti-histórica, ao propor o destaque do texto de seu contexto, constituindo um “método científico” de análise literária. Já Antonio Candido¹⁴, professor da USP, buscou “dar sentido ao movimento geral de incorporação da literatura moderna ao repertório escolar” (FISCHER, 2014, p. 582) por meio de uma vastíssima obra, dando ênfase na centralidade da participação paulista do Modernismo, que será preconizada como fundamental para o entendimento da cultura brasileira contemporânea.

Na década de 1970, ainda segundo o estudo de Fischer, “assistimos à entronização do cânone atualmente em causa”, que nasce “como subproduto impensado da reforma de ensino e da criação do vestibular unificado”. A literatura moderna, pós-parnasiana, é enaltecida nesse “novo cânone”, constituído, entre outros nomes, por “Bandeira¹⁵, Mário de Andrade, Drummond, João Cabral¹⁶; Rubem Braga; os romancistas realistas estreados nos anos 1930 e 40, Jorge Amado¹⁷, José Lins do Rego¹⁸, Érico Veríssimo, Rachel de Queirós¹⁹, Guimarães Rosa²⁰, Clarice Lispector” (FISCHER, 2014, p. 580). Outros nomes são adicionados ou excluídos dessas listas, mas a ideologia que sustenta as escolhas e os apagamentos é sempre a mesma.

Os exames nacionais são importantes dispositivos de continuidade e relevância das obras literárias, formando o imaginário de novas gerações: aqui verificamos a intersecção entre três espaços representativos da violenta colonização do imaginário e do saber (MIGNOLO, 2007): as prestigiadas Academias de Letras, como já mencionei, funcionam como instituições

¹¹ Ocupou a Cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras.

¹² Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Ocupou a Cadeira 10.

¹³ Ocupou a Cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁴ Recusou inúmeras vezes o convite de acadêmicos para que se candidatasse.

¹⁵ Ocupou a Cadeira 24 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁶ Ocupou a Cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁷ Ocupou a Cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁸ Ocupou a Cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁹ Ocupou a Cadeira 5 da Academia Brasileira de Letras.

²⁰ Ocupou a Cadeira 2 da Academia Brasileira de Letras.

legitimadoras de um cânone rígido e obediente às hierarquias ideológicas de dominação e servem como prolongamento aristocrático das Universidades²¹, onde teorizam os acadêmicos imortais, na feitura de seus manuais confeccionados segundo a cosmovisão dessas mesmas classes hegemônicas (é possível destacar nomes ainda lidos e consultados como referências obrigatórias na produção de livros didáticos, como o mencionado Antonio Candido, Alfredo Bosi²², Massaud Moisés²³, entre outros) e, finalmente, as escolas de educação básica, instituições que, guiadas pelos paradigmas oficiais, padronizam o ensino de literatura às necessidades dos exames nacionais.

Porque é assim que o cânone-estratégia se consagra como memória cultural. Atravessa os diferentes espaços da sociedade: como estátuas, símbolo visível, ou nomes de ruas (presença cotidiana, relevante mesmo que esvaziada de reflexão consciente), divulgados por meio de reportagens em jornais de grande circulação, inserções midiáticas (filmes, menções em novelas e séries) ou mediante suplementos literários, compêndios, antologias. Exames nacionais são veículos de imensa divulgação cultural, tecendo os discursos que asseguram e perpetuam a ordem hegemônica: quantas gerações de estudantes brasileiros aprenderam a lógica arbitrária e interessada dos estilos de época, lendo trechos dos nomes selecionados? E o que esses nomes selecionados revelam sobre esse território em disputa? Por que esses?

Harold Bloom afirma que a existência do processo de seleção (e exclusão) do cânone literário é justificado pela necessidade de “impor limites, de definir um padrão de medida, que não pode ser político, nem moral” (BLOOM, 2013, p. 48). A escolha dos textos, para os citados críticos, portanto, é descolada do aspecto político, como se a arte não fosse também um espaço de poder:

A escrita e o saber, na cultura ocidental, estiveram via de regra de mãos dadas com o poder e funcionaram como forma de dominação. Todo saber é produzido a partir de determinadas condições históricas e ideológicas que constituem o solo do qual esse saber emerge. Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. (REIS, 1992, p. 3)

Quando Bloom afirma que o padrão não deve ser político, mas estético, ele está negando o aspecto ideológico que todo texto apresenta em seu processo de composição. O modelo estabelecido pela cultura europeia, branca e patriarcal, são as únicas vozes autorizadas ao processo de consagração. Esse argumento em favor de uma Arte Pura, em detrimento de uma

²¹ As universidades brasileiras, que tomaram forma institucional principalmente no século XX, hoje vivem um intenso debate de releitura das referências e ementas, justamente por se tornar cada vez mais evidente a reprodução da colonização epistêmica que caracteriza o cenário acadêmico ocidental.

²² Ocupou a Cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras.

²³ Ocupou a Cadeira 17 da Academia Paulista de Letras.

arte ideológica, que na hierarquia interna das instituições seria entendida como de menor qualidade, aparece também em “Uma literatura anfíbia” (2002), de Silviano Santiago, um dos mais importantes intelectuais brasileiros contemporâneos. No ensaio, o teórico discute o lugar que o sistema literário brasileiro ocuparia na tradição literária ocidental, análise construída na caracterização da chamada dupla meta ideológica: em um país “onde um segmento considerável da população ainda é composto de analfabetos” (2002, p. 13), a relação intrínseca entre Arte e Política determina o caráter anfíbio da arte brasileira.

Num primeiro ponto a ser destacado na leitura do texto, Silviano Santiago parece metonimizar as obras da classe média *como a própria literatura brasileira*. A literatura nacional, ou aqueles representantes canonizados nos altares da crítica e das academias oficiais, dramatiza, ou seja, reproduz pelo campo do irreal, as problemáticas características de uma sociedade marcada pela desigualdade em todas as esferas (raça, gênero, classe). É possível sentir, nas linhas do crítico, um tácito descontentamento com o valor estético das obras forçosamente engajadas que a sociedade brasileira concretiza em sua desigualdade. É a “discussão política na estética” (p. 16) – a função de denúncia da literatura:

No século 20, os nossos melhores livros apontam para a Arte, ao observar os princípios individualizantes, libertadores e rigorosos da vanguarda estética europeia, e ao mesmo tempo apontam para a Política, ao querer denunciar pelos recursos literários não só as mazelas oriundas do passado colonial e escravocrata da sociedade brasileira, mas também os regimes ditatoriais que assolam a vida republicana. A atividade artística do escritor não se descola da sua influência política; a influência da política sobre o cidadão não se descola da sua atividade artística. (SANTIAGO, 2002, p. 16)

Pensando a delimitação do papel do escritor no longo processo de forja da memória coletiva, Silviano Santiago reconhece a atuação pública do escritor por intermédio dos meios de comunicação de massa como uma estratégia de comunicação e participação no debate público. Esse é um elemento importante de ser destacado em “Uma literatura anfíbia”, porque nos auxilia na compreensão da dimensão intelectual de Carolina de Jesus através dos procedimentos de divulgação midiática do seu projeto intelectual e literário. Os meios de comunicação de massa são um território em disputa dos discursos, e o aparecimento de Carolina de Jesus em colunas literárias, entrevistas e em programas televisivos é a demonstração de como a imprensa cumpriu o espaço, cada vez mais expressivo, de instância de legitimação cultural disponível – no caso, para a escritora-fenômeno.

Em seu ensaio, Silviano Santiago observa a situação do escritor brasileiro: ocupa a mídia, e, não sendo lido, é pelo menos percebido por sua imagem e fala, e dessa maneira traz as temáticas de sua obra para as discussões. Segundo o professor, no Brasil, um país de grande

déficit na taxa de alfabetização²⁴, o escritor assume o lugar de intelectual (“escritor *doublé* de intelectual”) (2002, p. 14) através da sua *fala*, ecoada pela mídia eletrônica. É interessante refletir sobre essa caracterização depois de vinte anos de sua escrita: hoje, a figura pública do escritor se faz cada vez mais midiática, em telas digitais de variados formatos, chegando a parcelas fragmentadas da população mediante a performance da fala, muitas vezes editada em frações cada vez mais rápidas, desafiando o poder de síntese dos pensadores brasileiros.

Tomando o entendimento de Santiago como verdadeiro, faz-se possível afirmar Carolina de Jesus como símbolo de contraponto ao discurso hegemônico também pela construção de uma trajetória única no cenário editorial nacional sem comparações possíveis ainda nos dias de hoje: diferentemente do escritor brasileiro apresentado pelo teórico, ela não apenas *falou* por meio de programas de televisão e rádio, sendo conhecida pelo viés da entrevista em jornais e revistas, mas também foi profundamente *lida e debatida* pelos leitores brasileiros, vendendo mais de um milhão de cópias de *Quarto de despejo* desde o seu lançamento. Sua obra foi inicialmente conhecida pelo grande público em revistas e jornais, e se perpetuou na memória cultural a partir de sua ativa participação no cenário artístico, afirmando o espaço midiático como a cátedra possível de seu projeto de país.

Diante do exposto, o texto do teórico passa a refletir sobre o olhar cosmopolita do mundo diante da literatura brasileira. Assumindo o foco a partir da experiência do leitor estrangeiro, Santiago afirma o pouco entusiasmo internacional e a rejeição comercial à literatura brasileira, justamente por conta da “dupla e antípoda tônica ideológica”: o caráter anfíbio, híbrido e fantasmagórico da contaminação entre Estética e Política, união característica da natureza das produções brasileiras. Ser escritor no Brasil é fazer da realidade social a matéria-prima dos princípios estéticos. O literato assume uma atividade política a partir de sua arte. Tal constatação parece conter um lamento por parte do crítico: por conta da lastimável desarmonia do social, e para serem lidos, os escritores brasileiros submetem a “pureza artística” – “a obra literária pura, [que] dramatiza os pequenos grandes dramas humanos com rigor estilístico e delicadeza psicológica” (2002, p. 18) – à necessidade da denúncia, construindo aí seus valores estéticos anfíbios.

O caráter anfíbio da literatura brasileira levaria o leitor estrangeiro a buscar livros que sejam explícitos na denúncia da miséria brasileira, apesar de serem, na visão do autor, obras marcadas

²⁴Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>>.

por teor demagógico, o que talvez ressoe as críticas mais severas destinadas à obra de Carolina de Jesus durante a década de 1960:

São em geral livros de literatura que pouco se preocupam em satisfazer os mínimos requisitos que transformariam em obra de arte o fato bruto socioeconômico. Estão mais próximos da reportagem jornalística (não confundir esta com a linguagem jornalística, que pode ser notável recurso estilístico) do que da literatura. A brutalidade em si do material representado é motivo para o interesse sentimental pelo Brasil (país das desgraças humanas e das catástrofes civis), para a admiração pelo escritor (a coragem e o destemor na denúncia) e os elogios rasgados ao livro. (SANTIAGO, 2002, p. 17)

Um olhar atento custaria a não enxergar no trecho a repetição de análises da crítica literária brasileira diante do fenômeno que foi – e continua sendo – *Quarto de despejo*: existiu uma recusa por parte da própria mídia, da crítica literária e das academias em enxergar a obra de Carolina de Jesus como literária, rotulando-a como um importante documento social, por isso um best-seller internacional, ou, como fez Wilson Martins, desqualificando sua obra ao caracterizá-la como “fruto de uma mistificação literária” (FERNANDEZ, 2019, p. 217). Existe a recusa em encarar sua escrita como estética, o que nos leva à reflexão: uma obra literária que trabalhe com a brutalidade da realidade não poderia ser entendida como partícipe do campo filosófico da Estética? Ora, o sistema literário brasileiro, dos românticos e realistas aos modernistas, transitando inclusive pelos pré-modernistas, é constituído em diálogo com a realidade de um povo, ainda que o formalismo estético imposto pelo sistema literário através de seus métodos de crítica e leitura se aproximasse dos padrões europeus de Arte Pura, sustentados pela noção de *universal* que caracteriza o discurso da colonialidade. É a dicotomia sustentada pelo discurso cultural hegemônico, que compõe a própria noção de clássico a partir da ideia que “todos terminamos por nos inserir” na realidade da “notável tradição literária ocidental” (SANTIAGO, p. 16). O que nos faz questionar, por fim, se haveria, de fato, alguma literatura que não fosse anfíbia, entendendo que mesmo a não politização de uma obra seria, igualmente, uma tomada de posição, e, portanto, um entrevero ideológico, político. O caráter anfíbio, se pudermos pensá-lo assim, seria inerente não a determinadas realidades – tão desiguais ou menos desiguais –, mas inerente à própria literatura – umas mais afeitas à água, verdade seja dita, outras mais afeitas ao ar, à terra.

Em “Quem trabalha como eu tem que feder” (2006), Ana Cristiana Chiara investiga essa tensão nos espaços permitidos aos intelectuais e a suas obras, forjando uma interpelação com Deleuze, filósofo francês da *différance*. O sugestivo título do texto nos orienta a pensar Carolina Maria de Jesus em uma bolha constituída pelas definições de Deleuze. Chiara tenta estabelecer uma frustrada mediação entre “o pensamento europeu e o instinto de sobrevivência

terceiromundista” (2006, p. 38): pontuando o jogo das diferenças entre os intelectuais, Chiara reconhece na negra favelada Carolina de Jesus o “outro absoluto” de Deleuze, branco intelectual civilizado, assentado no sofisticado jogo dos conceitos refinados e elegantes, porque sua poética é a expressão intelectual e superabundante da voz do “povo que faltava”, ainda que seja assentada somente a partir de tensões:

O povo que falta, conforme você gosta de falar, excede em Carolina. Ela é um excesso histórico perturbando a calma e luxuosa impassibilidade francesa. Excede porque é excessiva a fome, porque é excessiva a degradação das condições da vida que leva, porque também tem excessiva imaginação e capacidade de se virar catando, no monturo do Lixão, comida e literatura. (CHIARA, 2006, p. 40)

A sustentação da leitura da literatura brasileira como espaço tensionado entre Estética e Política não enxerga, ou melhor, se recusa a reconhecer em alta voz que a reverenciada e notável tradição ocidental é também ideológica, delegando apenas às culturas subalternizadas a urgência da denúncia do presente. Além disso, as seletas obras, tantas vezes elogiadas porque eminentemente estéticas, são perpetuadas no imaginário coletivo por meio de práticas institucionais, alcançando, desta forma, razoável importância para o aprendizado simbólico. Assim sendo, o espectro do cânone literário deve ser entendido, desde o primeiro momento, como uma seleção de textos que ressoam a ideologia do grupo dominante. O sistema literário tradicionalmente enunciou como regra a ser seguida aquelas obras que apresentam os interesses do discurso hegemônico, mesmo que essa confirmação seja alcançada pela sátira ou pelo questionamento. Não explicito a noção de cânone por entendê-la como único parâmetro possível de organização da memória cultural, mas por reconhecer a importância dessa categoria para a formação dos currículos universitários e formação intelectual e profissional dos docentes e, conseqüentemente, a incontornável relevância dessas categorias na produção de obras didáticas, literárias e pedagógicas que servem como suporte à prática da educação básica. Os materiais de apoio que orientam a práxis cotidiana das salas de aula do ensino superior e da educação básica devem ser construídos de maneira crítica: o sistema literário brasileiro perpetuado pelas nossas universidades, academias e espaços de crítica desvela o caráter extremamente eurocentrado de uma mentalidade colonizada em sua origem, deixando de lado outras possibilidades de apreciação dos nossos bens culturais.

É a partir das diferentes perspectivas do pensamento pós-colonial, proferido por pensadores precursores como Frantz Fanon, Albert Memmi e Aimé Césaire, além de intelectuais como Achille Mbembe e Edward Said, dentre outros, que reconhecemos teoricamente a relação de diferença instaurada, pelas práticas coloniais, entre colonizado e colonizador. O argumento pós-colonial aprofunda as percepções das ciências sociais e da crítica

cultural sobre a dominação do “outro”, sendo ampliado pelos Estudos Subalternos, representado por Gayatri Spivak, e pelos Estudos Culturais, estruturados por intelectuais como Stuart Hall, Homi Bhabha e Paul Gilroy, autores diaspóricos que questionam o sujeito nos “entre-lugares”²⁵ reconhecidos por Bhabha ao refletir sobre o momento de trânsito dos territórios “das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual” (1998, p. 20). É nesse “entre-lugar” que encontramos as vozes dissonantes do poder, que tomam a resistência ao apagamento como parte constitutiva da própria noção de existência.

Com base nessas noções, no final da década de 1990, intelectuais latino-americanos formaram o grupo Modernidade/Colonialidade, que buscou, como escreve a professora Luciana Ballestrin, “a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’” (2013, p. 89). A opção decolonial²⁶, enunciada no contexto dos esforços de descolonização na América Latina, reconhece o limite do pensamento pós-colonial para responder às demandas específicas dos povos colonizados na América Latina. Essa “radicalização” das propostas pós-coloniais e dos estudos subalternos está alicerçada na necessidade de reconhecer os elementos da epistemologia dos grupos subalternizados como principal força orientadora na luta pela existência dos oprimidos pela ordem colonial.

Sem adentrar uma historiografia crítica do complexo debate que intersecciona os estudos pós-coloniais, os estudos subalternos e os estudos culturais e multiculturais, destaco essas propostas epistemológicas como dispositivos essenciais para a leitura dos processos constitutivos do pensamento cultural brasileiro, forjado por práticas violentas da lógica colonial. A breve recuperação da formação do cânone brasileiro – e a investigação da falsa dicotomia entre Arte e Política – nos permite compreender como a exclusão é a regra da dimensão do saber brasileiro, que está diretamente relacionada às práticas de desqualificação dos conhecimentos e das práticas das populações afrodiaspóricas e indígenas, além de outros grupos subalternizados pela lógica da modernidade colonial. Inaugurada no século XVI, a partir

²⁵ O termo, é preciso destacar, é relevante para diversas estratégias discursivas. Recorro, neste texto, à noção de “entre-lugar” proposta por Homi K. Bhabha em *O local da cultura* (1998), que pressupõe a construção inovadora e subjetiva da identidade nas fronteiras da diferença, e não mais nas singularidades, por exemplo, de “classe” ou “gênero”. O termo, importante estratégia discursiva dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, é mobilizado, em 1971, pela abordagem pós-estruturalista de Silviano Santiago, no ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, a partir do pensamento de Derrida e Foucault, onde o teórico utiliza o termo como uma “ferramenta de trabalho” ao analisar o espaço de diferença, aproximação e contato da antropofágica literatura brasileira em relação às literaturas ocidentais.

²⁶ Segundo Reis (2018, p. 3), “o vocábulo ‘decolonial’ é utilizado no lugar de ‘descolonial’ em virtude da indicação de Walter Mignolo ‘para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos’ (ROSEVICS, 2017, p. 191)”. Ballestrin (2013, p. 108) afirma que o termo foi uma sugestão feita por Catherine Walsh.

das guerras de conquista da América e dos genocídios contumazes levados a cabo pelos países europeus, a modernidade consagra a ideia de raça, gênero e trabalho como maneiras de classificação social fundamentais para a formação do capitalismo mundial:

a modernidade, estando “intrinsecamente associada à experiência colonial” (Maldonado-Torres, 2008, p. 84), não é capaz de apagá-la: não existe modernidade sem colonialidade (Quijano, 200, p. 343). De outro lado, não poderia haver uma economia-mundo sem as Américas (Quijano e Wallerstein, 1992). (BALLESTRIN, 2013, p. 101)

A perspectiva decolonial é formulada a partir da ideia de “colonialidade do poder”, articulada por Aníbal Quijano. O conceito nos fala do “colonialismo” como uma realidade histórica da formação dos países da América Latina e do Caribe, por meio da escravidão e de variadas maneiras de invisibilização. Contudo, Maldonado-Torres afirma que a “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (2018, p. 36). Em outras palavras: “Como didaticamente nos explica Walter Mignolo (2007), o colonialismo foi responsável pela tomada [violenta] de territórios físicos. A colonialidade foi responsável pela tomada/colonização [violenta] do imaginário e do saber.” (NETO, 2021, p. 176).

Como afirmado acima, a colonialidade está instaurada na noção de diferença racial, constituindo, assim, a ideia de raça como fundação do padrão capitalista. Como contextualiza Sílvio Almeida, no importante livro *Racismo estrutural*²⁷ (2019), a concepção de raça é um fenômeno da modernidade, produto complexo do pensamento filosófico europeu, cujos fundamentos filosóficos remontam ao Iluminismo e sua determinação do pensamento eurocentrado como conhecimento universal, o que justificou as revoluções liberais, o consequente processo de dominação da sociedade capitalista e a ideia de que alguns, por conta de quem são, não são capazes de pensar, enquanto outros detém, também por valor intrínseco, tal capacidade. Raça, portanto, é uma noção histórica que constitui a estrutura das sociedades contemporâneas, operando por meio do “discurso de inferioridade racial dos povos colonizados” (ALMEIDA, 2019, p. 30)²⁸. Diante dessa noção, recorro mais uma vez a Almeida (2019, p. 32), que define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a

²⁷ Muniz Sodré, professor emérito da UFRJ, questiona a ideia do racismo como estrutura no livro *O Fascismo da Cor* (2023), lançado pela editora Vozes. O livro historiciza o racismo brasileiro pós-abolição, atrelando-o aos discursos fascistas europeus do século XX. Em entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, o intelectual propõe o conceito de “forma social escravista”, uma vez que, em sua visão, o racismo brasileiro é “institucional e intersubjetivo”. Questionando a falta de definição do conceito de estrutura no livro de Sílvio Almeida (2019), Sodré afirma: “Não sou contra a expressão racismo estrutural, sou contra a cientificidade dela.” (MEIRELES, 2023).

²⁸ Para maior aprofundamento do contexto histórico da formulação de raça no Brasil, ver *O espetáculo das raças* (1993), de Lília Moritz Schwarcz.

raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.”. Lélia Gonzalez, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, entende que o “racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (2020, p. 76), posição similar à adotada por Guerreiro Ramos, que fala em “A patologia social do ‘branco’ brasileiro” (1955).

Esse conhecimento sobre o pensamento decolonial e sobre as noções de raça e racismo importam para a compreensão da ideia de cânone literário como expressão das dimensões da colonialidade (do poder, do saber e do ser), uma vez que constrói narrativas de controle subjetivo mediante a dimensão do conhecimento autorizado. A colonialidade do poder se estabelece (MIGNOLO, 2010, p. 12 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100) em múltiplos níveis de controle. A manipulação da subjetividade e do conhecimento está atrelado intrinsecamente à noção de cultura propagada pelas instituições criadas para manter vivo o espírito de superioridade do homem branco, orgulhoso de suas origens europeias, em última instância, greco-latinas. Verificar a ordem bibliográfica apresentada pelos compêndios que simbolizam o repositório do cânone revela a ausência de diversidade de vozes, privilegiando uma concepção de mundo, enquanto desqualifica outras. Logo, pode-se afirmar que o cânone – e não só ele – é misógino, pois as estantes estão repletas de nomes masculinos. As portas da Academia Brasileira de Letras, por exemplo, ficaram fechadas às mulheres até o ano de 1977, ano da morte de Carolina Maria de Jesus e da eleição de Rachel de Queiroz, uma mulher branca, para a Cadeira 5 da instituição. Até a finalização deste trabalho, não existem mulheres negras ou pessoas indígenas na ABL, apesar de significativa campanha popular. As portas continuam fechadas.

O cânone – expressão autoritária da colonialidade – é elitista, mesmo que gerações inteiras de escritores consagrados tenham se dedicado à denúncia social como prática literária: apesar das dificuldades financeiras que vivia, Graciliano Ramos escreveu *Vidas Secas* (1938), incontornável narrativa sobre a “existência miserável de trabalho, de luta, sob o guante da natureza implacável e da injustiça humana”²⁹, no conforto da “comida abundante” de uma pensão no Rio de Janeiro. O exemplo nos fala da importância do lugar de enunciação para que o texto seja legitimado pelas práticas da colonialidade. A pobreza, a miséria e as injustiças ressoaram como potentes temas na literatura brasileira, desde que enunciados, na maioria das vezes, por escritores lidos como brancos, vindos de um lugar estranho à escassez.

²⁹ Conversa sobre *Vidas Secas*. Graciliano, 2014. Disponível em: <<https://graciliano.com.br/2014/11/nov-14-conversa-sobre-vidas-secas/>>. Acesso em: 03 out. 2023.

Finalmente, o cânone literário é racista, já que as instituições, “enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social” (ALMEIDA, 2019, p. 39). Como território em disputa, a literatura e suas instituições forjam um imaginário que mantém subjetivamente os padrões de dominação das relações raciais. Outros estudos já trataram da presença histórica do negro como tema literário, representações sem voz, estereotipadas e sem agência, expressões imagéticas de controle. A negação se aprofunda quando verificamos quais escritores negros se destacaram nos círculos literários em cada momento literário exposto acima: por isso, é profundamente necessário reconhecer que a quase total ausência de qualificada representatividade negra no abstrato edifício do sistema literário brasileiro não significa falta de produção criativa. Mais uma vez, ouvimos Kilomba:

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (KILOMBA, 2019, p. 33).

Recentemente, mais pesquisadores investigam as vozes de pessoas pretas que produziram arte e literatura, mas não foram reconhecidos pelo sistema literário. É o caso do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859, que só foi recuperado na década de 1960, sua fortuna crítica sendo ampliada apenas no começo do século XXI.³⁰ De maneira semelhante, a retomada do interesse acadêmico e editorial sobre o pensamento de Carolina de Jesus parece finalmente se consolidar na última década, e esse movimento é um percurso interessante de acompanhar, porque demonstra as transformações provocadas pela democratização do ensino no Brasil que caracterizou o início do século XXI, fruto da luta dos movimentos negros, que sempre guardaram a memória de Carolina de Jesus.

Escritores negros e escritoras negras falaram, cultivando a tradição afrodiaspórica, mas as práticas de epistemicídio são a regra quando se fala da literatura ou da teoria escrita por pessoas pretas. Afinal, como define Grada Kilomba, o racismo é “uma máscara de silenciamento” (2019, p. 22) que os pensadores negros buscam superar, entendendo a escrita como um ato político, escrevendo contra a marginalização imposta, erguendo a voz: “onde há opressão, há resistência. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência” (KILOMBA, 2019, p. 43).

³⁰ Sobre a autora, recomendo o estudo de Rafael Balseiro Zin, *Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista* (2019).

Escrever é um ato de questionamento, mas os movimentos negros compreendem que para uma efetiva descolonização dos currículos, e a consequente erosão do pensamento eurocentrado, são necessárias eficazes políticas públicas: a luta pelas cotas mobilizou um debate nacional que culminou na aprovação da Lei Federal n.º 12.711/2012, um processo significativo para a transformação do tecido social. Os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, instados pelo ativismo dos movimentos negros brasileiros, além do exposto, instituíram a alteração das diretrizes da educação nacional, primeiro a partir da lei 10.639/2003, depois mediante a Lei n.º 11.645/2008, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

A retomada da obra de Carolina Maria de Jesus como incontornável pensamento sobre o Brasil e suas questões, nosso interesse principal nesse texto, representa, de maneira explícita, a virada decolonial que vem transformando os currículos e pautando o debate cultural do país, desde as produções acadêmicas de teóricos universitários à prática cotidiana nas salas de aula da educação básica. É verdade que as cotas promoveram uma significativa mudança no acesso às universidades públicas. Contudo, a partir do meu percurso como professor da educação básica, é importante afirmar o quão pouco foi feito para a descolonização dos currículos das séries de ensino fundamental e médio, levantando uma importante questão: como é abordada, por exemplo, a escrita de autoria negra e indígena nas escolas? A literatura afro-brasileira é pouco apreciada pelos sistemas de ensino e livros didáticos, aparecendo muitas vezes senão de maneira incidental, porque a noção canônica de escolas literárias, que ainda guia as ementas disciplinares, não reconhece a contribuição desses grupos, restringindo a discussão às margens dos livros, que ainda reproduzem o discurso acadêmico e canonizado pelos manuais escritos segundo a lógica do saber universitário eurocêntrico.

Apesar da adoção de *Quarto de despejo* como leitura obrigatória para vestibulares da Unicamp, UFRGS, UFT, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, Carolina Maria de Jesus (aqui lida como símbolo-metonímia da literatura afro-brasileira) não entra de maneira consistente e permanente nos currículos escolares. Não há espaço para localizá-la temporalmente na lógica das estéticas: estranha ao movimento modernista por sua poética beletrista, é por vezes vinculada às tardias denúncias realistas. Falta-lhe espaço no edifício do cânone por incapacidade dos métodos conhecidos em demolir lógicas tão bem estabelecidas.

A educação, entendida como prática de liberdade, não pode mais continuar a reproduzir um edifício teórico que ignora o mundo afrodiaspórico, aspecto constituinte da nação. A descolonização dos currículos é um processo que acompanha as transformações de paradigma

da sociedade brasileira, e a educação antirracista deveria ser, neste Brasil criado pela escravidão, a principal metodologia de formação das mentalidades, se ousamos projetar alguma ideia de futuro coletivo e democrático. O campo do saber é fundamental para manutenção do pensamento hegemônico, e é por isso que a decolonialidade precisa ser entendida como uma intervenção concreta na realidade brasileira por meio das contribuições e tradição do pensamento negro.

Diante disso, é importante que não se caia numa dicotomia maniqueísta quando se questiona o cânone: não se busca meramente uma substituição de autores, ampliando a lista, substituindo ou adicionando nomes pontuais, como forma de concessão. Isso não é questionar o poder, mas manter a lógica da canonização, expressão da colonialidade na esfera do saber. Estamos interessados em um exercício de perspectiva que reconheça a literatura afro-brasileira como *literatura brasileira*, e não simplesmente como uma vertente, um campo de produção literária peculiar, um movimento entre tantos, diferenciado porque excluído.

Penso ser este um ponto essencial para a compreensão do apagamento de Carolina Maria de Jesus durante tantas décadas, ignorando-se seu papel de intelectual brasileira dedicada à leitura da realidade do país: deslocada, pelos manuais, das artificiais categorias historiográficas, de que maneira podemos apresentar sua escrita como fundamental para a literatura brasileira, se teóricos ainda insistem em localizá-la como fundadora de um cânone marginal para que não se entenda seu discurso como constitutivo do imaginário brasileiro? Como formar gerações de estudantes a partir de uma educação antirracista quando a literatura afro-brasileira ainda é tão negligenciada?

Carolina de Jesus é uma intelectual que representa a possibilidade de transformação da norma. Nesse sentido, finalizo essa reflexão sobre o cânone e suas instituições com a provocação de Ana Cristiana Chiara a Deleuze:

Carolina tem fome de literatura, quer ser escritora, mas não do que você chama de literatura menor. O caso dela é com Harold Bloom, ela é canônica. [...] Carolina quer sair da favela e pertencer ao território da Literatura Maior. Dá para você entender, mon cher? Ela quer a Língua Portuguesa da Academia de Letras, quer o fardão de ouro e poder, quer o seu poder. (CHIARA, 2006, p. 40)

1.2 A Literatura dos Negros Brasileiros: um exercício de perspectiva

Hoje já há condições no país para que essa facilidade do discurso pejorativo, da chacota com o negro seja combatida. É algo que tem resposta de setores da sociedade. Isso é importante porque até pouco tempo atrás, além de chicotear, matar e discriminar de todos os modos, ainda era tranquilo o discurso da rejeição, da secundarização do

negro e do seu papel na sociedade. Liberdade de expressão não pode significar essa facilidade, esse vício que vem do pelourinho (GIL, 2021).³¹

A declaração do cantor e compositor de música popular Gilberto Gil, registrada quando da sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, constata uma realidade que começa a ser desenhada: o processo de justiça racial é longo e intermitente, mas os avanços defendidos pelos movimentos negros e populares em momentos de conquista caracterizam, como pontuei, o início do século XXI no Brasil. É verdade que, pela primeira vez na história, vivemos em uma época em que negros são maioria nas universidades públicas, em uma democratização da educação com consequências que se desdobram em ondas, mas as desigualdades seculares do racismo se expressam também nos números da evasão escolar, desemprego, vítimas da pandemia, violência policial.³²

Os últimos anos da vida coletiva da sociedade brasileira foram marcados pela elevação do número de pessoas abaixo da linha da pobreza: em 2021, a população abaixo da linha da pobreza triplicou e 27 milhões de pessoas³³ viviam a mesma realidade registrada por Carolina Maria de Jesus em sua obra. A vivência cotidiana do ideal de país em curso escancara o projeto de perpetuação das desigualdades, promovidas pela manipulação das esferas políticas, alheias à vida do povo brasileiro e engajados em retrocessos fanáticos de extrema direita. Talvez por isso mesmo, lembrando mais uma vez do que hooks registra e Kilomba repete: “a opressão forma as condições de resistência”. A busca sobre “racismo estrutural” atingiu recordes nas plataformas de pesquisa em 2020, a reflexão sobre a representatividade negra chacoalhou as produtoras de séries e programas de TV, e Djamilia Ribeiro se consolidou como a autora que mais vendeu livros naquele ano. No país do genocídio do povo negro, título confirmado por milhares de casos de violência policial – mas não só –, a pauta antirracista ocupou as redes sociais e os meios de comunicação. Nos sessenta anos da publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, o interesse por Carolina Maria de Jesus e sua obra parece se intensificar de maneira expressiva: o livro mais uma vez encabeça as listas de mais vendidos no ano.³⁴

³¹ GILBERTO GIL. Hoje já há condições no país... 30 novembro 2021. Instagram: @gilbertogil. Disponível em < <https://www.instagram.com/p/CW5w5eKrHXY/>>. Acesso em 20 dez. 2021.

³² Segundo a pesquisa “Pepe Alvo: a cor da violência policial”, realizada pela Rede de Observatórios da Segurança, “100% das pessoas mortas por policiais em Salvador (Bahia) em 2020 eram negras”. Disponível em: < <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/negros-sao-100-dos-mortos-pela-policia-em-salvador-em-2020-1181904>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

³³ COUTO, Camille. **População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros**. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 28 dez 2021.

³⁴ BARBOSA, Juliana. Racismo e pandemia do coronavírus impulsionam venda de livros no Brasil. **Metrópolis**, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/racismo-e-pandemia-do-coronavirus-impulsionam-venda-de-livros-no-brasil>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Para ficarmos no símbolo inicial da visão crítica desse texto, o acadêmico Gil considera esse presente momento de reorientação: em suas considerações sobre o racismo da sociedade brasileira, mobiliza a temática da liberdade de expressão (“esse vício que vem do pelourinho”), corriqueiramente utilizada pela branquitude para justificar os julgamentos racistas que matam e discriminam os negros em todas as esferas da sociedade. A discussão de raça e gênero ressoa, mesmo que atravancada, pelos diferentes setores da sociedade. Muitas vezes interseccionadas pela voz do feminismo negro, o debate ganha impulso, principalmente na arena da cultura, da arte e do pensamento.

Como foi dito, durante o período de formação do sistema literário brasileiro, o pensamento colonial da branquitude normatizou uma noção de obra fundamental, e determinou os critérios eurocêntricos de apreciação estética. O discurso colonial que ecoa em nossas primeiras reflexões de país marca a permissão de fala, e dessa maneira, de construção de memória coletiva. É branco o discurso enunciado pela literatura oficial consagrada principalmente pelos estudos críticos e manuais didáticos.

Um exemplo importante: a ocupação das universidades públicas pela população negra brasileira engendra reorientações de práticas pedagógicas. A realidade de outras vivências e o reconhecimento das diferenças necessariamente precisa ser respondida pela descolonização das ementas, mas não apenas: o corpus teórico e artístico que cada professor e professora apresenta em seus cursos é oportunidade de a educação ser *prática de liberdade* de pensamento. Ainda estão por ser entendidas, de maneira mais demorada, qual a profundidade da transformação das universidades brasileiras no começo do século XXI, mas já fica evidente que a reivindicação de espaços pelos sujeitos sociais gera novas competências e outros dispositivos teóricos precisam ser pensados para que possamos analisar as mudanças sociais.

Esse debate intelectual contemporâneo expande-se no campo cultural e artístico, porque aqui estamos percorrendo a tessitura da memória de um povo. De maneira mais direcionada, o poeta Cuti afirma que a literatura “constitui uma das instâncias discursivas mais importantes, pois atua na configuração do imaginário de milhões de pessoas” (2010, p. 48). Assim sendo, a representatividade qualificada nos campos do saber inicia debates que tradicionalmente eram silenciados, deslocando o próprio conceito de literatura – espaço de construção dos imaginários –, processo caracterizado por Florencia Garramuño como “um campo expansivo – com suas conotações de implosões internas e de constante reformulação e ampliação” (2014, p. 34). Essas implosões e reformulações, que a opção decolonial considera como um giro epistêmico, motivaram, segundo análise do professor Eduardo de Assis Duarte, revisões historiográficas não apenas do corpus da literatura brasileira, “como dos próprios métodos, processos e

pressupostos teórico-críticos empregados na construção do edifício das letras nacionais” (2010, p. 74).

Já vimos que esse é um edifício de arquitetura neoclássica, e de portas fechadas, as paredes caiadas. Mesmo que colocados às margens do sistema hegemônico, autores negros e autoras negras fazem arte e cultura, construindo o Brasil em todas as esferas. Em verdade, o constante trabalho de pesquisadores e acadêmicos em resgatar tantos textos literários que, em sua época de publicação original, não foram lidos e apreciados transforma de maneira concreta o que se pensa como letras nacionais. É válido lembrar, neste ponto, um episódio ocorrido em 2018, em um evento na Academia Carioca de Letras. O professor universitário e acadêmico Ivan Cavalcanti Proença afirmou que Carolina Maria de Jesus não escrevia literatura: “Ouvi de muitos intelectuais paulistas: ‘Se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever’”, foi a sua declaração ao analisar a literariedade de *Quarto de despejo*³⁵. As reações contínuas às reorientações provocados pela obra de Carolina de Jesus comprovam o que afirmou Conceição Evaristo: “Penso que a Literatura Brasileira está precisando de obras que provoquem a academia para rever até o próprio conceito do que seria literatura” (EVARISTO, 2020, p. 40). Vejamos que as tentativas de silenciamento e desqualificação acadêmica não impressionaram indefinidamente Carolina Maria de Jesus, que registrou, em sua característica ironia, a reação de acadêmicos ao deslocamento de conceitos que sua presença no “edifício das letras nacionais” originou: “Os escritores de Academia não quer considerar-me escritora. Mas, o povo quer. Então, eu não impreciono-me com a fraquíssima opinião dos escritores de Academia!” (JESUS, 2021b, p. 54).

Ao se reconhecer o teor preconceituoso da colocação “se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever”, uma outra perspectiva, mais factual e realista se instaura: qualquer um pode escrever. Contudo, nem todas as pessoas que escrevem ascenderão à categoria “escritor/escritora”. O povo considerou Carolina Maria de Jesus uma escritora, consagrando-lhe números importantes de sucesso comercial e um lugar de fundação no imaginário brasileiro. Existiram recepções críticas que definiram sua expressão literária como “cânone marginal”, sempre marcando a diferença como falta, ausência de qualidades. É essa a história da produção de escritores negros e escritoras negras no Brasil: literatura negra e/ou afro-brasileira é sempre entendida como um apêndice, uma vertente exótica ou peculiar – traço de cor local –, e que,

³⁵ Professor diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ. Revista **Fórum. Portal Geledés**, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/professor-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>>. Acesso em: 20 mar 2022.

durante todo o século XX, mereceu inicial atenção de estudiosos brancos e estrangeiros, como Roger Bastide, Raymond Sayers e Gregory Rabassa. Enquanto as vozes de literatos negros e literatas negras eram desqualificadas, intelectuais da teoria literária e da sociologia, como Sílvio Romero e Gilberto Freyre “ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós”, relembrando Grada Kilomba (2020, p.33), para construir e manter o imaginário racista da branquitude no campo do saber.

É esse o campo que continuamos a cartografar, interessados em localizar o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus. Nesse texto, escolho entrelaçar, para efeitos de maior amplitude possível, os termos *literatura negra e/ou afro-brasileira*, à exemplo de Edimilson de Almeida Pereira. Não é possível, no entanto, ignorar uma ainda relevante questão sobre a delimitação e utilização de conceitos como instrumentos teóricos, nesse jogo de definições que revela a permanência, em minha visão, das estratégias discursivas hegemônicas. Podemos categorizar o campo em investigação de literatura negra, literatura afro-brasileira ou mesmo, como defendeu Domicio Proença Filho³⁶, “a presença do negro ou da condição negra na literatura brasileira” (2010, p. 68). Cada palavra é acompanhada de caminhos teóricos que sintetizam visões de mundo muito características da realidade brasileira.

Acompanhando a discussão acadêmica sobre como definir o campo, a década de 1970 é marcada como momento de fundação de importantes coletivos, ideologicamente organizados em protesto contra o racismo, e constituindo militância pelo empoderamento negro nos campos culturais, artísticos e acadêmicos. Segundo Pereira (2010), os procedimentos de recitais, rodas de poema, teatro e o autofinanciamento de edições eram os meios disponíveis, já que as portas das grandes editoras estavam fechadas para essa cena literária. Carolina Maria de Jesus também se auto publicou, na década de 1960, por desinteresse das casas editoriais em seu trabalho. Há que se perceber que, durante a década de 1970, o processo de desqualificação cognitiva de Carolina Maria de Jesus se consolidou, enquanto sua presença literária era restringida. São sinais que inserem a intelectual em um cenário adverso ao seu pensamento, e justificam suas práticas engenhosas de infiltração, que de nenhuma maneira são exclusivas de seu caminho.

Os teóricos entendem os anos 1970 e 1980 como momentos fundadores da literatura negra e/ou afro-brasileira, quando foram fundados o Ilê Aiyê (1974), o Quilombhoje (1980), realizado a partir da edição dos Cadernos Negros (1978), e o coletivo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo (1982). Há, nesse momento, a busca por um “projeto poético-político” marcado, o que provoca reflexões sobre a contribuição negra para a memória brasileira e os dispositivos

³⁶ Ocupa a Cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras.

que desvelem as opções políticas no campo do saber. Nesse contexto, intelectuais também se debruçam sobre a categorização do campo, como resposta aos procedimentos científicos e acadêmicos de legitimação: literatura negra ou afro-brasileira? Nessas pesquisas, existem procedimentos que enxergam o negro como objeto, e outros que entendem o negro como sujeito. Em nosso texto, não cabem aprofundadas reflexões sobre o tema, mas concisas considerações.

Eduardo de Assis Duarte, em diversos textos, defende um conceito de literatura afro-brasileira, interessado na expansão do campo e em sua apreciação acadêmica. Para tanto, o teórico reconhece a existência, desde o século XVIII, de uma literatura que assume a etnicidade afro-descendente e, precisamente dessa maneira, se faz presente na constituição da identidade brasileira:

a celebração de vínculos, inclusive afetivos, com uma africanidade em parte resgatada e em parte construída *a posteriori*, no âmbito da diáspora negra no Brasil, confere à produção cultural comprometida com esse processo um caráter de resistência política ao rebaixamento social do qual é vítima esta população. (DUARTE, 2010, p. 78).

Segundo o pesquisador, a utilização do termo configuraria uma permanente recordação do processo diaspórico de formação cultural do Brasil, sendo uma maneira de desconstruir o mito da democracia racial, estrutura imaginária que sustenta o mito racista brasileiro, e uma “formulação mais elástica (e mais produtiva), a abarcar tanto a assunção explícita de um sujeito étnico, [...] quanto o dissimulado lugar de enunciação” (DUARTE, 2010b), categorias que ele utiliza para ler as extensas linhagens de escritores negros e escritoras negras do país, cujas leituras de mundo, temáticas, linguagens e atuação pública diferem sempre, encontrando-se invariavelmente nas mesmíssimas articulações do racismo brasileiro. A experiência de vida dos autores negros e negras levam-nos ao “compromisso identitário”, assumindo a memória e a voz coletiva, segundo a tradição afrocentrada. Tornam-se “guardiões do saber ancestral”, tecendo por sua autoria, experiência e linguagem, o que Lélia González chamou de pretuguês. A teórica chama atenção para a fala dos negros brasileiros, tantas vezes ridicularizada pelo saber erudito como insuficiência em se adequar ao código letrado dominante. Ao reconhecer traços ancestrais na fala cotidiana do povo negro brasileiro, Gonzalez afirma em entrevista a necessidade de se reconhecer a cultura negra como cultura brasileira, inclusive em seus aspectos linguísticos:

A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é “pretuguês”. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “mãe preta”, que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela, na realidade, tem um papel importantíssimo como sujeito, suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura

brasileira, na medida em que ela passa, ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento de Kinbundo, de Ambundo, enfim, das línguas africanas), é ele que vai passar pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronúncia, um modo de ser, de sentir e de pensar. (GONZALEZ, 1971)

Em trecho de um dos seus pequenos contos que integram a seção Humorismos de *Meu sonho é escrever...* Carolina Maria de Jesus ensina: “a palavra ‘balangandã’ é de origem africana. Posso afirmar que é de origem de certa região da África porque sou de cor. E a minha raiz é africana” (JESUS, 2018, p. 102). A autora reclama para sua língua-literatura uma origem ancestral que engendra as bases para uma cultura nacional brasileira.

Adentrando as veredas que essas reflexões ensejam, é incontornável verificar, como aspecto substancial da tradição da literatura negra e/ou afro-brasileira, o caráter griótico³⁷ que essa escrita assume no contexto diaspórico brasileiro. Amanda Crispim Ferreira (2013), em sua dissertação, tece considerações sobre a memória como fato social, relevante para a constituição das identidades de um povo. O interesse em investigarmos os procedimentos que imiscuem história e memória coletiva deriva da atenta observação do processo de formação do Brasil, que forja nossa realidade cotidiana contemporânea: a escravidão está na origem do projeto de esquecimento e fragmentação da memória, da língua e cultura dos povos africanos, buscando impedir a reconstrução de suas subjetividades na diáspora.

O projeto da colonialidade europeia alinhavou criativas maneiras de apagamento da memória, e, dessa maneira, da história do povo africano, que tinha como costume registrar e relembrar os acontecimentos a partir dos becos da memória. Como estratégia contra o esquecimento, a narrativa oral tece e reelabora uma História, porque é dela que nasce a noção de ancestralidade e identidade. Os griots, segundo a pesquisadora, teriam a função de narrar, ocupando o espaço de guardiões da memória coletiva de sua comunidade, transmitindo e, por isso, fazendo existir no tempo a subjetividade da ancestralidade. A figura do griot, na particularidade da experiência afro-diaspórica no Brasil, assume um caráter político, porque lembrar é resistir ao discurso de desqualificação da literatura oficial. É, como coloca a pesquisadora, apresentar o outro lado da História:

Com efeito, tratando-se de narrativas de costumes, o narrador funciona como o portavoz de um conjunto de valores que a coletividade pretende transmitir à posteridade de forma a manter os valores que permitem a sobrevivência e identidade. (ROSÁRIO, 1989, p. 319-320 apud FERREIRA, 2013, p. 24)

³⁷ O termo (griô, griot) é vastamente utilizado e parece consolidado, embora teóricas, como a professora Raffaella Fernandez, tenham apontado a raiz europeia e colonial do termo, que é uma tradução francesa da palavra *jali/djeli*, oriundas da África Ocidental.

Por sua vez, Domínio Proença Filho (2010) defende que a “literatura não tem cor” (p. 68). Assim sendo, o escritor afirma existir um “preconceito velado” quando se fala em *literatura negra*, porque a “adjetivação”, como nomeia, sugeriria diferenciação discriminatória, um “risco terminológico”, tratar o negro com um *outro* excluído da constituição do país. A literatura produzida por negros e seus descendentes seria, dessa maneira, brasileira, e não negra. Nesse ponto, é necessário reconhecer o percurso interessante em seu pensamento, uma discussão que é ampliada por Kabengele Munanga em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2004): entender a negritude como uma espécie de isolamento no jogo das identidades constitutivas dessa nação é perpetuar o modelo de negação construído pelas elites brasileiras ao longo dos séculos. A ideologia da branquitude se consolidou no imaginário pelo discurso da desigualdade racial, utilizando-se da ideia de mestiçagem como maneira a dissolver a especificidade das experiências vividas pela diáspora negra no território brasileiro. É sempre a lógica da inexistência que está na sustentação dessa prática, o que encontramos mais uma vez, de alguma maneira, no pejo em se utilizar uma palavra para chamar às produções artísticas. A Negritude como conceito, por sua vez, consiste na “afirmação do negro pela valorização de sua cultura, a começar pela poesia e outros” (MUNANGA, 1986, p. 53 apud PEREIRA, 2010, p. 25).

Essa afirmação, em busca da plena cidadania, remete ao que é defendido por Cuti em *Literatura negro-brasileira* (2010). No texto, o poeta e intelectual justifica sua escolha em realçar a palavra *negro*, argumentando contra o esvaziamento da constante luta da população negra brasileira:

A literatura negro-brasileira nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil. A singularidade é negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra “negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação e não se presta ao reducionismo contribucionista a uma pretensa branca que a englobaria como um todo a receber, daqui e dali, elementos negros e indígenas para se fortalecer. Por se tratar de participação na vida nacional, o realce a essa vertente literária deve estar referenciado à sua gênese social ativa. O que há de manifestação reivindicatória apoia-se na palavra “negra”. (CUTI, 2010, p. 44-45)

No mesmo sentido, Conceição Evaristo também se utiliza do termo “literatura negra”, indicando, como ponto fundamental de compreensão, a coletividade que marca a palavra e a vivência desse povo. Diante de todas essas considerações, podemos notar como as nomenclaturas teóricas estão constantemente em disputa, e frequentemente escondem polêmicas que desnudam as estratégias da sociedade colonial para desqualificar a história, a cultura e a identidade do povo negro brasileiro, construtores basilares do corpo social do qual somos parte, ainda que essa seja uma verdade negada com argumentos teológicos durante o

período colonial, artifícios scientificistas durante o século XIX e exotizada folcloricamente durante o século XX.

A literatura negra e/ou afro-brasileira cumpre o papel de ser “um lugar de memória”, como define Conceição Evaristo (1996). Tomado da palavra escrita, o povo negro brasileiro torna-se sujeito, inscrevendo-se como sujeito político nos processos históricos formativos da realidade. A memória da literatura negra e/ou afro-brasileira, é preciso que se destaque, não se inicia nos anos 1980, mas remonta, como assinalado por Duarte (2020), aos movimentos de emancipação dos escravizados (ao qual está vinculado o paideuma carolineano de formação discursiva), e a conseqüente mobilização na busca por plena cidadania (da qual a escritora mineira faz parte como momento fundador e incontornável). Esses percursos de afirmação identitária pela imersão no coletivo apresentam-se como estratégias de resistência, porque a escrita diaspórica, no Brasil, resgata a memória e suas ramificações silenciadas pelo discurso hegemônico.

O inequívoco reconhecimento do pertencimento étnico afrodescendente vincula-se à coletividade pela especificidade das experiências compartilhadas: Livia Natália Souza escreveu que “para o bem e para o mal, a autoria no contexto minoritário está a reboque da coletividade” (2018, p. 39). O contexto do “agenciamento coletivo de enunciação” que se forma, portanto, engendra uma dicção própria que se verifica em uma linguagem criativa de protesto contra o racismo e busca persistente pela inclusão social, em uma miríade de temas que não se esgota ou limita a experiência criativa da autoria. Essa perspectiva calcada na memória cultural dos processos constrói uma sensibilidade firmada na vida (daí a polêmica entre arte e política, guiada pelas noções estéticas europeias) que os operadores teóricos da literariedade apenas conseguiram nomear de popular e subalterna. Muitas vezes subscrevendo tradições formativas e estilísticas do discurso hegemônico, a autoria negra e/ou afro-brasileira assume posições incisivas pela afirmação do sujeito, sua dignidade registrada, e dessa maneira, defendida, nos lugares de memória da história do povo negro na diáspora brasileira.

Assim, para uma concepção ampla do tema e justo entendimento de Carolina Maria de Jesus como uma intelectual negra, faz-se necessário um exercício de perspectiva, um movimento necessário de reorientação dos estatutos historiográficos da literatura nacional para além de um “vigoroso processo de revisão [...] do corpus” (DUARTE, 2010, p. 74), como se tem constituído nos últimos anos. É nossa tradição silenciar os escritores negros e escritoras negras enquanto eles produzem, para apenas reconhecê-los a posteriori, sempre em um fluxo insuficiente de reparação porque, no essencial, continua-se a ignorar as contribuições de povos não-brancos para a própria noção de arte e cultura.

Não basta que se nomeie a literatura negra e/ou afro-brasileira como parte, vertente ou segmento de um edifício maior, a literatura brasileira. Isso sim, para utilizar os termos de Proença Filho, seria um “isolamento”. Em minha visão, não é possível que se continue a isolar a literatura negra e/ou afro-brasileira como uma tendência que só ganha corpo a partir de uma revisão forçada, assim como não é a negação de sua especificidade que afirmará as contribuições de gerações de artistas ao campo literário “universal”, posto que essa categoria é insuficiente, tendo sido forjada para excluir. A perspectiva que reclamo, nesse texto, a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, é a opção decolonial do reconhecimento de tradições que existiram, sob resistência, formando o povo brasileiro, reinterpretando a história oficial ao atualizar artisticamente as histórias individuais da coletividade. Parece-me que o Brasil está sempre em um ponto de inflexão de ideias, e a contribuição real que surge das experiências do povo negro brasileiro, articulada em poéticas de grande atuação na sensibilidade cultural do país, não pode ser ignorada como caminho, propósito e arcabouço de um projeto de nação. O interesse de uma pesquisa no campo acadêmico das letras perpassa pela formação pedagógica de leitores engajados com a transformação do pensamento de uma sociedade. O questionamento de representações e a leitura de outras, reorientadas pela literatura negra e/ou afro-brasileira, é a grande contribuição de nossa época à desconstrução da lógica colonial da branquitude e seus sintomas que estruturam nosso meio. É preciso, portanto, leitura atenta e alguma insistência nessa outra clave de percepção.

Nossos manuais não podem ser adaptados, incluindo apenas alguns nomes da literatura negra e/ou afro-brasileira, porque aqui não se trata apenas de nomes individuais, mas de uma percepção coletiva das contribuições para a construção nacional: sangue, é verdade, e palavras. Movimentos e pensamentos, entre o bailado de danças, danças de luta, e ritmos criadores. Vestidos de penas e luzes, inventividade e resistência, como teceu em criatividade Carolina de Jesus, que apesar de toda fama contemporânea, não chega aos livros de literatura de ensino fundamental e médio porque para isso seria preciso reconfigurar toda a perspectiva teórica ali apresentada. Essa reorientação só será possível a partir do abarcamento da literatura negra e/ou afro-brasileira como uma expressão primordial da literatura nacional, levando em conta todo o fluxo de apagamento que foi estabelecido institucionalmente pelas instâncias legitimadoras de cultura. É preciso, em nossos tempos, à exemplo do poema de Victoria Santa Cruz, um “gritaram-me negra” à literatura brasileira: pela compreensão de suas histórias e memórias, lutas e resistências, perdas e misérias, não retroceder e avançar segura de que um país de maioria negra não pode continuar a entender sua literatura como exclusividade dos brancos, suas instituições e lógicas internas: “É negra” também.

1.3 A Escrita de Mulheres Negras

A literatura: Jorge Amado, quem quer que seja tá aqui pra eu ler. O que eu vou fazer com ela é o meu cognitivo, é a minha emoção que vai fazer com ela... Eu não quero que proíba nada, eu quero que me deem acesso ao que eu quiser ler. (Miriam Alves)³⁸

Dentre as literaturas que inovam o projeto literário nacional, a autoria de mulher negra coloca textos marcantes em um sistema anteriormente erigido, notadamente, pela autoria de homens e mulheres brancas. Creio que a autoria de mulheres negras, pois não sou a única que estou escrevendo, tende a dar outros sentidos à Literatura Brasileira. (Conceição Evaristo)³⁹

Em 1960, ano da publicação de *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus recebeu diversas homenagens em reconhecimento ao momento fundador que é a sua primeira obra. Uma, em particular, revela a importância sem precedentes que a autora ocupa na tradição da literatura negra e/ou afro-brasileira: a Associação Cultural do Negro, grupo fundado em 1954 e formado por intelectuais e ativistas, dedicou à autora, no dia 28 de setembro, 89º aniversário da Lei do Ventre Livre, o título de “Mãe Negra”. A publicação do livro galvanizou o protesto negro da época, que encontrou ali uma expressão simbólica inequívoca que a branquitude não poderia mais ignorar.

Em editorial publicado no jornal *Níger*, editado pela associação, os intelectuais enxergam Carolina de Jesus “como um exemplo de afirmação do negro e, particularmente de mãe negra, talvez inaugurando uma das imagens mais associadas à escrita: a mãe negra, uma espécie de reserva moral e benigna (SILVA, 2016, p. 73). Em seu terceiro número, datado de setembro de 1960, além de um poema escrito por Oswaldo de Camargo e um samba de autoria de B. Lôbo, ambos em tributo à escritora, o jornal registra:

Carolina Maria de Jesus é a expressiva figura, por nós escolhida, para simbolizar a homenagem que hoje rendemos à “Mãe Negra”, num ato de nosso civismo, pelo transcurso da data de 28 de setembro, e do 89º aniversário da Lei do Ventre Livre. [...] A nossa homenageada – a “Mãe Negra” – é uma imagem emotiva que vive em nossa recordação, e por isso mesmo não podemos jamais olvidá-la pelos feitos que no passado ela concretizou [...] deu ao Brasil suas melhores tradições e soube encher os velhos solares das famílias de tantas ternuras e poesias [...] Carolina Maria de Jesus é uma contradição histórica de tudo isso. Ela vem malsinada, tal qual uma sombra errante, do submundo da sociedade moderna, para contar uma história, a sua história, que galvanizou os sentidos de toda opinião pública, pelas suas revelações estarrecedoras. [...] O diário da favelada Carolina é um depoimento que não só retrata, em seu triste conteúdo, as nossas mazelas sociais do momento, como remontam [sic] aos erros políticos – em matéria de justiça social – desde o alvorecer da República. [...] Pelo menos para nós esse livro foi mais que isso [sucesso de vendas], porque nele encontramos uma advertência fora do comum [...] O significado dessa advertência

³⁸CUNHA, C. F. DA. Entrevista com Miriam Alves. Disponível em: <<https://medium.com/@cfdacunha/entrevista-com-miriam-alves-f9a58f270ec8>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

³⁹ EVARISTO, Conceição. A escritora e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escritora: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 26-46.

tem sua ressonância nos fundamentos daqueles pontos básicos que são a razão de ser dos anseios de nossa luta [...] (SILVA, 2016, p. 73)

É um texto importante porque indica a imagem da “mãe preta” como o modelo de intelectual que a época conseguiu reconhecer em Carolina de Jesus, a partir de suas análises da miséria das favelas, vistas como “revelações estarrecedoras” por uma sociedade criada na lógica colonial e dessa maneira permanentemente distraída da realidade. A denúncia da fome e as incursões literárias inesperadas conduziram os círculos leitores às suas relevantes considerações sobre processo histórico brasileiro, o que contribuiu para a imagem inicial de sábia, cuja apropriação o título de “mãe negra” satisfaz. A “imagem emotiva” que a ACN associa à figura de Carolina Maria de Jesus está justamente atrelada à contradição histórica que a figura da escritora representa, dessa maneira aproximando-se do que sustenta Lélia Gonzalez, ao analisar as imagens de autoridade pelas quais o racismo e o sexismo modulam a cultura brasileira: “é interessante constatar como, através da figura da ‘mãe preta’, a verdade surge da equivocação. Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é que vai dar a rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 2020, p. 87).

A “mãe preta” é uma representação simbólica que foi lida no estereótipo mitificado por autores como José A. C. Júnior⁴⁰, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., homens brancos que apresentaram a sabedoria da maternidade preta como pura devoção domesticada, versão feminina do escravo fiel, situada na amálgama entre ama de leite e a cozinheira. Esses papéis estereotipados funcionam como o exercício da violência simbólica do racismo, enrijecendo as vivências e subjetividades das mulheres negras aos espaços predeterminados pelo discurso hegemônico da branquitude. A figura que “deu ao Brasil suas melhores tradições”, segundo postula o editorial, “soube encher os velhos solares das famílias de tantas ternuras e poesias”. É a concretização do estereótipo, como sempre redutor, de exaltação da mestiçagem e da democracia racial, fundamentado no pedagógico hábito de contar e recontar histórias e tecer memórias. No entanto, é justamente aqui, nessa rasteira, que falar sobre a “mãe preta” se amplia em outras perspectivas, para, a partir daí, compreendermos as interseccionalidades que nos levam a assumir a voz das mulheres negras como lugares de memória do povo brasileiro, justamente porque, em suas escrevivências, afirmam-se – apesar de tudo – como sujeito negro

⁴⁰ Sobre a temática, indico: RONCADOR, Sonia. “O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 129-152. E, ainda: COLLINS, Patricia Hill. **Mammies, matriarcas e outras imagens de controle**. IN: COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

em referência positivada: antes do *Black is beautiful*, a literatura de mulheres negras ocupou importante espaço de “desalienação e desrecalque” (SOUZA, 2020, p. 212) para o povo negro:

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2017, p. 59).

As temáticas carolinianas traçam a escritura da literatura negra e/ou afro-brasileira, destacando, pelo ponto de vista das mulheres negras, a voz dos excluídos pelo discurso colonial. Por ser uma mulher preta no Brasil, toda a obra de Carolina de Jesus é uma estratégia de insurgência, de afirmação da sua subjetividade. Construído no movimento, no espriar-se do êxodo, a textualidade da intelectual é composta de fluxos e contrafluxos, reconfigurações permanentes porque seu existir quase sempre se fez na zona da precariedade material, e dessa situação se colocou observadora e, depois, poetisa.

Lélia Gonzalez aponta em muitos ensaios a insuficiência política dos movimentos feministas brasileiros quando se trata das particularidades da vida da mulher negra. Levado a cabo por mulheres brancas de classe média, o feminismo brasileiro por muito tempo focou nas relações de dominação de gênero, sem se aperceber das especificidades e diferenças entre as experiências de opressão, ignorando os efeitos da branquitude como estratégia, além de neutralizar a questão da discriminação racial, excluindo a participação da mulher negra no processo de emancipação socioeconômica das mulheres brancas, o que foi feito, por exemplo, através da prestação de serviços, como é o caso da empregada doméstica. Carolina de Jesus, ao também analisar em seus textos o processo de sujeição a que essas trabalhadoras são submetidas, parece ecoar as percepções de Gonzalez: “coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade” (GONZALEZ, 2020, p. 40). Ser a sustentação de toda uma comunidade é uma expressão da superexploração das mulheres negras, que historicamente foram responsáveis pela própria família, além de incluírem em seu círculo de influência a sua comunidade estendida, como os vizinhos.

Desde o período pós-abolição, a mulher negra articula sobreposições de tarefas, o que lhe valeu por vezes alcunhas de heroísmo, sendo esse um significativo exemplo do discurso objetificador do racismo que reduz essas mulheres aos estereótipos de “negra forte” e “mãe preta”. Intelectuais como Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo, conscientes dessa modulação, percebem a “mãe preta” para além “desse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais

como querem os brancos”, assim como não pode ser resumida como “essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento” (GONZALEZ, 2020, p. 87). A “mãe preta”, na visão de Gonzalez, é a verdadeira mãe da cultura brasileira:

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí fora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. (GONZALEZ, 2020, p. 87).

Nessa verdade à revelia, Gonzalez expressa a íntima relação entre maternidade, exemplo e ensino no contexto da cultura brasileira. A figura que atribuem a Carolina Maria de Jesus, pela leitura das intelectuais negras, é responsável pela insubmissão das lágrimas negras. Ocupando a posição de viga mestra, a escrita das mulheres negras possibilita a renovação da memória histórica por apresentar a outras mulheres negras a capacidade criativa da escritura: experiências criando imaginários. Apontar, pela especificidade de suas experiências, outros caminhos para o abstrato edifício da literatura brasileira passa pela revelação do lado de dentro da costura, o reverso do bastidor, aquele caminho das linhas que só quem tece pode indicar. A apropriação legítima, pela ancestralidade, de referencialidades negras, alcança às letras brasileiras um dinamismo coletivo, que levou Angela Davis a afirmar no salão nobre da Reitoria da UFBA: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (ALVES, 2017).

São imagens que ganham ainda mais força quando lemos o que escreve Conceição Evaristo: “foi a partir da leitura do livro de Carolina Maria de Jesus, mulher negra e favelada, migrante mineira em São Paulo, que minha mãe desenvolveu o hábito da escrita. Nas páginas da outra favelada nós nos encontrávamos” (EVARISTO, 2011 apud DUARTE, 2020, p. 81). Dedicando especial atenção à escrita das mulheres negras na tradição da literatura brasileira, percebe-se, como escreveu Florentina Souza, que essas escritoras, por tanto tempo ignoradas pelas instituições oficiais do saber colonial, “ao assumirem a posição de sujeitos da escrita, [...] rompem com o determinismo instaurado por séculos que aponta para as mesmas exclusivamente o lugar de serviçais e de objetos” (SOUZA, 2017, p. 22). A historiografia oficial não foi pensada para acolher as vozes dissonantes da lógica da branquitude: mulheres pretas sempre estiveram restritas em nossa vida social, e seus textos exigem uma base epistemológica aberta o suficiente para acolher as experiências vividas e narradas. Rosa Maria Egipcíaca Vera

Cruz, Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus: são vozes da diáspora, que tecem intervenções nos “núcleos” culturais: nesses casos, procurar ativamente o exercício da escrita é tornar-se sujeito que fratura os espaços de poder.

É inegável a necessidade, para compreensão desse cenário, de lançarmos mão à noção de escrevivência, cunhada inicialmente por Conceição Evaristo em texto intitulado “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita” (1995). Posteriormente, em depoimento realizado em 2020, Evaristo aprofunda as considerações sobre a escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020, p. 30)

A reclamação do ato de narrar por si mesma rasura a imagem de “ternura e poesia” a serviço do deleite da branquitude em seus velhos solares de família. Nunca um ato estético contemplativo de simples lamento com o estado das coisas: esse lamento poderá existir, mas sempre fará parte da intervenção no tecido da existência. Aqui, a “mãe preta” narra uma vida que nunca é apenas sua, evidenciando o caráter griótico de sua ação política. Carolina Maria de Jesus compreendeu que sua prática literária era lida pela população como uma maneira de transformação da lógica conhecida. O ser mulher negra e pobre, que se assume como sujeito da ação, impede a escrita narcísica e infértil que ignora a coletividade. Está registrada, nos volumes de Casa de Alvenaria, a interminável ladainha de pedidos que chegavam a Carolina Maria de Jesus por conta do lugar de poeta que conquistou: “Sera possível que eu tenho que solucionar todos problemas que aflige o povo do Brasil? É o meu prazer auxiliar os que sofrem. Mas, eu, sou impotente.” (JESUS, 2020b, p. 135), registra a intelectual em um momento. Contudo, ao mesmo tempo, ela afirma:

Vi um jovem sorrir e olhou-me com ternura. No corredor, havia mais de cem pessoas aguardando uma consulta. Fui apresentada aos médicos, que quêixavam dos atrasos das verbas hospitalares e a deficiência das dependências. Pensei: Vou transformar o meu Diário em fala o povo do Brasil! (JESUS, 2021a, p. 266)

Ler Carolina de Jesus, no sentido exposto, é um ato de desobediência epistêmica, um ato de giro decolonial, um ato de insubalternidade, de anticolonialismo, de revolta, de levante porque subverte a leitura oficial dos sistemas literários e da própria noção de clássico ao construir suas análises da sociedade brasileira, desconstruindo persistentes mitos de fundação, a partir do seu lugar de enunciação como mulher preta e pobre. Era esperado que o sistema hegemônico reagiria à voz questionadora da literatura negro-brasileira, e a escritora estava consciente disso: “Não estou tranquila com a ideia de que dêvo escrever meu Diário da vida atual. Escrever contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me. Eles querem ser ricos” (JESUS, 2021, p. 144).

Quando o povo brasileiro fala através de sua pena, Carolina Maria de Jesus, de seu lugar de fala múltiplo, assume seu lugar de intérprete da realidade brasileira, inscrevendo seu nome no percurso fundamental de investigação do pensamento nacional. Para tecer nossas considerações, partimos da instrumentalidade teórico-metodológica proposta por meio do conceito de interseccionalidade: “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (p. 24, 2019), escreve a pensadora baiana Carla Akotirene. Nessa perspectiva, qualquer compreensão da obra de Carolina de Jesus deve enxergar o que Kimberlé Crenshaw – intelectual que sistematizou o termo – chama de “colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, p. 19, 2019). É esse um pressuposto teórico essencial para o mergulho na cosmovisão de uma mulher negra que experimentou a pobreza, foi mãe de três filhos e chefe de família monoparental, migrante, transitando por espaços de moradia como a favela do Canindé, as casas de alvenaria em Osasco e Santana e, por fim, o sítio em Parelheiros. Ocupando sucessivamente posições de lavradora, empregada doméstica, catadora de papel, Carolina dedicou-se ao campo cognitivo como pensadora, escritora, cantora e compositora, enfim, uma pensadora: sua obra intelectual nunca foi estanque ou esteve paralisada, assim como seu corpo, que esteve em permanente migração durante toda sua vida, compondo rotas que se entrecruzam, e por vezes se chocam, insubmissas diante do que esperaram e esperam dela as estruturas de poder. Essa é uma perspectiva fundamental para a leitura do projeto de Carolina Maria de Jesus, e sem partir dela poderemos cair no senso comum que acusa a autora de textos de gênero íntimo, como o diário, de contraditória, como se um aspecto de sua identidade fosse mais relevante do que o outro, ou que, justamente por ser um sujeito subalternizado, Carolina devesse necessariamente não corroborar com as práticas de violência normativizadas pela matriz colonial moderna, tornando-se uma espécie de santa dos oprimidos, resistindo para além das possibilidades de seu lugar de ocupação de um tempo

histórico. Na leitura da trajetória da escritora, são justamente as sobreposições de suas ações que forjam sua criticidade inédita.

Ao reler o ponto de vista de Crenshaw sobre o conceito, Akotirene compreende a noção de interseccionalidade não apenas a partir do debate sobre identidades múltiplas, mas como “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, p. 63, 2019). Ou seja: as abertas veredas das avenidas identitárias, território de trânsitos, conflitos e colisões, falam das estruturas das relações de poder em “sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas” (CARNEIRO, 2003, p. 315). Pensar interseccionalmente amplia nossa capacidade de compreender as subjetividades que compõem as identidades em questão, interpretando as intervenções e dilemas vividos pelos sujeitos subalternizados pela matriz colonial moderna.

É nesse entrecruzamento epistemológico que compreendemos a cartografia do pensamento de Carolina de Jesus, aqui lida como um questionamento das categorias postuladas pela colonialidade. Em “Rumo a um feminismo decolonial”, María Lugones nos leva a compreender as relações hierárquicas e dicotômicas “entre o humano e o não humano” como fundamental para o entendimento da lógica moderna colonial, a marca da ideia de civilização constituída pela lógica da colonização europeia, fenômeno perpetuador de ausências. Lembrando brevemente do conceito do *Outro* beauvoriano⁴¹, compreende-se que a categoria “mulher” foi sempre entendida a partir do “homem”, validada através e por ele, em consonância com a lógica dualista que estamos investigando como estruturante do pensamento ocidental. A ideia de universal que tal pensamento implica na instituição de categorias dominantes (“mulher”, “negro”, “pobre”, como lembrado por Lugones) forja estruturas pensadas a reforçar constantemente a opressão sobre aqueles entendidos como “não humanos”, subalternizados e desumanizados por uma ideia homogênea de universal que os exclui como estratégia. Como diz Lugones: “assim, ‘mulheres’ refere-se a mulheres brancas. ‘Negro’ refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, *mestizas*, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis” (2014, p. 942). Qualquer posição formulada por Carolina Maria de Jesus em seu percurso intelectual carrega sua experiência das ferramentas normativizadoras da matriz colonial moderna. Ela foi uma *mulher negra pobre* enfrentando interdições que não se compartimentalizam, um *ser impossível* que se tornou um fenômeno cultural justamente por quebrar a ausência característica da lógica colonial moderna e constitutiva do pensamento brasileiro.

⁴¹ “Para a filósofa francesa, a mulher foi constituída como o *Outro*, pois é vista como um objeto, na interpretação que Beauvoir faz do conceito do ‘em si’ sartreano.” (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Dessa maneira, tomando o conceito de interseccionalidade como arcabouço teórico, e compreendendo a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, p. 19, 2019), precisamos ressaltar dois pontos importantes: primeiro, o sistema de opressão existe em múltiplas formas, sempre repetindo a lógica perversa do progresso e do aperfeiçoamento dos sistemas de subalternização. O fundamento sugerido pela interseccionalidade não considera o entrecruzamento de identidades como uma equação matemática:

em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2019, p. 43)

É preciso ter atenção, dessa forma, para não entender Carolina *somente* como uma representante dos favelados – salientando desse modo a categoria dominante de classe –, justificando, na cartografia de sua crítica, o interesse do público em sua literatura como resultado de um interesse populista que marcou política e culturalmente a década de 1960, um importante documento histórico, mas mesmo assim, um texto documental. Essa será sempre uma leitura que capturará apenas parcialmente suas contribuições, ignorando as estratégicas também interseccionais dos aparatos coloniais: a ideia de interseccionalidade nos permite tecer uma análise mais ampla sobre a posicionalidade de Carolina de Jesus nas relações entre raça e classe, como pode ser lido no texto de Akotirene: “Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe” (2019, p. 50). Se Carolina de Jesus teve que escrever suas poesias e diários em folhas de papel catadas nas ruas de São Paulo, tantas vezes destacando a dificuldade em criar seus três filhos, traçando, além de tudo, longas considerações sobre seu estado civil de solteira, é por consequência e consolidação da invisibilidade entrecruzada, da ausência do “não humano”. Carolina de Jesus não teve “um teto todo seu” e todos os confortos renunciados como necessários para a criação por Virgínia Woolf: no período da favela, construiu seu barracão com as próprias mãos, e se utilizou do trabalho literário como estratégia e tentativa de revolucionar a vida dos seus filhos, priorizando a educação.

As mulheres negras e pobres, é importante lembrar, são os *seres impossíveis* da subalternidade. Logo, ouvi-las significa adentrar uma lógica construída no contraponto. É mais

uma vez a luta pela infiltração, quando se percebe as impossibilidades de se adentrar os espaços de saber. A escrita nesse contexto, como afirma Conceição Evaristo, “ultrapassa os limites de uma percepção da vida” (EVARISTO, 2020, p. 54), adquirindo força de insurgência. Lê-las, especialmente no contexto do pensamento brasileiro, revela a sociedade a partir de um lugar fora da norma que legitima os discursos, o lugar da “*outsider within*” apontado por Patricia Hill Collins: “é preciso aprender a tirar proveito desse lugar de outsider”, escreve Djamila Ribeiro ao reler a professora estadunidense, “pois este espaço proporciona às mulheres negras um ponto de vista especial” (2017, p. 46). A fluidez de suas identidades alicerça sua criticidade política. Assim como Carolina de Jesus, outras intelectuais negras ergueram a voz e questionaram as perspectivas homogeneizadoras da lógica do universal. São as agruras da vida, a necessidade da sobrevivência, muitas vezes, o contexto de formulação de suas metodologias e práticas de pensamento porque “onde quer que formas de opressão se manifestem neste país, pessoas negras são vítimas em potencial”, como escreveu a intelectual feminista negra Audre Lorde em “Não existe hierarquia de opressão”. Isso inegavelmente coloca Carolina de Jesus em um lugar de particular enunciação cultural, fazendo do que é lido como seu lugar à margem um lócus necessariamente próprio, mobilizando as fronteiras do pensamento hegemônico da branquitude, construindo outras possibilidades de visibilidade a partir de suas identidades. É, enfim, uma visão rara em nosso cânone, sendo, por isso, extremamente necessária a leitura atenta das crônicas que faz da sociedade brasileira.

Assim sendo, o segundo ponto a ser ressaltado diante da ideia de “interseccionalidade” como dispositivo metodológico para a compreensão do projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus é a constatação de que tal conceito surge das contribuições intelectuais das feministas negras. O reconhecimento desse ponto de vista singular (o que não quer dizer obrigatoriamente exótico) só é possível pelo interior das perspectivas de significação das autoras do feminismo negro, que interpelou o feminismo branco em seu conceito fundamental de “mulher”, universalizado sem levar em conta inúmeras diferenças. Como é recordado por bell hooks em “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, a teoria feminista nos EUA tem uma origem burguesa e privilegiada que ignorou as experiências de mulheres não brancas, orientação exemplificada em nomes como Friedan e Fritz, cujos textos revelam uma compreensão unidimensional dos problemas das mulheres estadunidenses. A ausência de uma perspectiva interseccional na teoria feminista é criticada por bell hooks, em uma indicação sintetizada por Sueli Carneiro em outro texto: é preciso “enegrecer o feminismo”, reconhecendo o que hooks entende como contribuição essencial das mulheres negras:

Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. (hooks, 2015, p. 208)

É a prática de vida de mulheres negras que formula as considerações teóricas do projeto feminista negro. Sueli Carneiro defende o enegrecimento do feminismo como forma de transformação do imaginário brasileiro, sustentado por opressões como o racismo, o sexismo, o classismo. A partir do pensamento de Ana Angélica Sebastião e Lélia González, a filósofa Djamila Ribeiro caracteriza o feminismo negro como

um movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras que estão envolvidas no combate às desigualdades para promover uma mudança social de fato; não seriam mulheres preocupadas somente com as opressões que lhe atingem, mulheres negras estariam discutindo e disputando projetos. (RIBEIRO, 2017, p. 49).

Quando afirmamos que Carolina de Jesus é uma intelectual negra, apesar de tantos processos concomitantes de negação da sua dimensão cognitiva, buscamos reconhecer de fato a importância da mulher negra na formação do pensamento nacional. A perspectiva feminista negra enfrenta os entrecruzamentos das avenidas identitárias ao “integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento das mulheres” (CARNEIRO, 2019, p. 319). Os paradigmas do feminismo branco, inclusive no Brasil, originam-se de perspectivas eurocentradas que sustentam o pensamento da branquitude e suas práticas racistas incrustadas na cultura brasileira, por exemplo, através da ideia de democracia racial, tão ironizada, como veremos, por Carolina de Jesus.

O feminismo negro, disserta Sueli Carneiro a partir do pensamento de Patricia Hill Collins, destaca temas que serão fundamentais nas análises da figura de Carolina de Jesus como uma intelectual negra brasileira. Podemos destacar “o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou ‘imagens de autoridade’” (CARNEIRO, 2019, p. 319). A trajetória de precariedade, fome e miséria da escritora mineira, mulher, negra, pobre se estabelece como um símbolo de combate às modulações que sua imagem sofreu pelos círculos literários, acadêmicos e midiáticos. Suas obras literárias combatem a marginalização da mulher negra, contrariando as expectativas que

a sociedade forjou como lógica de opressão. Carolina de Jesus, de seu lugar em constante transformação, formula epistemologias antirracistas e de valorização das possibilidades – mesmo que a partir da ideia de infiltração – de *seres impossíveis*.

Não existem episódios semelhantes ao fenômeno Carolina Maria de Jesus, anteriores ou posteriores, na história da literatura brasileira, seja em número de vendas ou nas gigantescas respostas da opinião pública. As reverberações provocadas pela escrita de uma mulher negra continuam, quarenta e cinco anos depois de sua morte, mobilizando pesquisas acadêmicas e inéditos projetos de consagração: exposições, títulos, estátua, a publicação das obras completas, sendo este projeto o mais urgente e importante. Seu pensamento, no contexto cultural brasileiro, deve ser entendido como um ponto de inflexão na literatura brasileira. Para usar as palavras da escritora, estamos diante de uma reorientação que enseja reações: “Ja ouvi dizer que eu sou a Bomba Atomica do Brasil porque consigo tudo” (JESUS, 2021b, p. 63). Nesse sentido, a literatura negra e/ou afro-brasileira não pode mais encontrar as portas das Academias fechadas ao estético de sua escrita, sob consequência de irrelevância cultural e interessante rechaço das instituições, movimentos que anunciam consciência das estratégias da branquitude. Nesse contexto, a leitura de Carolina Maria de Jesus como uma intérprete do Brasil deve estar baseada na delimitação do seu projeto intelectual, a partir da apresentação de seu discurso literário e artístico, suas maneiras de atuação e principais temáticas abordadas.

2. A POETA É A INTELLECTUAL

Os poetas que passaram
 Construíram castelos no ar
 E quase todos idealizaram
 Somente os sonhos para sonhar.

(*Carolina Maria de Jesus*)⁴²

Carolina Maria de Jesus é uma intelectual que se firmou no debate brasileiro primordialmente através da literatura, embora tenha se dedicado a outras linguagens artísticas, como a música e as artes plásticas. Pensadora formada por uma contínua peregrinação, deambulando entre cidades e empregos, vivenciando dificuldades e interdições que são corriqueiras para a vida das mulheres negras, Carolina de Jesus sofreu, desde muito jovem, além do racismo e da violência física, o questionamento de sua capacidade intelectual por ser quem era. Entre fluxos e contrafluxos, a escritora subscreveu tradições que desbarataram os críticos de sua época e ainda hoje mobilizam o contexto literário, apresentando análises políticas firmadas em considerações muito próprias. Assumindo a dicção de poeta, os “castelos no ar” que se dedicou a construir revelam uma dimensão lírica fundamental que sustenta suas incursões teóricas de projetista de um país possível.

Uma mulher que vivenciou, na maior parte do seu tempo de existência, uma realidade de precariedade e exaustão, Carolina de Jesus forjou uma língua-literatura que performa a resistência de sua voz, ao mesmo tempo que destaca o caráter trágico da experiência social e subjetiva do sujeito negro brasileiro. A dimensão íntima é muito explorada como matéria para sua escritura, e se dedicou com esmero a um contínuo aprimoramento da sua dicção artística. Pela arte e pelas atividades culturais, articulou para si um lugar de questionamento das contradições sociais por meio de posicionamentos políticos consolidados, inclusive em suas contradições, a partir de sua vivência como mulher, preta, pobre engajada em idealizações e sonhos. Há uma robusta visão de mundo evidenciada como filosofia pessoal em poemas, músicas e provérbios. Não se furtou jamais a apresentar seu ponto de vista específico, e considerava a sua missão utilizar a palavra como defesa daqueles que precisavam. Muito das suas páginas éditas e inéditas foram dedicadas à percepção da realidade brasileira, suas hipocrisias desveladas em fome e miséria, má ação governamental e, em sua opinião, incoerente organização e distribuição das riquezas brasileiras. Em *Quarto de despejo*, registra um

⁴² JESUS, Carolina Maria de. *Clíris: poemas recolhidos*. Organização Raffaella Fernandez e Ary Pimentel. Rio de Janeiro: Desalinho, Ganesha Cartonera, 2019, p. 110.

incontornável diagnóstico sobre a democracia brasileira que continua a pulsar em alarmante contemporaneidade, principalmente em um momento em que as instituições nacionais cambaleiam com as investidas golpistas e os flertes autoritários de relevantes líderes políticos:

...Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: —Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse: —É que eu tinha fé no Kubstchek. —A senhora tinha fé e agora não tem mais? —Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2014, p. 35)

Carolina Maria de Jesus duvida da democracia brasileira, denunciando por meio das suas letras a distância entre o povo e as instâncias de poder. O registro do protesto, anterior ao golpe militar de 1964, demonstra a escolha de se apresentar ao público-leitor pela literatura, acima de qualquer outra expressão. Faz-se necessário, portanto, perceber o entrecruzamento de discursos que constitui, na contemporaneidade, o espaço da produção da literatura. As reflexões multiculturais da atualidade possibilitam outras percepções dos agentes construtores de conhecimento, propondo mobilizações de antigos conceitos, como postula Hall (2001) ao reconhecer a transformação na vida cultural a partir das “enunciações das margens” (p. 150). Nesse sentido, Hall debate o resultado das estratégias culturais como “lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos na cena política e cultural” (p. 150). Da mesma maneira, Kilomba (2019) fala do deslocamento da noção de margem, que “não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade” (p. 42). No trecho acima, o descrédito da democracia nasce pela incapacidade do Estado de suprir a fome do seu povo. A palavra falha para que o questionamento escrito atravessasse as décadas e se consolide como um grito coletivo e atemporal. É a partir desse cenário de questionamentos, que mobilizam as distinções dicotômicas em torno dos constituintes da cultura, memória e tradição de uma sociedade, que encontramos Carolina Maria de Jesus como figura fundadora de percepções, deslocando e fragmentando o pensamento brasileiro.

Reconhecendo como missão íntima ser poeta, justificou com a literatura a renitente tristeza provocada pelo desajuste social que experimentava. Apesar da desorientação registrada em algumas páginas diarísticas, o que hoje emerge das páginas éditas e inéditas é uma intelectual que se dedicou durante quarenta anos a interpretar o Brasil, a hibridizar gêneros, e a construir uma obra que inegavelmente faz da própria vivência como mulher negra e pobre a matéria de suas incursões narrativas, poéticas, ensaísticas.

Artista múltipla, a pensadora compôs seu projeto de país em um ponto de interlocução entre as áreas do saber, e esse reconhecimento necessariamente precisa valorizar o contexto de produção da sua criação, permitindo a construção de uma ampla perspectiva sobre as interseccionadas identidades existentes nessas manifestações culturais. Em uma obra com destacada característica de autorreflexão, registro de memória e autobiografia, a trajetória pessoal da escritora se apresenta como símbolo da vivência de um povo, e deve ser compreendida em sua exata dimensão. Em se tratando dessa escritora, em particular, muito de sua fortuna crítica se perderia ao se ignorar como Carolina de Jesus faz de si narradora, personagem e tema. O texto literário assume, na obra da pensadora, a possibilidade de construção da história, da memória e da consolidação de múltiplas identidades através de outras representações, muitas vezes inéditas ou inauditas no tecido literário.

É tempo de reconhecer que os manuscritos carolinianos, ao abordarem questões raciais e de gênero, inscrevem, na própria estrutura de sua escrita memorialística-ficcional-poética, incursões ensaísticas que revelam a hibridização característica do seu projeto estético. Quando “questões político-sociais, existencial-reflexivas e religiosas” (VALÉRIO, 2020, p. 21) são levantadas nas páginas dos diários, provérbios e romances, um espólio intelectual dos mais relevantes da intelectualidade da mulher negra do século XX se apresenta aos leitores contemporâneos.

2.1 O projeto literário de Carolina Maria de Jesus

“Hontem eu li aquel fabula da rã e a vaca
Tenho a impressão que sou rã Que Queria crescer ate ficar do
tamanho da vaca - Eu desêjei varios empregos. Não aceitaram-
me por causa da minha linguagem poetica. porisso eu não
gosto de conversar com ninguem.”

(*Carolina Maria de Jesus*)⁴³

“Creio que a escolha das palavras certas está relacionada, ou
parte mesmo, da subjetividade e também da experiência com a
linguagem que a escritora, o escritor têm. A minha linguagem
literária é fruto da minha subjetividade, que é formada na
vivência, na experiência de várias condições.”

(*Conceição Evaristo*)⁴⁴

⁴³ JESUS, Carolina Maria de. **Meu Estranho Diário**. Org. José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. São Paulo: Xamã, 1996. p. 38

⁴⁴ EVARISTO, Conceição. A escritora e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

A trajetória intelectual de Carolina Maria de Jesus revela uma pessoa pública que questionou estruturas e propôs caminhos, representando grupos e mobilizando seus saberes particulares na escritura de produções estéticas, políticas e culturais na tecitura de seu próprio tempo. Principalmente pelo texto literário, a pensadora traçou um percurso intelectual em permanente travessia, o que se revela na variedade de texturas da sua obra: múltipla em suas experimentações, aglomera uma infinidade de gêneros textuais e literários, sendo por isso recepcionada de maneira inconstante pelos leitores especializados. Todavia, o ponto focal deste texto é compreender a construção do projeto intelectual da escritora, as formas literárias que esse projeto assume, suas temáticas principais e as contribuições da escritora, como figura pública, no debate cultural brasileiro.

Carolina de Jesus apresenta, em sua atuação literária, a potência da voz criativa que não apenas explora a escrita ficcional, mas conjuga uma organizada contribuição intelectual à sua obra estética. A obra literária caroliniana oferece múltiplas possibilidades de leitura, o que nos permite compreendê-la, no campo do pensamento decolonial, como a própria prática de um fazer teórico, uma vez que, como postula Walter D. Mignolo, o “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre a teoria e a prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira” (MIGNOLO, 2007, p. 291). Uma intelectual que não foi compreendida pelo seu tempo, Carolina de Jesus oferece aos leitores contemporâneos, na medida em que começam a discernir a multiplicidade dos seus textos, um projeto de país. Intérprete nacional, a autoconsciência do seu papel como pensadora delimitou uma missão, a qual se dedicou com afinco, apesar das mágoas e frustrações de uma escritora negra e pobre no Brasil. A atualidade do seu discurso revela, nesse momento de nossa história, um país que ainda está por ser feito, e esse discernimento basta para alavancar a importância de Carolina de Jesus no cenário cultural contemporâneo.

Por essa razão, a escrita literária, fragmentária e multifacetada de Carolina de Jesus constrói teias de ideias dedicadas a pensar o seu próprio lugar como mulher negra e intelectual, construindo visões de intelectualidade para si a partir de um letramento crítico, formal e ancestral. Para justa interpretação dos seus códigos, específica expressão de um projeto intelectual dedicado a compreender a realidade brasileira, é necessário investigar a dimensão estética de sua obra, sendo justamente esse o movimento da fortuna crítica contemporânea, como está representado por Amanda Crispim Ferreira na tese *A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola* (2020), temática também abordada no artigo “Para além do testemunho, a obra poética de Carolina Maria de Jesus”, que sintetiza a necessidade das pesquisas sobre Carolina Maria de

Jesus descobrirem “novas faces”, novos gêneros e textos da escritora, livres de interferências e adequações editoriais. Conceber a intelectualidade caroliniana como um texto passível de leitura, no contexto recente da fortuna crítica da escritora, passa pela ampliação que a imagem de Carolina de Jesus como uma artista múltipla, mas basilarmente poeta: é a chave de interpretação da sua estética, a escrevivência forjada pela vida de uma mulher negra.

Na mesma toada, a citada pesquisadora defende o reconhecimento da “língua híbrida e experimental” de Carolina de Jesus, deslocando o interesse do “lugar de subalternidade” e exotismo em que foi colocada por conta dos desvios na norma padrão da língua portuguesa. É um debate antigo, que foi retomado quando da publicação da nova edição em dois volumes de *Casa de Alvenaria* (2021) pela Companhia das Letras. No texto introdutório, “Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus”, Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus explicitam uma escolha editorial que revela sintonia com a maior parte das pesquisas recentes sobre a autora: “a fim de resguardar a integridade da voz e da escrita de Carolina”, a edição “conserva toda a diversidade de registros presente nos manuscritos, considerando-os marcas autorais imprescindíveis para a adequada recepção de sua obra” (JESUS, 2021, p. 7). As intelectuais responsáveis pelo *espólio em construção* de Carolina de Jesus contextualizam a escolha editorial ao ressaltar a importância de entender a especificidade do processo de letramento caroliniano, pensado no contexto de marginalização da população negra brasileira no pós-abolição. Marcado por trânsitos permanentes, o letramento de Carolina Maria de Jesus não pode ser restrito apenas aos dois anos de educação institucionalizada, sendo basilar perceber nessa experiência um dos pontos de partida de um autodidatismo formulador de uma “máquina literária”, para usar a expressão de Raffaella Fernandez, que tem em sua apropriação da língua portuguesa um dos seus mais relevantes aspectos de diferenciação. Segundo as pensadoras, Carolina Maria de Jesus “cria uma tradição literária em que sujeitos da escrita, tendo ou não certificados escolares, mas sempre letrados, fazem da leitura e da escrita práticas sociais que lhes possibilitam se colocar na sociedade em que vivem e inclusive criticá-la” (JESUS, 2021a, p. 13).

Nesse sentido, pode-se afirmar, pela dimensão de pesquisa estética que marca a expressão literária de Carolina de Jesus, que a curiosidade e a inquietação ensejaram na escritora uma busca autodidata de afirmação artística. Como ponto originário dessa versatilidade estética, a valorização essencial da oralidade, herança ancestral que aparece em sua obra a partir das figuras do avô e da comunidade mineira, das conversas que entreouve nas casas particulares que trabalhou como empregada doméstica, e das andanças pelas ruas da metrópole, quando parava para falar com o paulistano, ouvindo-lhe a dicção, os sotaques, e

incorporando em sua forma estética as preocupações populares. Muitas vezes escrevendo como ouvia, a marca indelével da oralidade está presente nos escritos de Carolina de Jesus, onde se verifica a grande valorização da tradição oral: não à toa que um dos desejos da intelectual era também atuar no rádio. Quando, por exemplo, registra sua viagem à Argentina, em novembro de 1961, a cronista assume o sotaque portenho:

As crianças eram numerosas. Unico lugar que eu vi crianças. Na vila misseria. Tem mais crianças do que adultos. As crianças queriam ser fotografadas ao meu lado. E diziam:

— Vamos salir com la señora no jornal. Ela nos pone em el periodico, e nos vamos ganar una casa del material. [...]

Respondeu sorrindo. E agradeceu-me dizendo:

— Fico grato da senhor vir nos visitar, quem nos visita são os periodistas. A policia não nos mata porque tem medo dos periodistas. Periodistas tem corazon de ouro. Os de cá são buenos e os de aja?

— Tambiem. — Respondo. (JESUS, 2021b, p. 552)

Reconhecendo, portanto, o caráter estruturante do discurso oral na sintaxe caroliniana, é principalmente pela palavra escrita que reage, como mulher negra, às desorganizações do mundo, tendo encontrado, desde o primeiro contato com a leitura e a escrita, a estética literária como maneira de expressão e de organização da realidade. Nesse sentido, a linguagem caroliniana é rica em diversidade de afluentes: seus textos-montagem/colagem unem rastros apoiados na tradição passadista que compunha sua subscrição literária, compartilhando espaço de importância com “cacos da linguagem cotidiana, da linguagem de propaganda, de slogans, os ditos populares, clichês” (FERNANDEZ, 2019, p. 39), o que nos apresenta o vasto panorama de atenção e assimilação da escritora brasileira. Sabemos, contudo, que a linguagem literária tecida pela escritora foi reduzida aos aspectos materiais mais óbvios, como os desvios de norma culta, vistos pela estratégia publicitária original como aspectos de legitimação da autenticidade do documento, enquanto serviam, ao mesmo tempo, na visão da crítica, como impedimentos para percepção do valor literário dos escritos.

As obras de Carolina de Jesus traçam um interessante panorama sobre seu processo de letramento múltiplo, o que possibilita uma maior compreensão do contexto de produção do projeto intelectual da escritora. Publicado em diferentes versões, “Prólogo 2” foi originalmente pensado como apresentação das obras literárias carolinianas, sintetizadas na escrita lírica. No texto, a escritora demonstra como sua aptidão literária e subjetividade intelectual estavam relacionadas ao perfil de poeta que apreendeu em suas leituras canônicas, conhecidas inicialmente pelo letramento escolar formal e continuado a partir do interesse autodidata, e com os diálogos com a comunidade, algo que marcou definitivamente a maneira como se relacionava com a língua: em *Casa de Alvenaria*, relembra: “Quando eu era empregada domestica as patrões

despedia-me porque eu falava o classico, e continuo falando. Ressolvi não ligar com o que falam de minha pessoa.” (JESUS, 2021a, p. 84). Dedicada a uma reflexão íntima que não se interrompe apesar das agruras, a escritora subscreve a uma estética literária que pudesse sintonizar a dimensão poética de sua linguagem ao papel de liderança que desde pequena cultivou, como podemos aprofundar em *Diário de Bitita*, a partir da contextualização histórica do *letramento de reexistência e em trânsito permanente* que forjou a consciência crítica do povo negro brasileiro.

O espólio literário de Carolina de Jesus é composto pela própria existência da escritora: sua vivência como corpo negro enseja a composição de um discurso literário marcado pela autorreflexão, cruzando realidade e ficção, suprimindo as barreiras entre a narração literária e a escrita de si, memorialística e autobiográfica. Como registrado em depoimento por Vera Eunice de Jesus, “o que acontecia dentro de casa ia para o papel: histórias de amor, brigas. Ela anotava tudo para não esquecer, depois mudava os nomes, misturava os personagens, os casos, e ia escrevendo seus romances” (JESUS, 2015, p. 77). Foi uma pensadora obsessiva pelo registro e pela reescrita, como apresenta Raffaella Fernandez em *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus* (2019): a escritora mineira buscou sempre aprimorar seus textos, construindo várias versões para seus livros. Em suas pesquisas, Fernandez conduz uma genealogia dos textos caroliniano, partindo da ideia de palimpsestos⁴⁵ para investigar o “gesto estrutural” do processo criativo da escritora: a confecção de uma “literatura-reciclagem”, hibridização de diferentes versões de narrativas, narrativas acabadas e não acabadas, marcadas pela não linearidade em sua gestação. O caráter de constante revisitação faz Marisa Lajolo afirmar: “Carolina é artesã: diferentes versões de um mesmo texto apontam isso” (LAJOLO, 1996, p. 50).

Diversos pesquisadores apontam as “mesclas de hipoconcordância e hipercorreção” (FERNANDEZ, 2019, p. 87) como característica consequente do letramento caroliniano, por retomar as referências literárias cultivadas pela escritora e vinculá-las ao registro dos mecanismos da oralidade e dos sotaques mais diversos que atravessavam o espaço de incessante escrita. A investigação dos manuscritos da autora revela a obsessiva reescrita e revisão que se estabeleceu como seu método de trabalho, demonstrando em diversas ocasiões que as falhas de grafia foram “cuidadosamente sendo corrigidas pela escritora num trabalho autodidático” (FERNANDEZ, 2019, p. 93).

⁴⁵ “Assim, no sentido figurado, são palimpsestos aquelas obras que fazem referência a uma obra anterior ou que dela decorrem por ‘transformação ou imitação’” (FERNANDEZ, 2019, p. 21).

Retomando, repetindo e retecendo a própria obra, infiltra em seus percursos também as ideias e os textos daqueles que formam o paideuma caroliniana. Dessa forma, sua escrita “foi trabalhada com recursos do lirismo dos românticos, que, na busca de uma perfeição formal, parnasiana, confunde-se com a linguagem das radionovelas, do romance policial, da fábula e da crônica” (FERNANDEZ, 2019, p. 8).

Os textos de Carolina de Jesus apresentam um projeto estético que infiltra e é infiltrado: tecendo fragmentos colhidos em suas leituras que acompanham sua travessia social-geográfica, “aglomera materiais-argumentos temporários, frase-arquitetura imprecisa, insegura, sempre em mutação geográfico-discursiva” (FERNANDEZ, 2019, p. 7). Sua escritura esteve sempre em permanente transformação, o que é revelado por um espólio que reúne 56 cadernos, mais de cinco mil páginas manuscritas e datiloscritas (MEIHY, 2010), diversos gêneros ficcionais e biográficos. Seu vasto espólio revela romances, diários, sambas em criativo convívio com anotações cotidianas. Os manuscritos estavam por toda a parte: “uma parte no jornal, outra no papelão... Fragmentos dispersos por todo o barraco (GODINHO, 2015, p. 136).

Fernandez compreende na obra de Carolina de Jesus a formação de uma “poética de resíduos”. Os fluxos e contrafluxos do processo criativo revelam-se nos manuscritos carolinianos por unir a “língua da fome, da escassez, do descarte” (FERNANDEZ, 2019, p. 8) aos devaneios estéticos que embelezam a vivência, de forma que as agruras cotidianas são entremeadas pela narrativa poética: “Parei para concertar o saco que deslisava da minha cabeça. Contemplei a paisagem. Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos” (JESUS, 2017, p. 130). A dimensão poética das imagens literárias de Carolina de Jesus revela um projeto estético que vai para além do testemunhal, sendo “expressão simbólica de indivíduos marginalizados, mas, sobretudo, como criação artística” (FERNANDEZ, 2019, p. 9).

É nessa chave de leitura que Livia Natália (2017) reconhece na escrita de Carolina de Jesus, especialmente em seus dois diários publicados, a instauração de uma *poética da fome*, na medida em que *Quarto de Despejo* choca a sociedade leitora dos anos de 1960 ao desficcionalizar o relato de maneira verossímil e pungente. Ao mesmo tempo, concebe uma escrita que busca a sublimação da realidade. Colocando a fome como preocupação central de sua obra, o texto literário da escritora concebe por uma “estetização da dor”, articulando o sublime e o grotesco em sua representação literária:

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de

sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2017, p. 33)

...Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso. Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, porisso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio os meus agradecimentos. (JESUS, 2017, p. 130).

Como podemos observar, a criação literária se tornou a estratégia de análise da realidade na qual a escritora está inserida, além de ser uma reclamação subjetiva da “possibilidade de existência e humanidade” (SOUZA, 2017, p. 116) de um sujeito desejante. A poética da fome engendra uma *escrita da precariedade* cuja principal ação é reordenar o discurso hegemônico da cultura brasileira, uma vez que essa maneira de representação do mundo parte de um sujeito subalternizado, a quem sempre foi negada a voz e a agência no campo das ideias. A fortuna crítica de Carolina Maria de Jesus, como já foi dito, privilegiou a dimensão de testemunho autêntico das misérias do povo brasileiro, recusando-se a legitimar as incursões estéticas que se afastassem dessa função de denúncia. Ao se sonhar como anjo, Carolina de Jesus assume temporariamente, do centro de sua pobreza que respira “o odor dos excrementos que mescla com o barro podre”, a postura de nefelibata como exercício de humanidade: mesmo na exclusão da colonialidade, se não é dado ao subalterno o direito de falar (SPIVAK, 2014), já que sempre é falado pelos outros, a capacidade de sonhar, costurando incursões líricas nos remendos do cotidiano, não pode ser ignorada.

Eu lia os livros do lixo, não aprendi ofício porque era muito pobre. Os meus sonhos eram altos. Não estavam ao alcance de uma mulher de pele negra! Para melhorar a minha vida, tive que recorrer aos meus dois anos de grupo. (JESUS, 2021b, p. 60).

O trecho de *Casa de Alvenaria* (2021b) revela como a capacidade de sonhar motivou a escrita de Carolina Maria de Jesus: desejava ser publicada, lida e remunerada pelo seu trabalho intelectual. Trabalhar com literatura para alcançar uma vida digna foi o principal objetivo da carreira da escritora, apesar das grandes frustrações impostas pelo mercado editorial e pela imprensa, instrumentos mais visíveis na prática de rasura do epistemicídio. Carolina de Jesus utiliza a escrita como estratégia de transformação da própria existência, e a leitura como combustível para o devaneio criativo. Maria Teresa Godinho, assistente social que conviveu com Carolina de Jesus na favela do Canindé no final da década de 1950, afirma a centralidade do trabalho intelectual no cotidiano da escritora: “Carolina vivia mais preocupada com suas ideias que com o affair diário” (LEVINE, 2015, p. 136). Em seu trabalho intelectual, cultivou

sua concepção de mundo, e quando censurada pelo discurso hegemônico por conta das suas opiniões, afirmou o lugar de expressão da sua arte literária: “se o meu modo de pensar não presta, então eu vou deixar de escrever. Porque os escritos são pensamentos” (JESUS, 2021a, p. 148). É uma pensadora que analisa e contempla as desigualdades do seu tempo. A dedicação ao trabalho intelectual não é uma “mera ação contemplativa”, narcisística, como afirma Conceição Evaristo, mas “um profundo incômodo com o estado das coisas” (EVARISTO, 2020, p. 34). Carolina de Jesus escreve para apreender o mundo, ao se autoinscrever, pela escrita, na realidade. Os altos sonhos, interditados para uma mulher negra, só podem ser alcançados por meio do trabalho intelectual (“meus dois anos de grupo”), o que a distinguiria na realidade a qual estava inserida: é a conclusão de Carlos Vogt, em um dos primeiros textos de destaque da fortuna crítica caroliniana, “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual: o *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus”, de 1983. No ensaio, o linguista reconhece que o escrever de Carolina de Jesus

ao mesmo tempo que se cola à realidade que mimetiza, constitui uma vingança em relação a ela. Reproduzida em livro, essa realidade incorpora, como traço constitutivo do trabalho intelectual que a produziu escrita, a possibilidade do projeto e do futuro sociais que em si mesma ela excluía. (VOGT, 1983, p. 197)

Ou seja: reconhecendo em suas principais habilidades a prática de escrita, Carolina de Jesus buscou pragmaticamente a transformação de sua realidade imediata. O trabalho intelectual é sobrevivência e forma de resistência contra a pobreza da favela, uma maneira de “sobreviver no inferno”. É também estratégia, desvio e defesa como mulher negra, que visava principalmente a independência. Recusou muitas propostas de casamento, mas não hesitou em registrar seu desejo, afeto e até os ciúmes. Por convicção moral apreendida nas múltiplas trajetórias do seu letramento, procurou a todo tempo se diferenciar do comportamento das pessoas que a rodeavam na favela.

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. (JESUS, 2017, p. 45)

Isto posto, não é possível restringir a vocação artística de Carolina de Jesus a uma estratégia de resposta monetária às necessidades materiais que sofreu. Ela não escreveu apenas para ganhar dinheiro, ainda que seja uma motivação inventiva e válida, ou fama, mas também por ideal e realização pessoal. A linguagem poética de Carolina de Jesus não pode mais ser restringida a um artifício de projeção social. A linguagem caroliniana não é sempre uma

performance ou paródia da “linguagem elevada”, mas o instrumento de ação de uma pensadora negra brasileira, que compreendeu a chave de acesso e transformação do código escrito.

Sonha com outra realidade, como constata-se em inúmeras passagens do diário, e recorre ao seu *pensamento poético* como forma de expressão de suas convicções intelectuais (ou “dogmas”, como afirmou seu filho José Carlos de Jesus). A expressão artística é, ao mesmo tempo, caminho para a transformação material, alcançando aquilo que está restrito à sua raça e ao seu gênero.

A agitação em torno do livro foi grande. Tão grande que, ao menos no plano individual, Carolina pareceu encontrar a solução para os seus problemas. O trabalho intelectual produzia, enfim, o efeito de distinção dos méritos pessoais da favelada, transformando-a, numa semana, na autora de um dos maiores best-sellers do Brasil. [...] Carolina vive, então, como muitos outros pobres e negros no Brasil – Lima Barreto talvez seja o caso mais trágico de nossa literatura – a esperança de resgatar, pelo prestígio intelectual, o prestígio social que nunca tivera. Para isso era preciso continuar a escrever. Ela o faz. (VOGT, 1983)

Em *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata* (2012), Germana Henriques Pereira de Sousa aponta que o interesse pela figura exótica da escritora favelada se baseia no deslocamento provocado na literatura brasileira pela autenticidade do ponto de vista subalterno, o pobre que escreve sobre si, e não é mais falado pelo outro. Ocorre uma significativa transformação do campo literário brasileiro a partir da “auto-representação de grupos marginalizados”, como escreve Regina Dalcastagnè (2008): as estratégias de legitimação dos grupos marginalizados estão em permanente tensão com as representações estabelecidas pela tradição literária. Carolina de Jesus não ressoava a imagem tradicional de uma escritora ou intelectual forjada pelo discurso hegemônico em sua época: sabe fazer parte de um movimento marginal, que se infiltra na literatura falando sobre a pobreza, em defesa dos operários, transitando no imaginário cultural brasileiro.

Além das questões de representatividade, continua a apontar Germana de Sousa, o que se convencionou chamar de “linguagem fraturada” ou “sintaxe fraturada” é um aspecto do valor da escritora como um produto a ser publicado e consumido: desde o primeiro momento de publicação, a obra de Carolina Maria de Jesus causou estranheza pela maneira como escreve fora dos padrões linguísticos estabelecidos. Na minha leitura, os termos sugerem ausência, falta, incapacidade, e se popularizaram nas análises sobre o estilo caroliniano. A perspectiva que compreende ruptura na linguagem de Carolina Maria de Jesus não está equivocada, e é necessário reconhecer que a escritora forja uma escrita em processo, que não se coaduna aos moldes elitistas do sistema literário, muito por conta da linguagem cotidiana amalgamada aos arcaísmos e preciosismos literários.

Nesse momento de revisão da fortuna crítica, é preciso reconhecer que as primeiras leituras acadêmicas apontaram o próprio estilo literário caroliniano – a sua dicção fundamental como artista, sua voz síntese de si – como elementos de mistificação e arrogância. No prefácio de *Antologia Pessoal* (1996), José Carlos Sebe Bom Meihy afirma que “a qualidade de seus escritos é de uma pobreza estilística que faria arrepiar até mesmo os mais tolerantes críticos” e que seus poemas precisariam ser vistos “com os olhos de sua estrutura circunstancial e de seu código expressivo próprio” (JESUS, 1996, p. 10). Ainda, lembre-se, o deslumbramento da primeira recepção, na década de 1960, restringiu a leitura de sua obra como testemunho, excluindo a possibilidade de reconhecimento de qualquer outra expressão artística do que a diarística, e mesmo assim, sob algumas limitações temáticas, supervisionadas pelo editor.

Se considerarmos o escopo da obra caroliniana, percebe-se que seu estilo é cultivado com adequação linguística aos seus referenciais estéticos, embora as circunstâncias da publicação de *Quarto de despejo* tenham determinado outras leituras de uma autora tão diversa em gêneros. Importante nome que fundamenta a principal fortuna crítica recente, Elzira Divina Perpétua (2016)⁴⁶ recorda a centralidade da “profissão de fé em relação à escrita lírica” na obra da escritora mineira. Os textos poéticos, os provérbios, contos e romances foram preteridos em função dos diários-documentos, a escrita do cotidiano, mas em diversos momentos Carolina de Jesus reafirmou a existência de um projeto estético que oportunamente seria apresentado ao público de maneira impressa, já que utilizava o espaço nos programas de rádio e TV para declamar os poemas que mais revelavam a síntese do seu projeto intelectual. Enxergo nessa prática a expressão da autogerência das maneiras de apresentar seus ideais e ideias, embora Perpétua (2016, p. 43) restrinja essas ações ao aspecto publicitário estratégico de divulgação do diário, o que “alimentaria essa ilusão” (servindo como motivação para registrar o testemunho do cotidiano) de que “aquilo que ela mais valorizava como escrita poderia ser apreciado”.

Na visão de Perpétua, Carolina de Jesus faz esforço para que sua linguagem cotidiana seja próxima daquilo que ela considera como “clássico”. Para a pesquisadora, Carolina de Jesus “distingue na linguagem duas manifestações antagônicas e estereotipadas: a clássica e a pornográfica. A primeira, no seu entender, seria a dos poemas; a segunda, a do diário” (2016, p. 43). Na construção editorial da “escritora do lixo”, Audálio Dantas e Paulo Dantas (dono da editora e da livraria Francisco Alves) privilegiaram a escrita cotidiana e documental. Pressionam a escritora constantemente para que ela se restrinja ao gênero:

⁴⁶ Autora da tese “A vida escrita de Carolina Maria de Jesus (2014). Para esta dissertação, referenciamos o artigo “Carolina de Jesus: Pensamento Poético, Linguagem Clássica e Ideal de Vida”, publicado em duas importantes coletâneas sobre a escritora (2016; 2022).

Estou atrasada no Diário o Paulo Dantas disse-me que eu estou atrasada.

Todos já entregaram os originaes so eu. Falta so o meu livro. Não quero continuar escrevendo Diário, é uma lêitura grosseira. Eu tenho que ser imparcial passei o dia escrevendo e lavando as roupas dos filhos. (JESUS, 2021b, p. 180).

Carolina de Jesus, contudo, sabe combinar seu estilo na multiplicidade de performances. É um período de intensidade, a escritora reconhece as exigências estéticas do momento, e cede a elas apenas até um determinado ponto. Na mesma intenção de Lima Barreto, que escrevia com a intenção de “diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam” (BARRETO, 2010 p. 53), Carolina de Jesus reconhece o momento que analisa:

- O padre disse-me uma poesia que escreveu para sua mãe.
- Bem rimada, era classica. Achei bonita. Mas a época do classico ja passôu. com a vida de cõrre-cõrre da atualidade é preciso que o escritõr escreva o popular. põrque ninguem dispõe de tempo para folhear Dicionarios. Eu sei escrever o classico. Mas. pensei e dicidi a escrita facil de compreender. (JESUS, 1994 apud PERPÉTUA, 2016, p. 53)

O senhor Verdi chegou com um jornal que publicou a sua reportagem classica. Ele escreveu um artigo para ele. Eu li a reportagem e não vi mensagem. Quem escreve para o povo deve escrever com simplicidade. [...] eu disse-lhe que deve ser claro quando escrever. É horrivel ter que consultar um dicionário para decifrar um artigo. (JESUS, 2021b, p. 614)

Nesse sentido, Carolina de Jesus compreende que para o leitor “ver mensagem” é preciso simplicidade, ou, pelo menos, uma literatura que não seja enigmática. É o agir literário provocado pelo contexto da década de 1950-1960, momento definidor da escrita de Carolina de Jesus como símbolo da grande contradição histórica do desenvolvimentismo juscelinista. A busca pela modernidade será o plano de governo de Kubitschek: a construção de um Brasil moderno confrontou-se com a realidade da fome e da miséria espalhadas por todo o país. A denúncia social reconhece o povo como personagem que poderá guiar os caminhos culturais do Brasil em busca de si mesmo. É um sentimento político que contagiou a sociedade e invadiu as artes, a religião, a música, a literatura e, especialmente, o jornalismo, que buscará apresentar a ideia de sociedade brasileira no momento:

[...] nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização.” (SCHWARCZ, 2018, p. 417)

A obra de Carolina de Jesus aparece ao público nesse ínterim, denunciando os insucessos do desenvolvimentismo, apresentando a miséria da favela para além das idealizações

musicais. O interesse estrondoso revelava uma contradição-síntese da época: ela era denúncia do fracasso de um projeto, ao mesmo tempo que era vista como um caso excepcional de mobilidade social. Nossa contemporaneidade sabe como essa ascensão social foi efêmera, ou pelo menos, profundamente intermitente. Carolina de Jesus foi um fenômeno cultural que, em sua época, foi enxergado principalmente pela dimensão de classe. Apesar de enxergar a si mesma como uma escritora, e dedicar-se ao seu ofício, sua figura pública não foi agenciada apenas por si mesma. Escreve Bom Meihy:

Carolina Maria de Jesus, conhecida como a escritora que saiu das favelas de São Paulo, emblemava um tipo útil aos ecos de qualquer dos projetos políticos existentes então. Vinda de baixo, servia como metáfora da mobilidade social positiva e até progressista e, neste sentido, era prova tangível de uma versão tropical do mito da *self made woman*. Os políticos sabiam disto. Valia também sua imagem, para os opositores do modelo industrializante que se plantava, como testemunha viva da denúncia necessária. Estes outros políticos também sabiam disto. (MEIHY, 1996, p. 8)

Carolina de Jesus, contudo, não concorda em ser teleguiada, e muito da tensão que registra em seus escritos após a publicação de *Quarto de despejo* nasce da sua resistência em ter não apenas a carreira controlada, como também sua forma de apresentação social censurada, seu direcionamento artístico interferido. Em *Casa de Alvenaria*, seu diário não é apenas escrita íntima, mas notório espaço público de debate social. Escreve por encomenda, restringida por um contrato, se vê às voltas com prazos e exigências. No domínio das letras, Carolina de Jesus se enxerga principalmente como poeta. A escritora sabe diferenciar as experimentações de estilo diante de cada gênero, e registra com insatisfação a ausência de liberdade literária e o condicionamento da escrita:

Eu estava cansada. Juro que estou enjôando de ser escritora. Uma escritora escravizada porque o escritor que escreve Diário é um martir. É a carreira literária mais desgraçada que existe.

Mas, o Audalio exige o Diário. (JESUS, 2021b, p. 60)

Levantei as duas da manhã para escrever. Este tipo de literatura que é o diário, cansa muito. Escravisa o escritor. (JESUS, 2021b, p. 216)

Nesse contexto, estava insatisfeita com a escrita grosseira, pornográfica, do diário. A escrita pornográfica, na régua moral de Carolina de Jesus, é cotidiana, expositiva e pragmática. Uma artista restringida dos seus “castelos imaginários”. Gostaria de ser reconhecida por outros gêneros, mas estratégias publicitárias restringiram suas experimentações estéticas por se vincularem às formas consideradas menores pela crítica, como os romances folhetinescos, os melodramas das radionovelas e formas passadistas de literatura. O que Carolina de Jesus

entendia como a linguagem pertinente ao seu projeto estético não foi valorizada na sua própria época – e só agora começa a ser lido em sua importância literária – por seus desvios linguísticos, arcaísmos que causavam estranhamento e temáticas chocantes. Dessa forma, para Meihy, sua literatura está afastada de uma “cultura domesticada para perceber o belo aristotélico (bom porque bonito, bonito porque prazeroso, prazeroso porque certo)” (JESUS, 1996, p. 11). Segundo o pesquisador, a escritora importa em figurar nos círculos literários, como símbolo da cultura popular brasileira, pelo “quilate social da mensagem e à expressão da vontade comunicativa de uma mulher que, sabendo-se segregada, jamais aceitou a condição de submissa, favelada, mãe solteira, inferior” (MEIHY, 1996, p. 11).

Fora da dimensão jornalística, a obra artística de Carolina Maria de Jesus não prosperou no sistema comercial literário. O processo de epistemicídio característico da vivência de escritoras negras no Brasil cristalizou no imaginário sociocultural brasileiro que os textos eram importantes pelo registro sociopolítico, mas não seria possível reconhecer a “cobiçada qualidade textual” no estilo de Carolina Maria de Jesus. Seu apagamento foi acompanhado de uma desqualificação de seu discurso. Primeiro, pela perda da exigida “autenticidade” que o texto exótico deveria demonstrar, e que a prática de um maior labor literário – antes de significar uma legítima possibilidade criativa, foi recebida pelos críticos e pesquisadores como uma tentativa fraturada de “uma pessoa das camadas subalternas de dominar os códigos da cidade letrada” (SOUSA, 2012, p. 21).

Em *Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859 - 2006)* (2019), Fernanda R. Miranda explicita o “fato de que o silenciamento da voz da mulher negra como autora de literatura é sistêmico no Brasil” (p. 15), retomando uma reflexão que também é desenvolvida por Florentina Souza (2017): “podemos afirmar que a escrita de mulheres negras, por muito tempo, foi ignorada pela crítica e entendida como uma textualidade sem valor literário” (p. 22). A negação da subjetividade intelectual motivou o não reconhecimento dos seus textos como expoentes valiosos da literatura brasileira durante décadas. Em momentos distintos, Wilson Martins, Marilene Felinto e Ivan Cavalcanti Proença representam a negação do valor literário da obra de Carolina Maria de Jesus. Expressões visíveis da crítica desqualificadora que constitui o processo de epistemicídio, os críticos foram incapazes de perceber os inúmeros afluentes que formam a escrita de Carolina, silenciando assim, por tantos anos, um projeto intelectual de defesa de uma classe subalternizada ao mesmo tempo que organiza uma concepção de mundo e de Brasil. Carolina de Jesus, contudo, já respondeu aos críticos, deixando explícita sua visão de literatura:

Não aconselho ninguém adotar este estilo literário. Tem pessoas que diz que eu não sou escritora. Quem escreve qualquer coisa é escritor. Mas eu não impressiono com estas fracas considerações. (JESUS, 2021b, p. 216)

Um questionamento que auxilia essa análise foi formulado pelo professor Ari Sacramento, em aula pública intitulada “Escolhas Poéticas de Carolina Maria de Jesus e a crítica literária”, transmitida pelo Youtube em 2021⁴⁷: o exotismo da representação de Carolina de Jesus só ocorre porque se sustenta em concepções únicas de literatura, estética e obra literária, como já investigamos no primeiro capítulo. Ao conceber essa escritura como *linguagem fraturada* pelas rasuras de uma escrita em processo, constantemente revisitada e hibridizada por múltiplos falares, a crítica literária e as instituições acadêmicas limitaram as definições de obra literária no imaginário hegemônico como algo “acabado, único, fechado, dentro de um padrão linguístico” (ESCOLHAS..., 2021). Se é verdade que Agamben localizou na fratura o lugar do contemporâneo, aqui o termo adquire uma perspectiva mais estreita, em uma separação que enseja remendo.

Na apresentação original de *Quarto de despejo*, Audálio Dantas define o livro como “grito de protesto”, “documento grande de angústia”, que detém grande força pelo que revela da sociedade brasileira. Valorizando a “beleza triste” do testemunho, Dantas delimita os critérios editoriais utilizados na formatação do diário: revela ter selecionado “as histórias mais interessantes”; admite ter acrescentado, “em alguns poucos trechos”, vírgulas e cedilhas ausentes, além de demarcar os sinais de supressão de frases e trechos. São intervenções que evitariam “interpretação dúbia das frases” (JESUS, 1960, p. 11).

Não existem dúvidas da relevância de Audálio Dantas na disseminação da obra de Carolina Maria de Jesus. Alguma reflexão acompanha essa relação, do ponto de vista da fortuna crítica contemporânea. A pesquisadora Verônica de Souza Santos (ESCOLHAS..., 2021) desenvolve, em sua tese de doutorado, análise dos dispersos suportes da obra de Carolina Maria de Jesus, cotejando os manuscritos originais da autora e a edição publicada em 1960. Segundo a pesquisadora, ao contrário do declarado por Audálio Dantas na citada apresentação, existem alterações significativas no uso de marcadores linguísticos por Carolina Maria de Jesus.

Participando da edição crítica de *Casa de Alvenaria* (2021) como transcritora, Verônica de Souza apresenta problemas editoriais que ocasionaram apagamentos importantes na edição original: deslocamentos, supressões, elisões textuais significativas, substituições e acréscimos

⁴⁷ Aula do programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (UFBA). Organizada pela professora Denise Carrascosa, com a presença de Alvanita Almeida, Florentina Souza, Verônica Souza, Ana Lúcia de Souza, Ari Sacramento, Felix AyohOmidire, Rosinês Duarte, Sílvio Freitas, Henrique Freitas. Foi transmitida pelo Youtube, no dia 21 de setembro de 2021.

não justificados pelo critério editorial estabelecido colaboram para o silenciamento das marcas de intelectualidade caroliniana. Na mencionada aula pública, Santos retoma características próprias da escrita de Carolina de Jesus, como o uso da ênclise, uma marca de escolarização, adquirida pela autora através de suas contínuas leituras. Segundo a pesquisadora, a edição de 1960, privilegiando a modulação de uma personagem pública exótica e improvável, altera a marcação autoral do uso dos pronomes, com o intuito de marcar uma estereotipada ausência de escolarização.

As interferências editoriais não se restringiram aos aspectos linguísticos, conclui a pesquisadora (ESCOLHAS..., 2021). Compreendendo a “biblioteca de Carolina Maria de Jesus” como o conjunto de seus registros de leitura, citações e reflexões literárias em relação às leituras adquiridas, Verônica de Souza assinala como tais registros foram apagados do texto, representação do silenciamento da dimensão intelectual de Carolina Maria de Jesus na edição de 1960.

A subalternização do estilo de Carolina Maria de Jesus não permite reconhecer a escritora como uma legítima representante da literatura brasileira porque não vem dos mesmos lugares que o cânone convencionou: ausente da vida escolar e acadêmica, não se utiliza de uma forma aceita nem mesmo por seus divulgadores mais reconhecidos. A legitimação das esferas de cultura, como a escola, a academia, o domínio da norma padrão, e a licença poética para o desvio, durante a década de 1960, possibilitaram a leitura das inovações de Guimarães Rosa, por exemplo, como um grande marco estético. As infrações das normas gramaticais, como relembra Marisa Lajolo na mesma *Antologia Pessoal*, só pode ser admitida pelos círculos letrados oficiais se nascer da consciência da ruptura. Como Carolina de Jesus – para esses leitores acadêmicos – não demonstra a consciência de suas “fraturas”, sua linguagem é sempre lida na chave da busca pela legitimação, e não como campo fértil de criatividade.

O professor Ari Sacramento reconhece uma nova agenda para a crítica literária sendo construída a partir da publicação de textos inéditos de Carolina de Jesus, porque a observação das condições de produção da escrita dos textos de Carolina de Jesus torna-se fundamental na edição de manuscritos dos diários, romances e poesias da escritora. A dispersão arquivística de sua obra contribuiu com o apaziguamento de uma ideia que distinguia a escritora como incapaz de articular códigos do letramento hegemônico. Ele conclui:

A crítica literária não sabe lidar com esse texto que tem essa dispersão, e tem a rasura, que tem uma língua que não se implementa dentro de categorias pacificadas. Carolina domina estruturas complexas da língua. Carolina sabe e ela usa conscientemente – a gente sabe disso pela recorrência e regularidade de construções – ênclises, mesóclises, construções, diversidade lexical, variedade de conectivos. Quer dizer: se a gente for

listar hoje fatores de textualidade que comprovem o letramento de um sujeito conforme o que se acredita ser letramento hegemônico, a gente garante ocorrências numerosas nos cadernos, nos cadernos, nos cadernos e mais cadernos de Carolina Maria de Jesus (ESCOLHAS..., 2021).

As intervenções editoriais compõem dados relevantes no estudo da recepção da obra de Carolina de Jesus, e conseqüentemente é reflexão necessária no reconhecimento do perfil intelectual da escritora. Na busca pelo projeto estético da autora, Valerio (2020) contextualiza como quase todas as versões publicadas dos textos carolinianos chegaram ao público após sofrerem interferências editoriais, o que causou alguma descaracterização de seu estilo pessoal. É o caso dos diários, já mencionados, de *Pedaços da Fome*, que teve seu título original alterado arbitrariamente pelo editor por motivos pretensamente mercadológicos, e de *Diário de Bitita*. Em *Antologia Pessoal* (1996), organizada por José Carlos Sebe Bom Meihy, assim como em *Meu sonho é escrever... Contos inéditos e outros escritos* (2018) e *Clíris* (2019), organizados por Raffaella Fernandez e Ary Pimentel, foi realizado um trabalho editorial que procurou ajustar pontuações e realizar “pequenas emendas, sem que isso interfira de forma a descaracterizar o conteúdo original” (FERNANDEZ, 2018, p. 9). Por exemplo: no prefácio de *Meu sonho é escrever...* Fernandez justifica a edição, revisão, ajustes e emendas como parte dos “anseios da própria escritora, relatado pela filha Vera Eunice de Jesus, que, inclusive, foi revisora de seus textos num dado período” (FERNANDEZ, 2018, p. 9).

Em defesa de outra perspectiva, adotada também pelo conselho editorial responsável pelo projeto *Cadernos de Carolina*, da Companhia das Letras, Valerio (2020) explica que as várias versões dos textos de Carolina de Jesus nos ajudam a compreender as múltiplas fases de sua obra, e, dessa maneira, como as mudanças na linguagem explicitam a visão estética adotada pela autora. Apropriando-se sempre mais do seu “pensamento poético”, Carolina de Jesus mescla seus aprendizados, unindo os conhecimentos da educação institucionalizada aos saberes ancestrais apreendidos com a família, os vizinhos, a comunidade. Mesmo depois de publicado *Quarto de despejo*, sua biblioteca (para usar a expressão de Verônica de Souza) continua a se expandir, na busca pelas referências da rua, da oralidade, do convívio com os sotaques. Todos esses elementos estão visíveis nas suas escolhas vocabulares, na maneira como expressa domínio sobre o letramento formal, ao mesmo tempo em que comprova não ser apenas a educação institucional e suas expressões que definem capacidades intelectuais.

Para não comprometer as categorias específicas que sustentam a autoria caroliniana, Valerio descarta a homogeneização, pela revisão, do texto das obras que vem sendo publicadas. A republicação das edições críticas de *Casa de Alvenaria* (2021), inaugurou uma nova fase na

recepção da obra de Carolina de Jesus, e demonstrou, mais uma vez, como a voz caroliniana ainda provoca acalorados debates no meio teórico quanto aos critérios utilizados em relação a linguagem da escritora. A “Nota sobre esta edição” (JESUS, 2021a, p. 4), que abre as novas edições publicadas pela Companhia das Letras, informa aos leitores que o texto manteve toda a “diversidade de registros presente nos manuscritos”. O conselho editorial preservou a variabilidade de formas gramaticais que são as marcas capitais da escritora. Portanto, “a fim de resguardar a integridade da voz e da escrita de Carolina”, as “construções verbais e nominais de concordância dissonante” e outros sinais linguísticos não foram corrigidos, como em outras ocasiões, por serem interpretadas como “ferramentas da construção literária” da obra da escritora. Com a lembrança da existência de inúmeros escritos inéditos e dispersos, o Conselho Editorial⁴⁸ registra uma frase que considero ser fundamental para a compreensão das escolhas na publicação: “a obra de Carolina de Jesus é viva e permanece em construção” (JESUS, 2021a, p. 5).

Em publicação no Facebook, datada de agosto de 2021, a professora Regina Dalcastagnè questionou as diretrizes adotadas pelo Conselho Editorial, afirmando que os escritores de elite têm seus escritos revisados, e a ortografia do passado é atualizada em reedições contemporâneas. Escreve a teórica:

Parece que os escritores da elite devem ser lidos pelo que estão nos dizendo. Já Carolina deveria ser lida por sua inadequação – é isso?
A manutenção dos desvios gramaticais de Carolina se presta apenas ao intuito de exotizar sua escrita. Como se sua obra só pudesse ter valor quando a autora é singularizada como a avis rara: a favelada escritora. (DALCASTAGNÈ, 2021)

Um intenso debate se seguiu nas redes sociais, jornais, revistas e portais de notícias. A escritora Cidinha da Silva, em entrevista, reconheceu na polêmica traços da conhecida “disputa racial”, questionou a desqualificação das credenciais teóricas das pesquisadoras que compõem o Conselho e recordou os diferentes pesos levados em conta pela crítica literária universitária: “São conhecidos os casos de Saramago, dos irmãos Campos, James Joyce, Lobo Antunes, convictos da manutenção de sua escrita exatamente como a compuseram. A vontade desses escritores não se questiona” (SILVA, 2021).

Em uma análise mais ampla, podemos enxergar, de fato, o debate sobre “marcas identitárias” (para usar o termo de Dalcastagnè ao rechaçar a permanência dos sinais

⁴⁸ Composto por Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus (coordenadoras), além de Amanda Crispim, Fernanda Miranda, Fernanda Felisberto e Raffaella Fernandez.

linguísticos que indicam a “escolarização precária” de Carolina de Jesus) nas tensões contemporâneas que atravessam os espaços políticos, acadêmicos e editoriais mais uma vez indicadas pelas discordâncias epistemológicas. Nessa visão, a compreensão da mensagem de Carolina de Jesus estaria vinculada, necessariamente, a uma estética legitimada pela norma padrão. Busca-se alguma Arte Pura: a apreciação da ideia verdadeira, de alguma maneira impedida de chegar ao leitor pelo “exotismo” da linguagem caroliniana.

O que nos resta concluir das polêmicas que ainda movimentam os jornais é a permanência do debate sobre a forma linguística de Carolina Maria de Jesus, o que impossibilitou durante décadas uma compreensão mais ampla do projeto intelectual da escritora. Mais uma vez, percebe-se como é fácil destacar esse aspecto linguístico e estilístico, e como questionar sua forma pode ser desperdício de oportunidades de provocar um maior conhecimento sobre sua noção de país, principalmente quando a polêmica nasce nos círculos acadêmicos.

Carolina Maria de Jesus é poeta, e as palavras são seu material de trabalho. Nesse percurso pela construção do projeto intelectual de Carolina de Jesus, torna-se necessário a investigação de sua maneira de escrever, porque o seu estilo é um rico vestido bordado de luzes elétricas, penas de galinha, brilhos circenses, musicais e brasileiros. A dimensão poética da obra de Carolina Maria de Jesus é hoje o espaço no qual se expandem as chaves de compreensão da intelectual brasileira. A própria escritora se enxergava primordialmente como poeta, e atribuía ao seu pensamento poético as alegrias e as agruras de sua vida. A escrita lírica será explorada com grande afínco em todos os seus cadernos, e é uma presença constante mesmo na escrita cotidiana dos diários. É a centralidade da dimensão poética na sua tarefa de pensar o mundo, portanto, que nos faz observar tão atentamente a maneira como grifa os vocábulos, escolhe o léxico, experimenta expressar seus comandos sobre o mundo.

2.2 “A poetisa negra”

As teorizações sobre o lugar do intelectual na sociedade formam uma tradição do pensamento. Neste sentido, precisamos discernir a polissemia do termo “intelectual”, uma vez que diferentes teóricos refletiram sobre o conceito e o papel dessa categoria. A utilização de operadores teóricos a partir da perspectiva interseccional do feminismo negro é expressão da prática decolonial que deve guiar a pesquisa sobre uma escritora negra brasileira. Inicialmente, em busca das representações da intelectualidade em Carolina Maria de Jesus, destacamos, como ponto fundamental da leitura, a noção de “intelectual escreviente”. O termo foi apresentado

pela professora Livia Natália em artigo presente na coletânea *Escrevivências: a escrita de nós* (2020), publicação dedicada a refletir sobre a obra de Conceição Evaristo e o conceito *escrevivência*, importante dispositivo teórico para interpretação da escrita de mulheres negras.

A *escrevivência* explica o destaque que o processo de formação do letramento caroliniano deve ocupar na busca pelo projeto intelectual de Carolina de Jesus: os ímpetus literários que Carolina de Jesus nomeia de “pensamentos poéticos” não nascem apenas da contemplação autorreferencial. Embora a reflexão da existência seja necessária e esteja presente no processo da intelectual, seus escritos vão além da observação passiva, narcisística. As *escrevivências* de Carolina de Jesus são impulsionadas por “um profundo incômodo com o estado das coisas” (EVARISTO, 2020, p. 34), escriturando uma linguagem literária nascida da “experiência de várias condições” (EVARISTO, 2020, p. 36) que formaram sua própria subjetividade como mulher negra brasileira. De acordo com Livia Natália Souza, a *escrevivência* dá nome ao procedimento característico da escrita das mulheres negras, a autoinscrição da subjetividade de sujeitos não hegemônicos em seus textos. Esse ato de “erguer a voz” gera uma “dicção estética” (SOUZA, 2020, p. 207) complexa pela sua capacidade de agência. Por essa razão, é justamente dos próprios textos das intelectuais negras em estudo que surgem os “instrumentais de análise específicos” utilizados pelas pesquisas.

Muitas vezes incompreendida, Carolina de Jesus existe, como mulher negra, às margens do discurso hegemônico, mas infiltra seu saber subalternizado no tecido cultural da sociedade brasileira, reclamando para si um letramento erudito e ancestral que marcava sua originalidade naquele contexto. Será exatamente essa dimensão, importante para a compreensão do contexto da intelectualidade negra no Brasil, que será utilizada pelas instituições da branquitude na construção da excentricidade de Carolina de Jesus. Agora, descortinando outros aspectos de sua obra vastamente inédita, compreendemos a dimensão poética como expressão estruturante de um projeto literário e intelectual, motivados pelo próprio vocábulo tantas vezes escrito nos cadernos de Carolina de Jesus: “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 2016, p. 41).

O título de “poeta”, assumido pela escrita, aqui é lido como um dos códigos carolinianos para intelectual. A missão que tomou para si está sintetizada nessa declaração condoreira: a poeta ocupa o espaço de liderança, utilizando de sua própria voz para representar aqueles excluídos pelo discurso hegemônico. A partir dessa nomeação, tantas vezes ratificada, compreendemos que as representações da intelectual, observadas no contexto maior de seu espólio em construção, revelam a importância da dimensão poética na constituição de sua estética literária. Carolina de Jesus, hibridizando letramentos formais e ancestrais, parte da

autodenominação como poeta para registrar seu projeto de país, formulando uma obra crítica sobre a sociedade brasileira.

Ainda que nem todos os seus textos sejam poéticos, é a centralidade da dicção lírica em sua trajetória que oferece o caminho para enxergamos o edifício intelectual de Carolina Maria de Jesus. A temática maior da sua obra, sugerimos aqui, é a sua visão de país, e a amplitude dessa análise deve-se ao seu entendimento do que é “ser poeta”. São os “pensamentos poéticos” que fornecem os aspectos linguísticos para formulação de uma estética, a força do seu vocabulário forjada por uma perspectiva crítica. Ou seja: os usos diversos de tipologias discursivas criativas em suas análises críticas, sociológicas e políticas, são sempre motivadas por uma voz de poeta. O silenciamento da dimensão poética em Carolina de Jesus impossibilitou o entendimento da visão que a escritora cultivou da intelectualidade, seus objetivos e responsabilidades, assim como a compreensão de como se organiza seu projeto de pensamento enquanto pensadora brasileira com atuação pública.

Nesse sentido, compreendemos que Carolina de Jesus apresenta suas percepções críticas no ensejo de contribuir com objetivas alternativas na estruturação pragmática da realidade brasileira. Carolina de Jesus propõe, assumindo uma forma de ativismo intelectual, transformações no tecido da sociedade. Existe uma dimensão ideológica na dedicação da pensadora em escolher, na dinâmica imposta pela precariedade e pelo racismo, o trabalho intelectual como missão de sua vida. Em interlocução com o ensaio “Intelectuais negras”, de bell hooks (1995), faz-se necessário perceber as intercorrências no simbólico processo de letramento de Carolina Maria de Jesus, origem da decisão de estar no mundo pela atividade reflexiva. Trilhar esse caminho conscientemente, afirma hooks, é uma decisão difícil, carregada de excepcionalidades, algo que Cornel West nomeia de ato de “auto-imposta marginalidade [...] na e para a comunidade negra”. Ser uma intelectual negra é uma opção pela diferenciação, como podemos reconhecer nas tensões causadas, em variados contextos, pelos “pensamentos poéticos” de Carolina de Jesus:

Quantas anedotas vão surgir em torno do meu nome. porque o poeta rico, fica celebre
Com uma aureola de respeito envolvendo o seu nome. E o poeta das margens. do lixo,
fica celebre como uma pornografia em torno do seu nome. Igual ao Manoel Maria du
Bocage. (PERPÉTUA, 2016, p. 49)

Apesar de ser reconhecida a partir do lançamento de *Quarto de despejo*, Carolina de Jesus escrevia literariamente, de forma recorrente, pelo menos desde 1937, quando trabalhava na Santa Casa de Franca e improvisou versinhos em homenagem à irmã Maria José. Em São Paulo, literatura como hábito já era parte da sua vida, mas o aprendizado autodidata se

intensifica. A poesia faz parte não apenas da sua maneira de enxergar a realidade, mas da sua forma de expressão: o vocabulário, o ritmo, a rima fazem do seu discurso cotidiano um diferencial nas relações.

Logo, a diferenciação não acontece apenas pela linguagem literária da escritora, mas pela dedicação que exerceu a missão de poeta. Um episódio chave para a decodificação da nomeação de sua atividade intelectual é o importante encontro com o jornalista Willy Aureli⁴⁹, autor da primeira reportagem sobre Carolina Maria de Jesus, publicada em fevereiro de 1940. A reportagem tem como título “Carolina Maria, poetiza preta”. Ao ser reconhecida, desde o início do seu percurso literário público, como uma poetisa preta que escreve “versos que falam ao coração dos humildes - ninguém a leva a sério...”, como definida nas palavras do jornalista, encontramos o que Hall, em *Quem precisa de identidade?*, chama de “demarcação de fronteiras simbólicas” (2003, p. 106). Ao identificar Carolina de Jesus como uma “poetiza preta” que escreve versos (não lidos) aos mais pobres, o jornalista Willy Aureli não está reverenciando a força de sua *escrevivência*, mas demarcando uma representação até então pouco comum e quase desconhecida pela cultura brasileira: a identidade da mulher negra, que utilizando, como escreve Stuart Hall, “dos recursos da história, da linguagem e da cultura” produz espaços que “têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2003, p. 109).

Assim, para a exata contemplação de como Carolina de Jesus enxergou na literatura um instrumento de transformação da realidade, é necessário perceber como a escritora assumiu a predestinação de “poeta” como missão quase espiritual, mediúnica: a melhor definição para essa intelectual será sempre “poeta”, porque assim ela primordialmente se definiu, desde a revelação feita por Eurípedes Barsanulfo, vereador, médium de Sacramento e fundador do Colégio Allan Kardec, espaço de educação que a escritora frequentou a partir dos sete anos de idade. Em *Diário de Bitita*, a escritora relata a ocasião que, após ser embriagada por siá Marucá (a esposa do avô da criança), por conta do choro constante e diário que impedia o trabalho da velha senhora, foi levada pela mãe ao médico espírita:

Minha mãe queixou-se que eu chorava o dia e noite. Ele disse-lhe que o meu crânio não tinha espaço suficiente para alojar os miolos, que ficavam comprimidos, e eu sentia dor de cabeça. Explicou-lhe que, até aos vinte e um anos, eu ia viver como se estivesse sonhando, que a minha vida ia ser atabalhoada. Ela vai adorar tudo que é

⁴⁹ AURELI, Willy. Carolina Maria, poetiza preta: Versos que falam ao coração dos humildes – Ninguém a leva a sério... Folha da Manhã, 25 de fevereiro 1940.

belo! A tua filha é poetisa; pobre Sacramento, do teu seio sai uma poetisa. E sorriu. (JESUS, 2014, p. 73-74)

Em suas escritas, Carolina de Jesus retoma o passado fazendo de si personagem em momento de epifania, infiltrando-se no jogo de reescrita, reconhecendo a sina da missão de poeta: nesse recontar performático, disperso em várias versões, a autora narra o encontro do vocábulo que revelava sua condição, o fenômeno dos pensamentos poéticos, e assim, nomeava sua missão de vida, desvelando uma condição enigmática da sua própria existência. Mistura a cronologia do início da sua trajetória literária, por vezes afirmando seu ímpeto lírico como reação às exigências do fluxo intenso da metrópole brasileira, São Paulo, lugar tão grande e solitário.

2.3 As Tradições Poéticas de Carolina Maria de Jesus

Uma das temáticas centrais da obra da “poetisa preta” é a importante defesa da educação como maneira de transformação de vida. Carolina de Jesus demonstra consciência das estruturas de marginalização construídas pelo racismo brasileiro desde o início do seu processo de letramento, narrado em *Diário de Bitita*. Segundo o professor Sílvio Almeida (2019), o racismo se manifesta de maneira concreta nas práticas que possibilitam a desigualdade política, econômica e jurídica. Por essa percepção, o processo histórico da escravidão ainda faz sentir seus espasmos na definição dos lugares sociais possíveis de serem acessados pela comunidade negra brasileira. Após a abolição de 1888, a presença de negros e brancos nos espaços de saber institucional foi irregular, e esse abismo histórico forjou também os modos socioculturais de uso da leitura e da escrita no país. A lógica do discurso da branquitude legítima como saber instituído as práticas modeladas pela visão eurocentrada, sendo a escrita (expressão de autoridade e poder) o letramento privilegiado. Na lógica dicotômica da desqualificação dos sujeitos, as práticas de oralidade e os saberes ancestrais e populares da experiência indígena e afrodiaspórica são silenciados.

No contexto da história afrodiaspórica no Brasil, o trabalho intelectual visto como mérito pessoal que diferencia o sujeito de sua comunidade é característica presente na trajetória de muitos intelectuais negros. A relação com o letramento formal, portanto, tem uma imensa importância para a escritora. Em encontro com estudantes, registrado em *Casa de Alvenaria* (2021), inicia o seu discurso lembrando a centralidade da literatura em sua vida, ao mesmo tempo que destaca a diferenciação de seu papel como escritora marginal:

Quando deram-me a palavra citei-lhes que gosto de livros. Tenho so dõis anos de grupo.

Dêsde o dia que aprendi ler lêio todos os dias — Não prossegui nos estudos por ser pobre. Mas, voçês tem possibilidades devem prosseguir. As pessoas de espirito superior não devem dessistir do que iniciam. Para anima-las disse-lhes que estou ganhando mais de quientos mil cruzeiros por ano. om os meus dois anos de grupo estou vençendo na vida. Citei-lhes a dificuldades que encontrei para dominar as ideias literárias que promanavam. Procurei médicos pensando que estava louca. Consultei dentista. Fiz o exame raquidiano. Fui classificada de: calma. Em primeiro lugar — pensava, eles dizem que sou calma. E estas ideias que giram no meu cérebro? Lá no intérior eu não tinha isto! Maldita hora que vim pra São Paulo!

Um dia, peguei um lapis e escrevi — percibi que escrevendo aquelas ideias o meu cérebro tranquilisava. Pensei: eu escrevendo a minha cabeça melhora. (JESUS, 2021b, 374-375)

Dois importantes aspectos podem ser depreendidos do trecho: a escritora utiliza da sua própria experiência de vida para apresentar as críticas ao funcionamento da sociedade brasileira. Como mulher negra – grupo que ainda hoje está na base da pirâmide social em aspectos de salário, pobreza, desemprego e escolaridade – aponta que o letramento não está essencialmente ligado ao contexto escolar formal, embora critique a exclusão dos sujeitos subalternizados dos espaços institucionais de saber. Inspirada pelos “conhecimentos sólidos” que seus referenciais culturais ofereciam ao seu processo de letramento, e coerente aos seus ideais para o país, a escritora defendeu a educação como a forma de “vencer na vida”: ou seja, na lógica de Carolina de Jesus, trabalhar. Após a publicação de *Quarto de Despejo*, se considerava parte do “núcleo literário”, apesar das dificuldades que tinha ao se apresentar como intelectual. Ao refletir sobre o espaço ocupado pelas mulheres negras nos lugares estabelecidos de saberes coloniais, Lívia Natália Souza (2018) resume a condição imposta sobre Carolina de Jesus: “Uma mulher negra que trabalha com a produção e disseminação de conhecimentos é pensada como uma ave rara” (SOUZA, 2018, p. 757). Apesar disso, Carolina de Jesus reclama para si o “título imortal” (JESUS, 2021b, p. 218) de escritora e poeta, posicionamento intelectual sustentado em múltiplos letramentos.

Nesse sentido, outra dimensão a ser observada é os obstáculos que as “ideias literárias” estabeleciam: a dificuldade de domínio da inspiração, ou seja, do campo abstrato do pensar que particulariza o sujeito, é representativa da negação intelectual imposta à mulher negra. O pensamento poético vinha-lhe naturalmente, mas aquilo que ela nomeia como “domínio das ideias poéticas que promanavam” é, em minha visão, a maneira de abordar o longo processo de construção da sua dicção poética/estética literária, caracterizada, como já abordado, pela hibridização das formas.

Em *Diário de Bitita*, Carolina de Jesus apresenta, por meio de memórias e análises, temáticas que marcaram seus primeiros anos e que aparecerão constantemente em seus textos:

os episódios exprimem análises da estrutura social a partir do lugar de enunciação de uma pessoa que nasce à margem da ordem instituída pelo discurso oficial. É um livro fundamental para a compreensão do edifício intelectual de Carolina de Jesus, na medida em que as temáticas desenvolvidas assumem, sem subterfúgios, a tarefa de escrever não apenas sua história pessoal, íntima, mas a história da população negra brasileira a partir de sua leitura, tornando-se intérprete do Brasil para os brasileiros. Para tanto, saber ler, dominar o código do letramento formal, foi uma transformação central na vida de Carolina Maria de Jesus, e a sua própria maneira de existir no mundo foi formulada em íntima relação com a literatura.

Tudo era objeto da curiosidade de Carolina Maria de Jesus. Foi justamente essa capacidade de observação que possibilitou a formação de uma personalidade atenta ao mundo, e que sempre buscava notar a estrutura da sociedade em que vivia: “Eu observava as ações dos homens. [...] Observava as conseqüências de todos os atos que praticamos” (JESUS, 2014, p. 55). Essa constante observação guiou seu processo de letramento, dando-lhe consciência das múltiplas formas de escravização e opressão que os grupos marginalizados sofriam, incentivando, da mesma maneira, sua força na árdua luta do viver: “Ia-me encorajando a lutar, apoiada na minha curiosidade. Queria viver para ver o que os melhores dias que virão vão proporcionar-me” (JESUS, 2014, p. 173).

Em seus diários, Carolina de Jesus reconhece sua obra como síntese de uma formação institucional breve e irregular, mas que foi antecedida e sustentada pelo discurso ancestral da diáspora africana no Brasil. Essa presença dos saberes sociopolíticos, religiosos, morais e estéticos não apenas caracterizou o traço de oralidade do discurso artístico popular assumido pela escritora em seus provérbios, quadrinhas e sambas, mas também formulou uma ideia de Brasil por meio do discurso pós-abolicionista que marcou o período da sua infância. As práticas de letramento de Carolina de Jesus são uma metonímia da história afrodiáspórica no Brasil. Em *Diário de Bitita*, a escritora registra suas primeiras experiências com o letramento escolar formal, em um contexto sociocultural de desigualdade racial no universo escolar. Bitita transita pelo mundo narrando a constatação do racismo estruturante da realidade brasileira, verificado nos desmandos da branquitude em suas expressões de poder.

Dessa forma, o projeto literário da escritora é formado, sobretudo, pela dimensão ancestral que herdou da prática familiar e vivência comunitária, mas encontra forma estética na percepção social e politicamente engajada dos primeiros escritos literários que conheceu. Ainda que Fernandez afirme a impossibilidade de localizar Carolina de Jesus em “nenhuma tradição literária”, por conta da mobilidade da sua escrita, fragilidade gramatical e dificuldades do contexto de produção (FERNANDEZ, 2019, p. 254), é precisamente por se autodeterminar

como uma “poeta dos pobres” que podemos afirmar a subscrição de Carolina de Jesus aos modelos literários beletristas que englobam a tradição passadista de sua formação, sobretudo os românticos, justamente porque encontra na imagem do poeta forjado pela cosmovisão desse movimento as qualidades que encarnam seus próprios ideais de vida: “o poeta é engajado politicamente, nacionalista, possuidor de uma missão social, que luta assumidamente ao lado dos fracos e oprimidos” (PERPÉTUA, 2016, p. 44).

Será essa a imagem que buscará para si, e de onde todo seu projeto intelectual irradia: quando, por exemplo, finalmente deixa a favela do Canindé, espaço de precariedade sempre apresentado com as cores mais duras da miséria, responde ao preconceito reafirmando a diferenciação de sua tarefa de escritora: “Tem pessoas que disseram que eu, não ia habituar-me na casa de alvenaria por eu ser da favela. Sou poetisa. E o poeta nasce com a alma fidalga” (JESUS, 2021a, 243).

O poeta nasce com a alma fidalga, faz parte de uma tradição, continua uma tarefa compartilhada. Neste momento, o conceito de paideuma – retomado por Haroldo de Campos a partir de Ezra Pound no contexto da Poesia Concreta – é um importante dispositivo teórico para compreensão da ideia de intelectualidade cultivada por Carolina Maria de Jesus. A noção abarca o corpus escolhido pelos autores para orientar o fazer poético do movimento: o paideuma traria “a organização do conhecimento para que o próximo homem ou geração possa achar, o mais rapidamente possível, a parte viva dele e gastar o mínimo tempo com itens obsoletos” (“POIESIS Organização Social de Cultura”, 2012). Carolina de Jesus constrói o seu paideuma, subscrevendo uma tradição estética que é sustentada pela dimensão social: em sua visão, a missão dos poetas é ouvir os pobres e, assumindo uma posição de criticidade, liderar a denúncia que resultaria em transformação do tecido social.

Enumerar os nomes que constituem o paideuma caroliniano encaminha a leitura para o seu processo de letramento e formação crítica de princípios. É *Diário de Bitita* (2018) a obra que melhor possibilita a investigação do processo crítico de letramento literário, político e cultural de Carolina Maria de Jesus. Narrativa de formação do seu letramento na juventude, apresenta a construção, fundamentada na vivência, do seu projeto intelectual. O processo da sua formação estética e política está representado através de figuras referenciais do seu pensamento: o letramento formal é sintetizado na professora Lanita Salvina, representação da escolaridade.

O interesse pela literatura contribuiu para o desenvolvimento de sua capacidade argumentativa: “Eu e minha professora discutíamos teses. Fiquei vaidosa quando percebi que era admirada” (JESUS, 2018, p. 20). A leitura é essencial para sua existência, sendo o caminho

para uma vida mais consciente e feliz, diferenciada das impossibilidades que impediriam a busca por seus ideais. Nunca esqueceu o conselho da “saudosa professora [...] preta. Dona Lanita Salvina”: “Quando você não tiver o que fazer envez de ficar nas esquinas procuram um livro para ler. Envez de dançar lêia. Você lucrará mais. A leitura nos favorece na vida. Eu obedecia a minha professora” (JESUS, 2021a, p. 53).

Seu letramento formal e autodidata privilegiou, ainda na fase de Sacramento, textos literários e religiosos: instigada inicialmente pela professora, lê e debate títulos românticos como poemas nacionalistas de Olavo Bilac, romances românticos como *A Moreninha* (1840), de Joaquim Manuel de Macedo, e *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay, sendo *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, o primeiro livro lido que deixou uma marca impactante e duradoura em sua subjetividade: “compreendi tão bem o romance que chorei de dó da escrava que foi amarrada na corrente” (JESUS, 2018, p. 20). Casimiro de Abreu é influência importante no projeto estético caroliniano: foi através do estudo das suas poesias que a palavra “poetisa” foi traduzida na percepção literária, em sua musicalidade nostálgica e nacionalista.

Como sabemos, impossibilitada de continuar a educação escolar, Carolina de Jesus encontrou na vida como colona o espaço de tranquilidade para se dedicar a ampliar seu repertório literário, filosófico, histórico e sociocultural. As ideias românticas de valorização nativista estavam em sintonia com o cotidiano tranquilo e silencioso do campo, onde a relação direta com a natureza ultrapassava o encanto lírico da fauna e da flora, sendo uma lição permanente de fartura através da agricultura familiar. A prodigalidade da terra, tão bem idealizada pela literatura, sintetizava as delícias desse ínterim: “Duas coisas que eu venerava: a terra que duplicava e os livros, que esclareciam a minha mente e formavam o meu caráter” (JESUS, 2018, p. 21). Afirma Valerio:

Foi nessa época que a escritora desenvolveu o hábito da leitura e não mais parou de ler. Leu muito e pôde começar a construir suas referências políticas, filosóficas, estéticas e literárias que a acompanharam por toda sua trajetória enquanto escritora, como Castro Alves, Nietzsche, Sócrates, Camilo Castelo Branco, Tomás Antônio Gonzaga, o já citado Rui Barbosa, além da Bíblia e de livros sobre a vida dos santos, como Santa Terezinha do Menino Jesus, entre outros: “Nas horas vagas, eu lia Henrique Dias, Luiz Gama, o mártir da independência, o nosso Tiradentes. [...] Lendo, eu ia adquirindo conhecimentos sólidos” (JESUS, 2007b, p. 160). (VALERIO, 2020, p. 51)

Carolina de Jesus mescla os referenciais românticos: a dimensão trágica do poeta visionário, o gênio exilado e incompreendido, frágil sob o peso da vida, anseia o espaço de contemplação das belezas poéticas: “estrelas, céu, mar” (SOUSA, 2012, p. 89). A escritora compreende, contudo, a necessidade de atualização das estratégias estéticas do movimento

que retoma. Em tom de crítica, lamenta a imposição de realidade que sua contemporaneidade demanda: “Antigamente os escritores escreviam falando das estrelas, as avês, os amôres. Hoje o assunto é comida. E o povo da atualidade dizem, que são civilizados” (JESUS, 2021b, p. 455). Em *Poética de Resíduos*, Fernandez apresenta trechos do espólio caroliniano onde a escritora narra as referências literárias que ocupavam a sua mente em meio ao cotidiano: o romance *A cabana do Pai Tomás*, da abolicionista Harriet Beecher Stower, os contos do francês Guy de Maupassant, além das leituras de Júlio Verne e Edgar Allan Poe.

2.4 Digressão pelo conceito de “intelectual”

Em busca de maior sustentação teórica na investigação das representações intelectuais de Carolina Maria de Jesus, é preciso discernir a polissemia do termo “intelectual”, uma vez que diferentes teóricos refletiram sobre o conceito e o papel dessa categoria. Para esse propósito, delimitamos como referencial teórico o artigo do professor Carlos Eduardo Vieira, “Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual” (2008), dialogando com os textos de Norberto Bobbio em *Os intelectuais e o poder* (1997) e de Maria Lúcia Duriguetto em “A questão dos intelectuais em Gramsci” (2014).

Vieira, interessado na historicidade do conceito, distingue as modificações dos sentidos dos vocábulos *intelligentsia* e *intelectuais*. O primeiro termo, *intelligentsia*, representou os membros bem-educados da elite, *os cultos*, que deveriam assumir a defesa racional dos interesses da nação e do povo, apoiados na erudição, não apenas no sangue ou posição econômica. No contexto do leste europeu, se associou à palavra a ideia de conhecimento e cultura, o que garantiria ao grupo “capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais” (VIEIRA, 2008, p. 69). Já Norberto Bobbio, pensador italiano, dedica uma série de ensaios ao papel do intelectual na contemporaneidade, e inicia sua reflexão criticando a historiografia que reconhece apenas no contexto francês do final do século XIX, com o *affaire Dreyfus*, a origem da categoria dos intelectuais. Os que hoje chamam-se intelectuais, afirma o teórico, são “aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos.” (BOBBIO, 1997, p. 11). Elege, portanto, uma perspectiva de intelectualidade calcada na tradição eurocentrada, que considera os homens de letras com uma função política específica de direcionar a sociedade.

A palavra intelectuais, de acordo com Vieira, designa esse conjunto de cultos que assume um protagonismo político na sociedade. O *affaire Dreyfus* parece representar um

momento relevante na demarcação da tarefa das elites cultas em criticar, pela enunciação intelectual, o poder instituído. Na percepção de Vieira, o episódio evidencia uma significativa re colocação do intelectual como um “sujeito político coletivo”, não mais apenas um sujeito privado em seus afazeres clericais, pontificando saberes na idealização das paredes de um mosteiro. Apesar disso, o engajamento moderno dos cultos enfrentou obstáculos para superar a ideia do monastério como representação do saber: Julian Benda, na referencial obra *A traição dos clérigos* (1927), afirma que “o clérigo não deve perseguir fins práticos, mas sim produzir conhecimento atemporal, [...] homem de letras cultua a justiça e a verdade, mas não se vincula ao realismo das multidões” (VIEIRA, 2008, p. 72). Benda indica que a tarefa do intelectual é fundamentalmente espiritual, e lamenta que o intelectual moderno tenha se imiscuído às paixões temporais, renunciando a um saber falsamente entendido como autônomo ao Estado e às expressões de sua dominação hegemônica.

Bobbio concorda com essa compreensão do modelo burguês de intelectualidade: os intelectuais tradicionais (amalgama de artistas, poetas, romancistas, a elite culta da sociedade) existiam antes do século XIX, exercendo um poder ideológico que jamais estaria separado do poder econômico, político e militar: ao se utilizarem da expressão de ideias por meio das palavras (o que Bobbio chama de “poder ideológico”), os intelectuais produzem e transmitem símbolos, visões de mundo e ensinamentos práticos. Seja na posição de protetores das tradições ou na inovação crítica, os intelectuais assumem diversas tarefas, o que levou o grupo a compreender a si mesmo como uma categoria específica no debate político.

Embora a influência dos cultos sobre a sociedade não tenha sua origem no século XIX, “as condições materiais de organização da cultura nesse período, particularmente favorecida pela presença de jornais e de revista de ampla circulação” (VIEIRA, 2008, p. 72) forjam uma arena pública que, de fato, dignifica a missão do intelectual de engajamento como participante ativo do debate e ator da vida política da sociedade. Afirma o teórico:

Edgar Morin (2003), em *Para sair do século XX*, revela-nos a presença e a continuidade desse significado ao longo do século XX ao afirmar que: quando os filósofos descem de sua torre de marfim ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar ideias que têm valor cívico ou político, eles se tornam intelectuais. (VIEIRA, 2008, p. 73)

Como ponto de intersecção entre Vieira e Bobbio, alguns autores são compreendidos como fundamentais na representação do conceito, porque conceituaram a categoria e refletiram sobre qual seria a sua missão. Karl Mannheim reconhece na prática intelectual a mediação dos conflitos sociais, enquanto Antonio Gramsci é notável pela ideia do intelectual como dirigente

da cultura. Pierre Bourdieu também é lembrado por apresentar o intelectual como produtor de capital simbólico. Além de Benda e Mannheim, Bobbio elenca ainda as posições de outros teóricos da intelectualidade, como Benedetto Croce e Ortega y Gasset. Este último baseia seu pensamento político na especificação das elites intelectuais, a quem caberia a tarefa de educar as massas: a ideia dominante de que existe “de um lado, minorias intelectuais destinadas a elaborar a grande política da renovação, e, de outro, massas à espera de serem plasmadas por espíritos superiores” (BOBBIO, 1997, p. 33).

O protagonismo político desse grupo formador da consciência nacional faz parte também da história cultural brasileira: o artista reivindica o espaço daquele guia do povo. Podemos encontrar essa dimensão tradicional do intelectual burguês nos exemplos românticos que formam o Paideuma caroliniano. A escritora, dessa maneira, constrói seu espaço intelectual no jogo de fluxo e contrafluxo inspirados nesses modelos, assumindo posições de autoridade, mas não de arrogância. Não é possível ignorar que a noção do intelectual tradicional detém uma aura religiosa, algo que, no pensamento caroliniano, é herdado pela leitura afrodiaspórica do saber ancestral, representado pelo Sócrates Africano. Entende ser a sua missão dar instrução aos que não tiveram acesso ao conhecimento formal: “vou aprender a ler, para ensinar meus camaradas”, como canta o poeta, e como literalmente agiu a intelectual negra. Dessa forma, busca a arena pública através do jornalismo, da literatura e da música, defendendo seu projeto de país como um caminho possível. É na amálgama de influências que a intelectual negra forja sua escrita sempre insurgente, apresentando uma dicção pedagógica de orientação moral.

A teoria mannheimiana (1929) propõe aos intelectuais o papel de sintetizar várias perspectivas em conflito, intervindo no debate público como agente social mediador. A visão compreensiva das diversas ideologias contrastantes no bojo da sociedade só seria possível com uma suposta autonomia aos condicionamentos de classe, revelando a crença na superioridade do direcionamento político dessa categoria. Estando “acima do combate”, completa Bobbio (1997, p. 34), o intelectual representado na obra de Mannheim detém a tarefa teórica, mas não se desvincula em nenhum momento da dimensão política, justamente porque é a sua leitura da síntese ideológica que orienta a prática dos orientados pela *intelligentsia*. O pensamento de Mannheim deve ser destacado principalmente porque a ideia de mediação política é retomada por Gramsci, que compreende os intelectuais como dirigentes e organizadores da cultura.

Nos escritos dos *Cadernos do cárcere*, Antônio Gramsci, pensador marxista sardo, conceitua a função dos intelectuais a partir da relação dialética entre o intelectual e o mundo. De acordo com a análise desenvolvida por Maria Lúcia Duriguetto (2014), Gramsci não pensa os intelectuais deslocados dos condicionamentos sociais, mas como parte fundamental das

relações sociais, apresentando uma interpretação original dos intelectuais como agentes políticos, estrategistas responsáveis pela “formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

Gramsci definiu os intelectuais e suas funções a partir da análise histórica do contexto italiano no início do século XX. Nessa dimensão, o cerne do pensamento do marxista sardo está na constatação de que “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (DURIGUETTO, 2014, p. 272). Nesse sentido, a função do intelectual é definida pela maneira como esse indivíduo se relaciona com os processos de manutenção ou construção da hegemonia dos interesses de classe as quais representam, além da atitude assumida na mediação entre as classes sociais e o Estado:

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, p. 37; C 19, § 26, p. 2041/v. 5, p. 93 apud DURIGUETTO, p. 270, 2014)

Nesse contexto, são três sentidos dados ao conceito de intelectual nos textos de Antônio Gramsci: o intelectual tradicional, clérigo avesso ao sentimento do espírito popular, reunindo-se em casta. Gramsci intenta dessacralizar a figura do intelectual asceta, afirmando que esses pensadores não podem reclamar autonomia frente às exigências das forças sociais, posto “que são expressões dessas forças” (VIEIRA, 2008, p. 77), ou seja, vinculados ao discurso hegemônico. Nesse sentido, existe uma oposição com a visão professada por Mannheim.

Além do intelectual tradicional, Gramsci conceitua o intelectual orgânico aos interesses do capital, compreendidos como funcionários da hegemonia da classe representada que intermediam os cidadãos e o Estado burguês, assumindo a dimensão do organizador técnico. Todavia, é o intelectual orgânico às classes subalternas, dimensão sintonizada ao projeto político gramsciano, que enfatiza o papel revolucionário do intelectual.

Segundo o pensador, os intelectuais que estabelecem uma comunicação orgânica com os grupos subalternos devem contribuir com a formação de uma consciência crítica, superando necessariamente o que ele chama de “filosofia primitiva do senso comum”. Assim, caberia ao intelectual orgânico partir das percepções que o povo, “os simples”, formulam em sua vivência prática, forjando uma teoria sintonizada com a ação. A concepção de mundo dessa teoria deve

ser coerente com a “dimensão política da filosofia da práxis” (DURIGUETTO, 2014, p. 277), destacando as ações políticas engendradas com o intuito de direcionar as classes subalternas a uma concepção de vida superior, como postula Gramsci. Como síntese, Gramsci afirma que

todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (Idem, p. 1516-1517/Idem, p. 18-19)

À vista disso, a concepção de trabalho intelectual no pensamento gramsciano não se restringiu ao conhecimento filosófico ou científico, mas se amplia na práxis, com as práticas de disseminação do saber e organização partidária também lidas como produção de conhecimento. Para o autor, esse novo tipo de intelectual orgânico necessita agir na dimensão prática da vida, como um dirigente que trabalha por uma “reforma intelectual e moral” das classes subalternas na luta revolucionária por uma sociedade contra-hegemônica.

Reconhecendo a dimensão intelectual em qualquer trabalho, Gramsci fundamenta a diferenciação do intelectual em relação aos não intelectuais na especificidade do trabalho intelectual, que exige um mínimo de qualificação técnica, ou, em outras palavras, atividade criadora profissional. Gramsci refere-se ao maior peso que a elaboração intelectual específica tem na caracterização dos intelectuais, em comparação ao “esforço muscular-nervoso”, que pode ser compreendido como o trabalho físico.

A função específica dos intelectuais orgânicos, portanto, colabora – pela teoria coerente com a prática da ação política – com a construção de uma consciência crítica emancipadora das classes subalternas. O intelectual orgânico está vinculado a uma luta política e a projetos de classe. Assim sendo, o indivíduo que ocupa e pratica a intelectualidade está inserido em um cenário de reflexão crítica. Resgatando a configuração estruturada por Nilma Gomes em artigo no livro *Epistemologias do Sul* (2009), a figura do intelectual guarda algum afastamento das instâncias de poder para poder “transformar a sociedade existente”.

O papel do intelectual, para Foucault,

[...] não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. (FOUCAULT, 2004, p. 79)

Essa interpelação ao poder, tão característica dos intelectuais comprometidos com a transformação da realidade, é a grande contribuição de Carolina Maria de Jesus ao pensamento crítico brasileiro. A pensadora, ao conjugar os campos políticos e culturais da sua atuação, apresenta novas e possíveis consciências do contexto em que os grupos sociais estão inseridos. Nas intersecções, pergunta Nilma Gomes: “Ser intelectual negro seria uma forma específica de intelectual orgânico?” (2009, p. 424).

Na visão de Gomes, é preciso ir além: a “origem, vivência e atuação” dessa categoria de intelectuais nos orienta a compreender suas produções como uma forma de ativismo, apesar das necessárias diferenças de posicionamento desses pensadores. No caso de Carolina de Jesus, é possível perceber que a intelectual negra assume a tarefa de pensar o mundo em defesa das classes subalternas, tecendo suas críticas a partir da experiência compartilhada com aqueles esquecidos pelo poder constituído. Em *Quarto de Despejo*, afirma:

...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se. Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou-me: — Você ainda mora na favela? —Porque? —Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz. —É o dinheiro que não sobra para a aguardente. (JESUS, 2017, p. 32).

Carolina de Jesus escreve em “prol dos outros”, entendendo ser fundamental a luta para “ilustrar” e, assim, superar pela cultura insurgente o senso comum que possibilita a continuidade das injustiças e a eterna mutação das formas de escravidão. Assumindo essa tarefa, demonstra felicidade quando percebe que os seus livros obrigam os ricos a pensarem nos pobres, pois entende ser essa a sua missão como intelectual: ser uma representante do povo, vinda do povo, defensora dos pobres e dos operários, assumindo o lugar de exemplo através das denúncias que faz das condições de vida dos cidadãos brasileiros: “Fiquei pensando na vida horrorosa do povo do Brasil. E eu também estou no meio do povo” (JESUS, 1996, p. 51).

Durante o período de maior atuação pública, Carolina de Jesus buscou destacar a sua contribuição na luta pelos movimentos negros. Apesar disso, mesmo entre os intelectuais negros da década de 1960, como Oswaldo de Camargo e Correia Leite, a intelectual não foi compreendida como uma escritora que assumisse os posicionamentos políticos requeridos de uma maneira objetiva, privilegiando as questões de raça (SILVA, [s.d.]). É uma visão construída, como já foi dito, primeiro, pela modulação pública e pelas jogadas publicitárias dos

editores. Além disso, o ineditismo de sua obra impediu os contemporâneos de lerem as temáticas da obra caroliniana de uma maneira mais ampla.

Pensando sobre a história da intelectualidade negra brasileira, Florentina Souza enfatiza a responsabilidade assumida por Solano Trindade ao participar ativamente da construção e disseminação do conhecimento através de atividades literárias e políticas, com a finalidade de contribuir para a transformação da sociedade. Essas ações, prossegue a autora, constituem Solano como um

intelectual orgânico que, investido de uma função social envolve-se em diversas atividades na vida político-cultural de seu tempo, propondo estratégias para alterar suas práticas e comportamentos. Intelectual orgânico no sentido proposto por Gramsci, ou seja, aquele que se coloca a serviço de classes ou empreendimentos para organizar interesses, disputar e obter expansão dos espaços de poder (SOUZA, 2004, p. 229)

As mesmas palavras podem ser aplicadas ao ativismo intelectual de Carolina de Jesus, ainda que a escritora não estivesse formalmente ligada a algum partido, movimento ou instituição acadêmica. Em *Casa de Alvenaria*, Carolina de Jesus registra sua participação no 1º Congresso Mundial da Cultura Negra, ocorrido em 29 de setembro de 1962. É um momento significativo em sua autorrepresentação como uma intelectual negra brasileira, porque revela as inspirações abolicionistas e populares inspiradoras de sua conduta pública. Além disso, salienta a necessidade de rompimento da consciência colonizada pelo racismo através da educação e cultura acessíveis ao povo negro:

O Eduardo de Oliveira recebeu-me e disse:
— Fico contente com a tua presença. É claro que eu dêvo aparecer nas festas dos pretos. Luiz Gama, não despresava os pretos.
Henrique Dias.
Jose do Patrocino.
o Ataulfo Alves.
Quando o preto é intelectual procura proteger a classe. Quando iniciou o programa fez as apresentações a senhorita Ana Florência de Jesus, que ia convidando as pessoas para tomar parte na mesa julgadora. Um jornalista das Folhas compareceu representando as Folhas. Eu fui incluída a tomar parte da mesa de honra. O coral do departamento de Educação cantou o Hino Nacional.
As palavras de boas-vindas nos foi dirigida pela senhorita Ana Florencio de Jesus. Uma palestra sobre o ventre-livre pelo dr. Francisco Lucrecio. Disse que um ser humano que não tem a mentalidade esclarecida, não tem possibilidade de vive com conforto. Que a escravidão chegou em época impropria para o preto. Que devemos lutar para retirar o elemento negro do ensinamento incentivando-o na cultura. Transformar o negro num ser dinamico e deçente. Que foi o movimento dos poetas que contribuiu para a liberdade do negro. Depois da libertação o negro não teve o direito de viver como cidadão. Não iducaram os negros. Diziam: negro não precisa aprender a lêr. É que o Brasil era predominado pelos purtuguêses e os purtuguêses que vinha ao Brasil eram os degradados os piratas. E os purtuguêses ricos enviavam seus filhos para estudar em Coimbra. Se tivessem iducado os pretos a classe negra estava mais adiantada. Mais evoluída.

[...]

O coral cantava as composições do senhor Aricó Junior. Um bom maestro. O poeta Eduardo de Oliveira compôs um hino “13 de maio”. E o Eduardo quer grava-lo para o congresso.

A senhorita Ana Florência de Jesus citou que os pretos necessitam de cultura — Foi aplaudida — A cultura é o bordão da humanidade.

A festa foi um incentivo. É bonito ver os nossos pretos despertando-se! (JESUS, 2021b, p. 509-510).

“Quando o preto é intelectual procura proteger a classe”, afirma Carolina Maria de Jesus. Nessa perspectiva, é justa a caracterização de Carolina de Jesus como uma intelectual orgânica, apesar das intercorrências no diálogo com os pares e com a comunidade: sua ação em defesa dos subalternizados, principalmente os pobres e trabalhadores, lembra-nos o conceito de “quilombismo” escrito por Abdias Nascimento: a obra de Carolina de Jesus é a demonstração do esforço coletivo da comunidade negra pelo surgimento de princípios baseados na prática da coletividade. Partindo de suas próprias experiências, interpreta a vida e as possibilidades de futuro na perspectiva dos negros, e, assim, do país. Valorizando a cidadania daqueles subalternizados, a intelectual incentiva o despertar da consciência crítica propondo

como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes. (NASCIMENTO, 1980, p. 262).

Ao lembrar pensadores como Luiz Gama, Henrique Dias, Jose do Patrocino e Ataulfo Alves, a escritora valoriza o perfil dos intelectuais que dedicaram suas habilidades ao projeto de valorização da negritude. Em *Diário de Bitita*, a autora narra alguns episódios que sintetizam as representações intelectuais possíveis de serem encontradas em seus textos. Na ocasião, Carolina de Jesus visita Sacramento após um período de ausência. Em busca de saúde e tranquilidade, gostava de sentar-se ao sol para ler. É grande a impressão causada pelos grossos livros manuseados pelos transeuntes. Os cidadãos de Sacramento são chamados, pela intelectual, de “inscientes” e “pernósticos” pela superstição que um livro pode gerar ao ser lido por uma mulher negra e pobre. Logo os mecanismos de interdição aos espaços de erudição engendram a desconfiança de ser ela a figura de ruptura da “feiticeira”: o domínio do saber letrado por uma mulher negra causa desconfianças, é signo de estranheza, o que é dissipado pela intelectual com bom humor e moralidade: “Eu dei uma risada estentórea. As pessoas que ficam esclarecidas e prudentes sabem conduzir-se na vida. Eu quero sarar para sair daqui para não mais voltar” (JESUS, 2014, p. 169).

A escritora, contudo, é presa injustamente por um sargento, e percebe como “os pobres têm que nascer vestidos de paciência para suportar as ignorâncias” (JESUS, 2014, p. 170). Por interferir, a mãe, Cota, é mais uma vez encarcerada. As duas mulheres negras sofrem espancamentos e trabalhos forçados. Lendo o racismo e sexismo estruturantes da sociedade brasileira, Lélia Gonzalez (2020, p. 83) nos lembra: “é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca.” Múltiplos episódios de violência policial arbitrária fizeram Carolina de Jesus compreender a expressão cotidiana do racismo estrutural brasileiro no período pós-abolição. A liberdade existia apenas em nome e teoria:

Eu pensava: “Só as pretas que vão presas”. (JESUS, 2014, p. 31)

Quando os pretos falavam: — Nós agora, estamos em liberdade — eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!” (JESUS, 2014, p. 59)

A compreensão das estratégias do preconceito, sustentada em um rosário de acontecimentos que desvelaram as práticas de desumanização do racismo, contribuiu para a incredulidade de Carolina Maria de Jesus diante das injustiças. A experiência da pobreza, da desigualdade (“o meu olhar ficava circulando através das vidraças observando os padrões comerem na mesa” [JESUS, 2014, p. 31]) e da violência instigou a escritora, ainda muito jovem, a adotar a posição de questionamento e protesto, assumindo a fala por aqueles silenciados pela lógica da modernidade/colonialidade.

Cornel West, ao debater o tornar-se intelectual negro, afirma que os caminhos principais para o devir da atividade intelectual negra “são a academia e as subculturas letradas: a arte, a cultura e a política” (WEST, 1999, p. 2). Carolina de Jesus, poeta e escritora, ocupa o espaço do pensamento a partir de sua subjetividade, tornando-se modelo contra-hegemônico ao percorrer uma cartografia permeada por impossibilidades e censuras, constitui um modelo muito próprio de exercício do pensamento. São múltiplas as identidades possíveis ao assumir um papel de intelectualidade, mas esses espaços, quando nos voltamos para a experiência de pessoas negras construindo um pensamento intelectual, são limitados em suas configurações pelas barreiras do racismo. Os intelectuais negros compõem um grupo não hegemônico e seus saberes foram, durante muito tempo, silenciados ou/e ignorados. A intelectualidade negra brasileira, para construir seu espaço de reflexão, compreende as tensões vividas pela contestação à sua voz e pelo do próprio direito à sua voz.

A consciência da manutenção da escravidão em outras formas por vezes encontrou, em Carolina de Jesus, a frustração e a revolta como maneiras de expressão, já que “protesto ainda não estava ao dispor dos pretos” (JESUS, 2018, p. 137). O silêncio da intimidade não era, porém, instrumento suficiente. Essa aparente impossibilidade de alteração da ordem observada não impediu a jovem Bitita de assumir o lugar de enunciação e denúncia. O protesto se provou uma linha condutora, se não da temática literária, com certeza da ação da intelectual Carolina Maria de Jesus: interferindo diretamente em situações de injustiça, foi respeitada pela sua argumentação corajosa. Essa se tornou uma prática de seu percurso intelectual, desde Sacramento, atravessando a favela do Canindé e a sua maior fase de expressão pública, em São Paulo. O curioso episódio do embate com o Dr. Brand é prova disso:

Um dia, eu andava pelas ruas, ia contente. Ganhei uma lima ia oferecer à minha mãe quando apareceu o Humbertinho e me tomou a lima. Chorei.

Ele era branco. Tinha servido no exército. As vezes ele vestia a farda. Parecia o Rodolfo Valentino, era mais bonito. Quando eu encontrava-o, xingava:

— Me dá a minha lima! Me dá a minha lima.

Todos temiam-no, ele era filho do juiz. E o juiz manda prender. Ele dava vazão ao seu instinto satânico.

Uma tarde quando eu passava na frente de sua casa, ele abordou-me e me jogou várias limas no rosto, nas pernas. Que dor! Então eu xinguei:

— Cachorro ordinário, ninguém aqui gosta de você!

Vai embora, você é um sujo. "

Foram contar ao doutor Brand que foi ver a nossa discussão. Ele não compreendia por que aquelas limas estavam no chão espalhadas. Eu xingava:

— Este ordinário vive pegando no seio das meninas pobres, aperta e deixa elas chorando mas em mim você não vai encostar as suas mãos.

O doutor Brand interferiu:

— Você não tem educação?

— Eu tenho. O teu filho é que não tem.

— Cala a boca. Eu posso te internar. — Para o seu filho fazer porcaria em mim, como faz com as meninas que o senhor recolhe? É melhor ir para o inferno do que ir para a sua casa. Doutor Brand, aqui todos falam do senhor, mas ninguém tem coragem de falar para o senhor. Os grandes não têm coragem de chegar e falar! O seu filho entra nos quintais dos pobres e rouba as frutas.

Foram avisar a minha mãe que eu estava brigando com o doutor Brand. Foram avisar os soldados. O povo corria para ver a briga. Quando o doutor Brand caminhou na minha direção, não corri e ele não me bateu. Minha mãe puxou-me:

— Cala a boca cadela!

Gritei:

— Deixa, isto aqui é uma briga de homem com homem.

Falei:

— Olha doutor Brand, o seu filho me roubou uma lima. Todos têm medo dele, eu não tenho! Ele não recebe convite para ir nas festas dos ricos porque os ricos não querem misturar-se com ele.

— Cala a boca negrinha atrevida.

— Atrevido é o seu filho porque é filho de juiz, não respeita ninguém. Quando ele ia me bater, eu disse-lhe:

— O Rui Barbosa falou que os brancos não devem roubar, não devem matar. Não devem prevalecer porque é o branco quem predomina. A chave do mundo está nas mãos dos brancos, o branco tem que ser superior para dar o exemplo. O branco tem que ser semelhante ao maestro na orquestra. O branco tem que andar na linha.

O doutor Brand, disse:

— Vamos parar, eu vou deixar a sua cidade.
 Minha mãe pegou a minha mão e levou-me para casa. O povo pedia. — Não bate nela.
 Nem os soldados não mexeram comigo. Minha mãe não deixava eu sair de casa. Três dias depois o doutor Brand deixou a cidade. Disse que ia para o Rio de Janeiro.
 Que dó que eu tive do doutor Brand. Chorei com dó da dona Sinhá, a esposa do juiz.
 Que mulher boazinha!
 Quando me viam nas ruas, as pessoas sorriam para mim dizendo:
 — Que menina inteligente, nos defendeu! Limpou a cidade.
 Todos me davam presentes. Ganhei vestidos novos e usados. As filhas do farmacêutico José Neto me deram dois vestidos de lese e me perguntavam:
 — Você já sabe ler?
 — Não senhora.
 — Puxa, quando souber então! Você promete, menina.
 Diziam que foram as palavras de Rui Barbosa, que mencionei, que fizeram o juiz retroceder. Que eu falava por intermédio de um espírito. É que eu ouvia o senhor Nogueira ler *O Estado de São Paulo*. (JESUS, 2018, p. 32-34).

É um episódio representativo de como Carolina de Jesus performará sua função de intelectual: diante da violência e da injustiça, reclama o seu letramento ancestral, diferenciando educação de escolaridade. Com coragem, denuncia os crimes do filho do juiz, erguendo a voz em uma briga localizada no terreno que a jovem Bitita entende como autoridade (“isto aqui é uma briga de homem com homem”). Existe uma transformação no seio da comunidade, quando a intelectual em formação desloca a noção de moralidade e discernimento. Enfrenta as ameaças de violência física, sustentando seus argumentos, diante de um homem das leis, a partir das lições de política do senhor Nogueira: Rui Barbosa é a sua referência para criticar as ações da branquitude. Tomando para si um espaço de saber reservado aos brancos letrados, Carolina de Jesus defende os que não tem voz, limpando a cidade. Predestinada, talvez, a escritora utiliza as performances da memória para representar a imagem que tem da sua própria missão como intelectual escreviente.

2.5 A Intelectual Escreviente

A perspectiva interseccional assumida por Carolina de Jesus no cenário intelectual brasileiro revela o triplo deslocamento provocado por sua identidade. Ao demonstrar a intricada e inseparável união, em seus textos, dos discursos de raça, gênero e classe, a intelectual formula outras imagens possíveis de intelectualidade negra no Brasil. Entendendo os intelectuais como indivíduos simbólicos que “pertencem ao seu tempo”, Edward Said indica a questão da representação como extremamente relevante para se pensar a atividade a que esses indivíduos se dedicam. Em *Representações do intelectual* (2005), o escritor palestino afirma que “no fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que

visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras” (SAID, 2005, p. 27).

Carolina Maria de Jesus indica a consciência dessa tarefa de representação quando registra o desejo de ser reconhecida, por exemplo, como a voz que fala pelos operários, estudantes, crianças, pobres e, especialmente, os negros. Assume o espaço simbólico de poeta fidalga não apenas através dos seus escritos, mas pelo seu ativismo político cotidiano: enquanto morava na favela do Canindé, era a intermediária entre o povo e os representantes políticos. Abre o seu barraco para a visita dos candidatos que desejam a influência de Carolina de Jesus no debate político da comunidade, através dos seus discursos. Além disso, é leitora oficial da favela, decodificando os códigos letrados, da mesma maneira como o Senhor Manoel Nogueira tinha feito por ela:

Hoje eu estou lendo. E li o crime do Deputado de Recife, Nei Maranhão. (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir. Elas ficaram revoltadas e começaram chingar o assassino. E lhe rogar praga. Eu já observei que as pragas dos favelados pegam. ...Os bons eu enalteço, os maus eu critico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria. (JESUS, 2017, p. 55)

Destaco um episódio ocorrido em 6 de setembro de 1960, no auge da revolução literária e midiática provocada pela publicação de *Quarto de despejo*. A escritora recebeu, na ocasião, o diploma de membro honorário da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. É um dos momentos mais significativos da atuação de Carolina como pensadora pública, podendo ser lido como um reconhecimento inédito da relevância de uma escritora negra até o momento.

Quando chegamos na faculdade, os estudantes estavam nos esperando. Fizeram hola para eu entrar e filmaram-me. Fui introduzida na sala de honra. Que belêza. A sala é bem ornamentada. O senhor Valdir apresentou-me ao publico e disse que ia receber o meu diploma de membro honorariom da academia da Faculdade de Direito. Que aquele diploma estava reservado ao escritor Jean Paul Sastre.Mas, devido o escritor francês ter muitos compromissos não lhe foi possível comparecer, eles resolveram oferecer-me, e disse:

— A França tem Sastre. Nos, temos a Carolina! Olhando aquela juventude fiquei com do deles, pensei em todas calamidades que ha na terra. O custo de vida. Antigamente não tinhamos custo de vida. É o flagelo da atualidade. Flagelo que o homem precisa e deve exterminar para suavisar a sua existencia. O outro flagelo... a guerra porque dizima a juventude. A guerra tem que ser habolida da façe da terra. O homem tem que resolver o seu problema apóiado na paz.

[...] Para mim foi uma festa. Fiquei pensando na confusão de minha vida. Eu não tenho diploma de grupo. E tenho da academia Bras da Faculdade de Direito. Aos academicos, aos futuros defensores da lêi de amanhã, o meu eterno obrigado. Espero que o mundo para eles sêja um mundo melhor do que o nôsso da atualidade. (JESUS, 2021a, p. 55-56)

Assumindo, portanto, o espaço de saber, a intelectual responde às perguntas feitas pelos universitários, explicando qual o caminho que deveria ser tomado para a extinção das favelas. O evento registrado em *Casa de Alvenaria* será retomado oportunamente, já que a intelectual, na oportunidade, explicitou seu projeto de país, valorizando a agricultura e a educação. Contudo, a comparação com Sartre já revela uma percepção, mesmo que implícita, da importância intelectual de Carolina para o cenário dos movimentos negros, periféricos e feministas do Brasil. Carolina de Jesus, exilada de uma educação formal (“eu não tenho diploma de grupo”), não precisa de diplomas ou documentos para exercer sua prática intelectual. Recebe as honras, mas a força da sua voz não está sustentada nelas. Sua trajetória intelectual se apresenta como territórios por vezes incompreensíveis, mas sempre em trânsito na multiplicidade dos sentidos e das contribuições. A escritora, que se utilizou da literatura para propor transformações sociais, reconhece a educação como “luz mental” (JESUS, 2018, p. 70) e enxerga na sua heterogênea escrita a possibilidade de dar “voz àquilo que não tem voz” (CALVINO, 2009, p. 345): como símbolo contra-hegemônico, Carolina Maria de Jesus deve ser reconhecida em suas teorias narrativas e na complexidade de seu exercício intelectual.

Estabelecendo novamente diálogo com bell hooks, entendo o ensaio “Intelectuais Negras” (1995) como um importante referencial na compreensão da intelectualidade aqui pesquisada. Ao discutir sobre a noção de intelectual desenvolvida por Terry Eagleton, hooks afirma existir uma diferença entre acadêmicos e intelectuais. O intelectual não lida apenas com ideias: “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo” (hooks, 1995, p. 5). Além disso, afirma hooks, o indivíduo intelectual busca estabelecer sua relação com as ideias num amplo espaço de diálogo entre a cultura e a política. Essa relação crítica com as ideias permite a transgressão que deve caracterizar o papel do intelectual. Os intelectuais, segundo Eagleton, devem ser pensadores criativos e exploradores. É, de fato, a prática de Carolina de Jesus: a busca para que a própria voz, feminina e negra, seja reconhecida nos círculos intelectuais, em oposição às interdições sexistas/racistas de quem pode ou não ser um intelectual, é uma ativa resistência que questiona a consciência cultural, espaço livre para uma representação tradicional de intelectualidade que sempre excluiu os pensadores não acadêmicos, provenientes de espaços subalternizados.

Nesse sentido, compreendemos que Carolina de Jesus apresenta suas percepções críticas no ensejo de contribuir com objetivas alternativas na estruturação pragmática da realidade brasileira. Carolina de Jesus propõe, assumindo uma forma de ativismo intelectual, transformações no tecido da sociedade. Existe uma dimensão ideológica na dedicação da

pensadora em escolher, na dinâmica imposta pela precariedade e pelo racismo, o trabalho intelectual como missão de sua vida.

Em Carolina de Jesus, a literatura é ideal de vida, maneira de existir e responder aos questionamentos do tempo e da vida cotidiana. A publicação de *Quarto de Despejo* causou uma explosão cultural que obviamente impôs grande estresse e angústia nas relações editoriais. O processo de escrita do diário exigiu trabalho cotidiano: o registro fidedigno dos acontecimentos demanda tempo para ser alcançado, e ela transita entre duas grandes tarefas: a escrita e a maternidade.

Nilma Gomes, ao refletir sobre a atuação dos intelectuais negros no contexto brasileiro do final do século XX, aponta que “existem diferentes maneiras de ser intelectual negro e negra. [...] Há diferenças de gênero entre ser homem e mulher negra e localizar-se no terreno da intelectualidade” (GOMES, 2009, p. 424). Perceber as diferenças nos lugares de enunciação do discurso é essencial para compreender que as narrativas, mesmo no campo científico, perpassam a subjetividade dos corpos.

O modelo de intelectual insurgente, proposto por Cornel West em “O dilema do intelectual negro”, entende que a atividade reflexiva deve estar fundamentada no trabalho e contribuir para a luta comum. É uma ideia que se contrapõe ao modelo burguês de atividade intelectual, concebidas por uma tradição elitista e de cunho eminentemente individuais – e que influencia a tradição estética dos poetas românticos admirados por Carolina de Jesus em seu *Paideuma*. Apesar disso, é preciso retornar à reflexão de bell hooks, cujo posicionamento se constrói como resposta ao texto de West, destacando a “realidade concreta das circunstâncias e condições materiais que possibilitam e promovem o trabalho intelectual” (hooks, 1995, p. 473): sem reafirmar as idealizações monásticas do “gênio isolado”, é necessário reconhecer que o trabalho intelectual necessita de isolamento e tempo dedicado a “contemplação, devaneio e escrita ativa” (hooks, 1995, p. 473). A intelectualidade de homens negros, como os citados pela escritora, enfrenta obstáculos específicos, mas o isolamento não está disponível para as mulheres negras pobres, como Carolina de Jesus.

bell hooks ressalta a especificidade das questões de gênero na modulação da figura do intelectual. O cenário brasileiro também pode ser analisado por esse prisma: no Brasil, o discurso sexista e racista impede que mulheres negras sejam recordadas como grandes pensadoras, já que as mulheres escritoras são continuamente desvalorizadas no campo das contribuições intelectuais. A atividade intelectual das mulheres negras, como Carolina de Jesus, é atravessada, muitas vezes, pelas obrigações da maternidade e do trabalho de subsistência, uma vez que historicamente o labor intelectual desses indivíduos não foi sempre reconhecido ou

remunerado. Inúmeras entradas guardam o horário de início do labor criativo: a madrugada traz o silêncio necessário, o espaço íntimo de reflexão enquanto dormem seus filhos. No curto período de produção de *Casa de Alvenaria*, é importante ressaltar, as ações publicitárias de divulgação do primeiro livro continuaram a crescer em intensidade, exigindo grande dedicação ao seu maior momento de atuação pública: “E eu? Sou sosinha para trabalhar, cuidar da casa dos filhos estudar escrever ler e suportar a massa humana” (JESUS, 2021b, p. 276). O diálogo constante de Carolina de Jesus com a população comprova a figura de autoridade e liderança que foi se formando em torno da sua imagem. Atender a romaria de pedidos de dinheiro, intervenção ou influência é uma tarefa desgastante:

Cansa ouvir os clamôres do povo. Quem deve ouvir as angustias do povo são os governadores. Mas ele vivem reclusos dentro dos palácios, que são suas conchas. [...] Recebi convite para ir numa festa na associação cultural dos negros. Mas eu não vou. Quero descansar. O meu dever é viver para os meus filhos. (JESUS, 2021a, p. 222)

Na favela do Canindé, nas casas de alvenaria de Santana e Osasco, e por fim, no desejado exílio do sítio em Parelheiros, Carolina de Jesus buscou a tranquilidade da noite para escrever suas críticas ao mundo que a cercava. Escreveu todos os dias, como tantas vezes registrou em seus cadernos, e registrou que em momentos de dificuldade preferia escrever. Escreve a realidade porque é contra ela que se insurge: “Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa.” (JESUS, 2018, p. 36). A sua missão como intelectual se constrói nas escrevivências coletivas:

Quando falei citei o porque escrevi Quarto de Despêjo. Para revelar aos poderes publicos a vida insipida do homem pobre. A luta com o custo de vida. É horroroso ver as crianças andando descalços com o ventre crescido superlotado de vermes comendo os frutos deteriorados no lixo onde as moscas pousaram deixando seus ovos infecciosos. Espetaculo que eu reprovoo em qualquer recanto do glôbo. (JESUS, 2021b, p. 349)

A ação que caracteriza Carolina Maria de Jesus como uma “intelectual escrevivente” é compromisso coletivo de revolta justa, assumindo a fala daquelas classes que, presas em um espetáculo horrível, não podem erguer a voz para protestar. Quando assume o papel de poeta, Carolina de Jesus busca registrar “todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana” (JESUS, 2018, p. 23) porque considera que essa é a responsabilidade dos poetas: denunciar a realidade, indicando o caminho para aqueles que tem, de fato, o poder de transformar a realidade.

A intelectual negra, afirma Livia Natália, estabelece suas escrevivências na “dimensão do compromisso” com as “potencialidades da vida” (SOUZA, 2020, p. 208). O discurso de vida que surge dos textos de Carolina Maria de Jesus é sua insubordinada “autoinscrição no interior do mundo”, para utilizar as palavras de Conceição Evaristo (2020, p. 35). O projeto literário-intelectual da “poetisa preta” expresso em seu texto-memória, abrange diversas chaves de compreensão: no bojo do discurso analítico da sociedade, refletiu sobre o próprio fazer artístico, “questões existenciais e metafísicas, a liberdade de amar e ser amada, condição da mulher, a religião e o racismo” (VALERIO, 2020, p. 23). Carolina de Jesus faz das suas vivências o ponto referencial da sua escrita, explorando a subjetividade das experiências como fio condutor da literatura. Dessa forma, enuncia a pluralidade dos interesses de um sujeito curioso diante da vida e das possibilidades do intelecto. Erguer a voz, constituir uma subjetividade afirmativa do sujeito, é o único remédio contra a precariedade imposta pelo discurso da colonialidade brasileira sobre as pessoas negras. Assim, a produção de intelectuais escrevíveis gera a criação de espaços onde o significado de escrita é ampliada por uma ideia de engajamento com a vida possível, livre da negação da existência.

Afirmando as escrevivências como a antibiografia dos corpos negros, Livia Natália diferencia as produções dessas intelectuais comprometidas com a vida ao “exercício narcísico”, limitado a registrar a excepcionalidade de uma vida interessante. As mulheres negras não são os corpos festejados por textos oficiais, e por isso, as suas escritas íntimas estabelecem espaço de expressão coletiva da experiência racial no Brasil. No projeto literário de Carolina de Jesus, fica visível a dimensão de “agenciamento coletivo de enunciação” verificadas na “construção de interconexões entre vivências distendidas no tempo-espaço” (SOUZA, 2020, p. 210). Nas páginas dos seus diários, encontramos o registro de existências pensadas pelo discurso hegemônico como “efeito colateral de um projeto de nação que falhou em eliminar a nossa negrura do mapa” (SOUZA, 2020, p. 210). Carolina de Jesus, quando fala de si, está erguendo a voz para registrar a memória coletiva da sociedade brasileira. As escrevivências das intelectuais negras devem ser entendidas pela lógica antibiográfica porque não se restringem ao sujeito autolaudatório, mas vocalizam um eu que, ao repensar a própria história, tece “uma costura com as vozes inauditas de sujeitos ainda oprimidos pela violência racial e ocupando lugares a partir dos quais não podem falar, são apenas falados pelo desejo do opressor (SPIVAK, 2010)” (SOUZA, 2020, p. 218).

A literatura de Carolina Maria de Jesus está intrinsecamente vinculada a sua experiência social, e foi precisamente o trabalho intelectual que possibilitou à escritora uma compreensão lúcida da realidade. As impossibilidades impostas pelo racismo, a violência, a fome, a miséria

contribuem para recorrências melancólicas que servem sempre como enunciação de protesto, defesa da vida e estabelecimento de possibilidades de futuro. As “ficções da memória” carolinianas, como postula Conceição Evaristo em “Escrevivência e seus subtextos” (2020), não estão divorciadas da “política do cotidiano” (hooks, 1995, p. 466). Erguer a voz como uma mulher negra é ação de resistência ao epistemicídio, infiltrando uma perspectiva literária distintiva no universo da literatura brasileira. A escrita de mulheres negras reconfigura os espaços e os papéis atribuídos pela estrutura de dominação desde a escravidão (NASCIMENTO, 2019, p. 261), moldando até mesmo o senso do que é e quem pode ser intelectual. Em suas incursões ensaísticas, poéticas, narrativas, Carolina de Jesus decodifica o cotidiano do cidadão brasileiro pela lente da subjetividade de uma mulher negra.

Ser uma intelectual escrevente é enegrecer as práticas intelectuais, deslocando a própria representação tradicional de saber, inventando procedimentos e apresentando dispositivos teóricos e críticos nascidos de sua própria dicção. Ao constituir sua linguagem literária a partir de suas experiências e processos múltiplos de letramentos, Carolina de Jesus apresentou um projeto de país que surge de seu ponto de vista. Nessa leitura, nos auxilia mais uma vez Lívia Natália Souza, ao refletir sobre sua própria atuação como intelectual negra: “Todo o meu pensamento é feito assumindo o compromisso de falar em primeira pessoa com a pessoa do texto literário e com aqueles que têm acesso à minha fala” (SOUZA, 2020, p. 223). Em suas andanças constantes pelas ruas de São Paulo, Carolina de Jesus compreendeu o alcance da sua atividade literária, definindo como missão de poeta a denúncia da realidade.

Quando ando pelas ruas paro para falar com os paulistanos. Eles estão admirado com o sucesso do meu livro. O povo gostou da verdade. Quando Pilatos perguntou a Jesus o que é a verdade? — Ele não respondeu.

Devemos escrever a realidade. A verdade. Revelar os fatos que corrompem um país. É preciso educar os filhos dos pobres. Trata-los com carinho. As funcionárias do serviço social trata os pobres com hostilidade que os deixa revoltados. As pessoas cultas, tem que ser amáveis agradáveis para educar os incultos. (JESUS, 2021a, p. 142)

A escrita insurgente das intelectuais negras é uma forma de ativismo, recorda bell hooks, porque surge do compromisso solidário com as necessidades dos subalternizados. Essa prática de resistência constrói uma tradição que hoje se apresenta aos leitores contemporâneos como um caminho para a reconfiguração do pensamento brasileiro. Ao usar da sua expressão criativa como forma de ativismo, a intelectual estabelece para si e para outras um contexto aberto ao questionamento das imagens dominantes perpetuadas pelo discurso hegemônico da branquitude. Afinal, a atitude de insurgência assumida pelos intelectuais negros e negras amplifica seu espaço de enunciação na inscrição da história, ocupando-se da emergência de

suas memórias e discursos. É esse pensar coletivo, enunciado por uma intelectual negra, que encontramos no trecho de *Casa de Alvenaria*, em mais uma delimitação do projeto de nação imaginado por Carolina de Jesus:

O Audalio diz:

— Você não tem que se queixar da vida. Você tem de tudo.

Aquele você fica na minha mente.

E os outros? Os operários que tem vários filhos... E não podem dar-lhes uma alimentação condigna. Tenho a impressão que sou uma estatua de mil metros, observando o sofrimento da humanidade. O Brasil vae ser um pais bom quando as terras fôr livres. A reforma agraria era a esperança de povo. Ficou o progeto. Mas o povo precisa é da realidade. (JESUS, 2021a, p. 387)

Assumindo esse papel de uma “estátua de mil metros”, Carolina de Jesus observa o funcionamento desigual da sociedade brasileira. É uma forma de exílio, estabelecida pela capacidade de observação da realidade. Reconhecer Carolina de Jesus como uma poeta, pensadora, intelectual, ou, na sua metáfora, uma “estátua de mil metros”, é enfim reconhecer que o triplo deslocamento de seu espaço e identidades (negra, pobre e mulher) possibilita a discussão sobre “a relação ‘pobreza e raça’ no mundo da intelectualidade.

3. “UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”

Será que vamos ter um governo que preparará um Brasil para os brasileiros?

(*Carolina Maria de Jesus*)⁵⁰

3.1 Intérprete do Brasil

Os cadernos de Carolina Maria de Jesus constituem um espólio em construção que revela múltiplas dimensões da obra caroliniana. Defendo que as suas *escrevivências* destacam a busca por um projeto de Brasil como cerne do seu projeto intelectual, o que enseja, portanto, a compreensão de Carolina de Jesus como uma intérprete do país. É o ângulo que precisa ser lido com maior profundidade pela fortuna crítica contemporânea: utilizando-se amplamente dos recursos literários de uma linguagem original e complexa, Carolina Maria de Jesus constrói uma lógica discursiva compromissada em decodificar a estrutura sociopolítica brasileira, explicando a história da nação através de suas *escrevivências*. Em um momento de intensa releitura de suas obras esgotadas no mercado, novas edições recentes complementam a sustentação do título de intérprete da história de um povo: além das *escrevivências* da trilogia *Diário de Bitita*, *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, seus *Provérbios*, a antologia poética *Cliris* e *Meu sonho é escrever...*, coletânea de textos em prosa, arrematam o escopo de um projeto de país que procurou não apenas explicar a formação da sociedade brasileira, mas propor caminhos possíveis de futuro.

Nesse sentido, acionamos brevemente a atualização do conceito de “intérprete do Brasil”, utilizado por Silviano Santiago (2005) para repensar as contribuições de três importantes nomes do pensamento modernista brasileiro: Mário, Oswald e Carlos. A expressão é comumente utilizada para caracterizar pensadores dedicados a explicar o pensamento sociocultural brasileiro, utilizando instrumentais epistemológicos de diversas áreas. No ensaio citado, a literatura também foi o meio pelo qual os Andrade pensaram o Brasil. Os três intelectuais, é importante ressaltar, não estão unidos apenas pelo sobrenome, mas pelo espaço de privilégio que reserva aos homens nascidos em confortáveis situações econômicas a erudição legitimada pelas instituições acadêmicas. No artigo, Silviano Santiago indaga se os grandes escritores modernistas, formadores do cânone artístico brasileiro do século XX, seriam também autores de interpretações inéditas da nação e seus cidadãos, antecipando poeticamente as

⁵⁰ JESUS, 2014, p. 39

leituras teóricas dos cientistas sociais das décadas de 1930 e 1940, como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Santiago, por fim, compreende ser necessário distinguir um “novo projeto de Brasil” nas palavras críticas dos “intérpretes do país”, demonstrando “vontade de mudar para melhor o país atrasado” (SANTIAGO, 2005, p. 5).

O artigo de Silviano Santiago contextualizará a formação do pensamento desses escritores, apontando as discordâncias e contradições entre os modernistas. Na leitura do professor, as cartas, entrevistas e artigos dos escritores modernistas demonstram como a “procura cotidiana duma interpretação para o Brasil [...] fez parte da formação de cada um deles” (SANTIAGO, 2005, p. 4). Assim, a autenticidade e originalidade dos escritores modernistas está sustentada, concomitantemente, na busca pela pesquisa estética, inspirada na escrita vanguardista, e na busca por novas interpretações da realidade e do espírito brasileiro. Santiago afirma que a interpretação do país se constrói na dedicação diária, fazendo parte da rotina e do letramento desses escritores. Na visão do autor, nenhum escritor poderá produzir grandes obras literárias desprovido de uma interpretação de nação.

O lugar que hoje é atribuído à Carolina de Jesus como intérprete do Brasil é fruto de constantes releituras propostas por movimentos negros e feministas, instigados não apenas pelas denúncias que marcam seus escritos, mas pela formulação de projetos de futuro que suas análises ensejam. O próprio lugar de enunciação de Carolina, como uma mulher negra, chefe de família monoparental, transforma o ponto de vista rotineiramente reconhecido na cultura brasileira e, também por isso, precisa ser lido como uma incômoda transformação. Hoje, distantes do exotismo que enxerga no povo brasileiro a felicidade autêntica da simplicidade não-escolarizada, encontramos em Carolina de Jesus o domínio do letramento formal, no constante aperfeiçoamento de uma dicção poética de origem ancestral e livresca, uma híbrida linguagem literária que é expressão da subjetividade popular.

O que significa, portanto, considerar Carolina Maria de Jesus como uma intérprete do Brasil? Após detida consideração sobre a original dimensão estética da sua obra, o projeto intelectual da pensadora que emerge da sua escrita é robusto o suficiente para considerá-la um referencial cultural relevante na história do pensamento brasileiro, reconhecendo como linha condutora da sua lógica discursiva a crítica “sociológica” do Brasil. O país é para quem escreve suas obras, são seus alunos da “poética da fome”: “Temos que lutar para ilustrar o nosso povo. Para o país não ser desclassificado pelos escritores sociólogo” (JESUS, 2021b, p. 350). Escreve esperando ser lida pelos cidadãos interessados na transformação íntima e coletiva. Seus textos formulam uma reinterpretação da história do povo brasileiro, tornando os negros e os pobres

como referência principal na construção da nação. Do seu lugar de fala, assume o papel de advertência ao poder.

A abrangente dimensão social dos seus escritos orienta a autorrepresentação como poeta assumida pela intelectual para delimitar sua missão e responsabilidade. A política, a desigualdade social, a denúncia das relações de domínio no campo, ideias centrais dos textos poéticos apresentados, relacionam-se com a imagem que Carolina Maria de Jesus tem da missão do poeta, que está intimamente vinculada à “preocupação com a comunidade pobre onde se encontra inserida” (PERPÉTUA, 2016, p. 44).

Carolina de Jesus é uma intérprete do país que estabelece as próprias categorias. Tendo vivenciado a realidade de colona nas fazendas do interior de Minas Gerais e a fome nas ruas de São Paulo, ergue a voz do lugar de subalternidade imposto pelo racismo, consciente de sua identidade interseccional, múltipla e fragmentada, contribuindo, assim, para o deslocamento da própria cultura brasileira. É nesse ponto que a sua interpretação pode oferecer propostas de reflexão aos pesquisadores contemporâneos sobre a memória cultural de um país que apaga seus intelectuais insurgentes, escrevíveis. Assumindo sua híbrida linguagem, Carolina de Jesus não teme construir incursões que deslocam a noção de intelectualidade tradicional. Mexendo, assim, nas possibilidades de invenções da cultura e identidade nacional. Em vida, declarou o lugar de escritora marginal, associando o beletrismo ao popular, o samba, a marchinha, e os arroubos românticos às incursões sociológicas. Nesse sentido, Stuart Hall, em “Que ‘negro’ é esse na cultura popular negra?”, afirma que a contemporaneidade

representa uma importante mudança no terreno da cultura rumo ao popular - rumo a práticas populares, narrativas cotidianas, narrativas locais, descentramento de velhas hierarquias e de grandes narrativas. Este descentramento ou deslocamento abre o caminho para novos espaços de contestação e causa uma importante mudança na alta cultura das relações culturais populares, apresentando-se, desse modo, como uma estratégica e importante oportunidade para a intervenção na esfera cultural popular (HALL, 2003, p. 149)

O deslocamento/descentramento enunciado por Hall é levado a cabo principalmente no campo das expressões identitárias. É justamente no jogo da diferença – na leitura a contrapelo – que esse deslocamento das representações causado pela obra de Carolina de Jesus possibilita sua leitura como uma intelectual intérprete da estrutura do Brasil. Em seus textos, a escritora mineira contextualiza suas experiências como uma trabalhadora negra, criticando as políticas públicas do Brasil da época, iniciando transformações de narrativas no campo cultural ao infiltrar rachaduras no silenciamento da discussão sobre raça. Como pessoa preta, a intelectual apresenta ideias, aliadas a uma prática discursiva, que partem do reconhecimento dos espaços possíveis e rotineiramente interditados aos subalternizados pelo discurso de privilégio da

branquitude. A obra de Carolina de Jesus está sempre reconhecendo as estruturas da realidade, buscando, propondo e assumindo um modelo alternativo de sociedade.

Na busca pelo projeto intelectual de Carolina de Jesus, dois pontos são apreendidos do texto de Santiago: a interpretação do Brasil é “um pacote coletivo de tarefas que cada um de nós traz para a sua vida diária, a fim de suplementá-la de modo inteligente e reflexivo” (SANTIAGO, 2005, p. 8). Dessa maneira, todos os cidadãos brasileiros são, cada um a sua maneira, intérpretes do Brasil. A tarefa de dedicação ao país é condição elementar para “o exercício pleno e consciente da cidadania por parte de todo e qualquer brasileiro” (SANTIAGO, 2005, p. 8).

O que aqui delimito como projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus é a dicção coesa da visão de mundo de uma pensadora brasileira, sua manifestação contributiva esteticamente engendrada. A dispersão da sua obra e a intermitência de sua recepção interfere, ainda hoje, no reconhecimento de um sistema robusto de ideias sobre a maneira como o Brasil deveria ser organizado, elegendo o trabalho, a terra e a educação como trilha para adentrar seu pensamento poético.

Investir na leitura do Brasil que Carolina Maria de Jesus imaginou para os brasileiros é escolher referenciais teóricos que possam auxiliar na eterna construção de um país mais justo, crítico e soberano. A visão de país compartilhada pela intelectual nos faz recordar que a luta antirracista deve ser um projeto de toda a sociedade. Reconhecer a história brasileira como negra é acreditar em uma reinvenção para o futuro nacional. Investigando o letramento político da intelectual mineira, tentaremos delimitar a visão de sociedade cultivada em seus poemas, diários, memórias e provérbios. A obra caroliniana é um exemplo marcante do conceito de quilombismo porque oferece uma interpretação do país através de suas escrituras. Segundo Abdias Nascimento,

Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. [...] Confiamos na idoneidade mental do negro, e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e o racismo. Enfim reconstituir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado. Um futuro melhor para o negro tanto exige uma realidade em termos de pão, moradia, saúde, trabalho, como requer um clima moral e espiritual de respeito às componentes mais sensíveis da personalidade negra expressas em sua religião, cultura, história, costumes e outras formas. (NASCIMENTO, 2009, p. 204- 205)

3.2 O letramento político da Intérprete do Brasil

O discurso literário de Carolina de Jesus é o caminho para pensar como as representações da intelectualidade se constroem na sua obra. A noção de “poeta dos pobres” ou “idealista do lixo”, assumida pela pensadora, deve ser associada aos exemplos e modelos ideais de intelectualidade observados em sua trajetória de letramentos. Retomando a pesquisa de Elena Pajaro, Raffaella Fernandez (2022) destaca a relação entre Carolina de Jesus e os elementos afrodiáspóricos no Brasil, principalmente na herança do estilo e do uso da palavra falada e escrita, como já compreendemos na caracterização do seu projeto literário. Além dos aprendizados orais a partir das orações e dos provérbios do seu avô, a pensadora também forjou seu aprendizado poético acompanhando com atenção o benzedor “senhor José cego”, construtor de uma poética oral repleta do espírito lírico da religiosidade mineira e interiorana: “o meu cérebro anotava tudo o que eu ouvia, sem esforço” (JESUS, 2014, p. 36). A importância do aprendizado oral é destacada em seu processo de formação cultural. A escuta estabeleceu-se como maneira primeira de aprendizado.

Nesse sentido, é possível resgatar o conto “O Sócrates africano”, e perceber a construção das influências no destacado exemplo de sabedoria, autoridade comunitária e dicção moral registrado na obra da escritora. Desse modo, compreendemos melhor a inegável dimensão moral do projeto de país que orienta a prática intelectual de Carolina Maria de Jesus. Em pesquisa sobre o projeto literário da poeta, Amanda Valério reconhece na dimensão lírica da autora o reflexo de uma formação não institucional, atravessada “pela ancestralidade africana, pela tradição oral e pela escuta de discursos abolicionistas” (2020, p. 24).

Quero propor a análise do conto como um estudo de migrações teóricas entendidas no contexto criativo, característico da intelectualidade múltipla de Carolina Maria de Jesus. O conto foi publicado em no livro *Meu sonho é escrever...* (2018) organizado pela pesquisadora Raffaella Fernandez a partir de narrativas da escritora, a maioria inédita. Segundo Pajaro, o relembrar ancestral do “Sócrates Africano”, narrado também em *Diário de Bitita*, é prática característica dos “guardiões do sangue e da história” das comunidades Cabinda, no oeste africano. Já Valério (2020) compreende a figura do avô Benedito como um “guardião da memória coletiva”, fazendo as vezes de um griô, “homens-memória”, responsáveis por transmitir os conhecimentos ancestrais em sociedades em que a fala é o meio primário de preservação e disseminação da vida e do saber (LE GOFF, 1992, p. 425 apud VALERIO, 2020, p. 39). O discurso escrito por Carolina de Jesus ressalta esse vínculo ancestral com a trajetória afrodiáspórica dos negros brasileiros. É através do mais velho da comunidade que determina a

construção de sua própria identidade e referência: em um dos seus *Humorismos*, reconstrói a origem da palavra “balangandã” pelas histórias do avô:

A palavra “balangandã é de origem africana. Posso afirmar que é de origem de certa região da África porque sou de cor. E a minha raiz é africana. Quem explicou-me o que era balangandã foi o meu extinto avô, em 1924. Eu estava com dez anos. Já sabia ler e gostava de saber a origem de tudo. Só vivia interrogando.

Um dia ouvi meu avô cantar:

- Quem não tem balangandã, não vai no Bonfim!

Perguntei-lhe:

- Vovô, o que é balangandã?

- É dinheiro, minha filha. É o nome do dinheiro lá na África. Quando iniciou o tráfico os navios traficantes iam para a Baía. E o sensacionalismo era a festa do senhor do Bonfim. Mas quem ia na festa eram os ricos. Então os pretos começaram a cantar: “Quem não tem balangandã não vai ao Bonfim. (JESUS, 2018, p. 102)

Como narra no capítulo “Os negros”, em *Diário de Bitita*, é o avô Benedito que guarda, naquela comunidade, a história do negro brasileiro, temática central para o projeto de Brasil possível de Carolina Maria de Jesus: durante o mês de agosto, nas noites quentes de Minas Gerais, a família se reunia em torno do sábio Sócrates africano, que contava os horrores da escravidão, apresentava os heróis da negritude e incentivava a educação como maneira de superar as violências enfrentadas pelos negros:

Falava dos Palmares, o famoso quilombo onde os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos. Houve um decreto: quem matasse o Zumbi ganharia duzentos mil-réis e um título nobre de barão. Mas onde é que já se viu um homem que mata assalariado receber um título de nobreza! Um nobre para ter valor tem que ter cultura, linhagem. (JESUS, 2014, p. 56).

É possível perceber que as narrativas do avô sobre o pós-abolição influenciaram o projeto de país sonhado por Carolina de Jesus. Como já foi explicado, a intelectual se nomeava como poeta-fidalga. A nobreza, como está explícito no trecho acima, vem da cultura e da linhagem sábia, como ela experimentava com um avô-sábio, que ensinava aos netos a organização do mundo. Pelos ensinamentos do Sócrates africano, o fim da escravidão, após quase “400 anos de sofrimento” (p. 57), não foi o fim das agruras: os negros não foram amparados no processo abolicionista, sendo impedidos de acessar as terras de onde poderiam tirar o seu sustento, relegados às beiras de estradas, impedidos também de estudar. A diáspora brasileira é registrada na interpretação da escritora, que, aos cinco anos, não conseguia compreender as divergências provocadas pelo racismo:

O vovô nos olhava com carinho. “Deus os protegeu auxiliando-os a não nascer na época da escravidão.” Os negros libertos não podiam ficar no mesmo local. Deveriam sair de suas cidades. Uns iam para o Estado do Rio, outros para o Estado de Minas,

de Goiás, para ficar livres dos xingatórios dos ex-sinhôs, e repetiam as palavras de Castro Alves: “O negro é livre quando morre.”

[...]

Eu pensava: “Meu Deus! Quem foi que começou esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem o direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras, foram eles que invadiram as terras dos negros.” Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava saturada com as minhas perguntas. (JESUS, 2014, p. 58).

O letramento racial nasce dos ensinamentos históricos, filosóficos e morais simbolizados principalmente no avô. São noções que acompanham a escritora durante toda a vida, lembradas também no conto “O Sócrates Africano”, uma narrativa que acompanha os últimos momentos da vida do avô da escritora, Sr. Benedito José da Silva, durante o ano de 1937 (ou 1927, como o texto também registra). Diante da doença do patriarca da família, os filhos e netos se reuniram para confortá-lo durante sua enfermidade. Da sua cama de moribundo, o corpo do avô se torna uma lição de intelectualidade, construindo uma cartografia que pode ser lida, na obra da autora, como um modelo possível de vida criativa. Carolina Maria de Jesus, desde o título do conto, apresenta um modelo de pensador que se torna o arquétipo da prática intelectual. Sócrates, o pensador grego, ocupa no imaginário comum o espaço do detentor do saber, a gênese da figura ocidental do intelectual tradicional e universal. Articular essa figura ao adjetivo *africano* é qualificar uma outra proposta e trajetória, muito própria do cenário brasileiro, calcada em reflexões profundas sobre raça e poder. O modelo de intelectual negro apresentado pelo conto se desvincula de uma noção acadêmica de intelectualidade, assim como a escritora. Embora o reconhecimento do valor do seu pensamento seja nomeado por instâncias legitimadoras ligadas ao conhecimento formal, como os “homens ricos”, toda a comunidade reconhece, mesmo sem o nomear, a potência do pensamento do avô que se despede.

Um primeiro aspecto chama atenção na construção arquetípica da figura do intelectual caroliniano: o elemento moral atravessa a narrativa, sendo o fio condutor das ações da personagem título e o ponto de admiração da neta narradora, que sempre queria ficar perto para ouvi-lo pregar: “Não fui mau elemento. Não prejudiquei o próximo” (JESUS, 2018, p. 60), anuncia o doente perante as visitas. O lugar de condutor da assembleia familiar, como indicado na narrativa, lhe dá autoridade moral. A produção de conhecimento intelectual passa, na narrativa, por lugares de liderança simbólicos, já que portar o “centro intelectual” é qualificação, na narrativa, para rezar o terço quando alguém morre e para pedir chuva. A figura de autoridade de pensamento e repositório de sabedoria e agudez ocupa um espaço ritual. Na proximidade da morte, a sabedoria do avô se alarga para abarcar mistérios metafísicos, sintetizados na realização da distância entre a vida e a morte: “não tenho permissão para vos relatar o que vejo, para não lhes gerar confusões mentais” (JESUS, 2018, p. 60). A morte, nesse

caso, experimentada por um sábio homem, é um espaço de apoteose mística e de admoestação. É a prática do reconhecimento da ancestralidade e o momento da transmissão dos valores familiares: “O homem deve ser honesto” (JESUS, 2018, p. 60), diz ele, exemplificando depois, pelas próprias ações, o conselho dado. No leito de morte, resolve oficializar a união de doze anos com Siá Maruca. O casamento entre “as mãos cadavéricas” do avô e o vestido novo de Siá Maruca é um momento lírico de reflexão filosófica sobre a existência: “O que será que estará à minha espera do outro lado? Não adianta ter medo de morrer porque temos que morrer mesmo. O mundo não é nosso. O homem passa por aqui” (JESUS, 2018, p. 65). A experiência que produz sabedoria deve ser assimilada como método teórico. A consciência da transitoriedade é força motriz para as ações do intelectual proposto pelo conto.

É principalmente a sabedoria do senhor Benedito que orientará a dicção moralizante adotada por Carolina de Jesus em seu projeto de sociedade. A liderança que Benedito estabelece na comunidade e na família estabelece um aprendizado moral que orientará toda a formação discursiva da intelectual. As orações lideradas pelo avô, diante do crucifixo, representam uma formação cristã de preocupação moral que é um dos pilares de argumentação do projeto intelectual da escritora. Na comunidade de Sacramento, “quem sabia rezar era tratado com deferência especial” (JESUS, 2014, p. 56). Suas palavras, dessa maneira, adquiriam a força de “selo e um carinho”. Todo o projeto intelectual de defesa das classes subalternizadas que se apresenta a partir dos seus escritos está sustentado numa convicção moral do conhecimento da sabedoria. Tem aqui suas raízes uma das principais máximas do discurso moralizante da intelectual: a repulsa aos vícios, que tantas vezes será simbolizada pela condenação moral do ébrio, figura caroliniana presente nos diários, poemas e sambas, e que metaforiza muitas ações masculinas vistas a partir do lugar de uma mulher negra. Para além dos estereótipos, contudo,

É importante ressaltar que o fato de grande parte dos alcoolistas ser constituída de negros não é uma coincidência, mas, sim, uma consequência, pois viviam sobre a forte pressão do racismo e acabavam desenvolvendo doenças psíquicas, como o alcoolismo, a depressão, a ansiedade e a loucura. (VALERIO, 2020, p. 35)

A cosmovisão cristã inculcará os valores de caridade, honestidade e respeito aos mandamentos da lei de Deus que encontramos como ponto de referência nos direcionamentos do seu projeto de país. Afinal de contas, “o poeta está perto de Deus”, e seu discurso deve ser determinante na orientação aos leitores:

— O povo está perguntando-me porque é que os favelados atirou-me pedras.
— Eu... se algum dia tiver que jogar algo nos favelados, jogo confeti ou pétalas de rosas. O poeta está perto de Deus, perto de Jesus e Jesus não nos disse para sermos violentos.

— A paz seja convosco, foi o que ele disse quando subiu para o céu, as últimas palavras do Nazareno. É a vida... enquanto vivemos... vamos enfrentando as confusões que for surgindo. (JESUS, 2021a, p. 38)

Em textos publicados em *Meu sonho é escrever...* (2018), Carolina de Jesus revela o lirismo romântico e nativista permeado por interlocuções íntimas que justificam seus ideais de escrita, moral e vida. As mensagens são constituídas por exortações a resignação, preces alegóricas, fábulas, além de ensinamentos vindos “do outro lado” para os “nossos irmãos aí na terra...” (JESUS, 2018, p. 32). A dicção metafísica do poeta se revela a partir de um enunciador deslocado do mesmo plano dos leitores. É uma diferenciação que também é moral, o que se traduz no seu gosto por uma linguagem, em sua visão de formação, elevada porque verdadeira:

Os pássaros cantam na linguagem certa, na linguagem correta e sincera que a própria Mãe Natureza lhes deu”. Falar é bonito quando se fala certo. A linguagem só tem valor quando se trata de nomações estranhas. Digo estranhas para vocês, mas não para nós. Esquecer os dissabores é o nosso dever, pois se nós considerarmos isto como uma estrada em que viajamos e se estamos chegando ao local designado, não vejo motivo para lembrar e comentar o trecho da estrada ruim. (JESUS, 2018, p. 28)

O discurso moralizante é utilizado como uma das principais dimensões de apresentação do pensamento de Carolina Maria de Jesus. A estrutura racial do Brasil exige, nas dinâmicas sociais, um comportamento ilibado dos negros como maneira de controle. A lei da vadiagem, por exemplo, institucionalizava a prática discriminatória contra aqueles que foram impedidos de acessar a educação ou qualquer compensação pela ausência de trato digno. As operações policiais nas comunidades brasileiras repetem o rompimento dos direitos dos pobres e negros que remete às consequências da escravidão. Entendendo o Brasil como um lugar da branquitude, a intelectual apresenta uma perspectiva onde a força moral é a arma de defesa das classes subalternizadas:

Que aos que me agrada, eu agrado. Os que aborrecem-me. Passa um mau bocado comigo. Eu disse-lhe que os brancos do Brasil ainda continuam escravizando os pretos. Uma escravidão Moral. – Intimidando o preto com prisão. Sobretudo quando o preto érra e perde a força Moral. Que eu procuro não errar para não ser dominada pelos brancos. Que faço os brancos ajoelhar-se aos meus pés. (JESUS, 1996, p. 85)

Outro ponto é estrutural para a prática intelectual: a práxis pedagógica deve ser intimamente ligada ao valor moralizante das reflexões. Ensinar é essencial para ser um sábio, segundo Carolina de Jesus, e a forma pela qual o ensino é transmitido se eleva pelos signos escolhidos: “quando ele falava, nós aprendíamos alguma coisa. Ele não falava banalidades” (JESUS, 2018, p. 60). Para a escritora, a linguagem legitima o conhecimento, e esse é um elemento fundador em sua escrita. A crítica literária no Brasil estranhou, nas primeiras análises

de *Quarto de Despejo*, a sintaxe característica da escritora e argumentou a impossibilidade da “infiltração” de Carolina de Jesus na literatura, apesar dos seus preciosismos e de suas reminiscências românticas: os critérios utilizados pela crítica exigiam da escritora favelada o domínio de uma pretensa “cultura erudita”.

Como já discutido, a crítica literária apontava a falta de “qualidades literárias” e comentava como falhas os contínuos arroubos românticos que remetem às obras de Castro Alves e Casimiro de Abreu. De fato, a cultura erudita está presente na obra da escritora mineira e na formação de sua biblioteca estética. A presença de leituras pregressas em seu estilo literário nos descortina um desejo de ingresso no “círculo” dos “clássicos”, uma participação na cultura erudita, mas não apenas: é preciso destacar que esse ato revela a subscrição à uma estética sustentada em uma prática ideológica. Os críticos que afirmavam a falta de “qualidades literárias” ainda estavam presos a uma discussão sobre o lugar da literatura popular em relação às “qualidades eruditas”, que hoje já precisam ser superadas.

Ao ensinar sobre a vida mediante uma linguagem que se afasta do banal e se aproxima da ideia caroliniana de clássico, Sr. Benedito, o Sócrates analfabeto, “infiltra-se” nos círculos do saber. São outros caminhos de reconhecimento da sabedoria, que a intelectualidade negra constrói para ser registrada. Ao receber a visita dos “homens ricos” que “iam visitá-lo e ficavam horas e horas ouvindo-o” (JESUS, 2018, p. 61), é legitimado em seu saber orgânico pelos senhores e doutores que “liam o jornal Estado de São Paulo e sabiam o que ocorria no mundo”: “Foi uma pena não educar este homem. Se ele soubesse ler, ele seria o homem. Que preto inteligente. Se este homem soubesse ler poderia ser o nosso Sócrates africano” (JESUS, 2018, p. 61). A visão valorativa da educação formal, por essa fala representada, é construída em oposição ao final do conto. Enquanto os personagens ricos indicam a possibilidade condicional da intelectualidade do Sr. Benedito, a narradora afirma, de maneira categórica, “que ele foi o Sócrates analfabeto” (p. 69). A diferença sutil das afirmações está atravessada pela questão racial: naquele momento, o preto inteligente nunca poderia ser “o homem” porque a educação formal estava interdita ao seu percurso: há, para as instâncias acadêmicas representadas pelos senhores cultos, uma única possibilidade de intelectualidade. Essas noções, contudo, não garantem que o modelo de intelectualidade científica tenha o completo poder de silenciamento diante da teoria formatada pela escritura dos corpos: “quando o vovô falava ninguém o contradizia, nem os doutores”. (p. 68).

A escrita desliza, nesse ponto, e apresenta uma reflexão longa e historicamente embasada sobre o sistema de educação brasileiro que pode ser entendida como um exemplo da subversão das narrativas literárias de Carolina de Jesus. A escritora analisa a situação da

educação formal dos negros brasileiros e as consequências da hierarquia de opressões nas relações sociais e econômicas entre as classes. Defende a escolaridade. Há, contudo, um reconhecimento tácito da censura do negro em lugares de poder: mesmo com educação, o negro alfabetizado não sai do lugar de subalternidade. A instrução formal pode servir para auxiliar a vida dos negros como empregados, na aceitação das observações e na substituição emergencial e temporária do patrão. “Era necessária uma modificação social” (p. 61) afirma a narradora ao arrematar.

É uma retomada das lições de política do senhor Manoel Nogueira, referências para a sua defesa da educação dos negros e valorização do trabalho rural como projeto de país. Em *Diário de Bitita*, especialmente no capítulo “Um pouco de história”, a autora rememora quando frequentava, ainda bem jovem, as leituras dos jornais que fazia o senhor Manoel Nogueira, partidário de Rui Barbosa e defensor da alfabetização do povo negro.

Na cidade, o homem humano que estava no centro era o senhor Manoel Nogueira. Era mulato. E o mulato é o meio-termo da sociedade. Convive com os brancos e com os pretos. E com o nome de Nogueira, deveria ser filho de algum doutor de Coimbra. O senhor Manoel Nogueira passava o dia com os brancos porque era oficial de Justiça. E no entardecer ele sentava na porta de sua casa, e lia o jornal *O Estado de São Paulo para nós* ouvirmos trechos que foram ditos pelo Rui Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivar. Mas este projeto não foi aprovado na Câmara. (JESUS, 2014, p. 43- 44)

O oficial de justiça era um intérprete da realidade não apenas para a jovem curiosa, mas também para os negros que não sabiam ler. Os serões de leitura, após o trabalho, contavam com a presença do avô Benedito. Nas ocasiões, o senhor Nogueira entabulava debates, explicando pensamentos e registrando os fatos: acontecimentos como as consequências da Primeira Guerra Mundial, a liderança política de Rui Barbosa e a presidência de Artur Bernardes. Reunido em conselho de múltiplos letramentos, Nogueira representa as infiltrações da negritude nas estruturas do racismo: dominava a escrita, trabalhava com a Justiça e “passava o dia com os brancos”. No retorno, reúne a comunidade em um letramento coletivo. É uma manifestação do intelectual orgânico, combatendo o processo de epistemicídio sustentado nas desqualificações praticadas pela branquitude. Escreve Carolina:

Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição? Qual era o mal que os negros haviam feito aos portugueses? Por que é que eles nos odiavam, se os negros eram pobres e não podiam competir com eles em nada? Aquelas críticas eram complexos na mente do negro.

Mas havia o senhor Manoel Nogueira que encorajava os negros. Dizia:

— Senhor Benedito, manda os seus filhos à escola. É bom saber ler. Vocês devem obedecer ao Rui Barbosa. Ele foi amigo de vocês. Como José do Patrocínio, como

Castro Alves. Escreveu um livro pedindo clemência para vocês que foram arrebatados do seu berço que é a África. (JESUS, 2014, p. 43).

Carolina de Jesus sempre o teve em alta conta, e transforma-o em um símbolo de erudição política: “Quem fala com conhecimento está ensinando” (p. 45). As sessões do senhor Nogueira foram uma antecipação do letramento formal: as referências a Rui Barbosa, a José do Patrocínio e a Castro Alves influenciam o modelo condoreiro e abolicionista de defesa da negritude assumido por Carolina Maria de Jesus em seus escritos. De fato, atribui ao personagem, na revisita da memória, a enunciação de grande parte do projeto de país que elabora em sua atividade intelectual. Foi através dele e do avô que Carolina Maria de Jesus começou a questionar as desigualdades sociais que presenciava em sua vida, iniciando alguma compreensão do processo político brasileiro. Além da memória negra recordando Zumbi dos Palmares, os mais velhos recordavam Tiradentes como símbolo republicano, vinculado ao abolicionismo como imagem da emancipação negra. As lições de história e política foram o espaço de contato com o pensamento de políticos e escritores abolicionistas, como o jurista Rui Barbosa, e os abolicionistas Castro Alves, José do Patrocínio e Luiz Gama. Todos os homens conhecidos pela oratória entusiasmada e marcante, talvez lembradas com admiração nas rodas de conversa do senhor Nogueira e ficando gravadas na memória da pequena Bitita. Note-se, porém, que são todos personagens homens, e alguns têm o nome acompanhado de controvérsias: fatos provavelmente ignorados por Bitita, mas que documentam, em seu tempo, a ausência de mulheres como incontornáveis referências literárias, culturais e políticas no Brasil.

Sobretudo pelo uso recorrente da expressão “Um Brasil para os Brasileiros”, Rui Barbosa se apresenta cronologicamente como um dos primeiros personagens políticos dignos de ser interpretado como símbolo do projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus. Aprendendo através dos ensinamentos dos mais velhos negros reunidos com o senhor Nogueira, Carolina de Jesus inicialmente compreendia Rui Barbosa como um defensor da escolarização dos negros:

Quando os negros reuniam-se falavam:

— Tem um baiano, o doutor Rui Barbosa, que quer que o negro vá à escola, mas os brancos falam que já deram a liberdade para os negros e chega.

Mas o Rui falava que a liberdade sem cultura e sem instrução não ia beneficiá-los. O negro inculto será nômade, indolente, e imiscível. Não será um braço para impulsionar a Nação. Será sempre uma boca. O analfabeto não tem forças para evoluir na vida. Ele será sempre um músico de ouvido.

O Rui dizia que o negro deveria ser conservado na lavoura. Que num país é necessário ter uma classe telúrica. Ele ficaria no trabalho até às três da tarde e estudaria à noite. Mas os doutores de Coimbra diziam que quem deveria estudar eram os filhos da classe predominadora, e não os que deveriam ser predominados, que o amo e o servo não poderiam ter sapiência igual. O Rui dizia que a sapiência é nata. O estudo é para

esclarecer. Ele faleceu no ano de 1923- Que perda para o país! Nas exclamações dos amigos e inimigos eles diziam:
— Será que vamos ter um governo que preparará um Brasil para os brasileiros?
(JESUS, 2014, p. 39).

Rui Barbosa foi um político brasileiro, recordado pela defesa do abolicionismo. De fato, Magalhães (1988) afirma que, quando deputado, Rui Barbosa se dedicou à redação inicial do Projeto Dantas, proposta preliminar da Lei dos Sexagenários, destacando, em 1884, a “necessidade de um plano de instrução e educação como condição prévia para a redenção dos cativos” (Magalhães, 1988, p. 101). Contudo, a lei não foi aprovada. Após a Lei Áurea, quando a República é proclamada, assume o Ministério da Fazenda. Neste cargo, promovendo a “desenfeudação da terra”, retira o tradicional apoio do Governo à agricultura, transferindo o apoio à classe industrial nascente nas cidades: “Os libertos, sem terras para trabalhar e sem leis que os amparassem, acabariam reescravizados, sob outras formas de cativo” (MAGALHÃES, 1997, p. 101). Sua mais controversa ação, entretanto, foi a incineração dos documentos relativos “à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados” (NASCIMENTO, 2016, p. 93). Por temer uma pretensa indenização que sufocaria a República, busca apagar a “mancha negra” da história do Brasil, como resume Abdias Nascimento. Na prática, a ação contribui para a negação da identidade negra brasileira, sonhando a conscientização pelo apagamento da história.

É curioso constatar como se constrói o imaginário popular através das narrativas orais, recosturados pela memória de uma escritora com um percurso de letramentos profundamente original no sistema literário brasileiro. Pensamos no jogo de fluxo e contrafluxo que encontramos no caso desse político que ocupa espaço importante na gênese do projeto de país caroliniano: com a contribuição de Rui Barbosa, o declínio das lavouras é um lamento constante de Carolina Maria de Jesus, e terá centralidade na sua solução para a fome experimentada na cidade. Seus textos são registro das memórias ancestrais de um povo. Das cinzas dos documentos da memória negra destruídos pelo político baiano, Carolina de Jesus ergue a interpretação de um país: não é a figura de Rui Barbosa que nos interessa na leitura das possibilidades de nação organizado pela escritora, mas a maneira como Carolina de Jesus e a memória negra popular, da qual ela se faz um dos personagens mais relevante que tivemos no século XX, se utilizam desse símbolo para legitimar as ideias cultivadas através de suas experiências como mulher negra pobre, migrante, periférica. A valorização da educação e da lavoura foi o caminho apontado pela intelectual para a inclusão dos negros na sociedade brasileira, e é esse projeto que ela atribuirá ao político. Não podemos atribuir com certeza a

frase “Um Brasil para os Brasileiros” a Rui Barbosa, que aqui é mais uma personagem de Carolina de Jesus: a expressão é o desejo de um Brasil animado e possível, o seu projeto de país.

É interessante registrar, ainda, o desencanto da intelectual diante dessas figuras de autoridade, como o senhor Manoel Nogueira e o símbolo Rui Barbosa. A crítica é a maneira como os políticos serão interpelados pela ação intelectual da escritora. Quando as palavras sensíveis de Rui Barbosa não se cumprem, tornam-se apenas instrumentos de retórica que devem ser criticados. É na lógica de resposta e contestação que a intelectual afirma a sua interpelação ao poder. Observemos os dois trechos:

O senhor Manoel Nogueira dizia:

— Agora o Brasil vai deixar de ser um país atrasado.

As revoluções sempre auxiliam o país. O povo deveria fazer uma revolta era para colocar o Rui Barbosa no Catete.

Aquelas explicações do senhor Manoel Nogueira não mais me entusiasmavam. Quando eu era menina, pensava que tudo o que ele dizia ia realizar-se. Agora já estava compreendendo que, entra governo, sai governo, o pobre continua sempre pobre. Os sonhos de melhores dias não eram para nós. Nós vivíamos como são Lourenço na grelha incandescente. (JESUS, 2014, p. 150)

Os engenheiros que construiu a estrada ganhava por metro — perguntei-lhes: se os homens do passado eram superiores aos da atualidade? Eles disseram-me: que os homens do passado eram iguaes aos da atualidade, que o Rui Barbosa foi ministro da fazenda e não fez nada que beneficiasse o país.

Do Rui Barbosa so se aproveitã, as palavras sensatas que ele dêixou, concluiu dizendo que do Rui Barbosa so se aproveita as palavras. Eu disse-lhes que estou tão discrente do mundo, por causa do custo de vida, com a elevação do salário a vida vae ficar insuportavel, concordaram. (JESUS, 2021a, p. 76)

A busca de um governo que construirá um Brasil para os brasileiros é uma das linhas condutoras da obra de Carolina Maria de Jesus. A história do país, na interpretação da intelectual, é marcada pelo descrédito do Estado, que não se demonstra “amigo do povo” ao abandonar os cidadãos ao desamparo do custo de vida, da urbanização desenfreada e da eterna mutação da escravidão. Os letramentos que formaram a intelectual contribuirão para o desenvolvimento de um senso crítico propositivo, aguçado pelas habilidades de liderança que assumia nos contextos atravessados. Nas rodas de leitura, entre os diálogos dos negros mais velhos, as lições de mundo transformam os pensamentos de Carolina de Jesus, que nutre um íntimo desejo de transformar a realidade. A dedicação da escritora em construir um sistema de ideias para a reestruturação do Brasil já é anunciado nesse trecho de suas memórias infantis:

Minha mãe disse que não ia deixar eu ir ouvir as leituras do senhor Manoel Nogueira, que eu estava ficando louca. Aconselhou-me a ir brincar com as bonecas. Fui brincar. Não senti atração. Não me emocionei. Não poderia viver tranqüila neste mundo, que

é semelhante a uma casa em desordem. Oh! se me fosse possível lutar para deixá-lo em ordem! (JESUS, 2014, p. 50)

3.3 Projeto de País

Quarenta e cinco anos após a sua morte, Carolina Maria de Jesus não pode mais ser resumida, como concluímos, à história da recepção de sua obra. Durante todo o texto, defendo o reconhecimento do projeto intelectual da pensadora mineira, que se dedicou a uma ideia de Brasil forjada a partir de suas vivências como mulher negra, trabalhadora rural e operária, migrante, chefe de família monoparental, de móvel situação econômica. Nessa investigação, a dimensão poética se apresenta como principal caminho para um maior entendimento da estrutura literária da obra caroliniana, porque sustenta não apenas a dicção lírica que permeia seu estilo, mas define as representações da sua intelectualidade, a maneira como enxergava sua missão e como performou seu ativismo intelectual. Seus textos literários ampliam o sentido autobiográfico e memorialístico do registro cotidiano, servindo de lousa para as suas lições de país. Lembremos da mencionada reportagem de Willy Aurelli: os primeiros textos apresentados pela escritora ao jornalista foram duas importantes representações de suas principais temáticas: os poemas “Colono e o Fazendeiro” e “Getúlio Vargas” colocam a poeta como representante dos pobres, uma idealista da favela, que interpreta a memória sociopolítica do país, registrando seus acontecimentos políticos pelo ponto de vista daqueles sujeitos subalternizados pelo sistema, mas que continuam astuciosamente a se infiltrarem no discurso. Nesse contexto, ganha importância a autodefinição da intelectual como poetisa, uma vez que se utiliza da declamação como prática recorrente em suas ações públicas de pensadora brasileira: na valorização da tradição oral afro-brasileira, a intelectual retoma as quadrinhas populares e a subscrição romântico-condoreira que atravessa sua dimensão poética como maneira de exposição do seu conjunto de ideias.

Em “A poesia não é um luxo”, Audre Lorde ressalta como a poesia, para as mulheres, é a “destilação reveladora da experiência” (2019, p. 46). Ou seja: a escrita poética é mais do que uma abstração vazia de palavras, mas espaço de possibilidade e de reconhecimento, uma necessidade da existência. Da criatividade, a sobrevivência torna-se possível: “primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível” (p. 47). Observando a obra de Carolina de Jesus através dessa perspectiva, podemos entender como a poesia dá forma ao sonho de possibilidades de futuro. De acordo com a professora estadunidense, o ato de nomear

a realidade pela poesia revela a fusão entre o conhecimento nascido da vivência e as atitudes significativas para a mudança. Ao se nomear como poeta, Carolina de Jesus propõe os seus sonhos de sobrevivência como resistência para a comunidade a que serve, denunciando a realidade dos trabalhadores. Ao intervir no processo político, condena o discurso da branquitude que ampara a desigualdade do país. Interpela o poder ao fazer dos funcionários públicos seus objetos de crítica, exaltação, reflexão e moralização.

É a partir da poesia que os aspectos “sociológicos”, explorados com maior profundidade em outros gêneros, revelam a hibridização da sua tarefa. Na lógica do seu discurso poético, apresentam-se incursões teóricas, narrativas realistas e projetos políticos que comprovam a atuação de Carolina de Jesus como uma poeta moderna do século XX. Nesse sentido, o conceito de “poeta-crítico” de Paul Valéry, apresentado por Evelina Hoisel em *Teoria, crítica e criação literária: O escritor e seus múltiplos* (2019), torna-se uma terminologia relevante na leitura do projeto intelectual caroliniano:

O poeta moderno é aquele que, no processo de desconstrução e reconstrução, imprime marcas de sua consciência crítica no próprio espaço literário e é capaz de fertilizar também uma consciência crítica no leitor. O poeta moderno não é apenas poeta. Ele é também teórico, crítico e historiador da literatura. A consciência crítica germina no sentido de tornar a própria linguagem espessa, depositária de outras linguagens, acolhendo o discurso do teórico, do crítico e do historiador da literatura. (HOISEL, 2019, p. 10)

Carolina de Jesus, dessa forma, é uma intelectual múltipla, conjugando as dimensões poéticas aos espaços teórico, crítico e histórico. Portanto, os poemas serão a chave de entrada para as principais temáticas da obra caroliniana: além de “Colono e o Fazendeiro” e “Getúlio Vargas”, “Noivas de Maio” e “Os Negros” são os poemas mais performados. A “voz estentória” da artista múltipla transforma em sarau poético os encontros com personalidades políticas, as entrevistas em programas de rádio e televisão, as conferências de literatura e cultura, as palestras em suas viagens. Da mesma maneira, retoma a declamação nas conversas cotidianas com inúmeras pessoas que a encontram nas ruas e interpelam a pensadora. Essas ações demonstram a consciência crítica da intelectual, ofertada ao leitor/ouvinte interessado (ou não) em sua visão de mundo. Os textos foram também publicados em jornais e revistas, e sintetizam a visão que Carolina de Jesus tem de si mesma e da sua missão de poeta/intelectual, além de representarem o bojo temático de sua obra, dispersa em cadernos ricos em gêneros múltiplos. É a estratégia de apresentação-infiltração dos pensamentos poéticos que representam o processo de construção de seu projeto intelectual.

Para além dos poemas, é preciso chamar atenção para dois textos que, atrelados aos diários, explicitam as orientações da intelectual para o progresso do Brasil e da humanidade: *Provérbios* (1965) e “Prólogo 1”, uma introdução escrita em 1967 para um segundo livro de provérbios da autora. São espaços onde as incursões teóricas revelam uma maior teorização da estrutura sociocultural brasileira. Sua epistemologia está interessada em compreender as ações humanas que promovem o desequilíbrio da vida em sociedade, motivo pelo qual se dedica a pensar a moralidade do indivíduo e as ações que podem contribuir para a transformação da realidade.

Provérbios (1965)⁵¹, publicado com recursos próprios da intelectual, é o livro que representa a centralidade da dimensão moralizante no discurso de Carolina de Jesus. De acordo com a pesquisa de Fernandez sobre os originais de *Provérbios*, Carolina Maria de Jesus registra em diversos e diferentes cadernos máximas de dimensão propositiva e moralizante, nascidos das suas escrevivências. Os aforismos, inventados ou retomados da cultura popular, conduzem o leitor por um “caráter proverbial que acompanha toda a poética de Carolina de Jesus (2019, p. 138)” e objetiva a realização de um ideal coletivo de existência.

Os provérbios “são expressões curtas, ricas em contexto filosófico e enigmático. Cervantes, ao pensá-lo como sabedoria, assinala que ‘o provérbio é uma frase curta baseada em uma experiência longa’” (OLIVEIRA, 2016, p. 30). A “experiência longa”, aqui, é a transmissão escrita de todo o conhecimento forjado pela oralidade dialética da vida. A hibridização característica do estilo caroliniano também se faz presente através de incursões teóricas que, por vezes, revelam nas frases uma explicação pedagógica de governança moral, política, prática e cotidiana. “Prólogo 1” registra a motivação do discurso moral da poeta:

Este pequeno livro de provérbios que apresento aos meus leitores que vem estimulando o meu ideal. Não é uma obra fastidiosa. É um deleite para o homem atribulado da atualidade. Espero que alguns dos meus provérbios possam levar alguns dos meus leitores à reflexão porque o provérbio é, antes de tudo, uma advertência em forma de conta-gotas, que nos é dado a compreender mutuamente para ver se conseguimos chegar ao fim da jornada com decência e elegância. (JESUS, 2018, p. 18)

Provérbios é o livro que vincula a tradição afro-brasileira dos ditos ao tom moralista do discurso cristão-espírita: o encontro entre as vivências religiosas da infância e a proximidade, na favela, das práticas religiosas de filantropia. A religiosidade é uma temática que atravessa os diários: em mais de um momento reafirma sua fé em santos que estariam intercedendo por

⁵¹ Existem fontes que registram a publicação de *Provérbios* em 1963, o que não seria possível, uma vez que a deposição de João Goulart é citada no livro. Fernandez estabelece o ano de 1965, o que é considerado neste texto.

suas doenças em meio a pobreza: “...Estou mais disposta. Ontem supliquei ao Padre Donizete para eu sarar. Graças a Deus que atualmente os santos estão protegendo. Porque não sobra dinheiro para eu ir no medico” (JESUS, 2017, p. 85). A presença constante de padres e de espíritas em ações caritativas de distribuição de mantimentos e alimentos, na ausência da ação do Estado, apresentam importantes estratégias de sobrevivência utilizadas pela escritora. Por isso, frequenta o coro da igreja e as palestras do Centro Espírita. Afirmava-se médium de intuição. Quando perguntada se era espírita, porém, Carolina de Jesus declarou ser católica. Não existe aprovação, contudo, do comportamento impositivo dos padres, que não compreendem a miséria vivida pelos favelados quando buscam a comunidade para aplicarem a doutrina religiosa. Em *Quarto de Despejo*, escreve: “Varias pessoas veio assistir a missa. Ele disse que sente prazer de estar entre nós. Mas se o padre residisse entre nós, havia de expressar de outra forma” (JESUS, 2017, p. 132). Registra sua reflexão sobre a prática religiosa:

Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salario minimo, ai eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei visse os seus filhos comendo generos deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras. (JESUS, 2017, p. 78).

Quando o carro capela vem na favela surge vários debates sobre a religião. As mulheres dizia que o padre disse-lhes que podem ter filhos e quando precisar de pão podem ir buscar na igreja. Para o senhor vigário, os filhos de pobres criam só com pão. Não vestem e não calçam. (JESUS, 2017, p. 131)

A crítica ao discurso vazio dos padres reafirma a substância moral que guia o ato de escrever de Carolina de Jesus. A posição ética da intelectual também pode ser encontrada nas páginas moralizantes e alegóricas, que apresentam inegável posição cristã e notável dicção literária espírita. O Espiritismo, religião de origem francesa, é conhecido por utilizar a literatura como meio de disseminação dos ensinamentos espirituais e morais da doutrina: além dos livros da codificação kardecista, os romances espíritas se popularizaram no Brasil com o aparecimento de Chico Xavier, autor de livros psicografados que provavelmente faziam parte das referências literárias de Carolina de Jesus. Em “Prólogo 1”, escritora cita uma máxima de André Luiz, nome da entidade que assina a psicografia, presente no livro espírita *O Espírito da Verdade* (1961): “O saudoso André Luiz escreveu: ‘Devemos tratar os familiares como tratamos as visitas’” (JESUS, 2018, p. 18).

Deus é uma referência de superioridade exemplar nos *Provérbios*: “Se Deus não fosse superior, já havia extinguido o globo” (JESUS, 1965, p. 12). Como podemos observar, a crítica tácita, a moralidade caroliniana, nunca está divorciada da reflexão sobre a realidade imediata. Utiliza-se da ideia de divino para criticar a avareza do capitalismo e a luta de classes: “O que

pertence a Deus é dos homens. O que é dos homens é vendido ex: O ar que respiramos pertence a Deus. Nós respiramos o ar gratuitamente. A terra que pisamos. A casa que o homem constrói, o automóvel, são vendidos” (JESUS, 1965, p. 13). A propriedade de bens não estava ao alcance de grande parcela da população brasileira, relegadas pelo sistema econômico ao “quarto de despejo”, principalmente os negros e os migrantes. Compreende que a realidade social não é uma predestinação sobrenatural, mas ação da ambição dos seres humanos: “Deus criou o mundo, o homem criou a desigualdade” (JESUS, 1965, p. 37). Com ironia, imagina o retorno de Jesus Cristo: “[...] onde será que Cristo vai hospedar-se? ‘Numa choupana, ou no Vaticano’” (JESUS, 1965).

A escolha pela coletânea de aforismos é interessante: apesar de muito divulgar *Cliris*, sua antologia poética, como livro que seria lançado após os diários, a escritora decide compartilhar com o público leitor aquele gênero que mais representa a mensagem global da sua tarefa como pensadora pública: nos provérbios busca estabelecer a verdade, a honestidade e o trabalho como condução da vida do homem e da mulher virtuosa. Nesse texto profundamente filosófico, o tema recorrente é a crítica do egoísmo: o dinheiro nada vale e a honestidade das ações é o verdadeiro valor. Estabelece a equidade entre os homens como o subtexto geral de todo o direcionamento moral. Na contínua autorrepresentação do seu trabalho, apresenta a figura do “sábio pobre”, que é “criticado pela turba”. Sabe que faz parte da missão do provérbio condenar os trapaceiros, os incultos e os fracos, ou seja, aqueles que são corruptos, utilizam da sabedoria para enganar os pobres, e não trabalham para o progresso da nação: “Um lêigo mau, é tolerável. Um intelectual mau, é insuportável” (JESUS, 1965, p. 23).

É um livro onde se assume mais explicitamente como intelectual: todo ensinamento vem de uma missão e de um senso pedagógico, educativo. “Os intelectuais precisam ser íntegros nos seus atos porque a opinião pública cutila. [...] Os intelectuais precisam ser íntegros para dar bons exemplos” (JESUS, 1965, p.33-34). A pensadora sabe que não é legitimada pelas instituições hegemônicas do saber, e diferencia, mais uma vez, o letramento formal do verdadeiro conhecimento, noção apresentada pela dimensão moral da sua lógica discursiva: “Existem pessoas rudes no falar e correta nas ações” (JESUS, 1965, p. 58).

As experiências e as decepções também nos ilustram. Existem pessoas com vários diplomas. Mas as ações não comprovam. Existem pessoas que estudam. Em vez de receber um diploma deveriam receber uma ferradura. O intelectual e o medíocre não formam dupla. (JESUS, 1965, p. 14)

Ilustrada pelas suas experiências de vida, Carolina Maria de Jesus entende que “a riqueza intelectual é a maior riqueza do homem” (JESUS, 1965, p. 40). Nesse sentido, a sua

maior riqueza é o seu projeto de país, também apresentado em “Prólogo 1” (2018). Considero o “Prólogo 1” uma das suas mais interessantes incursões ensaísticas, porque reúne as importantes temáticas do pensamento caroliniano: a contemplação da importância da literatura e a valorização da missão do artista, que escreve em prol dos “artistas atuais e os vindouros” (JESUS, 2018, p. 13). Dessa forma, a ideologia trabalhista que orientava suas percepções é estruturada pela força moral compartilhada por uma dicção proverbial reveladora do projeto de transformação na administração nacional:

[...] Estamos numa época confusa, em que o homem, se não tiver muito dinheiro, não tem valor para o homem.
É por isso que o valor moral está desaparecendo. E o homem sem moral está destituído. É necessária uma reforma na administração do país com o objetivo de minorar as dificuldades que o homem encontra na sua jornada. (JESUS, 2018, p. 14)

Ademais, apresenta o caminho para um “Brasil para os brasileiros”: a educação e a agricultura. Como nos aprofundaremos na seção dedicada ao poema “Getúlio Vargas”, não se furta a criticar, no texto escrito em plena ditadura militar, os políticos e os ditadores, determinando as qualidades necessárias para um governo justo. Demonstrando sintonia com os fatos internacionais, critica o imperialismo estadunidense, a egoísta corrida espacial e a segregação racista.

Carolina de Jesus viveu a violência de gênero característica da vida de mulheres negras no Brasil. A sua visão de gênero está relacionada à ausência de referenciais femininos de autoridade e sabedoria na história oficial do Brasil ao alcance do processo de formação de seu Paideuma. “Se eu fora homem” é uma frase que muito se repete na sua obra, e que merece, em outra oportunidade, um estudo mais aprofundado, que revelará dimensões importantes para a leitura da autora. No característico jogo de fluxo e contrafluxo, Carolina de Jesus utiliza da expressão para criticar a desigualdade entre os gêneros e o privilégio masculino:

E eu pedi que fizesse eu virar homem. Queria plantar lavouras. Queria ser um homem forte e comprar um Ford. Queria ser igual ao José do Patrocínio, que ajudou a libertar os negros e ainda comprou um Ford. Eu havia visto o Ford no jornal Que vontade de andar naquilo! (JESUS, 2017, p. 91)

Quero ter a força que tem o homem. O homem pode cortar uma árvore com um machado. Quero ter a coragem que tem o homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar. (JESUS, 2017, p. 15)

A autora, que recebeu 8 votos na escolha do Homem do Ano de 1960 (JESUS, 2021b, p. 65), gostaria de assumir o lugar de poder e legitimação da subjetividade destinado aos

homens. Sua presença nesta lista, por exemplo, demonstra o machismo do pensamento brasileiro, que apaga historicamente a contribuição das mulheres. Ainda que o poema “Noivas de Maio” recorde como Carolina de Jesus reafirmou publicamente o discurso burguês e machista da mulher ideal para o casamento, a prática íntima da sua vida reafirmou a valorização da independência feminina. O casamento pareceu ser seu desejo e a sua repulsa. Não se casou, afirmava, por amor à literatura, e sempre registra a recusa a ser teleguiada ou cerceada em sua liberdade. No poema, uma advertência social para a reflexão feminina antes de casar-se, parece se utilizar da estratégia de infiltração no discurso oficial, reafirmando uma opinião geral que provocaria maior receptividade à literatura feminina de uma negra pobre. Não é à toa que escolhe repetidas vezes recitar o poema em programas de televisão. É uma hipótese plausível, que merece um maior estudo.

Podemos perceber que a leitura do “Prólogo 1” revela um texto com ideias muito mais amadurecidas do que em “Noivas de Maio”, cuja produção provavelmente aconteceu no início da década de 1950. Em suas teorizações, luta pela equidade, assumindo, à sua maneira, a dimensão de intelectual escreviente, e, portanto, feminista, ao argumentar revolucionariamente a qualidade de um governo feito por mulheres, cuja ideal plataforma de políticas é escriturada pela intelectual em seus poemas e provérbios:

Se as mulheres governassem não fariam um governo abstrato. O nosso governo seria concreto porque o mundo governado pelos homens está decepcionando. Deus designou o homem para ser o líder supremo do mundo, mas é um líder que deixa muito a desejar porque existem certos homens que, quando enriquecem, apoiam sua força no dinheiro. (JESUS, 2018, p. 18)

3.4 O colono e o fazendeiro

Tendo vivenciado a realidade de colona nas fazendas do interior de Minas Gerais e a fome nas ruas de São Paulo, a escritora ergueu a voz do lugar de discriminação imposto pela violência de raça, gênero e classe social. É atentando a este lugar de enunciação que analisamos como Carolina Maria de Jesus, enquanto intelectual escreviente, denuncia, através do seu poema *O colono e o fazendeiro*, publicado em 1940, a condição de subalternização experimentada pelos colonos negros residentes nas fazendas brasileiras na primeira metade do século XX. Além disso, se apropria desse discurso engajado para traçar relações interseccionais entre as situações vividas pelos trabalhadores brasileiros.

Em *Intelectuais negras*, bell hooks afirma a impossibilidade de “pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano”, caracterizando a prática do saber de mulheres negras, como Carolina de Jesus, que se engajaram em lutas pela “libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que

passaram de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes.” (hooks, 1995, p. 466). O compromisso da intelectual com a descolonização das mentes está expresso na persistência da declamação do poema em ocasiões de importante atividade política, como nos encontros com Leonel Brizola, em Porto Alegre, e Miguel Arraes, em Recife. A denúncia da realidade dos trabalhadores rurais configura a síntese da sua proposta prática para o Brasil, país injusto e ainda em desenvolvimento: defesa da escolarização, distribuição de terra e trabalho pleno e com salários e direitos ao povo. São princípios que tornam necessário pensar as ideias de Carolina de Jesus como historicamente próximas dos ideais defendidos por diversos movimentos, aqui representados pelas Ligas Camponesas, e depois, pelo MST, o que reforça a ideia de “intérprete do Brasil”. A construção de um projeto de nação é a preocupação da pensadora: a agricultura é o caminho para o fim da fome e da miséria nas cidades, símbolos da violência e das desorganizações de um sistema que se coloca contra o povo. A fome é sinal de um “país flagelado” (JESUS, 1965, p. 37) e sem futuro. O abandono da agricultura pela industrialização representada pelas cidades gerou o enfraquecimento da pátria.

O colono e o fazendeiro

Diz o brasileiro
Que acabou a escravidão
Mas o colono sua o ano inteiro
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente
É preciso trabalhar
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada
Toca o fiscal a corneta
Despertando o camarada
Para ir à colheita.

Chega à roça, ao sol nascer,
Cada um na sua linha
Suando e para comer
Só feijão com farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação
Carne não pode comprar
Para não dever ao patrão.

Fazendeiro ao fim do mês
Dá um vale de cem mil-réis
Artigo que custa seis
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro

E trabalha todo dia
 O pobre não tem seguro
 E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade
 A vida inteira no mato
 E não tem sociedade
 Onde está o seu sindicato?

Ele passa o ano inteiro
 Trabalhando, que grandeza!
 Enriquece o fazendeiro
 E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
 Não fique na minha fazenda,
 Colono tem que mudar
 Pois não há quem o defenda.

Trabalha o ano inteiro
 E no Natal não tem abono
 Percebi que o fazendeiro
 Não dá valor ao colono.

O colono quer estudar
 Admira a sapiência do patrão
 Mas é um escravo, tem que estacionar
 Não pode dar margem à vocação.

A vida do colono brasileiro
 É pungente e deplorável
 Trabalha de janeiro a janeiro
 E vive sempre miserável.

O colono é obrigado a produzir
 E trabalha diariamente
 Quando o coitado sucumbir
 É sepultado como indigente.

(JESUS, 2019, p. 50)

O poema acima tem enorme importância no projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus. É a expressão das experiências que sustentam a estrutura do pensamento caroliniano: todas as situações narradas foram vividas pela intelectual, sua família e comunidade. Através dele, a escritora apresenta sua visão de país, registrando a memória dos trabalhadores rurais brasileiros, oprimidos em uma luta de classes que ainda continua a fazer vítimas na contemporaneidade. O poema reflete sobre a desigualdade racial, as injustas condições de trabalho, a exploração dos trabalhadores do campo, a dicotomia entre pobres/ricos, reafirmando o compromisso enunciado por Lélia Gonzalez em *Por um feminismo afro-latino-americano*: “refletir sobre a situação do segmento negro como parte constitutiva da sociedade brasileira (ocupando todos os espaços possíveis para que isso ocorra)” (GONZALEZ, 2020, p. 139). “Nunca pode melhorar/Esta negra situação”, escreve a poetisa, explicando aos leitores-ouvintes

que a desigualdade brasileira tem preferência de alvo: após a abolição da escravatura, os negros não foram compensados ou integrados ao projeto de nação pela educação ou trabalho bem remunerado. Dessa maneira, a “poeta-crítica”, nas quadrinhas do poema, elenca a permanência em mutação do escravismo: sem leis trabalhistas, os colonos não alcançam a cidadania plena. São explorados fisicamente, como aponta o poema, e sem retorno pecuniário garantido pelo Estado.

Para uma maior contextualização do projeto de país depreendido do poema, é necessário ressaltar que existe uma relevante vinculação entre os trabalhadores do campo, expulsos da lavoura sem garantias legais ou sistema de previdência, impedidos de acessar a educação, e os favelados, personagens primeiros dos textos da autora: parecem ser estágios diferentes do mesmo processo de exploração do sistema brasileiro. Em *Casa de Alvenaria: Santana* (2021), a escritora narra um breve encontro com duas ruralistas de São Paulo, uma delas professora de Economia. Carolina de Jesus logo reflete, com incredulidade, qual seria a economia possível para os colonos que ganham tão pouco.

Recitei “O colono e o fazendeiro” para as professoras ouvir e disse-lhe que nós os favelados somos os colonos que cansamos de ser explorados e deixamos as terras e os seus donos. Percebi que o fazendeiro indiretamente contribuiu, para implanta as favelas nas grandes cidades. (JESUS, 2021b, p. 539)

Ainda exemplificando essa ligação entre colonos e os favelados, pobres urbanos, é válido lembrar que, em dezembro de 1960, Carolina de Jesus participou do “II Congresso Estadual de Vereadores na Câmara Municipal”, em Porto Alegre. Depois de conversa com Leonel Brizola, visitou duas favelas da cidade a seu pedido, dialogando com a comunidade e registrando as experiências observadas e ouvidas. Em participação no Congresso, a escritora foi perguntada, diante de grande plateia, sobre a origem das favelas nas cidades grandes. Respondeu:

— Nós, os favelados somos os homens do campo. Devido o fazendeiro nos explorar inlimitadamente deixamos as fazendas e fomos para a cidade. E nas grandes cidades os que vivem melhor são os cultos. Nós os incultos encontramos dificuldades de vida. Mesmo trabalhando na cidade como assalariado, encontramos dificuldades para viver porque o salário não cobre as despêsas. Não ha possibilidade de pagar uma residência decente. Temos que habitar as terras do Estado. Cheguei a escrever uns versos e publica-los em varios jornaes. Minhas observações com “O colono e o fazendeiro” (JESUS, 2021a, p. 210)

A defesa da ocupação produtiva das terras é a síntese do seu pensamento sobre a temática, e se repete constantemente, mais ou menos da mesma forma, em seus diários, provérbios e poemas. O discurso resgata as próprias experiências: em *Diário de Bitita*, a escritora narra o período em que, acompanhando a mãe e o padrasto, viveu como colona na

fazenda de Olímpio Rodrigues de Araújo, nos arredores de Uberaba (MG). São momentos de importante letramento político e cultural. Apesar do sofrimento inicial por ter que abandonar a escola com apenas dois anos de grupo, é nessa época que amplia sua dedicação à leitura, aprendendo também a valorizar os frutos da terra e do trabalho, transformando sua percepção de mundo ao perceber as recompensas do manejo com a terra.

O fazendeiro nos deu três alqueires de terra para plantarmos. Plantamos arroz, feijão, milho, cana e vassouras. Ainda sobrou terra. Como é bom ter terras para plantar! Eu já estava compreendendo o valor da terra que sabe recompensar o esforço do homem. E o ventre da terra é fecundo. A terra é feminina, é a mãe da humanidade. Eu estava habituando-me naquele mundo verde.

Quando surgiu a colheita, fiquei admirada da prodigalidade da terra. Uma amiga que todos os meses nos oferece algo para colher. Plantamos dois sacos de arroz, colhemos trinta. Dois sacos de milho. Colhemos três carros. O meu padraço fez um paiol. Que fartura. As galinhas duplicavam, só carijó.

Se a terra não agisse assim, não incentivaria o homem ao trabalho rudimentar. Fui adquirindo o hábito de plantar, ficando semi-ambiciosa. Era a primeira a deixar o leito para ir para a lavoura. (JESUS, 2014, p. 125)

A representação da terra como símbolo da força e do sagrado feminino é importante para dimensionarmos a valorização à lavoura que atravessa todos os escritos de Carolina Maria de Jesus, afinal a maternidade ocupa importante espaço de autoridade e sabedoria em seu pensamento. Em comparação com as dificuldades e misérias vividas na cidade, espaço de violência e interdições, a terra brasileira (colacionada à “terra prometida”) se apresenta como oportunidade de fartura e saciedade. A contemplação da natureza, um constante ponto de retorno da linguagem literária caroliniana, estabelece o campo como espaço de segurança, felicidade e fartura. A idealização do trabalho rural, entretanto, logo é abalada por opressões impostas pelo sistema capitalista, aqui comandadas pelos fazendeiros. Nas narrações da escritora, o campo é o espaço das práticas escravagistas: sem salário ou leis trabalhistas que garantissem os direitos dos colonos, os latifundiários encerravam o contrato quando queriam, expulsando os trabalhadores sem qualquer compensação. A escritora sintetiza a lógica da questão agrária no Brasil: “Nestas fazendas só o fazendeiro é quem tem o direito de ganhar dinheiro.” (JESUS, 2014, p. 130). A mesma experiência se repetiu em outras fazendas que a família viveu.

Foi por sofrer muito nas fazendas que escrevi uma poesia: “O colono e o fazendeiro.” O pobre, não tendo condição de viver dentro da cidade, só poderia viver no campo para ser espoliado. E por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros. Se eles consentissem que plantássemos feijão e arroz no meio do cafezal, até eu voltaria para o campo. A terra onde está plantado o café e fértil, é adubada. O feijão dá graúdo, e o arroz também.

Eu não gosto dos fazendeiros da atualidade. Gostava dos fazendeiros da década de 10 até 1930. Que incentivavam o pobre a plantar. Não expulsavam o colono de suas terras.

Atualmente eles fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai-se aproximando a época da colheita, o fazendeiro expulsa o colono e fica com as plantações e não paga nada para o colono.

O fazendeiro tem uma atenuante:

— As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei.

E um ladrão legalizado. E o colono vem para a cidade. Aqui ele transforma-se. O homem simples não sabe mais amainar a terra. Sabe trabalhar na indústria que já está enfraquecendo. E as fazendas também.

Atualmente, há uma minoria para trabalhar na lavoura e uma maioria para consumir. Mas o povo miúdo lutou muito para ver se conseguia viver na lavoura. São incriçáveis. O país que tem mais terras no globo é o Brasil; portanto, o nosso povo já deveria estar ajustado. (JESUS, 2014, p. 133-134)

O Brasil da década de 1920 ainda era agrícola, segundo Schwarcz e Starling (2015). Na época, Minas Gerais era um estado de economia decadente, dividido pela consolidação do poder rural de oligarquias regionais, que não garantiam nenhum suporte aos trabalhadores desassistidos. Em sua análise, Carolina de Jesus chama ainda atenção para a atuação do Estado brasileiro que constrói um sistema legal garantidor dos privilégios dos latifundiários, contrário aos interesses dos subalternizados pelo discurso oficial. Na visão da intelectual, a exploração de classe é a causa da migração dos trabalhadores rurais para a cidade, onde seriam subaproveitados pela nascente indústria, ou percorreriam em mendicância as ruas até acabarem no “quarto de despejo”. De fato, é a partir da década de 1930 que a industrialização brasileira se intensifica, impulsionando o êxodo da qual a própria escritora fez parte. Carolina de Jesus está correta no diagnóstico do cenário, como podemos perceber ao analisarmos o contexto do período:

[...] O êxodo rural intenso originado pela industrialização na década de 1930 causou a marginalização dos trabalhadores rurais, que foram para a cidade em busca de melhores condições de vida, entretanto, se depararam com desemprego, com o subemprego, com a mais valia, com as periferias marginalizadas dos grandes centros urbanos. Os trabalhadores rurais foram explorados e colocados à margem desde a colonização brasileira (CABRAL e ROCHA, 2016, p. 79)

A dimensão crítica da mensagem de Carolina de Jesus fica demonstrada também nas declarações registradas em *Casa de Alvenaria*. Em janeiro de 1961, a escritora tomou parte no protesto dos Bombeiros e das Forças Públicas, reclamantes de aumento de salário e de posicionamento contrário ao Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo, programa de reforma administrativa do governador Carvalho Pinto. Condoendo-se dos trabalhadores, a escritora – na passeata – ouve os discursos. Refletindo sobre as declarações, Carolina de Jesus reconhece a responsabilidade da elite, representada pelo “fazendeiro” do poema, sustentador do Estado, no surgimento das favelas e de outras desorganizações urbanas. Em outra ocasião, aprofunda a reflexão ao destacar a importância dos negros no processo de constituição nacional.

O Audalio disse-me para eu voltar pra casa. Eu queria ouvir os discursos, mas dessisti, com recêio de ser convidada a falar. Teria que dizer banalidades e não dizer ao povo a realidade. Eu já disse que o causadôr da desordem no Brasil é o fazendeiro. Na fazenda planta o que da lucro pra ele. Ele não interessa pelo bem estar do colono. O colono é oprimido e o fazendeiro pensa que é mais inteligente do que o colono. (JESUS, 2021b, p. 115)

De uma coisa eu estou certa. Se os fazendeiros do Brasil são ricos é porque os seus antepassados espolvavam os escravos e findo a escravidão em 1888 os fazendeiros admitiam os colonos estrangeiros e assim, iniciou-se a imigração para o Brasil. O que os fazendeiros, queriam é que alguém trabalhasse para eles e o piôr em tudo isto, é que eles não selecionava os tipos que entravam no país. (JESUS, 2021b, p. 487)

O último trecho retoma o entendimento do Brasil como uma nação construída pelas pessoas negras. A valorização da cultura afrodiáspórica como elemento formador da identidade nacional, suas riquezas materiais e culturais, é uma tradição de pensamento assumido por intelectuais negros no início do século XX, como Manuel Querino. Guimarães (2004, p. 273) afirma que a reivindicação do país como resultante da exploração do trabalho dos negros é uma das formas de autorrepresentação do intelectual negro. O que Carolina de Jesus afirma, através do trabalho na lavoura, principal produto econômico do país, Querino amplia para outras áreas:

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira. (QUERINO, 1980, p. 156 apud GUIMARÃES, 2004, p. 274)

Diante de todas essas referências, compreende-se que o poema “O colono e o fazendeiro” é o caminho de entrada para o projeto de país de Carolina Maria de Jesus. Como intérprete do Brasil, a intelectual recorda constantemente das agruras sofridas pelos trabalhadores rurais, símbolo e metáfora para as classes defendidas pela intelectual orgânica (estudantes, operários, favelados), apresentando uma lição de economia e política: na sua perspectiva, existe óbvia relação entre a fartura de terras inférteis, os alimentos produzidos no campo e os abusivos preços praticados na cidade. A preocupação com o custo de vida é, em muitos momentos, a reflexão que provoca a proposta de retorno às lavouras. A intelectual não consegue compreender como pode existir fome em um país com tanta terra disponível para a agricultura. Portanto, cultiva uma idealização que poderia recordar um projeto ufanista, já que o Brasil adquire forma de uma alegoria literária quando a escritora estrutura seu esquema de futuro:

Eu disse na radio que pretendo comprar terras para fomar lavouras. O locutôr aconsêlhou-me comprar terras no Paraná.
Interessante. — O grande erro do país. Não sei se este erro que vou citar estende-se ao mundo porque, eu conheço só o Brasil. O meu país de origem.

Tem tantas terras... E as terras, pertence a um fulano que não cultiva e nem deixa os pobres cultiva-la. Ao meu ver, as terras não pertencem a ninguém. Ninguém é dono da terra. A terra é que é dona do homem, porque ela absorve-o na suas entranhas, quando o homem fenece. Isto é egoísmo do homem. Quando o homem liberar as terras por sua espontanea vontade, ai sim, o mundo será o jardim do Edem que as santas escrituras cita o homem tem que liberar a terra sem a interferência do homem. (JESUS, 2021b, p. 268)

Não podemos deixar de notar a infeliz atualidade das críticas da intelectual. Hoje, o Brasil é um dos maiores produtores de grãos do mundo. Ademais, detém o maior rebanho bovino. Enquanto isso, 33 milhões de pessoas passam fome e pessoas continuam a disputar ossos descartados pelos supermercados. São contradições que preocupavam a intelectual há pelo menos oitenta anos, o que demonstra que alguns projetos defendidos por Carolina Maria de Jesus ainda não alcançaram a plena realização. Afinal de contas, seu projeto de país não é apenas retórica, já que as ideias propostas por ela foram realizadas em sua própria vida. Passou as últimas décadas de vida em Parelheiros, vivendo da sua pequena lavoura e da criação de galinhas e porcos (FARIAS, 2017, p. 337).

Em “Prólogo 1”, incentivando a “civilização” do Brasil a partir da reforma agrária, Carolina de Jesus afirma sua visão feminista e revolucionária: “Se o mundo fosse dirigido pelas mulheres será que eles nos proporcionaria mais felicidade? Eu queria ser ministra da agricultura para incentivar o povo a plantar” (JESUS, 2018, p. 17). A intelectual registra explicitamente as orientações do seu projeto, destacando a importância da solidariedade na construção de uma concepção coletiva de país. No texto, a escritora contextualiza as causas das desigualdades e exclusões sociais, situação que estabelece uma realidade comprovada por estudos e indicadores contemporâneos: “Pobreza tem cor no Brasil. E existem dois Brasis” (CARNEIRO, 2011, p. 57). A consequência da desigualdade, compreende Carolina de Jesus, é a violência, que já na década de 1960 alcançava a dimensão de barbárie genocida contra o povo pobre.

[...] Nesta época em que existem grandes desequilíbrios, há inúmeros casos que devem ser examinados pelos poderes públicos.

É necessário que as classes dividam-se: uma fração na cidade e outra no campo. Todos colocados em um trabalho com decência, ganhando um salário que lhe dê independência econômica para ir extinguindo a cleptomania do nosso povo, para que possamos confiar uns nos outros e o bem-estar comum predominar, porque os atos de um povo ficam fundidos no país.

A outra fração deve ficar no campo e produzir, porque o povo do Brasil não tem o hábito de plantar. Não sabem utilizar nem as terras do quintal. A única coisa que os nossos homens do campo aprendem desde a infância é ingerir grandes quantidades de cachaças. Quando são adultos, são os catedráticos dos alcoólatras. Passam a vida trabalhando unicamente para gastar no álcool. E eles são tão inscientes que não observam o mal que o álcool lhes acarreta, minando-lhe a saúde. Criam os filhos semi-primitivamente e não os ensinam nem a cuidar do asseio pessoal. (JESUS, 2018, p. 15)

O tom de orientação política inclui, ao mesmo tempo, uma dissertação sobre a figura do ébrio, personagem presente em seus diários, poemas e músicas. O trabalhador rural, aqui, é mais uma vez vinculado a um grupo subalternizado: os alcoólatras são forçados pela ausência de oportunidades. Retomando “O colono e o fazendeiro”, o colono não tem sindicato que o proteja, nem direito que garanta o sustento. A educação e saúde devem ser providas pelo governo no meio rural do Brasil, beneficiando aqueles que escolhem o trabalho de suprir o país. A solução para a exploração que atravessa a saúde mental da população rural, pobre e negra, podemos apreender da teorização de Carolina de Jesus, é a reforma agrária, a volta do povo ao campo: “O Brasil vae ser um pais bom quando as terras fôr livres. A reforma agraria era a esperança de povo. Ficou o progeto. Mas o povo precisa é da realidade” (JESUS, 2021b, p. 387).

No início da década de 1960, a renúncia de Jânio Quadros e a presidência de João Goulart caracterizam um país em profunda turbulência política, marcado pela inflação alta, salários desvalorizados e custo de vida em progressão. As reformas de base, propostas por Jango e pela coalizão de esquerdas, seriam iniciadas pela questão agrária, um dos mais tensionados problemas da vida nacional. A proposta avançava sobre o latifúndio, base de sustentação do poder econômico da República. Exatamente por conta do crescente embate de forças ideológicas, a emenda constitucional foi derrotada, pouco antes do golpe militar de 1964 (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A escritora já havia expressado sua incredulidade diante da possibilidade de transformação social representada pela agenda de reformas:

Fico pensando: quando será que o homem vae cooperar com o homem? Quando falaram na refôrma agraria, o povo reanimou- se. — Menos eu, porque todos progetos que é para benéficiar o povo, ficam engavetados. Transforma-se em fantasia. Eu gosto do Brasil porque sou brasileira, tenho dó de ver o meu pais nesta confusão. (JESUS, 2021b, p. 113)

Carolina era grande entusiasta da proposta de Goulart. O catálogo da exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros* (2023) documenta uma reportagem profundamente relevante para a exata dimensão de como atuou Carolina Maria de Jesus como intelectual, vinculando publicamente a situação dos trabalhadores do campo e dos pobres da cidade à manutenção do escravismo brasileiro. Intitulado “Carolina diz que reformas vem aí como nova abolição”, o texto do jornal *Última Hora* (SP), sem data, documenta uma carta-manifesto da escritora em favor das reformas propostas pelo presidente João Goulart, a quem ela nomeia de reformador, em conjunto com o Papa João XXIII e o presidente norte-americano

John Kennedy. Leiamos os trechos da carta apresentados na reportagem, uma síntese da mensagem trabalhada nesta seção:

As reformas de Jango são uma nova abolição. [...] Falam muito em democracia, mas muita democracia e barriga vazia não adianta. O povo está sofrendo e as reformas são necessárias. A vida no campo é muito dura, todo mundo se muda para a cidade e o que se vê é um custo de vida que ninguém pode suportar. Por isso, o povo compreende Jango, sabe que ele quer o bem da maioria. [...] Moro num bairro pobre, Parelheiros. Nas vizinhanças, nos ônibus daquela região, operária, como em toda periferia só se fala em Jango. Todo mundo apoia Jango, sabe que ele quer favorecer a pobreza. [...] Meus parabéns e o meu apoio ao presidente João Goulart pelo seu gesto nobre e humano em proclamar outra abolição que são as reformas de base, para melhorar as nossas condições de vida, com mais conforto e com possibilidades de educar nossos filhos, com menos sacrifício. O pronunciamento do nosso presidente chegou na época oportuna, quando o povo já não suporta o custo de vida tão elevado, quando a classe humilde está se alimentando em dias alternados. É pungente ouvir as mães dos subúrbios e das favelas se lamentar, a contar que seus filhos passaram o dia sem comer! Esses lamentos não penetram nos corações revestidos de ambição. [...] O presidente [...] agiu como médico. Examinou profundamente o Brasil e deu a receita, as reformas de base. E enviou a receita ao Senado, que é a farmácia. Os farmacêuticos que são os senadores disseram – não! [...] Jango atende os inquilinos sacrificados, que têm de tratar os senhorios como semi-deuses, pagando alugueis exorbitantes por taperas. Os decretos do presidente serviram como guilhotina para cortar a ambição desmedida dos privilegiados. [...] os operários, os que sofrem e passam privações estão com Jango. (MENEZES e BARRETO, 2023, p. 86)

O tom corajoso, como reconhece a reportagem, merece toda uma seção em um jornal de grande circulação de São Paulo. Assumindo a voz de uma coletividade, Carolina de Jesus destaca as mães pobres e todos aqueles que passam privações, os endividados da classe média, os operários. A intérprete do país reclama uma “nova abolição”, termo que poderia ser utilizado para sintetizar todas as demandas registradas em sua pena de poeta: a definitiva reparação aos excluídos e explorados pela “ambição desmedida dos privilegiados”.

Em *Provérbios*, é possível perceber que apesar do golpe militar de 1964, Carolina de Jesus não censurou nos originais do seu livro as expressões que demonstravam sua confiança nas propostas progressistas, como a reforma agrária: “A maioria não aprecia a agricultura. Não quer o retorno ao campo. Dá a impressão, que eles enterraram o seu umbigo na cidade. Com a desorganização do país, recorrem ao governo, que quer as reformas de base e a volta da agricultura” (JESUS, 1965, p. 29).

Em 3 de fevereiro de 1964, o jornal *Última Hora* (RJ) levou mais uma vez Carolina de Jesus às manchetes. Como sabido, depois da publicação de *Casa de Alvenaria* os jornais privilegiavam notícias sobre o rápido enriquecimento e empobrecimento da escritora. Pouco antes do golpe militar, e após o fracasso da emenda constitucional de João Goulart, a intelectual vira notícia por se mudar para Parelheiros: “Escritora favelada faz a própria reforma agrária”, assinala a matéria. Na oportunidade, reafirmou seu projeto de país: “a cada reforma feita na

cidade, o pobre tem de mudar-se, ou para a favela ou para o interior. A cidade de cimento armado [...] torna-se cada vez mais desumana. A salvação é o campo” (ESCRITORA-FAVELADA..., 1964, 2º Caderno, p. 7).

É importante que Carolina Maria de Jesus seja reconhecida pela defesa que fez do seu projeto de país. Em situações públicas, defendeu os ideais que sempre registrou em suas obras. A formatação de um caminho para a nação engendrou, inclusive, o desejo de participar das transformações que tanto julgava necessárias para o desenvolvimento do Brasil. Contemplando a natureza, Carolina de Jesus nunca deixará de registrar sua defesa da terra e do trabalho, sintonizando a dimensão estética à práxis política. Em *Casa de Alvenaria: Osasco*, registrou um pensamento que nos guiará na próxima seção:

Eu olhava as flores vermelhas, a minha cor predileta, e a minha vista percorria aquelas terras. Que imensidades de terras ha no meu Brasil! Não é necessario existir favela nêste pais, nem o custo de vida tão êlevado. Se eu fosse homem eu queria ser presidente para dar fim na misseria. (JESUS, 2021a, p. 72)

3.5 “Getúlio Vargas” ou Os Políticos

Carolina Maria de Jesus queria ser presidente para dar fim às desigualdades do Brasil. Penso ser esse um dos aspectos principais de sua obra, dimensão que deve ser aprofundada de maneira exaustiva em mais pesquisas: o envolvimento da autora com a política ocupa uma centralidade que deve ser percebida em sua amplitude de intérprete do Brasil. A autora teve contato direto com importantes nomes da política nacional, dedicou muitas páginas dos diários a refletir sobre a organização do país, compartilhando a aflição de não poder resolver todos os problemas que constatava nas suas andanças de observação. Estava convencida que escrevia para retratar aos poderes públicos a real situação do Brasil, ensejando transformações, como já observamos na seção anterior, tais como a defesa da reforma agrária, o controle do custo de vida, a extinção das favelas, da miséria e da pobreza, valorização da educação e, portanto, o fim do analfabetismo. Sintonizada com os acontecimentos cotidianos do governo, também se dedicava a compreender o cenário internacional, discutindo a segregação racial nos EUA, a constante tensão e ameaça de guerra no cenário geopolítico e o imperialismo em nações africanas.

Antes da relação editorial com Audálio Dantas, Carolina de Jesus já havia escrito para jornais, como *O Defensor*. Durante o ano de 1950, publicou um poema em defesa da candidatura de Getúlio Vargas, então em sua tentativa democrática e bem-sucedida de chegar à

presidência. Segundo a pesquisa de Valério (2020, p. 273), o poema foi modificado após a eleição do ex-ditador para inclusão em *Clíris*, a antologia pessoal de Carolina de Jesus.

GETÚLIO VARGAS

Foi o orgulho da nossa gente.
 É opinião brasileira
 Que tivemos um presidente
 Que honrou a nossa bandeira.
 Getúlio, heroico e potente,
 Grande alma nacional,
 Deveria ser o presidente
 Desde o tempo de Cabral.
 Éramos um povo inibido,
 Apática e sem ação
 Mas Getúlio, o destemido...
 Nos deu um empurrão.
 Retirou do operário a tibieza
 Deu-lhe apoio e proteção
 Convidou-lhe com delicadeza
 A colaborar com o progresso da nação

(JESUS, 1996, p. 135)

Carolina Maria de Jesus firma em diversos momentos da sua obra, como um ponto de memória do povo brasileiro, a figura de Getúlio Vargas, principalmente por conta da ideologia de valorização simbólica do trabalhador. No poema, o presidente é exaltado pela dedicação que impulsiona o progresso e desenvolvimento do país, defendendo o operário pelo “apoio e proteção” das leis trabalhistas. O poema finaliza destacando o cerne do pensamento caroliniano sobre a construção do país: é preciso convidar o operário, o trabalhador, para colaborar com o projeto de nação. É, não se pode negar, uma peça de propaganda política nos moldes cultivados pelo contexto cultural do Estado Novo. Valério (2020) recorda que, entre 1930 e 1940, a canção popular, o samba exaltação, as marchinhas e o radioteatro faziam parte do cotidiano dos brasileiros, construindo um imaginário popular que dava sustentação ao governo personalista. Além disso, como registra Schwarcz (2015, p. 382), o Estado interferiu nas relações trabalhistas, favorecendo os operários: implementou a estrutura da legislação trabalhista, sindical e previdenciária, garantindo a simpatia da população como o “pai dos pobres”, paternalismo assumido por Carolina de Jesus em diversos momentos para se referir aos chefes de governo do Brasil. Em 1º de maio de 1961, recordou:

Que primeiro de maio sem graça. Não houve festejos comemorativos os desfile dos trabalhadores. Quem gostava do primeiro de maio era o saudoso Getulio Vargas. A sua voz através do radio cortava o Brasil, de Norte a sul.

— Trabalhadores do Brasil. Temos que escrever estes fatos, para lembrar as gerações vindouras que o primeiro de maio, já foi um dia consagrado. (JESUS, 2021b, p. 413)

Getúlio Vargas é recordado nos seus diários, memórias e poemas, demonstrando a primazia detida pela figura do presidente na galeria de políticos que viraram personagens na sua interpretação do país. É uma figura lembrada com saudade em *Casa de Alvenaria*: “Fico pensando se o saudoso Getulio Vargas, estivesse vivo será que o Brasil, estava assim confuso” (JESUS, 2021b, p. 472). Segundo José Carlos Bom Meihy, Carolina de Jesus subscreve a ideologia do trabalhismo varguista, valorizando o indivíduo que cumpria seus deveres diante da sociedade: “Percebia duas instâncias como responsáveis pela melhoria de vida dos pobres: em nível pessoal, o trabalho; e coletivamente o governo como promotor do progresso” (MEIHY, 1996, p. 293). Em contradição, apesar disso, o seu nacionalismo não é triunfante, mas trágico e crítico: repete que o Brasil já foi gigante, hoje é anêmico. As leis, a democracia e os políticos estão enfraquecendo, causando e permitindo a miséria do povo pobre. Em diálogo com assalariados, a intelectual questiona a vigência e o respeito às leis trabalhistas, ainda que não tenha dados concretos das transformações provocadas pela legislação, demonstrando sua posição marginal do sistema econômico brasileiro:

O nortista falava de sua luta para conseguir hospital. E ele paga o IAPI. Fiquei pensando nas leis trabalhistas que o saudoso Getulio Vargas criou. Não sei se esta lei beneficiou o país, porque eu nunca fui operária. O que horrorizou-me é o nortista pagar o IAPI, e foi operado no Hospital das Clinicas como indigente. (JESUS, 2021b, p. 657)

Era uma intelectual, em suma, ativamente envolvida com a política, desde os tempos da favela do Canindé, quando assumiu a postura de intelectual orgânica, mediando o diálogo entre a comunidade e o poder constituído. Desenvolveu relação pessoal com algumas das personalidades, e as constantes citações de presidentes, governadores, prefeitos, deputados e vereadores nos recorda que Carolina de Jesus faz dos políticos personagens de trama – apresentada em interpelação trágica – da qual é observadora, participante, cronista e símbolo. É uma comunicadora, e suas escrevivências nascem da realidade circundante. Um dos principais aspectos do seu projeto intelectual – que é, lembre-se sempre, um projeto de país – se baseia na reflexão crítica do cotidiano político, das instâncias decisórias e sua direta relação com a vida cotidiana do povo brasileiro, lido por ela a partir de categorias formadas pela subalternização e necessidades materiais: os favelados, os operários, os funcionários públicos, a classe média, os estudantes, as crianças, as mulheres, os negros. Um trecho de *Casa de*

Alvenaria resume, com bastante elucidação, a missão de poeta assumida pela intelectual, a orientação de seu pensamento para a solução da realidade dos pobres brasileiros.

Quando cheguei em Santos estava chovendo. Olhei os topos e as casas de tabuas que estão construídas nos morros. Pensei: como o pobre luta para viver com tantas terras deshabitadas e o homem mal habitado. Eu estou pensando neste problema que é a condição humana para o ente humano. Mas eu não sou governo. O que eu tenho notado, é que entra governo, sai governo e a desorganização continua. Se eu fosse homem queria ser governo. Queria impedir o custo de vida. Queria ver o meu povo feliz. Quando ando pelas ruas, fico horrorizada, vendo os homens andando cabisbaixo falando sosinho. Juro que tenho medo de uma neurose geral. E se o povo ficar loucos? Fico pensando: e se o Castro Alves ressuscitasse. Ele, que foi humano. Que almêjou, o bem estar comum. Passei a mão pela cabeça nervosa porque eu não posso concertar o mundo. (JESUS, 2021b, p. 307-308)

“Se eu fosse homem queria ser governo”, afirma a intelectual. Resgata a imagem do poeta condoreiro para representar a sua vontade de humanismo e solidariedade. Seu projeto de país é coletivo e comum. O gesto de passar a mão pela cabeça, nervosa, reflete o que Sueli Carneiro retratou no artigo “Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência”, escrito em 2009, acerca da experiência tardia de mulheres negras em altos cargos do governo federal. As ministras Matilde Ribeiro e Benedita da Silva ocuparam instâncias de poder, e as situações de afastamento dos cargos que ocuparam refletem todos os elementos do processo de epistemicídio que também alijou Carolina de Jesus de ser observada como uma relevante intérprete do Brasil: as determinações de raça e gênero (CARNEIRO, 2019, p. 275) que estruturam as dinâmicas sociais brasileiras impõem trajetórias diferenciadas na relação entre mulheres negras e o poder.

O imaginário social atribuiu, pelos processos de formação do discurso hegemônico, a ocupação dos espaços de poder ao grupo racialmente dominante. A desqualificação da intelectualidade negra enfatiza o “fora de lugar” a presença dessas mulheres. As representações racistas reproduzidas nos jogos de poder determinam, segundo Sueli Carneiro, a tardia presença das mulheres negras nos lugares de decisão, ou seja, o espaço que Carolina de Jesus mais de uma vez logrou desejar ocupar. Ainda não tivemos nenhuma mulher negra presidindo o Brasil, e o ineditismo tem o racismo em suas razões históricas:

As representações consolidadas acerca das mulheres negras determinam tanto a sua ínfima presença nas instâncias de poder como as dificuldades adicionais que as espreitam quando ousam romper portas e adentrar lugares para os quais não foram destinadas. São condições e condicionantes que tornam mais desafiante ainda o tema ‘mulher negra e poder, pois o racismo, o ceticismo e a exclusão social a que mulheres negras estão submetidas se potencializam e se retroalimentam para mantê-las numa situação de asfixia social, que põe em perspectiva as condições mínimas necessárias para o empoderamento das mulheres negras em nossa sociedade, de forma a, quem sabe um dia, potencializá-las para a disputa de poder. (CARNEIRO, 2019, p. 281-282)

Em seu característico jogo de fluxo e contrafluxo, Carolina Maria de Jesus registrou seu interesse de atuação política. Em *Casa de Alvenaria: Santana*, faz da eleição municipal de São Paulo, em 1961, uma das suas crônicas sobre o sistema político como instrumento de transformação da realidade. Em dois momentos, fala de notícias veiculadas sobre suas pretensões políticas. Mulher de imprensa, utiliza-se do jornal para divulgar a disponibilidade. Apesar de a imprensa ter se utilizado de sua imagem para exotizar a figura de uma mulher negra que teria enriquecido pela “pena rústica”, Carolina de Jesus não se furtava a utilizar dos meios possíveis para participar do debate público. Afinal de contas, em 1960 era uma das figuras mais populares de São Paulo, reconhecida e legitimada como uma representante “autêntica” do povo por ser a escritora ex-favelada.

Circulávamos pela Avenida São João. Eu disse-lhe que ia ser televisionada porque a Radio Exelsior, canal 9, havia filmado-me. Saiu uma notícia no jornal que eu pretendo candidatar-me a Vice-prefeito de São Paulo. Comprei a Última-Hora para ela ver a notícia... Eu avisei o Remo Pangela que o canal 9 foi quem deu-me a notícia. Ia ser televisionado as 20-30. Que eu não estou escrevendo para a Última Hora porque o Audalio deu-me muito cerviço. (JESUS, 2021b, p. 52)

Em outro momento, faz um jogo de disfarces essencialmente político ao narrar a passeata dos bombeiros e da Força Pública, negando a ideia diante de um candidato que não lhe agradava.

Entre os políticos, estava o senhor Jose Cyrillo, candidato a prefeitura de São Paulo. Eu disse-lhe que o homem que tem possibilidade para governar o Brasil é o Audalio, que o Audalio podia ser o vice prefeito na sua chapa. Ele perguntou-me se é verdade que eu disse que queria ser vice prefeito de um candidato, mas não disse o nome.
— Eu não disse isto, porque eu não gosto de politica. (JESUS, 2021b, p. 52)

Mas é a principalmente a dedicação ao comentário político que torna possível ler Carolina Maria de Jesus como uma das principais vozes culturais do século XX. Sua visão de governo é sempre comentada pela fortuna crítica, mas deve ser considerada dentro da estrutura maior de um sistema de ideias: representam como a intelectual entendia o funcionamento ideal de um país. Como uma mulher negra que já experimentou a extrema precariedade, Carolina de Jesus forja um ideal de comportamento político – sempre pela régua moral, como já observamos – que poucos políticos conseguem alcançar. É através das ações dessas personagens que tece considerações sobre o funcionamento do Estado e percepções sobre o sistema político e econômico do Brasil. Nos *Provérbios*, afirma:

Os que servem a pátria visando grandes remunerações, são os câncer do país.
Um governo que tem, a possibilidade de servir melhor o seu povo, e não serve-o, não é govêrno, é governante. É babá do país.
Quando um governo deixa o custo de vida oprimir o seu povo, êle deixou de ser um governo para ser um governo abstrato. (JESUS, 1965, p. 20)

Uma das principais críticas da escritora ao sistema político é a falha dos governantes em organizarem a questão econômica incluindo o povo pobre nas principais preocupações, como afirma em *Quarto de Despejo*: “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (JESUS, 2014, p. 41). O primeiro diário reúne entradas que vão de 1955 a 1960. *Meu Estranho Diário e Casa de Alvenaria* (2021) contextualizam a fase de maior atuação pública durante a década de 1960. Jornais e revistas noticiam que durante a década de 1970, Carolina de Jesus ainda se fazia recordar no debate público, sempre partindo de uma opinião “sociológica”, para usar um termo bastante caroliniano, mesmo que sob a égide da “escritora enlouquecida”. Seu período de participação no contexto brasileiro, portanto, aconteceu em um cenário de grande desigualdade econômica, com aumentos de preços violentos, sentidos principalmente pelos mais pobres e pela classe média⁵².

Nesse sentido, os políticos são responsabilizados diretamente, nas análises da autora, pelas agruras do povo brasileiro. O custo de vida, e a sua principal consequência, a fome, são fenômenos entendidos como diretamente vinculados à ineficaz atuação dos políticos. Nos desesperos diante da miséria, afirma: “Passei o dia chingando os politicos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca.” (JESUS, 2014, p. 64). Apesar disso, atribui grande responsabilidade à “cultura” do povo, ou seja, a educação formal da população brasileira, e entende a consciência individual como qualidade necessária para a plena cidadania, demonstrando a influência da ideologia trabalhista do varguismo:

O senhor Verdi disse-me que no Norte ha mais sofrimento. Que o governo é desumano. É que o Brasil é imenso. Para mim a humanidade ainda está no embrião por pensar que o governo é o responsavel por todas desorganizações do pais. É necessario que todos cooperam no progresso do pais. (JESUS, 2021b, p. 425)

Por esse motivo, participa sempre das eleições, engajando-se nas campanhas dos seus candidatos preferidos, fazendo discurso para aqueles que juram ajudar os pobres. A frustração com a prática dos políticos eleitos é registrada sempre em exemplos próximos e práticos: moradora da favela do Canindé, recebe diversos deputados que visitam a comunidade, ouvem as demandas e prometem resoluções. Quando eleitos, ignoram o povo.

...Quando um politico diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele

⁵² Para exemplificar as constantes anotações de preços, aumentos e críticas ao custo de vida feitas pela escritora: “A inflação, medida pelo deflator do PIB, saiu de 25,4% em 1960 para 34,7% em 1961 e 50,1% em 1962” (MESQUITA, 2010).

vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 2017, p. 35)

Com o tempo, percebe que o voto não transforma necessariamente a vida do povo, precisamente porque não era o povo que estava sendo eleito. Chama as eleições de “cavalo de Troia que aparece de quatro em quatro anos.” e lamenta a pouca eficiência do sufrágio em modificar o tecido social: “Um voto tem que ter o efeito de uma bomba atômica. Mas, até aqui o nosso voto tem tido o efeito de uma bomba de pólvora.” (JESUS, 2021b, p. 88). Em *Provérbios*, contudo, publicado já durante a ditadura militar brasileira, critica o rompimento democrático: “O homem, com um título de eleitor, é um acionista no país. Sem o direito de manifestar o que pensa de um governo.” (JESUS, 1965, p. 59). O fisiologismo e corrupção da classe política atraíram constante crítica no discurso caroliniano. Além disso, repreende os governos que gastam criminosamente o orçamento do país na tentativa desesperada de se reelegerem, para apenas acabarem jogando a conta para o povo pobre, através do aumento das passagens de ônibus, preços dos alimentos ou congelamento de salários.

Pensei: até quando ha de ser o nortista um desgraçado neste pedaço do mundo que foi batizado com o nome de Brasil? Um país com tantas terras e um povo infeliz. É que ainda nos faltam, saúde, porque a classe pobre come muito mal, e são desnutridos. E os desnutridos são apáticos, e morosos no trabalho. Educação para o povo. Sanear escolas no país. Mas é que as escolas tem que ser construídas com as arrecadações dos impostos. Mas os impostos que são arrecadados transforma-se em subsídios para os deputados, e os senadores.

Fico pensando que o homem da atualidade é um homem debil, e de mentalidade atrofiada. Nas épocas eleitoraes é uma vergonha. Todos querem ser políticos. Para mim o Brasil é uma vaca que todos querem mamar no Brasil. É o povo pagando imposto com a finalidade que o governo vae aplicar o seu dinheiro melhorando as priferias e as cidades do interior, mas o dinheiro, é gasto nas corridas de cavalo, nas praias — Juro que gósto de ver um candidato, reprovado nas urnas. Porque já é convicção genêralizada, que o politico quer ganhar com pouco esforco. (JESUS, 2021b, p. 487)

Dessa maneira, é possível afirmar que apresenta ideias consonantes com a plataforma progressista em debate na época, ainda que seja importante lembrar a frase de Sueli Carneiro (2000): “Entre a esquerda e a direita, sei que continuo preta”: suas determinações políticas são fruto de sua vivência cotidiana como mulher negra. As preferências políticas assumidas são demonstrações de como o povo sente a realidade do governo, seja materialmente, seja simbolicamente. Assim, demonstra seu desejo de maior envolvimento político da população, situação que só seria possível com o investimento do dinheiro dos impostos em educação. A crítica à corrupção revela uma temática ainda hoje presente no cotidiano da vida política do país, demonstrando como a estrutura de sustentação da democracia burguesa continua a mesma, e as críticas de Carolina de Jesus, atuais. Ela própria foi disputada por representantes de várias

ideologias. Em meio às tensões ideológicas entre esquerda e direita que marcaram a década de 1960, no contexto de um mundo bipolar, a intelectual registra seus posicionamentos passíveis, no seu entender, de condenação pelas instituições representantes do discurso hegemônico e excludente do colonialismo:

Agora que comprei a casa não me foi possível pintá-la de vermelho porque os padres havia de dizer:

— A Carolina é comunista.

Gostaria de ter um tumulto vermelho mas os padres não vão permitir. Porque eles querem mandar no povo. O mundo para ser bom tinha que ser dirigido por Jesus Cristo, que é um espírito superior e não tem ambição. Me contaram que a igreja tem uma organização denominada Metropolitana. E aplica as esmolas que a igreja arrecada na construção de prédios para alugar apartamento porque não utiliza o que arrecada com os pobres?

Quando aparece alguém defendendo o pobre, a igreja amaldiçoa-o. Já excomungaram o Fidel Castro. E eu por escrever isto, já sou candidata a uma excomunicação. Tivemos padres nobres que interessava na cultura do povo querendo ensinar até os índios.

Minha cabeça estava pesada de ideias — Pensei: hoje... eu vou enlouquecer!

Como é horrível ter o pensamento poético. É por isso que os poetas querem morrer. Há os que suicidam. Supondo que vão encontrar tranquilidade no tumulto. (JESUS, 2021b, p. 498)

Em um dia de particular aflição pelas transformações radicais que sua vida estava passando após a publicação de *Quarto de Despejo*, a escritora retoma a imagem da Igreja Católica em crítica ao comportamento hipócrita da instituição. Elogia a polêmica figura de Fidel Castro, e reconhece a insurgência no ato: “eu por escrever isto, já sou candidata a uma excomunicação”. A sua defesa dos pobres, da reforma agrária, e do trabalhador assalariado eram suas plataformas ideológicas. No Brasil, a defesa da justiça social ainda hoje recebe, de maneira descuidada, a pecha geral de “comunismo”. Nesse sentido, a escritora defende o regime, em alguns momentos de maneira bastante explícita, como nesta incursão teórica em resposta ao discurso religioso e conservador:

Esperaram à minha chegada para iniciar a missa. Ao padre Constancio o meu agradecimento pela deferência especial.

Estas manifestações reconforta meu espírito combatido e discreto de tudo — anotava as prédicas do vigário. A igreja está inacabada. Gostei do sermão. Agradecendo a Deus por ser brasileiro viver neste país sem temor. Porque o brasileiro não persegue a religião. Aqui não há a lei de fuzilamento. Um país nobre onde os filhos são educados ao lado dos pais. Devemos amar este país, onde não há preconceito de cor. Onde há fraternidade. A humanidade brasileira não anda angustiada.

Porque é que o homem se atira ao comunismo?

É a falta de cristianismo do amor a Deus. Falta de religião baseada no evangelho. Devemos procurar um meio de humanizar o homem, para ele não expoliar o próximo. Devemos ser mais humildes.

Minha réplica ao sermão do padre:

O comunismo é um regime em que o povo adota-o devido a fome e a pressão do capitalista que pra ter dinheiro pode comprar tudo que quer, os seus ideais não ficam

aguardando oportunidade são idealizado e concretizado. O ideal do pobre é igual uma fruta. Vem a flor. Depois vem o fruto e vai crescendo avulvando-se depois só jorra. O capitalismo e o proletariado estão apostando corrida. O capitalismo está avançando o proletariado está nutrindo-se, fortificando-se... E o que é forte... vence. (JESUS, 2021b, p. 319-320)

Apesar da réplica, considera que não estaria mais viva quando o comunismo substituísse o capitalismo. No Brasil, a fase democrática das décadas de 1950 e 1960, gerou uma expectativa naqueles políticos que defendiam reformas estruturantes, e imaginavam ser possível uma transformação de regime. Por outro lado, os trabalhadores assalariados, como os operários, interpelam a intelectual em função do seu papel de disseminadora e mediadora de ideias: “Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operários que saíam da fábrica disse-me: — Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime” (JESUS, 2017, p. 112). Quando indagada sobre o regime, reconhece que não leu os seus autores e não visitou os países comunistas ou socialistas, mas explana seu posicionamento como intelectual, retomando seu projeto de país.

— O que acha do comunismo?

— Não li e não vi países comunistas, não posso dar opinião! Depois de visitar os países socialistas é que darei meu depoimento. Disseram que sou comunista porque tenho dó dos pobres e operários, que ganham o insuficiente para viver e não tem um defensor sincero, a não ser as greves, meios que recorre para melhorar suas condições de vida! Mas, são tão infelizes, que acabam sendo presos e dispensado do trabalho conclusão — o operário não tem direito de dizer que passa fome! Quando os homens for super-cultos, eles hão de liberar as terras. E quem quizer plantar, planta e não haverá fome no mundo. As terras tem que ser livres, igual o sol! Se o sol fosse terrestre seria sonogada pelo homem. A reforma agrária é necessária. Não preocupo com os problemas de fóra. Viso só os problemas do Brasil. Não preciso interferir nas confusões do estrangeiro. (JESUS, 2021a, p. 252).

É um discurso que contempla as injustiças contra os trabalhadores, que oprimidos pelo custo de vida, tentam pressionar os patrões e o Estado. Segundo a intelectual, “o custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia” (JESUS, 2017, p. 112), regime que estaria fraco e sem adeptos. De fato, desde o suicídio de Getúlio Vargas que o país vivia sob a ameaça de uma ruptura da ordem constitucional. A escritora, contudo, supõe uma transformação que beneficiasse os trabalhadores, e causada pela desigualdade: “Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução!”. (JESUS, 2017, p. 120). A escritora nutre expectativa pela ação popular, mas lamenta a impossibilidade do povo de ser o agente da própria transformação:

Eu não estou nervosa porque percebi que o nervoso não soluciona nada. Nos bondes que circulam vai um policial. E nos ônibus também. O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no palácio no Ibirapuera e nas Assembleia e dar uma surra nestes políticos pigmeus políticos alinhavadas. Que não sabem administrar o país. Eu estou triste porque não tenho nada para comer. (JESUS, 1996b, p. 38)

É, portanto, uma intelectual profundamente sintonizada com a vida política do Brasil, fazendo do país objeto de reflexão que se mantém durante toda a sua obra, em diferentes gêneros, cadernos e momentos. Sua obra fornece grande referencial de estudo para delimitarmos uma interpretação da história política do Brasil. Em momentos de apagamento ou tosco revisionismo dos acontecimentos nefastos da história nacional, Carolina de Jesus é um símbolo do resgate da memória de um povo, narrando criticamente os acontecimentos a partir do específico lugar de observação e enunciação de uma mulher negra e pobre. O preocupado acompanhamento das dinâmicas políticas do país, por parte dessa intelectual, rechaça a frase tantas vezes repetida sobre a participação popular nos processos de poder: “O povo assistiu aquilo bestializado”. O povo, expõe Carolina de Jesus, pode não compreender as nuances dos acontecimentos, mas está atento ao desenrolar da história: em encontro com personalidades políticas na casa da deputada Ivete Vargas, a escritora toma parte das conversas, canta as suas composições, relembra o saudoso Getúlio, critica o governo de Dutra e de Carvalho Pinto, mas registra o distanciamento entre as mulheres negras e pobres e os núcleos de poder em suas linguagens específicas: “Ela falava uns termos políticos que eu desconheço. Ouvindo eles falar de política tinha a impressão que estava num mundo estranho” (JESUS, 2021b, p. 144).

Dessa maneira, é necessário que seus textos sejam estudados também por historiadores e pesquisadores das dinâmicas políticas do sistema brasileiro, especialmente as crônicas que faz dos acontecimentos políticos entre 1955 e 1964. Esses registros históricos nos ajudam a perceber as contradições dos projetos de país anunciados pelas personagens políticas de Carolina de Jesus. A sua interpretação da nação registra o posicionamento das classes sociais diante dos protagonistas do jogo político em momentos decisivos da história do Brasil, possibilitando o conhecimento contemporâneo sobre o pensamento de uma parcela da população, silenciada pelo discurso hegemônico. Por isso, suas incursões teóricas e considerações sobre os políticos merecem uma análise mais demorada, o que não se faz possível neste trabalho. Entretanto, no escopo geral de sua obra, são incontáveis as referências a agentes públicos, embora alguns governantes mereçam maior destaque do que outros na construção de sua crítica política.

Em *Diário de Bitita*, existe uma contextualização bastante detalhada da Primeira República, lembrando, como já foi dito, Rui Barbosa e outros políticos do início do século, como o general Isidoro Dias Lopes, da Revolução Tenentista de 1924. Recorda o governo autoritário de Artur Bernardes e a ascensão esperançosa e de apoio popular de Getúlio Vargas, um dos políticos mais recordados pela intelectual, como comentamos no início da seção.

Em *Quarto de Despejo e Casa de Alvenaria*, além de Getúlio Vargas, relembra Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Teixeira Lott, João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Conceição da Costa Neves, inúmeros deputados, senadores, ministros. A relação de Carolina de Jesus com cada personagem político enseja maior aprofundamento porque revela, apesar do processo de epistemicídio, o espaço conquistado pela escritora e a atuação pública em defesa dos valores cultivados em sua obra. Para a contemporaneidade, as falas de Carolina de Jesus se oferecem como importante registro da atividade intelectual de uma escritora negra durante o século XX. A observação do tecido social brasileiro e as orientações estabelecidas (afinal, suas análises nunca findam sem um direcionamento possível) são arcabouços teóricos para a percepção de fenômenos cotidianos em nossa própria época. Por exemplo: em janeiro de 1963, uma chacina de mendigos ocorreu no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara. Conhecida como “Operação mata-mendigos”, o extermínio foi levado a cabo pelo Serviço de Repressão à Mendicância (SRM), durante a gestão de Carlos Lacerda, inimigo político de Getúlio Vargas. Os relatos de assassinatos e torturas praticados pela polícia estadual foram revelados pelo jornal *Última Hora* (RJ), levando Carolina de Jesus à capa com uma declaração impactante de denúncia das práticas de genocídio do povo pobre:

CAROLINA (ESCRITORA E EX-MENDIGA) DEPÕE:

- Meu destino seria outro se tivesse caído nas garras do nazi-lacerdismo. São Paulo, 29 (UH) – Reconhecendo que outro poderia ser o seu destino se tivesse caído, ao tempo de mendiga, nas garras de uma polícia como a de Carlos Lacerda, a escritora e ex-favelada Carolina Maria de Jesus afirmou seu total repúdio aos hediondos crimes que agora vêm a público.

- Eu – declarou – que muitas vezes mendiguei para poder continuar vivendo na favela, sei muito bem o desprezo que a Polícia nutre pelos desamparados da sorte. Essa matança do rio da Guarda, porém, ultrapassa os limites. Quando uma polícia se dá ao luxo de chacinar quatro pessoas e depois atirá-las nas águas juras, para que desapareça o seu ato infame, é porque alguma coisa fora do comum está acontecendo. Os famigerados “SS” de Hitler começaram assim.

Acrescentando que “essas feras devem ser trancafiadas em celas reforçadas para o resto da vida”, faz apelo para que “sejam diagnosticados imediatamente os sintomas que esses “Pelotões de Extermínio” anunciam antes que assumam feição de calamidade pública”. (CHACINA..., 1963, p. 1)

São exemplos de sua participação no debate público para além da simples exotificação de sua vida financeira. O texto antecipa práticas do genocídio da população negra e pobre no Brasil: hoje, a calamidade pública é declarada. “Nazi-lacerdismo” é uma definição muito típica da escrita de Carolina de Jesus ao criticar os desmandos absurdos de políticos reprováveis, como é o caso do “corvo negro do país”, Carlos Lacerda. Mas é a defesa ferrenha de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, que mais suscita espanto nas análises sobre os

direcionamentos políticos de Carolina Maria de Jesus. Entre o seu ideal político e a prática cotidiana, há uma grande dose de “realpolitik”: escreve uma poesia encomiástica também para Adhemar de Barros, que é performado diante do governador e copiado pela poeta para ser distribuída aos representantes do político, servindo quase como um cartão de visita de sua habilidade literária e posicionamento público. A aprovação que garantiu a apenas dois políticos (Adhemar de Barros e Leonel Brizola) estava calcada nas especificidades de suas experiências como mulher negra, catadora de papel, escritora, mãe, pensadora crítica: o governador de São Paulo, pelo suporte que recebeu quando o procurou no Palácio do Governo, merecia aplausos. Além disso, elogiava suas obras, como a conclusão do Hospital das Clínicas. Leonel Brizola, por sua vez, era o herdeiro político de Getúlio Vargas, e fazia, na visão da autora, um governo justo e de preocupação social. Consciente da dinâmica da política brasileira, Carolina de Jesus declara opiniões, mas se reserva ao direito de transformá-las: muda de posicionamento sobre Juscelino Kubitschek, após visitar uma obra que beneficiou os pernambucanos. A mesma coisa acontece com Carvalho Pinto e Jânio Quadros depois de encontros pessoais, onde pode dialogar com as autoridades e avaliá-las subjetivamente: apesar de duramente criticado por sua pena ácida, Jânio Quadros recebeu apoio do público da escritora, na eleição estadual de 1962, em função de seu diálogo com representantes do movimento negro, como a própria escritora e Eduardo de Oliveira. Sua derrota para Adhemar de Barros, no entanto, não foi muito lamentada por Carolina de Jesus.

Ademais, demonstrou sempre apreço pela democracia, principalmente pela crítica insistente aos governos de homens autoritários. Na década de 1960, diante das crises sucessivas entre URSS e os EUA, elogia Kennedy por seu posicionamento contra a segregação racial nos EUA e Fidel Castro por sua defesa dos pobres. Criticou a desigualdade entre países ricos e pobres. Em um mundo com tensões nucleares, critica duramente a guerra, relacionando-a com os efeitos nefastos sobre a educação da juventude:

Seguimos para a redação. Eu ia parando nas bancas de jornais para ver as novidades e o que vai pelo mundo: “Cuba está em guerra!” Era a notícia sensacional. Não louvo o homem que faz uma guerra porque a guerra destrói o que ele construiu. Cuba é um país pobre. Não pode dar-se ao luxo de provocar uma guerra. É sempre um ditador que provoca guerra porque toma posse do país pela violência! Um governo eleito é um homem culto, sabe que o efeito da guerra é pungente! No lapso da guerra, o país regride, estaciona e quem sofre? — As crianças, que ficam sem escolas. Crescem neuróticas, devido às cenas trágicas que presenciaram na guerra. E são problema social para o país. Um ditador é um perigo social, é uma Hidra no país. Espero que o Brasil não interfira na polemica... E desde já o meu agradecimento ao general Teixeira Lot, se não enviar nossos jovens para o campo de batalha. (JESUS, 2021b, p. 57)

Ainda na crítica aos governos autoritários, é possível lembrar do episódio da censura de *Quarto de Despejo* por Salazar, ditador de Portugal. Na ocasião, a intelectual foi aos jornais para denunciar “o Nero de Portugal”, “o tirano de alem-mar”, relembrando o destino de outros déspotas:

Escrevi um artigo respondendo ao Salazar. O Audalio ia enviar o artigo ao Rio. O senhor Salazar é inculto. Ele ha de morrer um dia. E alguem, publicara seus herodismos. O Salazar está criando um ambiente hostil para os filhos de Purtugal que estão espalhados no Universo. Portugal é um pais pequeno precisa imigrar seus deçendentes.

Será que o Oliveira Salazar é dono de sua existência vae viver séculos e seculos? A queda dos ditadores são tragicas. Hitler Mussoline, não lhe serve como exemplo? O ditador é um esbulho que o homem tira-o da circulação. Eles querem ser venerados, bajulados. Querem ser imunes. (JESUS, 2021b, p. 187)

Em *Provérbios*, determina que apenas os competentes devem assumir cargos públicos: “A mente preclara de um estadista, é um farol para o seu país” (JESUS, 1965, p. 42). Defende que os políticos sejam como “brisas” amáveis na política, evitando a arrogância, polêmicas, conflitos desnecessários e crises que apenas prejudicam o povo. Nesse sentido, afirma tão lucidamente que parece estabelecer um aviso para o futuro do país: “Um homem violento, atrabiliário, e agitador. Não deve ser eleito para dirigir um país” (JESUS, 1965, p. 43).

Dessa forma, Carolina de Jesus não apenas analisa o comportamento e ações dos protagonistas políticos de um período extremante dinâmico da história do Brasil, mas imagina e constrói a representação do governante necessário para o país. Em “Prólogo 1”, escrito em 1967, é possível perceber que a sua esperança e expectativa é representada na espera por um líder popular.

Quando um povo é arrojado, no lapso de duzentos anos, o seu país já está civilizado. O Brasil já completou 467 anos de descobrimento e ainda está semi-embrionário. Está engatinhando, deitado eternamente em berço esplêndido, onde uma minoria é que tem a possibilidade de estudar. As classes privilegiadas que crescem gozando de todo o conforto são os semi-patriotas do país. Por serem ricas, elas se infiltram na política para defender interesses próprios. Fazem alusões nos seus discursos que vão trabalhar em prol da classe proletária, mas a classe assalariada nasce e cresce sem ter um líder para defender seus ideais. (JESUS, 2018, p. 16)

A crítica às classes dominantes e o desejo por uma governança que levasse em conta os valores de justiça social, solidariedade e igualdade já estava presente em *Quarto de Despejo*, quando afirmou:

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amisade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao

lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores. (JESUS, 2017, p. 40)

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel! Se eu soubesse que ele era tão amavel, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatorio e envia para os politicos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças. (JESUS, 2017, p. 26-27).

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome”, escreve Carolina Maria de Jesus. Quase cinquenta anos se passariam antes que a sua orientação fosse realizada pelo povo brasileiro pela primeira vez. No trecho, podemos observar mais uma vez, de maneira implícita, a sua vontade de ocupar os espaços de poder para colocar em prática políticas que transformassem o tecido social. A reflexão sobre o governo ideal, através da crítica aos governos abstratos da realidade, as análises sobre o sistema democrático e a utilização dos políticos como personagens são características da obra de uma intelectual escritora comprometida com as transformações necessárias para o Brasil. Entretanto, a escritora sabe que as instâncias decisórias pertencem historicamente, no Brasil, aos brancos, os responsáveis pelas desorganizações sociais. Reflexão que nos leva à nossa última seção:

Fico pensando que predomina no Brasil é o branco. [...] Fico pensando: desde que o mundo, é mundo, os brancos querem ser o seu dono. O seu dirigente. Quando aparece alguém que quer um mundo humano, é perseguido e morto. Mas o que eu sei dizer é que o predomínio do branco, não proporciona felicidade ao povo. Que vivem descontentes. Até quando, ha de perdurar isto? (JESUS, 2021b, p. 657)

3.6 Os negros

Como escritora negra, Carolina de Jesus faz da sua obra uma análise das relações raciais brasileiras. A sua teorização expõe a defesa da reforma agrária como solução para a fome, o custo de vida, a miséria e seus espaços, como a favela. Em defesa da classe assalariada, defende a educação e o fim do analfabetismo dos negros e pobres para uma possível transformação do país. Em busca da concretização do progresso, analisa os políticos e suas ações, registra a ausência do Estado nas experiências concretas da precariedade, estabelecendo, portanto, metas

e régulas para os políticos. Quer realizar o seu projeto de país, porque testemunha e experiencia as misérias da sociedade brasileira. Por que não é ouvida? A própria escritora responde:

Enquanto esperava o Eduardo que girava pelo palácio declamei a poesia “O colono e o fazendeiro”. Citei-lhe as vantagens que tem o homem do campo. Plantando com coragem de enfrentar a lavoura. A vida será melhor no campo do que nas favelas. Estavam presentes uns deputados que ouvia o meu dialogo dessinteressado. (JESUS, 2021b, p. 240)

Ao interpelar o poder, apresentando seu projeto de país, Carolina Maria de Jesus foi uma intelectual ouvida com o desinteresse próprio do racismo. Carolina de Jesus compreende que seu projeto de país não tem oportunidade em uma nação que é de propriedade dos brancos: “É o caso de dizer: Ê... Brasil! Quem dirige o Brasil são os brancos. Eles é quem estuda lêis” (JESUS, 2021b, p. 147). A exclusão dos negros dos espaços de poder é uma das características do processo de epistemicídio que sustenta o discurso da branquitude. A obra da escritora chama atenção da sociedade brasileira pelos registros da vida na favela, denunciando situações de extrema desumanização como consequência das desigualdades promovidas pelo discurso oficial para manter a situação de privilégios de determinados indivíduos em detrimento de outros. Carolina de Jesus ergue a voz para falar sobre raça, em um momento em que a discussão sobre identidade racial era virtualmente proibida, ou pelo menos sabotada, pelo frondoso mito da democracia racial. Um dos poemas fundamentais nos momentos de divulgação do seu pensamento, “Negros” é um poema utilizado pela intelectual para iniciar o diálogo sobre raça em suas atividades públicas.

Negros

Negro tem todos os defeitos
Sofre sempre humilhação
Se reclama o seu direito,
Nunca o negro tem razão.

O negro não tem defeito
Tem qualidade e valor
O Judas não era preto
E vendeu Nosso Senhor.

Tua existência é um estertor
Seu sofrimento é profundo
Por causa de sua cor
És infeliz neste mundo.

Sufocando os nossos clamores
Quando somos perseguidos
Só Jesus Nosso Senhor
É quem ouve os nossos gemidos.

Jesus Nosso Senhor
 Não implantou a desigualdade
 Não condenou o homem de cor
 Não lhe baniu da comunidade.

(JESUS, 2019, p. 26)

No poema, encontramos ecos das indagações filosóficas do simbolista Cruz e Souza em *O Emparedado*: repete as expressões racistas do discurso hegemônico da branquitude (BENTO, 2002), ao mesmo tempo que reclama para o sujeito negro a agência do protesto. O imaginário negativo construído pelo negro é rechaçado pela poeta na segunda estrofe das quadrinhas. Ao reforçar os ideais de valorização da subjetividade do sujeito negro que encontramos em outros lugares de sua obra, a intelectual apresenta mais uma vez as estratégias de negociação astuciosa com o senso comum da época, que tentava consolidar o mito da democracia racial. Segundo Abdias Nascimento, o debate sobre raça no Brasil foi apagado a partir da memória: Rui Barbosa, representante das instâncias de poder, queima os arquivos. Mesmo que suas intenções tenham sido manobras de um ministro da Fazenda para impedir possíveis pedidos de indenização pela abolição, as consequências históricas do apagamento de informações geram, também nos princípios simbólicos, a negação e impossibilidade de conscientização e identificação racial. As desigualdades raciais no Brasil são discursivamente apagadas em nome de uma falsa unidade nacional, como Carolina Maria de Jesus registrou uma resposta que revela a censura da “democracia racial” no entendimento político dos negros brasileiros. Em *Casa de Alvenaria: Santana*, registra a entrevista que deu quando estava em Buenos Aires, em 1961. Perguntada se existia preconceito no Brasil, a escritora responde, no característico jogo de fluxo e contrafluxo que adota quando precisa se infiltrar nos meios de comunicação:

P. Ha preconceito no Brasil?
 R. Não. Os pretos do Brasil não sabem que são pretos porque os brancos não mencionam a nossa cor. Os brancos do Brasil são muito bons. E dá oportunidade aos pretos para desinvolver-se [...] (JESUS, 2021b, p. 547)

A intelectual repreende a ausência de um movimento de consciência racial no Brasil, ou pelo menos, de um movimento que consiga alcançar a maior parte da população negra e pobre do Brasil de meados do século XX. O poema “Negros” nos comprova que a escritora entende o Brasil como país racista e preconceituoso. Afinal de contas, parece existir uma diferença entre a “terra”, tão elogiada em função da lavoura, e o Brasil, a nação criada pelos brancos. Dessa forma, a intelectual afirma que não existe preconceito porque não existe consciência racial. É buscando acabar com os complexos que subalternizam a intelectualidade negra que podemos

entender toda a sua obra como uma crítica ao racismo. As declarações dadas são demonstrações de ruptura e afastamento da ideologia da “democracia racial”. Em contraponto à aparente adulação que registra em momentos de necessário engajamento com o contexto, denuncia cotidianamente as desorganizações da branquitude. Em *Provérbios*, condena em tom característico o racismo: “O homem que cultivava o ódio racial é um imbecil” (JESUS, 1965, p. 18), “O preconceito racial é próprio dos medíocres” (JESUS, 1965, p. 24) ou ainda “Quem incute preconceito na mente infantil é um imaturo mental” (JESUS, 1965, p. 43). Nos cadernos de *Quarto de despejo*, mais uma vez apresenta suas irônicas incursões teóricas, debatendo as estruturas raciais brasileiras:

Eu ouvi dizer que na Brasília não vae entrar negro.
Tempo chegará que os brancos vão quêimar os negros quando morrer para êles não ter direito de ser sepultado. percebi que a unica coisa que o branco não despreza é o voto do preto. So nas epocas eleitoraes é que o preto, é cidadão. Eu penso que o preto do Brasil devia e deve ser tratado e considerado como pre-histórico. porque ele relembra um passado de inculturas brancas. - As vezes eu penso: - o branco diz com arrogância que êle, é que é, o super-intelectual. - De onde vem esta super intelectualidade?
Quem é intelectual, é sabio. E o sábio não tem orgulho. E o preconceito é a manifestação do orgulho se os brancos fossem sábios não comercializavam os pretos. Dêixa o passado! Eu graças a Deus, não fui escrava. não conheço o sabor da Chibata. A unica coisa que me escraviza é o custo de vida. (JESUS, 1996b, p. 78-79)

Se pensarmos Brasília como uma metonímia para o governo nacional, mais uma vez constatamos a lucidez de Carolina de Jesus. A intelectual questiona a lógica de autolegitimação da branquitude: os brancos se arrogam o lugar de detentores do saber e da subjetividade. A “super-intelectualidade” autoproclamada do discurso da branquitude revela a arrogância e a autoestima de um grupo que detém seus privilégios por históricas razões de opressão do trabalho negro. Não vinculada aos movimentos negros que aprofundaram o debate racial no Brasil a partir da década de 1930, a obra de Carolina Maria de Jesus constrói um espaço de contestação do apagamento das discriminações raciais. A permanência em mutação das opressões racialmente demarcadas revela o aspecto economicamente interessado dos privilegiados: a sustentação dos privilégios necessita do silêncio para reproduzir as estruturas de dominação, e cabe ao intelectual ser o contemporâneo de cada época em que essas estruturam ainda se façam sentir.

Em *Casa de Alvenaria*, Carolina Maria de Jesus já apresenta suas críticas consciente do público que receberá a obra. Interpela a burguesia e explicita os atos de racismo que vão se acumulando diante da sua presença nos espaços antes reservados especificamente para os brancos. Em visita a Porto Alegre, registra a própria reação aos atos de racismo da qual foi vítima. Ao denunciar as desorganizações dos brancos, é importante perceber as nuances

ligeiramente irônica na incredulidade que adota para questionar os processos de um racismo mascarado no Brasil.

Onde estava a fêira do livro varias pessoas aguardava-me. Ouvi um jovem dizer:

— Que negra fêira.

Sorri e disse-lhe:

— Eu acho fêio os indolentes, os incultos, os ebríos, os homens de baixa competição. Os frages que estão expostos as quedas moraes que desclassificam perante a sociedade.

Eu ia autografando os livros com todo carinho. Nunca joguei um livro no solo ou sentar em cima de um livro, ou quêima-lo. Para mim, o livro é Sua Exelencia numero um. Eu queria olhar a praça para descreve-la mas, não era possivel devido a quantidade de livros para autografa-los. Vi apenas uns arvoredos verde garrafa e algumas barraquinhas de livros espalhadas. Para mim a praça estava adornada. Tinha livros. Um pretinho circulava e dizia em voz alta:

— Sabe Carolina; peço-te para incluir no teu Diário que ha preconceito aqui no Sul.

Os brancos que estavam presentes entreolhavam-se achando incomoda as quêixas do pretinho. Parei para ouvi-lo. Crêio que devo considerar os meus irmãos na cor.

— Está bem, incluirei tua quêixa no meu Diário.

Quer dizer que há preconceito no Sul da America do Sul e no Sul do Brasil. — Será que os sulistas brasileiros estão imitando os Norte-Americanos, não crêio. Os brasileiros são cultos. Eu não queria maguar ninguem. Não posso dêixar ma impressão por onde passar. Quando vou viajar esforço-me para não ficar nervosa.

O pretinho despédiu-se e saiu contente, como se tivesse realizado uma proêsa. Pensei: ele confia em mim, e sabe que vou inclui-lo no meu Diário. Vou registrar a sua queixa.

Eu não tenho complexo de cor porque eu gosto de ser preta. Se Deus enviasse-me branca, crêio que ficava revoltada. Quando lêio nos jornaes: Carolina Maria de Jesus a preta da favela fico contente. Favela é o lugar dos pobres. É a mangedoura da atualidade. Cristo nasceu numa mangedoura. Se renascesce seria numa favela. O recanto dos que não podem acompanhar o custo de vida. (JESUS, 2021a, p. 197)

Como reação ao racismo, reafirma os valores de honestidade que guiam sua dicção moral e traça uma homenagem ao livro, símbolo do seu maior protesto ao processo de apagamento da subjetividade negra. Seu projeto de país compreende as desigualdades sociais como originárias das discriminações raciais, vinculadas historicamente com a escravidão. Por isso, defende o fim do analfabetismo como forma de transformação da realidade brasileira. Em *Provérbios*, relembra como a ociosidade atrofia a pátria, que só pode ser construída pela educação: “A escolas é um jardim onde desabrocha a inteligência. Bendito és tu, professor, o farol do mundo” (p. 17). Apesar disso, sabe que “Não é estudando que se dá boa formação moral ao homem. É o caráter” (p. 27). Assim, a moralização do caráter insiste na valorização do amor, honestidade, amizade e bondade: “Os homens conhecem as palavras solidariedade e fraternidade. Mas não a aplicam.” (p. 43). O projeto de país da intelectual empreende uma sociedade que precisa lutar de maneira urgente contra a desigualdade cultivando a solidariedade. Em sua visão, a condição da massa humana melhoraria somente através da instrução, caminho necessário para um salário justo para os assalariados. Por isso, é a voz da literatura que se ergue para denunciar as falácias da democracia racial através da valorização da negritude.

O sonho da democratização da cultura compartilha espaço com a historização do colonialismo, causa da desigualdade na educação que impedem o desenvolvimento do povo brasileiro. Como intérprete do povo brasileiro, insere entre os provérbios mais uma de suas incursões ensaísticas, onde reconta a história do país pela visão de uma intelectual negra.

O que eu noto é que os portugueses que descobriram o Brasil, não tinham cultura para administrar e organizar o país. E foram eles que escreveram ordem na nossa bandeira. Eles não sanearam escolas no Brasil. Enviaram seus filhos para estudarem em Coimbra.

E os filhos regressavam pomposos porque sabiam lêr. Eram os almofadinhas, usando sapatos de bicos finos e chapéu palheta, permaneciam nas esquinas contando lorotas. Cheguei a presenciar isto. Eles deviam era fundar escolas, educar o povo e incluir o filho do escravo.

Após a libertação dos escravos e a Proclamação da República, o que restou para o Brasil foi um saldo de analfabetos.

O Brasil era visado apenas pelo outro que possuía e não para dar cultura ao povo que aqui promanavam.

Vinha visando enriquecer e depois regressar, a santa terrinha. Se bem que o Brasil é um grande país em extensão territorial e devemos aos portugueses...

Falam em reformas de base; para mim, a melhor reforma é os que não tem condição de viver na cidade, é voltar ao campo. O que nos falta é ação. (JESUS, 1965, p. 30-31)

É, portanto, uma intelectual negra que assume uma postura de desconstrução do pensamento hegemônico. Hoje, a escritora se apresenta como uma referência para o pensamento brasileiro. Todo o texto busca pensar Carolina Maria de Jesus para além do processo de apagamento e modulação da sua imagem, buscando ler o seu projeto de país, reconhecendo sua atividade pública e as teorizações que propôs em sua interpretação de Brasil. Durante o seu tempo de vida, entretanto, foi uma escritora sempre reduzida aos epítetos exóticos de “escritora lixeira”, “ex-favelada” da “pena rústica”. O trabalho de leitura do seu projeto de país é um esforço de resgate da memória de uma intérprete nacional silenciada por modulações de sua imagem que desviaram a atenção do seu trabalho intelectual para a leitura obnubilada do fenômeno. O sequestro da figura pública em excentricidades desqualificadoras é uma das causas do atordoante ineditismo de grande parte dos seus textos, situação que só começa a se transformar na década de 1990, ganhando verdadeiro impulso no centenário da escritora, em 2014. É importante recordar o que afirma Amanda Valério (2020) sobre a permanência de uma recepção crítica de Carolina de Jesus na vivência cotidiana e prática dos letramentos populares: depois de sua morte, “Os textos de Carolina continuaram circulando nas reuniões de movimentos sociais e religiosos, como o Movimento Negro e a Pastoral da Juventude católica” (VALERIO, 2020, p. 16). É pela memória coletiva de certos grupos sociais brasileiros que as ideias de Carolina de Jesus continuaram a infiltrar o pensamento brasileiro.

O apagamento de Carolina de Jesus como nome constitutivo da cultura brasileira pode ser lido como um dos mais emblemáticos processos de epistemicídio da nossa história, porque além de vastamente documentado, foi levado à cabo em múltiplas frentes. O conceito, aqui lido a partir da retomada de Sueli Carneiro (2005) ao texto de Boaventura Sousa Santos (1997),

se constitui e se constituiu num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p. 96)

Um primeiro ponto a ser levantado sobre o apagamento de Carolina de Jesus refere-se à censura velada, formulada nos círculos editoriais, aos seus múltiplos projetos artísticos, por não se conformarem com a imagem de interesse estabelecida pelo discurso hegemônico. É um enigma inquietante: *Quarto de despejo* teve oito edições em um ano, chegando a vender mais de 100 mil exemplares no período. Seu best-seller lhe rendeu reportagens em veículos como as revistas *Life*, *Time* e *Paris Match*. O livro seguinte, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), vendeu 10 mil exemplares, segundo informação de Audálio Dantas (AGÊNCIABRASIL, 2014). Apesar de bem menos expressivos, os números ainda foram superiores ao padrão que coroava 4 mil livros como uma edição bem-sucedida no Brasil dos anos 1960. O que justifica o silenciamento de uma escritora de best-sellers é ainda uma questão que só pode ser entendida como negação do trabalho intelectual de Carolina de Jesus: seus textos literários e ensaísticos foram durante anos rotulados de “ruins do ponto de vista da estrutura poética”, “fracos se comparados ao diário”, “besteira”, “o resto foi besteira”, “os seus outros livros foram tentativas de ressurgimento” (DANTAS, 2015, p. 128).

As relações editoriais de Carolina Maria de Jesus eram profundamente tensionadas, e em mais de uma ocasião a escritora reconheceu, e registrou, o racismo e a violência com que foi tratada em algumas ocasiões:

O meu agradecimento ao Pacheco, auxiliou-me muito, e o senhor Audálio Dantas, eu não tenho complexo, mas, quando estou entre os brancos, tenho a impressão que eles detestam a minha presença, ou talvez seja, a não estar habituada com estas damas, que não sabem o que é ter fome. (JESUS, 2021a, p. 137)

O encontro com Audálio Dantas foi providencial para um trabalho marcante da história da literatura brasileira, mas é preciso reconhecer a participação do jornalista no processo de censura de Carolina Maria de Jesus. A relação pessoal entre os dois variou muito de proximidade, e quando a escritora morreu, já não se falavam há muitos anos. No período do fenômeno de *Quarto de despejo*, os embates sobre o controle dos gastos, a crítica que o

jornalista faz às roupas, e à vaidade que Carolina de Jesus demonstrava em momentos importantes é sinal do que ela chamava de “ser teleguiada”, controle inadmissível. Há um pano de fundo mais subjetivo no qual se percebe uma dívida de gratidão (que se traduz em alguma submissão), sentida por Carolina de Jesus e cobrada pelo jornalista, diante do rumo dos acontecimentos. Em trecho não presente na primeira versão de *Casa de Alvenaria*, Carolina de Jesus afirma:

Eu estava nervosa, quêixando a vida. O Audalio disse-me que eu devia estar alegre com o sucesso do livro. Entregou-me 1 par de meias, que dêixei no hotel.
 — Porque saiste do hotel?
 — Não adiante explicar-te! Você não compreende-me. Quem me compreende é Dr. Lionel Bizola. Eu vou morar no Rio Grande do Sul. Os gaúchos são amáveis, agradáveis e inesquecíveis.
 Assustei com a voz nervosa do Audálio:
 — Filha da puta! Foi o Brizola quem seleccionou os trechos do teu Diarrio e publicou? Mal-agradecida! (JESUS, 2021a, p. 175)

Em depoimento ao livro *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (2015), Audálio Dantas revisita a figura da intelectual em análises que expõem vislumbres de uma relação conturbada, mas não simplesmente por conta do comportamento intenso de Carolina Maria de Jesus, como o jornalista deixa transparecer. É um texto importante para leitura do processo de epistemicídio que deslegitimou a representação de Carolina de Jesus como uma poeta-intelectual. Negando inclusive a capacidade racional de Carolina Maria de Jesus, o jornalista parece enxergar uma escritora pobre e negra como incapaz de assumir o espaço de autoridade que o seu projeto intelectualidade ensejava.

O próprio Audálio Dantas analisa o reconhecimento de Carolina de Jesus e as homenagens recebidas pela escritora como “uma certa ‘babaquice’ nacional”. O jornalista, que durante muitos anos guardou os cadernos originais da escritora, reconhece os preconceitos sociais dos intelectuais de classe média: “‘Pô! Já vem essa crioula encher o saco’: era o que se pensava quando se avistava Carolina” (DANTAS, 2015, p. 122). A pergunta dos intelectuais (“Como é que o livro dessa crioula pode estar fazendo tanto sucesso?”) (DANTAS, 2015, p. 124) denuncia a reação generalizada daqueles que construíam o cânone literário diante do descentramento proposto pela figura e pensamento de uma poeta com apenas dois anos de grupo primário. Expressões do discurso hegemônico da branquitude, que se utilizou de práticas representacionais para estereotipar Carolina Maria de Jesus, marcando-a pela diferença. É o que diz Chimamanda Ngozi Adichie: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2009, p. 14).

A partir do entendimento de representação “como um conceito e uma prática” (HALL, 2016, p. 140), é necessário compreender que a modulação de imagem pública de Carolina Maria de Jesus foi concretizada principalmente pelos meios midiáticos, veículos responsáveis pelas primeiras publicações da escritora. A reflexão sobre o processo de apagamento da dimensão intelectual de Carolina de Jesus a partir das modulações compostas pela mídia brasileira é perceber a canonização de apenas uma face da obra múltipla da autora. A representação da “escritora favelada” pode ser entendida a partir do que Stuart Hall chama de “práticas representacionais que denominamos ‘estereotipagem’” (2016, p. 139). As imagens retomam estereótipos raciais, expedientes que não foram direcionados somente a Carolina, mas que se constroem como uma tradição estrutural dos círculos culturais brasileiros. A representação a partir da ideia de alteridade transitou, durante muitos anos, por um campo de representações de valor negativo.

A “política de representação” que articula o discurso cultural de um país é muitas vezes construída pela literatura, produzindo uma prática de produção de significados (HALL, 2016, p. 140) que se amplia no imaginário coletivo através da cultura popular e da mídia de massa, compreendendo a importância do espaço midiático na prática de representações. Para entendermos o significado figurativo que baseia o apagamento/epistemicídio da dimensão intelectual de Carolina Jesus, observemos a Imagem I.

Imagem 01 - Montagem das capas de Quarto de despejo (1960) e algumas traduções



Fonte: Bibliografia de Carolina

O prefácio da primeira edição de *Quarto de despejo* foi escrito por Audálio Dantas, que intitulou o texto de “Nossa irmã Carolina”, conta que o livro é uma “reportagem especial”: “a história de Carolina Maria de Jesus, irmã nossa, vizinha nossa, ali da favela do Canindé, Rua A, barraco número 9” (JESUS, 1960, p. 5). O texto é todo ilustrado com as famosas fotos da escritora, tiradas por Audálio Dantas na favela do Canindé, e foram utilizadas como base editorial para as capas e traduções de *Quarto de despejo*. É a imagem característica que marcará a leitura pública da autora mineira durante toda a sua carreira, pelo resto da sua vida e mesmo

após a sua morte: lenço na cabeça, semblante sério, abatido, entre as tábuas do barraco. Em algumas estilizações artísticas, encontramos uma desumanização que não valoriza a enunciação de denúncia de Carolina de Jesus, mas reforça a estereotipagem. Com efeito, existe a importância documental da disposição dos fatos através das imagens: o livro incontestavelmente contribuiu para o debate nacional sobre a fome, a pobreza, o custo de vida. A continuidade da representação única, entretanto, nos leva a considerar que essas imagens são “uma forma de degradação ritualizada” (HALL, 2016b, p. 172), produzindo a representação da “diferença”.

É possível entender que essa primeira representação, eternizada não apenas no miolo do livro, mas reproduzida à exaustão até mesmo no grande cartaz colocado na vitrine da livraria Francisco Alves quando do lançamento da obra, está de acordo com as ânsias populistas do período. *Quarto de despejo* é o relato de uma pessoa que vive no estranho lugar que é a favela. O significado da imagem reproduzida nas capas, de uma mulher negra e pobre, séria diante das misérias, é modulada para combinar com o conteúdo do livro. É um projeto publicitário que se utilizou das identidades para categorizar o sujeito que se apresenta “fora do lugar”: a mensagem dos livros de Carolina é de questionamento da ordem instituída pela hegemonia, mas

a estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. [...] Mary Douglas (2014), por exemplo, argumentou que qualquer coisa que esteja ‘fora do lugar’ é considerada contaminada, perigosa, tabu. [...] a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder. (HALL, 2016, p. 192)

A imagem é Carolina Maria de Jesus, faz parte de sua história. O questionamento que fazemos, contudo, é a permanência e o reducionismo dessa representação da “diferença”: antes de falar sobre a pobreza (embora essa seja a principal temática), as fotos utilizadas pelas capas dizem do “regime racializado de representações” (HALL, 2016, p. 224): quem fala é uma mulher preta, um lugar de enunciação que por si só desloca as representações tradicionais da literatura e cultura brasileira.

Para questionar a permanência da representação estereotipada, é interessante observar as capas do seu segundo livro, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961):

Imagem 02 - Montagem com as capas das traduções de *Casa de Alvenaria* (1961)



Fonte: Bibliografia de Carolina

O livro conta o processo de publicação de *Quarto de despejo*, a saída de Carolina Maria de Jesus e sua família da favela para uma casa de tijolos (daí o título do diário) e a transformação arrebatadora causada em sua vida pela campanha de divulgação da sua primeira obra. O livro fala também de Carolina em uma situação de ascensão social, tendo sua fama de riqueza exagerada pela mídia, o que lhe ocasionou uma romaria de pedidos de dinheiro. Carolina é fetichizada como uma “cinderela negra”, uma fonte de desejos, um objeto comercial. O boato ganhou forças, o que posteriormente motivaria Carolina de Jesus a escrever:

Minha renda é tão precária
 Que às vezes passo privação
 Com fama de milionária
 E sem tostão. (JESUS, 2019, p. 116)

Casa de Alvenaria não é um livro sobre a miséria, mas uma importante reflexão sobre a desigualdade social e o lugar das escritoras negras nos “círculos literários”, avaliando a reação e a recepção da sociedade brasileira à sua presença no que ela chama de “sala de visitas” da cidade. Essa transformação de vida não é representada, de maneira geral, nas capas do livro, que continuam a utilizar o poder simbólico das representações (“poder de marcar, atribuir e classificar” [HALL, 2016b, p. 193]), constituindo uma prática que não expandem as percepções dos leitores sobre a escritora. A extraordinária exceção é a edição argentina de *Casa de ladrillos* (1963), que traz em sua capa uma Carolina fora da representação construída pelo discurso hegemônico da branquitude: a vaidade característica da escritora, muito comentada por seus filhos e amigos (MEIHY, 2015), é reconhecida. A pose de subalternidade, reforçada pela estrutura dos estereótipos, é tensionada por seu olhar marcante, o enfeite do cabelo fora do pano, os colares e pulseiras. Uma imagem que se aproxima da maneira como Carolina buscava se representar, mas que esbarrou nas críticas dos círculos literários e culturais, que não concordavam com a agência de Carolina: “O repórter disse-me que eu gasto muito. Eu não tinha

nada. Tive que comprar tudo. Se estou gastando gasto o que é meu. [...] As observações injustas magoa-me” (JESUS, 1961, p. 135).

A representação de Carolina Maria de Jesus como uma intelectual brasileira é atravessada por estereótipos que buscam marcar a diferença como o elemento de exclusão. Representações de exotismo são marcadores de diferença. Esses dispositivos do campo cultural constroem um espaço de exclusão: como se as reflexões da escritora fossem produto de uma mente incapaz, contraditória, ambígua, cuja única história é a pobreza e a miséria. Essas percepções, engendradas por décadas, criam uma resistência, uma cegueira cultural. O deslocamento de tais representações passa por uma constante releitura. As reflexões aqui escritas buscam contribuir para o entendimento do projeto de país proposto pela escritora: conscientes da necessidade de uma educação que possibilite aos cidadãos participarem do destino do país, a intelectual negra orienta a ação solidária na construção de uma democracia plena e forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a atualidade dos textos de Carolina Maria de Jesus se destaca no cenário cultural brasileiro. A sua estratégia de infiltração no pensamento nacional nos possibilita hoje apontar a contemporaneidade do projeto de país caroliniano, retomando suas percepções como fundamentos para construção de um futuro possível. No início da década de 2020, podemos constatar como se avolumam os gestos de reconhecimento público das contribuições literárias e intelectuais da pensadora mineira: como vimos, Carolina virou estátua, novas edições de seus livros chegam aos leitores ávidos e, depois de anos de um governo autoritário que certamente seria criticado pela pena ácida da escritora, o recriado Ministério da Cultura, liderado por uma mulher negra, lançou o Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura Produzida por Mulheres 2023, iniciativa que premiará 40 obras inéditas escritas por mulheres, totalizando 2 milhões de reais de investimento. Encarada como um “símbolo dos novos tempos”, e sua literatura como “ferramenta para equidade”⁵³, a obra da escritora se estabelece como um referencial teórico necessário para a consolidação renovada dos abalados valores democráticos brasileiros.

Como conclusão, experimento a liberdade de hibridizar os gêneros, ao estilo de Carolina de Jesus, e tecer uma espécie de memorial nessas últimas páginas. Muitas das considerações que foram apresentadas ao longo deste texto são fruto da reflexão cotidiana dentro das salas de aula da educação básica. A prática pedagógica utiliza os textos de Carolina Maria de Jesus como instrumento de leitura e introdução aos estudos literários, relacionando sua criação artística ao contexto sócio-histórico de circulação e recepção, na procura de incentivar o debate sobre as temáticas e compreensões possíveis de serem depreendidas dos múltiplos gêneros praticados pela autora.

Em minha prática docente, as produções literárias de Carolina Maria de Jesus são como ferramentas, ensejando o desenvolvimento de estratégias de análise crítica do discurso cultural. Nesse processo é gerada uma didática que busca a emancipação dos estudantes, concretizando o exercício de perspectiva que foi proposto pelo texto: a literatura, e particularmente a literatura negra e/ou afro-brasileira, é lugar de memória, registro e projetos, perspectivas muitas vezes apagadas pelas leituras obrigatórias sugeridas pelas listas de vestibulares e curadoria dos livros didáticos dos sistemas de ensino adotados pelos colégios particulares, meus lugares de atuação.

⁵³*Edital Carolina Maria de Jesus premiará 40 escritoras de obras inéditas.* Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-premio-carolina-maria-de-jesus-o-maior-do-pais-na-area-de-literatura-produzida-por-mulheres>>. Acesso em: 20 ago 2023.

Por isso, exercito minha (possível) liberdade de cátedra recomendando, sempre que possível, a inclusão de Carolina Maria de Jesus como leitura sugerida aos estudantes, tema de gincanas e festas literárias. Assim, ao lado dos autores e obras canônicos que constituem o corpus obrigatório do ensino básico de literatura, Carolina de Jesus é continuamente apresentada como elemento fundador de tradições, tornando-se introdução para o entendimento mais amplo possível do que constitui a literatura brasileira. É preciso registrar as consequências práticas do apagamento da sua obra que comentei durante o texto: até 2021, apenas *Quarto de despejo* era facilmente acessível aos leitores, o que restringe o acesso de novos públicos às outras dimensões da obra de Carolina Maria de Jesus, como sua dicção poética, humorística e teatral.

Quero concluir, portanto, este texto tão longamente gestado, fazendo ainda uma última revisão das possíveis imagens criadas por e de Carolina Maria de Jesus. Na análise dos textos carolinianos, a investigação de sua performance pública deve considerar as estratégias de infiltração da escritora. Nas imagens, Carolina de Jesus continua a apresentar seu pensamento, testemunhando suas escrevivências nas representações que outros fazem de si. Poderia aqui compor uma extensa galeria de homenagens e iconografias dedicadas a documentar e recriar a imagem da escritora, como o gigantesco painel na Rua da Consolação (SP) ou os grafites nos muros do Rio de Janeiro e Salvador, mas destaco três imagens para sintetizar, com a vênua necessária, a relação existencial e docente que venho estabelecendo com a obra da intelectual brasileira.



FONTE: ABAURRE, PONTARA (2005, p. 410)

A primeira vez que vi Carolina Maria de Jesus foi folheando um livro didático de literatura, durante o ensino médio, ainda adolescente. No capítulo sobre a literatura naturalista do século XIX, um breve adendo à explicação teórica sobre Aluísio Azevedo e *O cortiço* apresentava a importância de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* como “retrato das injustiças sociais”, sublinhando a semelhança entre a vida da escritora e as personagens-tipo do romance naturalista. O fragmento da obra dividia espaço com uma pequena fotografia de Carolina de Jesus, sentada, solitária, em uma banca de revistas. A fotografia documenta o apagamento da escritora durante os últimos anos da sua vida. Se no início da década anterior era um fenômeno bestseller, ao tempo da fotografia estava amargurada com as decepções que enfrentara nos círculos literários. O lançamento da edição de bolso da sua obra mais importante ocorreu em dezembro de 1976, e esse é provavelmente o último ato público de Carolina Maria de Jesus, que morreria em 13 de fevereiro de 1977.

Creio que a fotografia representa a história da recepção da obra de Carolina Maria de Jesus durante décadas: é importante valorizar a menção do livro-texto a *Quarto de despejo*, mas a redução de seu pensamento às dificuldades enfrentadas e narradas nos diários da favela é apenas uma parte da história, como buscamos destacar ao longo dos capítulos. Na época do meu primeiro contato, as informações ficaram restritas ao retrato melancólico do esquecimento, sem qualquer contextualização ou aprofundamento do pensamento intelectual da escritora. Foi apenas durante a graduação em Letras Vernáculas, no Instituto de Letras da UFBA, que a professora do componente optativo Literatura e Cultura, Florentina Souza, proporcionou uma leitura profunda e transformadora da obra, porque me levou a compreender o propósito da profissão que escolhi: a educação como prática de liberdade e emancipação intelectual, dando sentido comunitário e crítico às atividades pedagógicas, ou, como colocaria Carolina Maria de Jesus: “A escola é um jardim onde desabrocha a inteligência. Bendito és tu, professor, o farol do mundo” (JESUS, 1965, p. 17).

Depois de 2014, é preciso registrar, os esforços coletivos de resgate e leitura da obra completa de Carolina Maria de Jesus proporcionaram descobertas mais amplas, conduzindo o leitor para além do primeiro livro publicado pela escritora. Assim, a própria iconografia da intelectual foi se diversificando nas capas de livros e em imagens compartilhadas na internet: atravessando as restrições exóticas do estereótipo, a crítica literária propôs o reconhecimento de uma Carolina de Jesus sorridente, criativa e altiva, de nenhuma maneira reduzida ao esquecimento que engendrou cruelmente o racismo brasileiro. Com lápis e caneta na mão, ou fantasiada com as penas de galinha carijó, a imagem da intelectual vai se diversificando, contribuindo para o estabelecimento de uma representatividade positiva da negritude.

Por isso, a segunda imagem que registro em minhas considerações finais é uma das mais expressivas que documentei nesta contínua prática pedagógica. Entre os diversos eventos dedicados ao pensamento da escritora, um vale especialmente o comentário. Em agosto de 2019, Carolina Maria de Jesus foi homenageada, como tema de uma gincana, em um dos colégios nos quais atuo como professor de literatura. A escola debruçou-se coletivamente sobre os textos da escritora, mobilizando ludicamente os estudantes da maneira como só a efervescência do saber pode proporcionar no processo formativo. Na ocasião, os alunos decoraram uma das escadas que levam às salas de aula com uma fotografia de Carolina de Jesus segurando um livro:

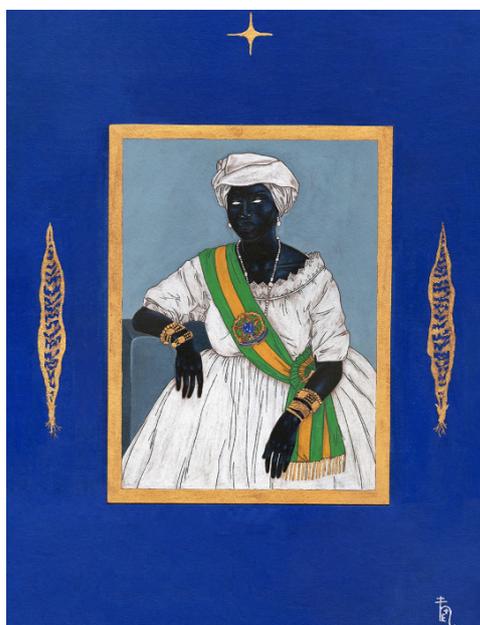


FONTE: Acervo Pessoal, 20 de agosto de 2019.

É profundamente significativa a imagem de estudantes subindo e descendo as escadas de Carolina: é como sinal visível de uma prática pedagógica, uma alegoria de como seus textos podem ser referenciais didáticos utilizados como meio de provocar reflexões críticas sobre a própria noção de educação pela literatura, mediante as características lúdicas da linguagem literária e a hibridização dos gêneros literários característica da contemporaneidade. A imagem gravada em uma escada de um estabelecimento de educação mais uma vez nos recorda que o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus é um projeto de país: a centralidade da educação e do trabalho nos textos da escritora justificam a dimensão de símbolo que hoje sua imagem, mensagem e trajetória detêm.

Carolina Maria de Jesus como escada na educação brasileira: é uma alegoria interessante para compreender a força da representatividade de uma figura fundadora no campo cultural brasileiro. Transitando por essas subidas e descidas, relembramos os fluxos e contrafluxos

assumidos pelo discurso caroliniano, exemplo de tensionamento com as estruturas que sustentam o abstrato conceito de cânone literário. É questionando o critério de seleção, sem desistir de compreender profundamente o caminho sugerido pelos materiais didáticos, que a prática educacional inspirada em Carolina de Jesus busca ampliar o repertório artístico-cultural dos alunos, em um momento nacional de disputa de valores. Analisar as instâncias discursivas na escrita de mulheres e homens negros, indígenas, ciganas, quilombolas e com deficiências, em concomitância com a leitura e o trabalho de obras artísticas canônicas, possibilita subir por degraus que nos levam a perceber a literatura como documento da memória cultural, gerador de espaços coletivos de reflexão. É a procura por uma formação cidadã para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que orientou Carolina Maria de Jesus e hoje pode ser constatada em seus textos.



FONTE: Selo Coletivo, 2023.

Nesse sentido, a obra de Emerson Rocha, artista preto e periférico, surge como metáfora conclusiva do presente texto. *Mátria I – restituição* (2022), esteve na exposição “Um Defeito de Cor”, no Museu de Arte do Rio (MAR). A faixa presidencial ganha contornos ainda mais significativos na constatação do longo caminho a ser trilhado até que uma mulher negra de perspectiva afrocentrada possa liderar o processo de constituição dos caminhos futuros da “mátria”. Nos dias de agora, vivemos uma negação da política que nos levou a intentonas golpistas e a manipulação da população pelos “políticos açambarcadores” (JESUS, 2017, p. 40). A inclusão e a valorização da política no cotidiano fazem da obra de Carolina Maria de Jesus repertório necessário no debate sobre raça, gênero e classe em espaços em que muitas

vezes estão ausentes referências positivas de negritude: questionar o racismo como estrutura e/ou forma social do Brasil dentro da sala de aula direciona o debate escolar para o conhecimento de políticas públicas, como o cumprimento das leis 10.639 e 11.645, que regulamentam o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica.

É uma virada decolonial apresentar Carolina Maria de Jesus como uma intelectual brasileira, uma vez que o pensamento da escritora nos leva a problematizar o conceito de nação e os enredos da nossa frágil democracia, que ainda lida com praticamente os mesmos problemas denunciados pela intelectual negra, e que, portanto, faria bem em utilizar sua obra como inspiração de caminhos de futuro: educação, trabalho, terra e dignidade.

A imagem de uma mulher negra em trajes de baiana, adornada de balangandãs dourados, e com a faixa presidencial atravessada no peito resume a perspectiva de futuro adotada por um trabalho que lê a poeta negra como uma intelectual brasileira. Lembrando do seu expresso desejo “se eu fosse homem eu queria ser presidente para dar fim na miséria” (JESUS: 2021a, p. 71) é necessário reconhecer como o Brasil ainda é um país profundamente racista, com raras mulheres nos cargos de poder, decisão e justiça. A utopia se constrói no questionamento da realidade, e ainda que difusa, é o impulso, a bússola. A partir de Carolina Maria de Jesus, podemos pensar na restituição como política de reparação necessária para alcançarmos, como sociedade, o fim das desigualdades e a justiça para os cidadãos: “Um Brasil para os Brasileiros”.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

_____. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2017. Livro eletrônico. 192 p.

_____. **Casa de alvenaria: Diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1961.

_____. **Provérbios**. São Paulo: [s.n.], 1965.

_____. **Meu estranho diário**. Org. de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Antologia pessoal**. Org. de José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora. 2014.

_____. **Onde estaes felicidade?** Org. de Raffaella Fernandez e Dinha. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

_____. **Meu sonho é escrever... Contos inéditos e outros contos escritos**. Org. de Raffaella Fernandez. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

_____. **Clíris: Poemas recolhidos**. Org. de Raffaella Fernandez e Ary Pimenta. Rio de Janeiro: Desalinho; Ganesha Cartonera, 2019.

_____. **Casa de alvenaria, volume 1: Osasco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a. Livro eletrônico. 297 p.

_____. **Casa de alvenaria, volume 2: Santana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b. Livro eletrônico. 702 p.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M; PONTARA, Marcela. **Literatura brasileira: tempos, leitores e leituras**, volume único. São Paulo: Moderna, 2005.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **El País**, 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso 20 mar. 2022.

BALLESTTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** n° 11, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 agosto 2023.

BARBOSA, Juliana. Racismo e pandemia do coronavírus impulsionam venda de livros no Brasil. **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/racismo-e-pandemia-do-coronavirus-impulsionam-venda-de-livros-no-brasil>> . Acesso em: 10 mar. 2022.

BARRETO, Lima. Amplius! In: L. M (org.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado). 169 p. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

Bibliografia de Carolina. Disponível em: <<https://www.vidaporescrito.com/bibliografia-de-carolina>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental: os grandes livros e os escritores essenciais de todos os tempos**. Lisboa: Temas e Debates – Círculos de Leitores, 1997.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental: os grandes livros e os escritores essenciais de todos os tempos**. Tradução, introdução e notas Manuel Frias Martins. 5.ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

Brasil lembra centenário de escritora que definiu favela como quarto de despejo. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/brasil-lembra-centenario-de-escritora-que-definiu-favela-como-quarto-de>>. Acesso em: 03 agos. 2023.

CABRAL, C. P. J.; ROCHA, S. J. R. **Aspectos históricos da questão agrária no Brasil**. Produção Acadêmica, Porto Nacional, v. 2, n. 1, p. 75–86, 2016.

CALVINO, Italo. “Usos políticos certos e errados da literatura”. In: Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade. Trad. Roberta Barni. pp. 338-347. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. p. 313 – 321.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007. 136 p.

CHACINA de mendigos revolta todo o país: Carolina (escritora e ex-mendiga) depõe. **ÚLTIMA HORA**, [S. l.], n. 3.859, p. 1, 29 jan. 1963. Disponível em <<https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CHIARA, Ana Cristina de Rezende. Quem trabalha como eu tem que feder. In: **VIII Congresso internacional ABRALIC**. Belo Horizonte, 2002.

CHIARA, Ana Cristina. **Ensaios de possessão (irrespiráveis)**. Rio de Janeiro: Caetés, 2006.

CUTI. Literatura negro-brasileira. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 42, n. 4, 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/4110>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. É louvável.... 15 agosto 2021. Facebook. Disponível: <<https://www.facebook.com/regina.dalcastagne.3/posts/pfbid02XEMmSxAmHQXkYWxrrpDcFiz3xAbDWrL4HsXyMEVqfvKRYtrge53ZzPqg1rGMADVXl>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

DANTAS, Audálio. Nossa irmã Carolina. Apresentação de Audálio Dantas. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

DANTAS, Audálio. Bom, eu acho que aí, modéstia à parte, é uma questão de sensibilidade: depoimento de Audálio Dantas. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento MG: Editora Bertolucci, 2015, 2ª edição, p. 119 - 125.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiáspórica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 75-94

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. In: Edimilson de Almeida Pereira. (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. 1ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010a, v., p. 73-85.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul/dez. 2010b.

DUARTE, Eduardo de Assis. Seleção, notas, ensaios. **Machado de Assis afrodescendente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.

DURIGUETTO, Maria L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Escolhas Poéticas de Carolina Maria de Jesus e a crítica literária. PPGLITCULT 10 ANOS: Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AEFfdbW0oc&t=8369s>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ESCRITORA-FAVELADA faz a própria reforma agrária. **ÚLTIMA HORA**, Rio de Janeiro, 3 fev. 1964. 2º Caderno, p. 7. Disponível em < <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 27 ago. 2023.

Estátua de escritora Carolina Maria de Jesus é inaugurada em SP. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/28/estatua-de-escritora-carolina-maria-de-jesus-e-inaugurada-em-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra: uma poética da nossa afro-brasilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. 402 p.

FERNANDEZ, Raffaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FERNANDEZ, Raffaella. Nota da organizadora. In: JESUS, Carolina M. **Meu sonho é escrever...** contos inéditos e outros escritos. Org. Raffaella Fernandez. 1. ed. São Paulo: Ciclo contínuo, 2018. v.1.

FERREIRA, Amanda C. **A poesia de Carolina Maria de Jesus : um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola**. 2020. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

FERREIRA, Amanda C. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FISCHER, L. A. O fim do cânone e nós com isso. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 34, n. 2, p. 573-611, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635866>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, tradução, Roberto Machado. BookPublisher: São Paulo: Graal, 2004.

GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos**: sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Tradução Carlos Nougué, Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

GODINHO, Marta Teresinha. Depoimento. In: LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento/MG: Editora Bertolucci, 2015. 2ª Edição, p. 55-56.

GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura S; MENESES, Maria P (org). **Epistemologias do Sul**. CES, Almedina, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139 - 150.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. 2º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Intelectuais negros e formas de integração nacional**. Estudos Avançados, v. 18, n. ja/abr. 2004, p. 271-284, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a23v1850.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOISEL, Evelina. **Teoria, crítica e criação literária**: O escritor e seus múltiplos. Civilização Brasileira, 2019.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (16), 193–210, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2237/1985>. Acesso em: 03 out. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2022.

LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus. Sacramento/MG: Editora Bertolucci, 2015. 2ª Edição.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Autêntica Editora, 2019.

MAGALHÃES, Rejane M. Moreira de A. As ideias abolicionistas de Rui. *In: O ABOLICIONISTA Rui Barbosa*. [S. l.]: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. cap. 6, p. 89-106.

MEIHY, José C.; LEVINE, Robert M. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. 2ª ed. Sacramento MG: Editora Bertolucci. 2015.

MEIRELES, M. **Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MENEZES, Hélio; BARRETO, Raquel (Orgs.). **Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros**. São Paulo: IMS, 2023. 352 p.

MESQUITA, Mário M. C. **Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura**. Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ: 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32 n. 94, e329402 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt.>. Acesso em: 1º dez. 2021.

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MIRANDA, Fernanda. R. **Silêncios prescritos: Estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MIRANDA, Fernanda. R. **Carolina Maria de Jesus: literatura e cidade em dissenso**. São Paulo: ECidade, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. *In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In: RATTS, Alex (Org.). Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

NETO, M. J. S. Por que pensar hoje em uma educação linguística antirracista?: limites, tensões e possibilidades. **Paraguaçu: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 1, n. 1, p. 168–191, 23 ago. 2021.

OLIVEIRA, Alan Santos de. Sankofa: A circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2016.

PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

PERPÉTUA, Elzira Divina. Carolina de Jesus: Pensamento Poético, Linguagem Clássica e Ideal de Vida. In: ARRUDA, Aline Alves; BARROCA, Iara Christina Silva; MARRECO, Maria Inês; TOLENTINO, Luana (org.). **Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 43-58.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas Literaturas**: Escolhas e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POIESIS Organização Social de Cultura. 2012. Disponível em: <<https://www.poiesis.org.br/new/publicacoes/ver.php?id=3>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RAMOS, Alberto G. **Patologia social do “branco” brasileiro**. Jornal do Commercio, 1955.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2156815>>. Acesso em 26 agosto 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. Trad. de Milton Hatoum. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SANTIAGO, Silviano. Mário, Oswald e Carlos, intérpretes do Brasil. **ALCEU**, v. 5, nº10, p. 5-17, jan./jun, 2005. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_santiago.pdf>. Acesse em: 04 out. 2023.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura anfíbia. **ALCEU**, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 13-21, jul/dez 2002.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Mário A. M. Carolina Maria de Jesus e o associativismo político cultural negro nos anos 1960. **Lirerafro**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/lirerafro/2-uncategorised/1022-carolina-maria-de-jesus-e-o-associativismo-politico-cultural-negro-nos-anos-1960-mario-augusto-medeiros-da-silva>>. Acesso em 04 out. 2023.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. Carolina Maria de Jesus e o associativismo Político Cultural Negro nos Anos 1960. In: **Memorialismo e Resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SOUSA, Germana H. P. de. **Carolina Maria de Jesus**: o estranho diário da escritora vira lata. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

SOUZA, Livia Natália. Intelectuais escrevintes: enegrecendo os estudos literários. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (org). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

SOUZA, F. da S. Mulheres negras escritoras. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 20, p. 19-39, 2017. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2017.141317. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/141317>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SOUZA, Florentina. da S. Mulheres negras escritoras. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 20, p. 19-39, 2017. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2017.141317. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/141317>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SOUZA, L. N. A poética da fome e a escrita da precariedade: sobre Carolina Maria de Jesus. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, [S. l.], n. 28, p. 111–122, 2019. DOI: 10.24261/2183-816x0928. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/497>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOUZA, L. N. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna. **Revista Crioula**, [S. l.], n. 21, p. 25-43, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2018.146551. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/146551>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

VALERIO, A. C. F. A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola. Tese (Doutorado). Londrina: PPGL-UEL, 2020.

VIEIRA, Carlos. E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 8, nº 16, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588/20119>>. Acesso em 04 out. 2023.

VOGT, Carlos. **Trabalho, pobreza e trabalho intelectual**. In: SCHWARZ, Roberto (org.). Os pobres na literatura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEST, Cornel. “The dilemma of the Black Intellectual”. In: *The Cornel West: reader*. Basic Civitas Books, 1999, p. 302-315. (Tradução e notas de Bráulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza).